

HILDO HONÓRIO DO COUTO



CONTATO
INTERLINGUÍSTICO:
da Interação à Gramática

2ª edição

Brasília
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Universidade de Brasília
2017

C871

Couto, Hildo Honório do.

Contato interlinguístico: da interação à gramática / Hildo Honório do Couto. 2. ed. – Brasília : Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2017.

201 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-61700-13-3

1. Linguagem. 2. Comunicação. 3. Linguística. 4. Gramática.
I. Título.

CDU 81

Copyright © do autor
Edição e capa: Anderson Nowogrodzki da Silva
Revisão: o autor
Coleção: Linguagem, falantes e contexto
Coordenação: Anderson Nowogrodzki da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)
Dioney Moreira Gomes (UnB)
Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB)
Mônica Maria Guimarães Savedra (UFF)
Eraldo Medeiros Costa Neto (UEFS)
Pierre François Georges Guisan (UFRJ)
Ronaldo Manguiera Lima Júnior (UFC)
Pere Comellas Casanova (Universidade de Barcelona)
Hildo Honório do Couto (UnB)
Hilário Bohn (UFPEL)
Suani Vasconcelos (UEFS)
Rui Manuel do Nascimento Lima Ramos (Universidade do Minho, Portugal)
Maria Célia Dias de Castro (UEMA/Balsas-MA)
Zilda Dourado (UEG/Quirinópolis-GO)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA/INSTITUTO DE LETRAS
Universidade de Brasília/Campus Universitário
URL: <http://www.ppgl.unb.br/>
email: ppgl@unb.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

1 PREPARANDO O TERRENO

- 1 1 Introdução
- 1 2 Crioulização
- 1 3 Pidginização
- 1 4 Contato de Línguas
 - 1 4 1 Introdução
 - 1 4 2 Conceituação de Contato de Línguas
 - 1 4 3 Tipos de Contato e Resultados do Contato
 - 1 4 4 Mescla Linguística
 - 1 4 5 TGA
 - 1 4 6 Teoria Criativista
- 1 5 Comunicação e Expressão
 - 1 5 1 Introdução
 - 1 5 2 Comunicação
 - 1 5 3 Expressão
 - 1 5 4 Comunicação ou Expressão?

2 ENUNCIADO

- 2 1 Introdução
- 2 2 Componente Sistemico
- 2 3 Componente Ilocucionário
- 2 4 Componente Paralinguístico
- 2 5 Componente Pragmático
- 2 6 Assunto

3 COMUNICANTES

- 3 1 Introdução
- 3 2 Falante e Ouvinte
- 3 3 Fonte e Destino

4 CÓDIGO

- 4 1 Introdução
- 4 2 Código Linguístico
- 4 3 Códigos não Linguísticos

5 CONTEXTO

- 5 1 Introdução
- 5 2 Componentes do Contexto
- 5 3 Contexto e Código
- 5 4 Contextualidade e Descontextualidade
- 5 5 “Limbaj și Context”

6 COMUNICAÇÃO

6 1 Introdução

6 2 Integração dos Diversos Componentes da Comunicação

6 3 Emergência de Língua na Comunicação

6 4 Universais da Comunicação

7 COMUNIDADE

7 1 Introdução

7 2 Comunidade e Comunicação

7 3 O ecossistema Comunidade

7 4 População

7 5 Território

7 6 Linguagem

7 7 Relações entre População, Território e Linguagem

8 LÍNGUA

8 1 Introdução

8 2 Léxico

8 3 Gramática

8 3 1 Sintaxe

8 3 2 Morfologia

8 3 3 Fonologia

8 4 Semântica

8 5 Formação da Gramática

Referências

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Este livro é o resultado de um programa de pós-doutoramento que Hildo Couto desenvolveu na City University of New York, sob a supervisão de John Holm, no segundo semestre de 1997 e primeiro de 1998. Dessa pesquisa resultou a presente monografia, originalmente com 215 páginas, então divulgada no *site* do do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), da Universidade de Brasília, em 1999, no seguinte endereço:

www.unb.br/il/crioul/contato.htm

Como esse *site* saiu do ar, a monografia foi divulgada de novo no *site* do Departamento de Linguística (LIP, então LIV), também da UnB, www.unb.br/il/liv/crioul, que do mesmo modo acabou saindo do ar no bojo de um processo de remodelação do portal da universidade. Agora, com a criação do novo *site* de Ecolinguística (antes da remodelação do portal já houvera um outro em www.unb.br/il/liv/ecoling), está sendo lançada a sua segunda edição, praticamente igual ao que o livro era antes; há apenas algumas pequenas correções aqui e ali.

A monografia de 1999 só não é a primeiríssima a falar dos assuntos que enformam a atual Ecolinguística porque no próprio ano de início do projeto de pós-doutoramento, 1997, já se adiantaram algumas ideias, como o papel do território na dinâmica da língua, uma vez que ele precede a população que a usa: sem território (T) não há povo (P) e sem povo não há língua (L). É o que se vê em “The place of place in creole genesis”, comunicação apresentada no SYMPOSIUM “Pidgin and creole languages in the 21st century”, da Society for Pidgin and Creole Languages, em janeiro de 1998, Nova York, mas redigida em 1997, agora disponível no *site* Ecolinguística: Linguística Ecológica, no endereço <http://www.ecoling.unb.br/>. Aí já se fala em “modelo de comunidade”, composto de P, T e L.

A grande diferença entre a divulgação anterior do livro e a atual é que aquela fora feita de modo bastante artesanal. Tratava-se meramente de um texto em formato *Word*, sem ficha catalográfica, ISBN etc. Pois bem, agora, com o aparecimento dos *e-books*, foi possível dar-lhe uma feição mais profissional, com *copyright*, ficha catalográfica, e-ISBN etc.

Apesar do título, o livro não trata apenas da formação de gramática, como se língua fosse apenas estrutura. Ele esboça em linhas gerais uma “visão ecológica de língua”, chegando a usar a expressão “visão ecológica de mundo”, surgida bem mais tarde na Ecolinguística brasileira. Começa lembrando a proposta do termo “ecologia” por Haeckel em 1866, os precursores da Ecolinguística Edward Sapir (1834-1939) e Einar Haugen (1906-1994). Haugen falava em *ecology of language* e *language ecology*, uma vez que o termo “ecolinguística” ainda não existia. Quanto a Sapir, falou em “meio ambiente físico” e “meio ambiente natural” da língua. A monografia de 1999 mencionou ainda, como precursores da “visão ecológica da língua”, o sociolinguista canadense William Mackey e a psicolinguista romena Tatiana Slama-Cazacu. Na crioulistica, cita Salikoko Mufwene, que também já começava a encarar as línguas, com ênfase nas línguas crioulas, de uma perspectiva biológico-ecológica; da perspectiva biológica, ele foi precedido pelo também crioulista Keith Whinnom.

Como precursora da Ecolinguística no Brasil, a monografia em questão já cita Alwin Fill, no caso, seu livro de 1993 (*Ökolinquistik: eine Einführung = Ecolinguística: uma introdução*), usando os termos “ecologia linguística” e “linguística ecológica”, alternadamente, termos que, atualmente, designam perspectivas opostas. Na esteira de Mufwene, fala em “ecologia interna da língua”, que daria na atual endoecologia linguística. Parte do “ato de comunicação” (AC), atualmente ‘ato de interação comunicativa’ (AIC). Já apresenta o que viria a ser o “fluxo interlocucional” de uma ecologia da interação comunicativa, embora em um capítulo sobre “Os comunicantes” (III), com alguns dos componentes do AC desenvolvidos mais pormenorizadamente no capítulo VI, sugerindo como a língua emerge desse processo.

No capítulo VII, temos uma das primeiras formulações do que viria a ser o “ecossistema

integral da língua”, sob o nome de “modelo de comunidade”. Na seção 8.4 (Semântica) é apresentada a “ecologia das interações espaciais”, exemplificada com as preposições.

Enfim, o objetivo inicial do livro era mostrar a formação e transformação das línguas crioulas e pidgins, o que pressupõe a ideia de que língua está em contínua evolução, a fim de se adaptar às novas circunstâncias em que seus usuários se encontram. Mas, ele também é o iniciador da Ecolinguística no Brasil, pois passou a usá-la como um arcabouço no contexto do qual a Crioulística poderia ser feita com muito proveito, diferentemente dos estudos precedentes, que viam na formação dessas línguas apenas a formação de “estruturas”, de “gramática”, vezo que não deixa de se manifestar no próprio título do presente livro. A precedência dos atos de interação comunicativa em relação à gramática, e até o fato de que esta nasce daqueles e vive neles, pode ser vislumbrada no próprio subtítulo do livro: “Da interação à gramática”. Como sabemos atualmente, as “regras sistêmicas” (gramática) são parte das “regras interacionais”, pois, também elas existem para a eficácia dos atos de interação comunicativa.

Como se pode ver, o projeto que deu lugar a este livro deveria continuar. Porém, as partes 9. FORMAÇÃO DA GRAMÁTICA CRIOULA e 10. TRANSFORMAÇÃO DA GRAMÁTICA CRIOULA não foram executadas. Consequentemente, não foram escritas/publicadas, devido à virada na vida de pesquisador do autor: ele passou a se dedicar exclusivamente à Ecolinguística, em cujo contexto propôs a Linguística Ecossistêmica por volta de 2010/2011. Atualmente, a Linguística Ecossistêmica está a pleno vapor. Para se ter uma ideia, basta dar uma olhada nas diversas seções deste *site* e nas demais fontes a que ele remete.

Elza Kioko N. N. do Couto
Universidade Federal de Goiás (Goiânia).
Julho de 2017.

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Este volume contém uma série de reflexões prévias para uma pesquisa, que se pretende de longo prazo, que investigará a emergência de uma nova língua em situações de contato. Como está relativamente estabelecido, na verdade o que entra em contato diretamente não são línguas, mas os povos que as falam. Portanto, para atingir esse fim, é necessário levar em conta não apenas as estruturas das línguas mas, em primeiro lugar, os seus falantes. E isso tem muitas implicações.

Primeiro, é preciso começar por uma análise do próprio contato. É preciso investigar que povos entraram em contato e que línguas eles falavam. É importante averiguar-se também a força de cada uma das línguas no concerto da divisão de poder mundial. Por exemplo, uma delas tem mais poder (político, econômico, militar, de prestígio) do que as outras? Nesse caso, a probabilidade de ela ser aprendida pelos falantes das outras línguas é muito grande. Se não fôr esse o caso, pelo menos ela contribuirá com a maior parte do léxico da nova língua que emergir do contato. Enfim, é preciso conhecer a história dos povos contatantes, para entendermos o surgimento da nova língua.

Segundo, nenhum povo vive pairando no ar. Todo povo tem sua terra. Quando povos de culturas e línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato, fazem-no em determinado lugar. Esse lugar, ou território, também é importante. Pode-se mesmo dizer que o lugar do encontro é determinante para o resultado lingüístico do contato. Se ele se der no território do povo dominante, geralmente os povos dominados aprendem a língua local, perdendo suas línguas originais ao longo do tempo. Se o contato se der no território de um dos povos dominados, pode acontecer de surgir uma língua pidginizada ou criouliizada. Na melhor das hipóteses, pode surgir o que alguns autores têm chamado de “variedades indigenizadas”, como é o caso do inglês na Índia e do português na Guiné-Bissau. Se o povo autóctone fôr muito mais fraco do que o povo dominante, como os povos indígenas das Américas, das ilhas do oceano Índico, do Pacífico, da Oceania, da África e outras regiões, sua língua pode simplesmente desaparecer. Se o contato se der em um terceiro território, uma ilha por exemplo, a possibilidade de emergir uma língua mista é muito grande.

Terceiro, para que surja uma nova língua é necessário que surja uma nova comunidade, mista. Porém, se o território tem que pré-existir à comunidade, poder-se-ia dizer que comunitarização é quase o mesmo que territorialização. Isso explica a importância atribuída ao espaço em toda a investigação, tanto teórico-metodológica quanto empírica, que se seguirá à presente etapa.

Tudo isso significa que a perspectiva aqui seguida é a de uma visão ecológica de mundo. Não no sentido político e conjuntural atual, mas em um sentido mais amplo, de que a língua resulta da interação de seres humanos em seu ambiente natural, lutando pela sobrevivência. Dessa interação, surge a língua tanto filogenética quanto ontogeneticamente. Avançando na visão ecológica, verifica-se que há não só ecologias (ecossistemas) abrangentes, como o mundo como um todo, mas também ecologias menores, como uma pequena ilha. E o que é mais, nesses ecossistemas menores, existem sub-ecossistemas, como a parte física do território (T), a população encarada em si mesma (P) e a cultura, que inclui a língua (L). A própria língua contém ecossistemas menores, como a sintaxe, a morfologia, o léxico e assim por diante.

Eu sei que há fortes resistências a esse tipo de investigação. No entanto, na estágio atual do conhecimento sobre a linguagem, ele me parece o único que pode dar conta de sua verdadeira natureza. Com efeito, ela não é apenas uma estrutura governada por princípios subjacentes, como quer a gramática gerativa. Ela é, antes de tudo, um instrumento para os membros da comunidade interagirem entre si. E esse instrumento não resultou de uma dádiva divina. Pelo contrário, ele foi construído a partir de atos de precárias tentativas de interação comunicativa, desde priscas eras. Em suma, esta é uma investigação que parte da matéria para explicar o

movimento, não do impalpável para explicar o que está aí.

A parte empírica da investigação, ou seja, a formação e a transformação da gramática crioula consta dos seguintes itens, ainda não implementados:

9. FORMAÇÃO DA GRAMÁTICA CRIOULA

9.1. Introdução

9.2. Primeiros enunciados

9.3. Léxico

9.4. Gramática

9.4.1. Sintaxe

9.4.2. Morfologia

9.4.3. Fonologia

9.4.4. Semântica

10. TRANSFORMAÇÃO DA GRAMÁTICA CRIOULA

10.1. Introdução

Transformação ou descrioulização?

Essa parte prática consistirá da análise de casos concretos de línguas tradicionalmente chamadas de pidgins e crioulos (ou outras variedades lingüísticas resultantes do contato). Na fase inicial da investigação serão analisadas a chamada língua franca, o russenorsk, o tok pisin, o havaiano, o fanakalo e o jargão chinook. A parte 10 tratará apenas das línguas crioulas, como o título já sugere. Nela será investigado o processo de transformação a que as línguas crioulas estão submetidas como, de resto, qualquer língua do mundo.

Toda língua evolui a todo instante. Para a evolução das línguas crioulas, cunhou-se o termo *descrioulização*. No entanto, como ele é muito polêmico, eu o evitei, substituindo-o pelo termo neutro *transformação da gramática crioula*. Consta do presente projeto uma discussão sobre a polêmica em torno desse conceito.

Como se pode ver no lugar apropriado, o processo de formação das línguas crioulas, dos pidgins e assemelhados tem muito em comum com o processo de aquisição de L1, de aprendizagem de L2 ou LE (língua estrangeira) e até mesmo com a variação lingüística, além, é claro, da evolução lingüística.

Muita gente me ajudou nesta parte preparatória do projeto. A Maria Izabel Santos Magalhães e Denize Elena Garcia da Silva agradeço pelo empréstimo de material bibliográfico. A minha filha Beatriz Coroa do Couto agradeço as sugestões para evitar muitos erros de digitação. Às outras pessoas que contribuíram de um modo ou de outro, inclusive sob a forma de discussão de pontos teóricos específicos, agradeço em conjunto. Para terminar, gostaria de agradecer ao CNPq, que me agraciou com uma bolsa que possibilitou o início do projeto (processo 201322/87-0).

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília
Setembro de 1999.

I. PREPARANDO O TERRENO

1.1. Introdução

O objetivo da presente investigação é o processo de formação e transformação de alguns dos meios de comunicação que emergem nas situações de contato de línguas. Mais especificamente, vou investigar a formação e transformação de apenas dois desses meios de comunicação, ou seja, as línguas crioulas e os pidgins. Outros resultados do contato de línguas poderão eventualmente ser levados em conta, mas apenas periféricamente, como é o caso do que venho chamando de anti-crioulo. Trata-se, como se vê, de uma tarefa gigantesca, uma vez que há todo um conjunto de passos prévios que precisam ser dados antes que o objeto final da investigação, que em si mesmo já é imenso, possa ser atacado. Além disso, o próprio contexto em que esses processos se dão, o contato de línguas, já por si mesmo complexo, é muito complexo, como se pode ver em 1.4 abaixo.

É preciso que fique claro desde o início que o processo de formação (e de transformação) de uma língua não é apenas estrutural, isto é, não se trata apenas de uma questão imanente de formação de estruturas semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas. Pelo contrário, é preciso levar em conta o processo sócio-histórico do contato de povos. Como disseram Sarah G. Thomason e Terrence Kaufman, “é a história sociolingüística dos falantes, e não a estrutura de sua língua, que constitui o principal fator determinante dos resultados linguísticos do contato de línguas. Fatores puramente linguísticos são relevantes, porém bastante secundários no cômputo geral” (Thomason & Kaufman 1988: 35). Ainda de acordo com esses autores, “a mudança linguística é um fato social com implicações linguísticas” (p. 212). Enfim, o presente estudo se insere no contexto de uma visão ecológica da língua. Por isso é preciso esboçar, pelo menos em suas linhas gerais, os princípios dessa visão de mundo.

Na acepção mais corrente, o termo *ecologia*, proposto por Ernst Haeckel em 1866, designa (i) as relações entre os organismos e seu meio ambiente bem como a ciência que estuda essas relações; (ii) o ramo da sociologia que se dedica ao estudo das relações entre os grupos humanos e seu meio físico e social; (iii) o estudo dos efeitos danosos da civilização moderna sobre o meio ambiente, com vistas a sua prevenção ou reversão mediante a conservação. Nesse sentido é chamada também de *ecologia humana*.

No caso dos dois primeiros sentidos, às vezes se divide a ecologia em dois ramos, (a) a *auto-ecologia*, que é o estudo da ecologia de apenas uma espécie, e (b) a *sinecologia*, que é o estudo da ecologia de ecossistemas completos. *Ecossistema*, por seu turno, é uma comunidade ecológica funcionando como uma unidade juntamente com seu meio ambiente. De acordo com a concepção original, ecossistema consiste numa rede complexa de relações de mútua influência entre a flora, a fauna e os microorganismos de uma determinada área ou região e de todos os elementos físicos naturais (geológicos, climáticos etc.). Um ecossistema pode ser tão pequeno quanto um lago num jardim ou tão grande quanto o planeta terra (ecossistema global ou biosfera), mas o termo geralmente descreve uma área de *hábitat* discreto como a floresta tropical ou uma floresta de carvalhos. Um ecossistema pode ser considerado uma unidade em si mesma; seus limites são definidos pelo pesquisador, quer a unidade seja apenas uma árvore, um bosque ou a floresta tropical.

Um dos primeiros autores a aplicar o conceito de ecologia a questões linguísticas foi Einar Haugen. De acordo com esse autor, “ecologia linguística pode ser definida como o estudo das interações entre qualquer língua viva e seu ambiente”. Em seguida, ele acrescenta que “o verdadeiro ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos” (Haugen 1972: 325). No entanto, como fez Sapir (1963), ele admite que há dois tipos de ambiente, ou seja, o ambiente físico e o ambiente social. Na verdade, Haugen não menciona “ambiente físico” explicitamente. No entanto, em Haugen (1979) ele trata de uma pequena comunidade, localizada em uma ilha distante, chamada Faroë. Praticamente todas as especificidades do faroês se devem a esse ilhamento, no sentido literal.

Um outro sociolinguísta, William Mackey, retomou o conceito de Haugen e o aplicou ao contato de línguas, cujo resultado é o objetivo último colimado aqui. Entre outras coisas, ele fala em “mudança geolinguística” (Mackey 1980: 36; ver também 1979). No entanto, quem fez uma distinção explícita entre ambiente físico e ambiente social foi o próprio Sapir (1963). Ele investigou algumas das principais influências que o segundo pode exercer sobre a língua. No que tange ao ambiente físico, ele foi mais cauteloso sem, contudo, deixar de apontar para algumas possibilidades de sua influência sobre ela. Em Couto (a sair *d*), esse último tipo de relações é explorado em mais detalhes.

Devo salientar que Haugen e Mackey foram pioneiros na abordagem ecológica da língua de um ponto de vista explícito. Eles foram os primeiros a usar o termo ecologia explicitamente no âmbito dos estudos linguísticos. No entanto, implicitamente há outros precursores, ou seja, autores que na prática fizeram aproximadamente o que requer uma abordagem ecológica, embora não tenham usado a palavra ecologia. Um exemplo é Slama-Cazacu (1961). A despeito do fato de considerar seu trabalho como pertencente ao âmbito da psicolinguística, na verdade o que ela fez foi ecologia linguística. Com efeito, ela abordou a língua não apenas em sua autoecologia mas também em sua sinecologia. E o que é mais, ela foi estreitando o âmbito da análise, chegando a ecossistemas (subsistemas) menores, sempre levando em conta tanto sua auto-ecologia quanto sua sinecologia. Ela chega a formular uma lei, que chama de “lei da determinação pelo conjunto”. Essa lei é complementada pelo “princípio de adaptação ao contexto”. Infelizmente, ao que tudo indica, seu trabalho não teve seguidores.

Nos estudos crioulos, um dos primeiros estudiosos a partir do arcabouço ecológico é Salikoko Mufwene. Ultimamente ele tem tratado da mescla linguística partindo da metáfora da mescla biológica, como já fizera Whinnom (1971). Ele distingue entre ecologia externa e ecologia interna. A primeira “equivale mais ou menos ao ambiente etnográfico de uma língua, inclusive as outras línguas com as quais a língua lexificadora está em contato, o estatuto dos falantes dessas línguas, o estatuto da própria língua lexificadora, o tipo de relações que se dão entre os diferentes falantes e muitos fatores etnográficos suscetíveis de influenciar o uso e o destino de uma língua”. A ecologia interna, por seu turno, “denota particularmente a variação no seio da própria língua/espécie, tanto no nível idioletal quanto no dialetal” (Mufwene 1997: 53).

De acordo com Alwin Fill, os principais objetos de estudo da linguística ecológica, ou *ecolinguística* como ele prefere, são: mudança linguística, contato linguístico e conflito linguístico, morte de língua (glototanásia), planejamento linguístico, bilinguismo e aquisição de língua (Fill 1993: 2). Trata-se, como se vê, de apenas uma seleção de alguns dos principais problemas tratados pela ecologia linguística. Ele só incluiu questões atinentes à relação da língua com o ambiente externo, tanto físico quanto social, embora mesmo aí estejam faltando tópicos como pidginização e criouliização. No entanto, a ecologia interna da língua também pode e deve ser estudada. No presente estudo, o objetivo final é a formação da gramática crioula. Mas, como já foi dito acima, esse objetivo é impossível de ser atingido sem que se leve em conta também a sinecologia das estruturas linguísticas. Por isso, será levada em conta tanto a história interna quanto a história externa. Esse é o procedimento da maioria dos crioulistas, sobretudo Thomason (1997). Na verdade, toda abordagem sociolinguística a fenômenos linguísticos é pelo menos parcialmente ecológica (cf. Whinnom 1971 e Hymes 1971).

Para atingir os objetivos visados, ou seja, o processo de formação (e posterior transformação) da gramática crioula, partirei do dado mais concreto que se pode ter em toda a realidade linguística, do ato de comunicação (AC) entre indivíduos aloglotas potencialmente formadores de uma nova língua. Dito de modo mais preciso, partirei do produto desse ato, que é um texto, enunciado ou mensagem (M). Isso será objeto de toda a parte II. Na parte III, examinarei os atores ou sujeitos do ato de comunicação, ou seja, o emissor (E) e o receptor

(R). Na parte IV será examinada a linguagem ou código (C) que é a condição necessária para que todo M enviado por E a R seja entendido. No entanto, C não é condição suficiente para a eficácia da comunicação. É necessário que E e R compartilhem outros conhecimentos, muitos dos quais se encontram no contexto, que será objeto da parte V. Na parte VI, examinarei comunicação como um todo mais tecnicamente. Veremos também que além do contexto imediato, para que uma mensagem seja eficaz é necessário que os interlocutores pertençam à mesma comunidade, que será estudada em VII.

Após passar em revista algumas das possíveis relações entre comunicação e comunidade (7.2), veremos que comunidade (7.3) é um todo cujas partes são uma população (P) vivendo em um território (T) e unificada por uma linguagem (L), ou um conjunto de linguagens, ou código (C). Nessa oportunidade, serão examinadas as possíveis relações entre P, T e L, além, é claro, da natureza de cada um deles. Nas partes subsequentes, serão estudadas a língua (VIII), com suas partes componentes léxico (8.2), gramática (8.3) e semântica (8.4). Com isso, termina o estudo dos pressupostos teóricos. A partir de IX (Formação da gramática crioula), entraremos no objetivo principal do presente estudo, ou seja, formação da gramática crioula que, como veremos logo a seguir, recebe o nome de *crioulização*. Como fecho, temos a polêmica questão da transformação da gramática crioula (X), mais comumente chamada de *descrioulização*.

Gostaria de acrescentar que ainda na parte I, tratarei da questão da crioulização em geral, comentando todo o processo envolvido na formação e transformação das línguas crioulas (1.2). Como as primeiras conceituações de crioulo consideravam-no (e muitos autores ainda o consideram) como um pidgin que se transformou em língua nativa, faz-se necessário conceituar muito bem o que vem a ser a realidade linguística chamada pidgin (1.3). Em 1.4, abordarei o processo que dá origem a tudo isso, ou seja, o contato de línguas. Por fim, em 1.5, falarei da questão da comunicação contraposta à da representação (e expressão do pensamento). Trata-se da velha questão de se a língua é primordialmente um meio de comunicação, e secundariamente meio de expressão do pensamento, ou vice-versa. Começemos com a crioulização.

1.2. Crioulização

Como o objetivo último da presente investigação é o entendimento do processo de formação e transformação da gramática crioula, é necessário ver, antes de tudo, o que são línguas crioulas. Para começo de conversa, deve ficar bastante claro que elas não são aleijões, deformações de línguas “perfeitas”, como criam e queriam os colonizadores. Pelo contrário, elas são interessantes para a teoria linguística justamente porque aquelas tendências gerais (TGA, como definido em 1.4.5) que se manifestam aqui e ali em diferentes línguas, nelas afloram de forma concentrada. Portanto, se é que se pode falar em “perfeição” de línguas, são as línguas crioulas que seriam mais “perfeitas” do que as línguas não crioulas. Tanto que autores como Derek Bickerton e Hejmslev afirmam que elas têm uma “gramática ótima” (Hjelmslev 1939), embora Bickerton fale em gramática “não-marcada” (cf. Bickerton 1984). Como línguas naturais que são, o que vale para elas vale também para as outras línguas.

As apresentações tradicionais do processo histórico de formação e transformação da gramática crioula dão a entender que se trata de algo simples e direto. Na verdade, o modelo por assim dizer “clássico” para explicar esse processo, chamado de ciclo vital (Hall 1962, 1966), é bastante complexo. Para entendê-lo, vejamos uma das conceituações mais conhecidas de crioulo. Segundo Derek Bickerton, “um crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como sua língua nativa”. O pidgin, por seu turno, “é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito” (Bickerton

1984: 173). Esse modelo é geralmente atribuído a Hall (1962). Na fig. 1 temos-lo representado esquematicamente, embora esta concepção recue até pelo menos Bloomfield (1933).



Fig. 1

Partindo da fig. 1 podemos verificar as implicações dos conceitos tradicionais de “crioulo” e “pidgin”. Como está implícito nas definições de Bickerton vistas acima (cf. também Bickerton 1981), um *pidgin* surge quando um povo dominante e sua língua (PL_1) entra em contato estreito com povos dominados e suas línguas (PL_2, PL_3, \dots, PL_n). Pelo “estrito” parece que Bickerton está sugerindo “em um mesmo território” (T). Substituindo (PL_1) por língua lexificadora (LL) e (PL_2, PL_3, \dots, PL_n) por línguas de substrato (LS), verifica-se que de acordo com esse modelo nas fases iniciais do contato tem-se um pidgin instável, ou jargão, ainda sem uma gramática própria independente da gramática de LL e das de LS. Um exemplo de *jargão* ou *pidgin instável* poderia ser o russenorsk, (Broch 1927). Nesse estágio, a comunicação se dá apenas pelo modo pragmático. O modo sintático (Givón 1979: 2-7-233) intervém apenas quando o pidgin instável inicial se estabiliza (*pidgin estável*). Nesse momento, não se trata mais de um mero jargão, mas de uma língua propriamente dita, com uma gramática própria, como parece ser o caso do jargão chinook, apesar do “jargão” do nome (cf. Mühlhäusler 1986: 4-11, 134-176).

De acordo com esse modelo, o crioulo surge quando o pidgin estável é adquirido como língua materna por crianças da comunidade emergente. Portanto, por definição, crioulo é um pidgin nativizado, ou seja, todo crioulo é um ex-pidgin. Esse processo recebe o nome de *crioulização*. Por fim, após formado (e até mesmo durante o processo de sua formação), o crioulo começa a se reaproximar de LL (L_1), processo conhecido como de *descrioulização*. Um bom exemplo de crioulo em fase adiantada de descrioulização é o jamaicano.

Os seguidores do modelo do ciclo vital admitem outras possibilidades de evolução, além das mostradas na fig. 1. A primeira delas, a preferida por Bickerton, é a de o crioulo se formar diretamente a partir do jargão inicial, sem o intermediário do pidgin estável, como presumivelmente teria ocorrido com o havaiano, o saramaca, o são-tomense e outros crioulos “radicais” (cf. Couto 1996: 15-31). Em seus escritos iniciais (1974), Bickerton admitia que a *nativização* (aquisição do pidgin como língua nativa por crianças) podia se dar tanto a partir do jargão inicial quanto a partir do pidgin estável. Em publicações posteriores (1980, 1984), ele passou a enfatizar apenas a primeira possibilidade. Um caso de crioulização a partir de um pidgin estável citado por Mühlhäusler é o crioulo inglês do Estreito de Torres. Porém, os problemas começam a surgir quando autores como o próprio Mühlhäusler admitiram que um crioulo como o tok pisin teria não apenas se estabilizado mas também se expandido ainda como pidgin, ou seja, antes de adquirir falantes nativos, de se crioulizar (Mühlhäusler 1986: 176-205).

Afinal, será que tanto faz um crioulo se formar a partir do pidgin instável (jargão) inicial quanto a partir do pidgin estável, ou até mesmo expandido? Será que é correto considerar o tok pisin em seu estágio estabilizado, e até mesmo expandido, como pidgin? Nesse caso o termo “pidgin” designaria coisas inteiramente diferentes uma da outra. Empiricamente sabemos que o russenorsk, nome que se dá ao meio de comunicação que teria surgido do contato entre pescadores noruegueses e russos ao norte da Noruega, não tem uma gramática

própria (cf. Broch 1927). Portanto, não pode ser chamado de língua. No entanto, a tradição crioulista e pidginística o tem considerado como um pidgin. Sendo ele tão diferente do tok pisin, pô-los na mesma categoria parece errado. A própria língua franca, que serviu como meio de contato entre espanhóis, franceses e italianos com falantes de dialetos árabes do norte da África, em torno do Mediterrâneo, desde a Idade Média até pelo menos o século XVIII, tem sido chamada de pidgin (Cifoletti 1989). No entanto, tampouco ela parece ter estruturas gramaticais independentes das das línguas que intervieram em sua formação (Schuchardt 1909).

Há outros problemas com esse modelo. Um dos mais importantes entre eles é a já mencionada questão da nativização. Se considerarmos que para se transformar em um crioulo o pidgin deve tornar-se língua materna, pode-se perguntar: de quantas crianças? Para Bickerton (1991:37-38) basta uma. Porém, a maioria dos crioulistas não aceita essa idéia. Afinal, se apenas uma criança formasse uma língua, com quem ela interagiria (se comunicaria)? Como sabemos, toda criança aprende a falar na interação com os adultos que convivem com ela. Até hoje não se registrou nenhum caso de criança que tenha desenvolvido uma língua sozinha. Portanto, até prova em contrário, essa hipótese deve ser descartada.

A tese que defendo, e que deixo aqui como hipótese para ser ratificada ou retificada com novos dados empíricos, é a de que assim que o agrupamento heterogêneo de pessoas formado por membros de $(PL_1) + (PL_2, PL_3...PL_n)$ ou apenas de $(PL_2, PL_3...PL_n)$ começa a se consolidar, começa a conconsolidar-se também uma língua mista própria, diferente de todas as línguas dos povos que intervieram em sua formação. Frequentemente, o léxico da nova língua provém majoritariamente de (PL_1) , enquanto que a gramática tende a ser influenciada mais por $(PL_2, PL_3...PL_n)$. Linguagem e comunidade são interdependentes, no sentido de que a primeira é parte da segunda. Portanto, em vez de nativização o que se tem na formação de um crioulo é a *comunitarização* de um meio de comunicação específico da nova comunidade. O conceito de nativização é por demais problemático, mesmo que distingamos nativização coletiva de nativização individual, como faz (Gilbert 1986: 17).

Na verdade, vários autores já têm defendido a tese de que o importante no surgimento de um crioulo é o fato de a língua mista emergente tornar-se a língua principal da nova comunidade. Autores tão diversos quanto Valdman (1977), Bollée (1977a), Mufwene (1989) e Singler (1996) defendem a tese da desnecessidade de um pidgin prévio para o surgimento de um crioulo. Fica implícito no novo modelo que no momento do encontro dos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, há um (i) desmoronamento das estruturas gramaticais dessas línguas. Logo em seguida, e talvez simultaneamente a esse desmoronamento, inicia-se um processo de (ii) formação de uma nova gramática que, logo em seguida e às vezes simultaneamente ao processo de formação, começa a se (iii) transformar na direção da língua lexicadora (LL).?

Na verdade, o percurso (i) até (iii) já fora previsto independentemente por Roman Jakobson, ao falar da fonologia histórica, no início da década de 30, sob a forma do ciclo desfonologização-fonologização-refonologização, nessa ordem (Jakobson 1970). A *desfonologização* é definida por Jakobson do seguinte modo: “A e B se opõem fonologicamente, ao passo que entre A_1 e B_1 não há nenhuma diferença fonológica”. Trata-se, assim, de uma “desvalorização fonológica” (Jakobson 1970a: 319). Ele aduz vários exemplos das línguas eslavas. Llorach (1967:132-133) mostra que no castelhano e no catalão medievais /b/ e /v/ eram fonemas distintos. Porém, quando /v/ passou a ser pronunciado como [β] confundiu-se com o /b/ intervocálico, que também era [β]. Com isso, a relação original /b/-/v/ se transformou na relação /b/-/β/. No galego-português, a distinção fonológica existente entre /ts/ (cem) e /s/ (sem) se desfez, dando lugar a um único fonema /s/. O mesmo se deu com /dz/-/z/ (cozer, coser) que confluíram em /z/, com /tš/-/š/ (chaga, leixar) que viraram /š/ e com /dž/-/ž/ que se neutralizaram em /ž/ (Teyssier 1987 26-27).

Quanto à fonologização, Jakobson afirma que “entre A e B não há nenhuma diferença fonológica, enquanto que entre A₁ e B₁ essa diferença existe” (Jakobson 1970a: 321). Trata-se, portanto, do surgimento de uma distinção fonológica onde ela não existia. Os exemplos do autor consistem basicamente de variantes combinatórias de fonemas que passam a ser dois fonemas distintos. Assim, no polábio antigo, o fonema /x/ era realizado como a espirante velar surda [x] antes de algumas vogais; antes de outras vogais, ocorria como espirante palatal surda [ç], de modo que eram apenas variantes combinatórias de um único fonema. Tornaram-se dois fonemas autônomos quando as vogais fracas médias e baixas se coalesceram, com o que se deu uma diferenciação em palavras como [sauxa] (feminino) e [sauça] (neutro), de modo que o par /x-ç/ passou a ser uma oposição fonológica (Jakobson 1970a: 322).

A adoção de empréstimos é outra fonte de fonologizações. Em russo, [f] só ocorria em final de palavras como variante ensurdecida de /v/, como no nome próprio “Gorbatchof”. Devido à importação de termos que continham [f] em outras posições, essa variante se fonologizou, formando a correlação /v/-/f/. Em português, o som [tʃ] é apenas um alofone de [t] antes de [i], em alguns dialetos. No entanto, em itens lexicais periféricos como “tchau”, “tchan”, “tchê”, “tchaco”, “Tcheco” e “Tchetchênia”, ele já está ocorrendo em outros contextos fonéticos. Em expressões de gíria ele já apareceu em “mintchura”, “tchurma” e “pitchula”, entre outros. Em alguns dialetos do nordeste, ele ocorre como alofone de /t/ se vier precedido de [i] ou [y], como em [direytʃu] (direito). Por fim, no Mato Grosso ele substitui o fonema /ʃ/, de modo que uma frase como “O Coxipó (rio) enche e o peixe se vai” é pronunciada por alguns falantes de Cuiabá como [o kotʃipõ êtʃe e o petʃe se vaj]. Não se deve desprezar nem mesmo a influência do espanhol dos países que nos circundam. Pois bem, devido a tudo isso parece que o par [t]-[tʃ] tende a passar por um processo de fonologização, resultando na distinção fonológica /t/-/tʃ/, como no espanhol.

A refonologização, por fim, consiste em uma reorganização de oposições fonológicas. Segundo Llorach (1967: 133), “não se criam nem se perdem distinções fonemáticas; o que ocorre é uma reorganização da estrutura do sistema”. Assim, quando a consoante vibrante múltipla alveolar do português /r/ de “carro” e “rua” passou a realizar-se como vibrante múltipla uvular [R] e, por fim, como fricativa velar [x], deixou a oposição isolada em que se inseria (as líquidas) para fazer parte da oposição velar oclusiva /k,g/ e fricativa /x/.

Em síntese, a desfonologização de Jakobson ocorre no momento inicial do encontro, em que se dá o desmoronamento das gramáticas das línguas em contato. A fonologização se dá no momento de *formação* da nova gramática, enquanto que a refonologização aparece no momento de *transformação* da nova gramática. Como se pode ver na fig. 2 abaixo, a gramaticalização equivale à crioulização, e a regramaticalização à descrioulização, aqui chamada de transformação da gramática crioula. É claro que antes de se iniciar a gramaticalização, ou melhor, para que se inicie a gramaticalização, tem que haver uma desgramaticalização. Esta última se dá nos primeiros momentos do contato dos povos aloglotas. Em Couto (1986b), encontra-se uma primeira exposição desse novo modelo de crioulização.

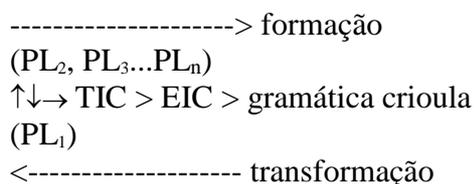


Fig. 2

Eu evitei usar os termos crioulização (equivalente à formação da gramática crioula) e descrioulização (equivalente à transformação da gramática crioula). Eles são muito polêmicos, sobretudo o segundo. O crioulista Alain Kihm (1984), por exemplo, é contra o segundo deles. Um outro autor que o considera dispensável é Baker (1997), que o coloca no mesmo nível que a questão da língua alvo, como se pode ver em 1.4.6. Algumas pessoas chegam a considerá-lo politicamente incorreto. Eu, particularmente, não vejo nenhum mal no par de conceitos crioulização-descrioulização. No entanto, como o que me importa mais é o processo de formação e transformação da gramática crioula, não há mal nenhum em usar esses últimos, como se vê na fig. 2. Winford (1997) também evita os termos tradicionais, substituindo o primeiro por “formação do crioulo”, falando também em “formação do pidgin”.

Nada na fig. 2 é gratuito. A primeira seta horizontal sugere que, numa situação de contato, via de regra são representantes de LL que primeiro entram em contato com representantes de LS. Estes se dirigem a representantes de LL por terem sido interpelados, como Schuchardt já havia notado (Schuchardt 1909: 443). Um bom exemplo são as tentativas de interação comunicativa que se deram em Porto Seguro em 1500, descritas por Pero Vaz de Caminha. Ele deixa claro que foram os portugueses que primeiro se dirigiram aos índios tupinambás, que tentaram se comunicar com os portugueses atendendo a solicitações deles (cf. Caminha 1965). Nesse estágio de interação, o que se tem são *tentativas individuais de comunicação* (TIC). Por sua própria natureza (ausência de uma L comum), as TIC são inteiramente imprevisíveis. O emissor da mensagem pode se valer de qualquer recurso, contanto que o objetivo visado seja atingido. Em (1)-(4) temos alguns exemplos de TIC.

- (1) I paguei, I faço questão de my car
- (2) [mAM mAM mAM] + mão indicando para a boca ‘eu quero comida’
- (3) [mɛ:] + polegar para baixo; [mu:] + polegar para cima
‘eu não quero carne de carneiro, mas de gado’
- (4) me Tarzan, you Jane ‘eu sou Tarzan, e você é Jane’

O enunciado (1) foi dito por um brasileiro na Alemanha a quem uma autolocadora queria entregar um carro diferente do que ele encomendara. O de (2) foi proferido por uma brasileira semianalfabeta na Bélgica, quando pretendia solicitar comida a seus hóspedes. O de (3) foi empregado por um auxiliar de técnico de futebol brasileiro tentando comprar carne de gado para churrasco em um açougue na Arábia Saudita, onde a carne mais comum é a de carneiro. O de (4) é mundialmente famoso devido aos filmes de Tarzan. Ele mostra claramente a necessidade inicial de se dar um nome ao EU eu ao TU. Por fim, os membros da esquadra de Cabral só interagiram com os indígenas tupinambás por meio de gestos (cf. Caminha 1965), como se pode ver em (2)-(4) de 1.4.3.

Se o contato entre membros de LL e LS em determinado território continuar, aquelas TIC que se mostrarem comunicativamente eficazes poderão se cristalizar como *estratégias individuais de comunicação* (EIC). Em (5)-(6) temos alguns exemplos de possíveis EIC.

- (5)
 - (a) cê qué babí ‘eu vou abrir’, ‘você abre’, ‘ação de abrir’, etc.
 - (b) cê qué awa ‘eu quero água’, ‘você quer água’, ‘a mamãe quer água’, ‘o papai quer água’, ‘eis a água’, etc.
- (6)
 - (a) me like boys ‘eu trato bem os empregados’
 - (b) plenty kaikai, no fight? ‘Há comida suficiente? Sem castigos?’

- (c) yes, plenty kaikai and no fight ‘Sim, há muita comida e nada de castigos’
 (d) What you pay me? ‘Qual é o salário?’
 (e) one fellow anikow ‘um “axe”’

As EIC de (5) foram proferidas por Aninha com a idade de 18 meses. A expressão “ce qué” é uma fórmula fixa, que era usada para qualquer mensagem que implicasse volição, mesmo que fosse dela própria. Não havia uma separação entre “cê” e “qué”, de modo que, na verdade, o que se tem é “cequé”. As EIC de (6) foram registradas nos momentos iniciais de contato entre europeus e trabalhadores do Pacífico. Como previsto no modelo da fig. 2, quem primeiro se dirige ao outro grupo são os colonizadores (6a). Os povos subordinados se manifestam em resposta a esta solicitação (6b). Em seguida, temos a continuidade dessa interação comunicativa, com membros de LL dando uma resposta (6c), os de LS fazendo outra pergunta (d) e LL, finalmente, dando a última resposta (6e) (cf. Mühlhäusler 1986: 136).

Alguém poderia contra-argumentar afirmando que se as EIC são individuais, como poderiam marcar o início de formação da nova gramática, que é eminentemente coletiva? É bem verdade que elas foram produzidas por indivíduos, porém surtiram efeito, o que significa que de alguma forma passaram a ser compartilhadas com o ouvinte. Além do mais, não nos esqueçamos de que o indivíduo é eminentemente social, como salientam autores tão diversos como Marx (1970) e Marías (1960). Portanto, se se trata de uma comunidade emergente, cada individualidade é definida em termos dessa comunidade emergente.

Se a passagem de um conjunto TIC para um conjunto de EIC é facilmente comprovável em diversas situações de contato linguístico, a passagem de um conjunto de EIC para uma língua razoavelmente elaborada é bem mais difícil de ser observada na prática. No caso da aquisição de primeira língua (L1) pela criança isso até que não é tão difícil assim. Acontece que nesse caso trata-se de apenas um indivíduo, que está adquirindo uma língua já formada, que é a da comunidade em que nasceu e vive. No caso da aprendizagem de segunda língua (L2) também é possível observar essa transição. No entanto, também aqui o aprendiz está se apropriando de um sistema já formado, além do fato de ele já dominar pelo menos um outro sistema, sua L1. Na parte IX veremos algumas investigações, e alguns resultados, que se enquadram nesse caso.

De $\uparrow\downarrow$ até TIC não há nada comum do ponto de vista cultural. O pouco que pode haver nesse sentido são experiências relacionadas com a orientação no mundo (Schaff 1974), estudadas detalhadamente em 6.4. De TIC para EIC já começa a surgir um vocabulário compartilhado. Geralmente ele é tirado da língua dominante e/ou de mais prestígio, mas nem sempre na íntegra. A partir de EIC começa a emergir a gramática da nova língua, independente da gramática das línguas intervenientes. É aí que começa a surgir a língua crioula.

Resumamos as principais características dos crioulos. Antes de mais nada, eles resultam do contato de povos (P) de línguas (L) mutuamente ininteligíveis que, sobretudo durante o período de colonização da África, Ásia e América pelas potências européias passaram a conviver em território (T) comum, frequentemente em ilhas ou em fortes costeiros. As primeiras eram normalmente o que se convencionou chamar de “plantações”, daí o nome de crioulo de plantação, como no Havaí, no Haiti, na Ilha Maurício, em Guadalupe, etc. Os segundos são representados, entre outros, pela atual Guiné-Bissau, o Suriname, a Serra Leoa, etc. Em 1.4 voltaremos a esse assunto.

Dadas as condições sócio-históricas de seu surgimento, as línguas crioulas apresentam uma gramática relativamente simplificada em comparação tanto à língua do povo dominante, chamada de língua de superstrato ou lexificadora (LL), quanto às línguas dos povos dominados ou de substrato (LS). Entre as principais características estruturais das línguas crioulas salientam-se (i) tendência à sílaba CV na fonologia e pergunta indicada apenas pela elevação da voz no final da sentença, (ii) tendência à ordem SVO, (iii) tempo-modo-aspecto

(TMA) em vez de apenas a linha temporal passado-presente-futuro nos verbos, (iv) tendência à inexistência de cópula, (v) poucas preposições, às vezes apenas uma preposição coringa, como o “na” dos crioulos portugueses, (vi) ocorrência de serialização verbal para suprir essa falta de preposições, (vii) ausência de morfologia ou pouca morfologia, (viii) preferência pela parataxe em vez da hipotaxe, e uma série de outras. Normalmente, as características estruturais se coadunam com os primeiros estágios da sintaticização de Givon (1979a). Em síntese, a gramática crioula tende a reter os traços mais gerais, ou seja, entre os diversos parâmetros disponíveis, elas geralmente optam pelos não marcados (cf. Bickerton 1984 e Couto 1996).

Apesar da lista parcial de traços geralmente atribuídos às línguas crioulas, muitos autores afirmam, com certa razão, que é impossível definir uma língua crioula apenas por traços estruturais (Bollée 1977b, Thomason 1997). Apesar disso, Hymes afirma que eles representam, relativamente ao pidgin, uma expansão na forma interna, com convergência, e uma extensão no uso (Hymes 1971: 84). Mas isso pressupõe o chamado ciclo vital, segundo o qual o crioulo seria a nativização de um pidgin. De qualquer forma, os traços que Bickerton (1981, 1984) considera típicos dos crioulos, por oposição aos pidgins, são os seguintes, entre outros: (i) ordem SVO e regras de movimento, (ii) sistema TMA (tempomodo-aspecto), (iii) desenvolvimento de artigos para indicar asseverado/específico, (iv) estratégias para relativização e cópia do sujeito, (v) forma bimorfêmica para palavras interrogativas (qual dia?, qual hora?, qual ano? em vez de “quando?”), (vi) ausência de cópula, (vii) serialização verbal, (viii) pouca morfologia, e assim por diante.

A maior parte dos autores que afirma ser impossível definir um crioulo apenas estruturalmente, acrescentando que o que define esse tipo de língua são as condições sócio-históricas de seu surgimento. No entanto, eu discordo dessa asserção. Se apenas as condições sócio-históricas fossem suficientes para se ter uma língua crioula, em Palmares teríamos tido uma com toda certeza pois, como está cabalmente demonstrado, as condições sócio-históricas estão plenamente atendidas (cf. Couto 1992b, a sair e). O fato é que para se ter uma língua crioula é necessário que haja uma conjunção das condições sócio-históricas alinhavadas acima com um conjunto de traços não-marcados como os sete da primeira lista ou os oito da segunda (de Bickerton). Em suma, na caracterização das línguas crioulas são necessários tanto critérios de história interna quanto de história externa. Entretanto, é preciso ficar bem claro que as características estruturais são resultados de processos sócio-históricos, como vimos com Thomason & Kaufman (1988: 35).

A seta inferior virada para a esquerda, na fig. 2, mostra o processo subsequente ao de formação da gramática crioula, ou seja, o de sua transformação, sendo que frequentemente isso pode se iniciar até mesmo antes do término da formação. É o que em crioulistica (estudo das línguas crioulas) se tem chamado de descrioulização. É bem verdade que tem havido críticas a esse conceito, como visto acima. Porém, eu estou convencido de que, com referência ao que objetivamente se observa em todos os crioulos que convivem com a língua lexificadora, ele designa algo preciso. Em Couto (1994a), pode-se ver como o crioulo português da Guiné-Bissau está se transformando na direção do português. Se não se trata do melhor termo para designar um fenômeno empiricamente observável, isso é outra história. De minha parte, fico com as expressões *formação* e *transformação* da gramática crioula, como está no título deste livro. Deve ficar claro, no entanto, que evitar um termo não é evitar o que ele designa.

Para terminar, apresento uma lista parcial dos principais crioulos existentes no mundo, separados por língua lexificadora. Quando necessário, indico entre parênteses o local onde ele é falado.

I. Crioulos portugueses:

Caboverdiano
 Guineense
 São-Tomense (São Tomé e Príncipe)
 Principense (São Tomé e Príncipe)
 Angolar (São Tomé e Príncipe)
 Ceilonês (Sri Lanka, ex-Ceilão)
 Papia kristang (Malaca)
 Korlai (Korlai, costa ocidental da Índia)

II. Crioulos espanhóis:

Papiamentu (Antilhas Holandesas)
 Chabacano (Filipinas; diversos dialetos)
 Palenquero (Colômbia)

III. Crioulos franceses:

Mauciciano (Ilha Maurício)
 Seychellois (Ilhas Seychelles)
 Tayo (Nova Caledônia)
 Martinica
 Guadalupe
 Marie Galante
 Dominica
 Haitiano

IV. Crioulos ingleses:

Belizense
 Guianense
 Havaiano
 Jamaicano
 Krio (Serra Leoa)
 Misquito (Nicarágua)
 Saramacca (Suriname)
 Sranan (Suriname)
 Tok pisin (Papua-Nova Guiné)
 Kriol (Austrália)

V. Crioulos holandeses:

Neherhollands (Ilhas Virgens, St. Thomas, St. Croix e St. John)
 Berbice Dutch (Guiana)
 Skepi (Guiana)

VI. Crioulos africanos:

Kituba (Zaire e Congo-Brazzaville)
 Lingala (Congo ocidental e República Centro-Africana)
 Sango (República Centro-Africana)

VII. Crioulos árabes:

Juba (Sudão)
 Kinubi (Uganda e Quênia)

Obviamente, essa lista não tem pretensões à exaustão. Quando não pelo fato de as línguas crioulas serem uma realidade dinâmica, em permanente mudança. Para mais detalhes, pode-se consultar Couto (1996: 227-245) e Holm (1989).

1.3. Pidginização

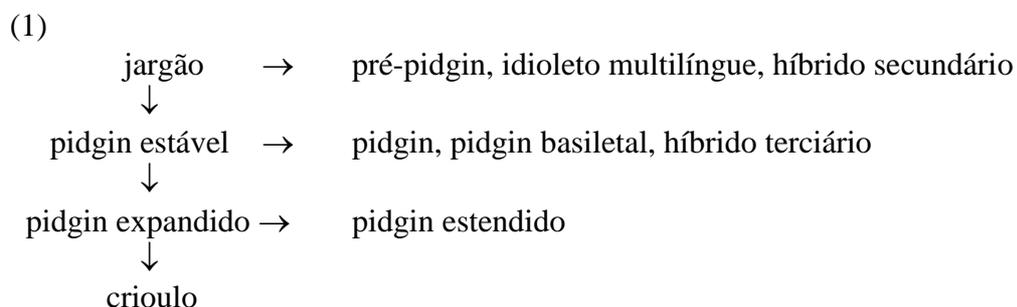
Ao falar da emergência das línguas crioulas vimos que o conceito de pidgin é dispensável pois, como mostra a fig. 2, o que se tem em uma situação de contato que dá lugar a uma língua crioula é a formação paulatina de um novo sistema linguístico a partir dos escombros das línguas contatantes (para mais detalhes, cf. Couto 1996, 1998b). No entanto, isso não significa que o conceito de pidgin não seja importante e necessário para caracterizar diversas situações de uso linguístico resultantes do contato de povos e respectivas línguas. Pelo contrário, há muito mais situações pidginizantes, nos termos definidos abaixo, pelo mundo afora do que se poderia imaginar. O que é mais, existem muito mais pidgins do que crioulos. Mas, o que é pidgin, afinal de contas?

Partamos da definição de Bickerton mencionada acima. Ele afirmou que pidgin, “é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito” (Bickerton 1984: 173). A chave para o verdadeiro conceito de pidgin está na palavra “auxiliar”. Ela aponta para o fato de que ele não é língua nativa de nenhum de seus usuários. Portanto, é auxiliar no sentido de servir como língua de contato entre povos de línguas mutuamente ininteligíveis. No entanto, essa definição não esclarece todo o conjunto de questões polêmicas que cercam o conceito de pidgin. Se a conceituação de crioulo já é polêmica, a dos pidgins é-o muito mais ainda. Por isso, no presente capítulo discuto o último deles com relativo detalhamento. Depois de relatar os diversos problemas que as concepções tradicionais de pidgin apresentam, sugiro uma nova proposta de caracterização. Como se verá, a complexidade e as incertezas na definição dessa língua de contato se devem à fluidez das realidades que designa.

Já vimos que a definição de Bickerton apresentada em 1.2 - e reproduzida no parágrafo anterior -, é problemática, pois implica que “pidgin” é um pré-crioulo. No entanto, vimos que considerar o crioulo como um pidgin nativizado, isto é, como desenvolvimento de um pidgin, leva a dois problemas de difícil solução: primeiro, isso pressuporia que o pidgin seja algo perfeitamente definido; segundo, mesmo que ele o fosse, a própria nativização é problemática, uma vez que não se sabe quantas crianças teriam que adquirir esse presumível pidgin prévio como primeira língua para se ter um crioulo. Enfim, o conceito de pidgin está envolto em toda uma série de problemas.

Como se pode ver na fig. 1 do capítulo anterior (1.2), para Dell Hymes (bem como para Bickerton) o processo de pidginização se inicia quando povos de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato. Nesse momento, o que se tem seria um *pidgin instável* ou *jargão*. Com a continuidade do contato, esse pidgin instável inicial evoluiria para um *pidgin estável*. Loreto Todd (1990: 5) fala em “pidgin estendido”, que seria aquele que “a despeito de não se transformar em língua materna, se mostra extremamente importante em uma área multilíngue e que, devido a sua utilidade, vê seu uso estendido além da limitada função original que causou seu surgimento”. Estariam nesse caso diversos pidgins da costa oeste da África.

Sob o nome de “pidgin expandido”, o conceito de “pidgin estendido” foi retomado por Peter Mühlhäusler (1986: 5) e aplicado ao tok pisin da Papua-Nova Guiné. No esquema de (1) temos uma síntese de sua proposta de evolução para os pidgins e crioulos.



Verticalmente, ter-se-ia a dimensão evolucionária, ou seja, diversas etapas de desenvolvimento, que é basicamente a do ciclo vital vista ao falarmos do processo de formação dos crioulos, apenas com o acréscimo da etapa do “pidgin expandido”. Horizontalmente, da esquerda para a direita, têm-se níveis de reestruturação. Mas, o que seria um “pidgin estabilizado”, para começo de conversa? Seria uma língua independente das línguas doadoras, ou seja, aquelas de cujo contato ele teria surgido? Nesse caso, teria que ter uma gramática própria, como veremos abaixo. Os únicos exemplos de pidgin que teriam se estabilizado antes de se crioular apresentados por Mühlhäusler são o crioulo inglês do estreito de Torres (Torres Straits Creole English), o que já apontaria para uma potencial problematidade do conceito. Com efeito, como diz Wolfgang Klein, embora em uma nota de rodapé, “a estabilidade relativa eventualmente atribuída aos pidgins se deve sobretudo a uma ausência de dados suficientes” (Klein 1977: 167).

De acordo com Mühlhäusler, e como já está explicitado no esquema supra, o pidgin estabilizado pode evoluir para um *pidgin expandido* antes de se crioular. Ele apresenta apenas um exemplo, ou seja, o tok pisin. O problema é que “crioulizar-se” para ele é nativizar-se e, como já vimos, a nativização é um conceito por demais complicado para ser usado como base do processo que leva a uma língua crioula. Portanto, pode-se perguntar se realmente o tok pisin era apenas um pidgin quando se “crioulizou” nos termos de Mühlhäusler. O que era ele antes de se expandir? E antes de se estabilizar? O mesmo poderia ser dito do crioulo inglês do estreito de Torres. Que diferença fundamental existe entre a presumível fase de estabilização e a anterior, do pidgin instável? Afinal, qual é a diferença estrutural entre pidgin e crioulo? Apenas afirmar que do primeiro para o segundo houve expansão da forma interna, complexificação da forma externa e extensão no uso como sugeriu Hymes (1971: 70, 84), deixa tudo muito nebuloso, mesmo com as exemplificações com que Mühlhäusler ilustra sua argumentação.

Os autores que defendem o chamado ciclo vital pidgin-crioulo, no qual os conceitos de estabilização (e expansão) se incluem, quase sempre exemplificam apenas com o tok pisin. Como instância de pidgins estendidos (expandidos?), Loreto Todd fala vagamente dos pidgins da costa oeste-africana. E aí parece terminar a pequena lista de pidgins desse tipo. O que chamam de pidgin instável, ou jargão, aparentemente existe em profusão no mundo todo, como parece ser o caso do tã bô, do russenorsk, do Gastarbeiter-Deutsch (Pidgin-Deutsch) e outros. Como sabemos, esses três casos são muito diferentes do tok pisin que, como visto, não só atingiu a estabilidade como até mesmo se expandiu. Diante disso, parece impróprio atribuí-lo à mesma categoria que eles.

Retornando aos pidgins instáveis, verifica-se que sua instabilidade se deve em parte ao fato de não terem um território próprio em que uma população os usaria, uma vez que só são usados para tentativas de interação comunicativa entre indivíduos de línguas mutuamente ininteligíveis, como veremos detalhadamente em 1.4, ao falarmos do contato de línguas. Portanto, parece que as únicas realidades linguísticas que mereceriam o nome de pidgin seriam aquelas a que se chama acima de jargões. Bickerton (1981, 1984) parece favorecer essa concepção. Para ele, o pidgin prototípico constaria apenas de itens lexicais, geralmente

tirados da língua dominante, usados sem nenhuma gramática. Essa só surgiria quando crianças adquirissem esses itens lexicais e lhes atribuísem uma gramática, altamente não-marcada, tendo por base o dom biológico para a linguagem, isto é, a gramática universal, que é apanágio da espécie humana. Em suma, a gramática surge com a criouliização que, como vimos em 1.2, é comunitarização. E nesse ponto não se trataria mais de um pidgin ou jargão.

Uma outra restrição é a de que muitos dos exemplos de pidgins mencionados na literatura crioulistica e pidginística não passariam de versão “foreigner talk” de determinadas línguas usadas para com os estrangeiros. Bons exemplos disso teríamos em vários “pidgins” do Pacífico, como o yimas pidginizado, o yimas-arafundi, o yimas-alamblak, o yimas-karawari, o yimas-iatmul, o pidgin manumbu-kwoma, o pidgin arafundi-engá (Williams 1993), além do motu simplificado (Dutton 1986), da região da Papua-Nova Guiné. Winford (1997: 135) prefere falar em “versão simplificada de uma língua”. Assim, o chamado pidgin yimas seria yimas simplificado.

Outros casos de presumíveis pidgins seriam apenas estágios intermediários de aquisição de uma segunda língua. Nesse caso entraria claramente o Pidgin-Deutsch dos trabalhadores estrangeiros da Alemanha, além de diversos outros pelo mundo afora. Com isso, teríamos o que Wolfgang Klein chamou de gramáticas transicionais ou gramáticas variacionais (Klein 1977). Autores como Williams parecem ver pidgin por todo lado.

Gramáticas transicionais seriam equivalentes às interlínguas dos estudiosos de aquisição de segunda língua (Selinker 1972). Mas, o conceito de interlíngua se refere apenas à questão da gramática internalizada pelo falante, nos termos da competência da gramática gerativa. Seria, portanto, um fenômeno individual. No entanto, a língua é um fenômeno eminentemente social. Tanto pidgin quanto crioulo -- seja lá qual fôr o sentido que se atribua a esses termos -- resultam do contato de povos aloglotas. Portanto, ambos são fenômenos coletivos ou, pelo menos, que surgem à medida que vai se formando uma comunidade. Em síntese, o conceito de interlíngua não é um bom começo para se explicar a formação de um pidgin (nem muito menos de um crioulo). Quando muito poderia ser usado como metáfora de um fenômeno individual que apresenta similaridades com o processo que leva ao pidgin. A conclusão inevitável a que chegamos é a de que, quando se fala em língua, fala-se implicitamente em uma comunidade que a usa. Tanto empírica quanto teoricamente é impossível a existência normal de uma língua sem uma comunidade que a tenha formado e que a use.

Quando percorremos a literatura existente sobre pidgins, parece que em praticamente toda ela fica implícito que pidgin é uma língua. Isso está bem claro no nome da revista por assim dizer oficial da crioulistica, ou seja, *Journal of pidgin and creole languages*, e em várias outras obras importantes da área, tais como *Pidgin and creole languages* (organizado por Glenn Gilbert, 1987), o livro clássico de Robert A. Hall Jr. (1966) *Pidgin and creole languages* e do manual homônimo *Pidgin and creole languages*, de Suzanne Romaine (1988), entre diversos outros. Pois bem, se pidgin é uma língua, por que em praticamente toda a literatura em língua inglesa, fala-se em “Hawaiian Pidgin English”, “Torres Straits Pidgin English”, “Chinese Pidgin English”? Nessas expressões, o substantivo é “English”. Quanto a “Hawaiian”, “Torres Straits” e “Chinese” têm uma função adjetival. Por outras palavras, essas expressões sugerem claramente que se trata de variedades do inglês, o que significa que quando muito seriam “dialetos”, ou “formas corrompidas” dessa língua, não uma língua propriamente dita. Portanto, há uma contradição gritante com a afirmação de que pidgins seriam línguas.

Mesmo que não houvesse essa contradição, teríamos pelo menos mais um problema ainda não resolvido satisfatoriamente. Se o pidgin é uma língua, deve apresentar todos os componentes estruturais das línguas não-pidgin. Quais são esses componentes? Tanto no sentido lógico-matemático quanto no sentido que lhe atribuem o estruturalismo e a gramática gerativa, língua consta de uma gramática e um léxico. Nas suas últimas versões (minimalismo), a gramática gerativa tem falado mais em “componente computacional” (cf. Chomsky 1996), em vez de ou

adicionalmente a gramática. O fato é que para quase todas, se não todas, as versões dos estruturalismos linguísticos, o que se vê em (2) pode ser tido como a fórmula representativa do conceito de língua. Ela afirma que língua (L) consta de um *léxico* ou vocabulário (V) e uma *gramática* (G).

$$(2) L = V + G$$

Segundo essa concepção, língua seria apenas *sistema*, código. No entanto, creio que a língua é mais flexível do que a fórmula dá a entender. Mesmo nos atendo a uma visão internista, imanente ou estrutural de língua, é necessário acrescentar mais um componente, ou seja, os *textos* que o léxico e o componente computacional permitem aos falantes criar, como proposto por Lyons (1996), entre outros. A nova fórmula está expressa em (3), e indica que língua consta de léxico mais gramática, isto é, de um sistema, e dos textos ou enunciados (E) formáveis a partir dele (cf. Couto a sair *b*). Em suma, o uso da língua também faz parte dela. Afinal, é nele que ela surge e é nele que ela se manifesta, como já dissera Saussure (1973: 27).

$$(3) L = (V + G) + E$$

Será que os presumíveis pidgins teriam, todos, esses componentes? Ou será que os textos (E) ou enunciados que são atribuídos a línguas como russenorsk, Pidgin-Deutsch, língua franca e outros não seriam apenas tentativas individuais de comunicação (TIC) ou, quando muito, estratégias individuais de comunicação (EIC), como discutidos no capítulo anterior e na parte VI? Será que existe realmente um sistema russenorsk, ou seja, uma gramática russenorsk independente da gramática do norueguês e da do russo? Em Couto (a sair *d*) eu defendi a tese de que ela não existe.

Um experimento mental (*Gedankenexperiment*) parece ser suficiente para nos mostrar que a mera existência de uma coleção de enunciados não caracteriza uma língua, mesmo que apresente algumas regularidades. Suponhamos que alguém registre 1000 enunciados de japoneses monolíngües tentando falar português. Só que eles foram produzidos em épocas e lugares inteiramente diferentes e por pessoas diferentes. Por exemplo, 100 foram coletados em 1960 em Fortaleza, 300 em 1973 em Londrina, 500 em São Paulo em 1964, 50 no Rio de Janeiro em 1975 e 50 em Brasília em 1980. Suponhamos ainda que não disponhamos de nenhuma informação sobre as condições em que foram coletados. Um linguista que se dispusesse a analisar esse *corpus* poderia chegar a muitas regularidades, a que poderia dar o nome de “pidgin japopor” ou “pidgin portunês”. Mas, como se vê, tratar-se-ia apenas de uma coletânea de enunciados (E), cujas regularidades - caso as haja - não pertenceriam a um sistema coletivo. Não haveria um grupo de pessoas (P) cujos indivíduos que convivessem entre si as reconhecessem como regras de um sistema coletivo. Em síntese, não haveria um espaço comum em que convivessem seus falantes (território). Isso significa que as regularidades poderiam decorrer de EIC tiradas das línguas em contato, ou até mesmo do substrato universal de Givón (1979b). Poderiam dever-se a tendências gerais de apropriação de língua (TGA), como veremos no capítulo 1.4. Portanto, não se trataria de uma “gramática” propriamente dita. Em (Couto a sair *d*), desenvolverei essa idéia mais pormenorizadamente. É bem verdade que um gerativista como Donald Macedo (1986), partindo da versão GB da gramática gerativa, afirma que o pidgin tem uma gramática própria. Ele chega a falar em “pidgin core grammar” (p. 74). De acordo com ele, “a adição de uma periferia marcada [a essa gramática núcleo - HHC] é o que tem sido considerado no passado como crioulização” (ibidem). Em uma situação de contato de diversas línguas, a crioulização vai na direção da língua que atende o critério de aprendibilidade (*learnability*). Porém, seu texto parece ter sido

escrito por um aluno aplicado de gramática gerativa, que deseja mostrar que aprendeu a lição e, com isso, enfia tudo que viu em suas aulas de GB no processo de criouliização. Ele só repete o que a teoria já pressupõe, sem acrescentar nada de novo. O que acrescenta é inadequado, como ao afirmar que o jamaicano e o havaiano se descriuizaram ao passo que o caboverdiano não. Enfim, o texto de que poderíamos esperar um esclarecimento sobre se o pidgin tem uma gramática própria ou não só contém tautologias. O que ele promete no título (*The role of core grammar in pidgin development*) infelizmente não é mostrado.

Quem parece ter razão nesse ponto é Michael Silverstein. Falando do chinook jargon, ele afirma que “encontramos uma incrível variedade de realizações fonéticas dos mesmos itens não consistentes com um sistema sonoro para o chinook jargon. Cada falante usa, aparentemente, o sistema nativo menos os sons altamente especializados [...]. Assim, a fonologia dessa língua em certo sentido está mais próxima das categorias fonéticas universais. Do mesmo modo, as oposições gramaticais das sentenças do ‘jargon’ apresentam uma eliminação de traços tais como o número dual ou a classificação em gênero do chinook, ou as construções com sintagmas verbais progressivas/não-progressivas do inglês”. Ele conclui afirmando que partindo das estruturas profundas do inglês ou do chinook, pode-se chegar a uma sentença aceitável no chinook jargon mediante adaptações nas realizações de superfície (Silverstein 1971: 191). Portanto, não existe uma gramática específica desse “pidgin”.

O problema com a tese desse autor, no fundo no fundo, é o mesmo que vimos em Macedo. Ambos querem caracterizar o chamado pidgin como língua, porém de uma perspectiva exclusivamente estrutural. Como já vimos, isso é impossível.

Os estudiosos que consideram o pidgin como tendo uma gramática, por mais instável que ela possa ser, em geral o definem separando as características sócio-históricas das características linguísticas ou estruturais. Do ponto de vista sócio-histórico, um pidgin surge sempre do contato de um povo dominante com mais de um povo subordinado (Baron 1977). Para alguns autores, ele poderia surgir do contato de apenas dois povos, como teria sido o caso do russenorsk, que surgiu do contato de pescadores noruegueses com russos que vinham negociar com eles na costa norte da Noruega (Jahr 1996). Para outros, no entanto, um pidgin só surgiria em uma situação de multilinguismo, como é o caso de Whinnom (1971).

Até aqui eu só falei do que é problemático no conceito de pidgin. Vejamos agora o que está relativamente assente. Antes de mais nada, parece haver um certo consenso de que (i) ele resulta do contato de povos de línguas mutuamente ininteligíveis, como já vimos na definição de Bickerton comentada acima. Em segundo lugar, a grande maioria -- se não todos -- dos crioulistas e pidginistas está de acordo com a asserção de que o pidgin (ii) não é língua nativa de ninguém, de novo como está expresso na definição de Bickerton. E aí parece terminarem as concordâncias. Aliás, alguns autores chegam a afirmar que alguns pidgins teriam uns poucos falantes nativos, como teria ocorrido com o tok pisin algumas décadas atrás. Mas, nesse caso qual seria a diferença entre pidgin e crioulo, se esse último é definido por esses autores como sendo um pidgin que passou a ter falantes nativos?

Se os crioulos eram de difícil definição apenas estruturalmente, os pidgins são-no muito mais. Autores como Bakker (1995a, 1998) acham que eles podem ser altamente complexos, devido ao seu processo de formação. A definição clássica, do ciclo vital, afirma que os pidgins apresentam uma gramática altamente reduzida, simplificada, relativamente às línguas doadoras, ou seja, a chamada língua dominante, de superstrato ou lexificadora, e as línguas inferiorizadas sócio-economicamente, mais comumente chamadas de línguas de substrato. Essa simplificação atinge sobretudo a gramática, e nessa, principalmente a morfologia. Porém, o léxico também se reduz drasticamente. Dadas as circunstâncias em que são usados - uma comunicação mínima entre pessoas de línguas mutuamente ininteligíveis -, os pidgins não precisariam mais do que desse mínimo. Para compensar essa escassez de itens lexicais, os poucos que são usados apresentariam algumas características típicas. A primeira é a

multifuncionalidade, ou seja, o uso de um mesmo lexema em diversas funções gramaticais. A segunda é a polissemia, que consiste no uso da mesma palavra em várias significações diferentes. A terceira é a circunlocução, isto é, uso de expressão às vezes metaforicamente descritiva para designar um único objeto. Um exemplo seria “água dos olhos”, para lágrima, ou “godo abia gauna” (literalmente, ‘voz-tomar-coisa’), para gravador, no hiri motu da Papua-Nova Guiné.

Há outras concepções de pidgin. Para Pierre Perego, por exemplo, os sabires (que incluiriam a língua franca) são línguas bilaterais, ou seja, usadas como intermediários por falantes de duas línguas mutuamente ininteligíveis. Se são empregados apenas pelo lado mais fraco, ou seja, se são unilaterais, são pseudo-sabires. Os pidgins seriam um tipo de pseudosabir. O que existiu até o final do século passado no norte da África, sobretudo na Argélia, era um pseudo-sabir, também conhecido como *petit mauresque* (Perego 1968). Isso significa que, para esse autor, a língua franca era um pidgin.

O grande problema com todas as definições, tanto de pidgin quanto de crioulo, vistas acima é que são formuladas em termos negativos. Como afirma Philip Baker, para essas concepções “as pessoas tentavam adquirir uma língua europeia e fracassavam, ou tentavam manter sua língua tradicional e não conseguiam” (Baker 1995a: 6). Isso se deve ao fato de que a maioria das concepções de pidgin e crioulo partem do pressuposto de que os falantes de línguas inferiorizadas em uma situação de contato teriam a língua dominante como língua alvo. Seu objetivo seria aprendê-la, como está formulado de modo incisivo nas obras de Robert Chaudenson (cf. Chaudenson 1989). A proposta de Baker, chamada de teoria criativista, é de que o objetivo desses povos não era aprender uma segunda língua, mas simplesmente de se comunicar. Se a língua mais disponível, e às vezes imposta com violência, era a dos colonizadores, isso não significa necessariamente que os povos subordinados queriam aprendê-la. Na verdade, eles não tinham outra escolha, pois tinham que se comunicar para sobreviver (Baker 1994). Em 1.4.6, examinaremos essa proposta detalhadamente.

Diante de tantos problemas com a delimitação do que seja pidgin, felizmente nos últimos anos está emergindo uma nova concepção, muito mais realista e compatível com os dados concretos. De acordo com Peter Bakker, apesar de emergirem do contato de línguas mutuamente ininteligíveis tal qual os crioulos, “os pidgins diferem de modo significativo dos crioulos em diversos aspectos”. O autor continua afirmando que “o inglês do Pacífico e as formas não-nativas do inglês pidgin do oeste da África não podem ser tomados como exemplos de pidgin uma vez que eles têm sido falados por um lapso de tempo tão longo que não são mais representativos dos pidgins. Eles formam uma classe entre pidgins e crioulos -- mais próximos dos últimos -- apesar do nome ‘pidgin’”. Ainda de acordo com Bakker, em nenhum dos pidgins do mundo de que temos registro existe alguma semelhança, por mais vaga que seja, com os crioulos. Contrariamente ao que afirma a maioria dos estudiosos até o presente momento, para ele a maioria dos pidgins conhecidos tem bases lexicais diferentes das dos crioulos. E o que é mais, “a base lexical dos pidgins é muito mais variada do que a dos crioulos, o mesmo acontecendo com sua estrutura” (Bakker 1998).

Em outro texto, Bakker apresenta essas idéias de modo mais detalhado. Assim, “(i) os pidgins são, de uma perspectiva estrutural, gritantemente diferentes dos crioulos, (ii) os pidgins podem ter uma morfologia consideravelmente complexa, (iii) os pidgins são frequentemente baseados em línguas locais de preferência à língua colonial” (Bakker 1995a: 25). Examinemos cada uma dessas características.

Dadas as condições sociais de seu surgimento, os pidgins são criados - no sentido de Baker visto acima - para uma comunicação mínima. Por isso cada falante lança mão dos recursos de que dispõe, ou seja, fragmentos da própria língua materna, fórmulas estereotipadas da língua dominante e assim por diante. Isso leva a uma “estrutura” extremamente variada, muito diferente da dos crioulos. Quanto aos crioulos, inclusive aqueles de bases lexicais as mais

diversas e faladas em regiões as mais afastadas entre si, apresentam semelhanças espantosas, como se pode ver detalhadamente nos trabalhos de Bickerton (cf. Bickerton 1981, 1984).

As fórmulas estereotipadas (EIC), tiradas tanto de L1 quanto de L2, justificam a presença de estruturas altamente complexas. Isso não significa que se trate de processos produtivos. Trata-se frequentemente de fórmulas cristalizadas, não produtivas, e às vezes efêmeras. Isso vale para todos os níveis da gramática, ou seja, a fonologia, a morfologia e a sintaxe.

Gostaria de enfatizar o papel da fonética-fonologia nesse processo. Há interpretações errôneas do processo. De acordo com Lefebvre (1998), o pidgin/crioulo formaria seus itens lexicais partindo das entradas lexicais da língua doadora e substituindo sua representação fonológica pela da nova língua. O que acontece, na verdade, é muito diferente. O que os formadores dos pidgins captam, quando captam, são as partes mais salientes da cadeia sonora, portanto, algo mais próximo da representação fonética do que da fonológica. É a isso que atribuem uma representação fonológica, quando começa a formar uma nova língua. No capítulo sobre fonologia temos alguns exemplos.

A conclusão inevitável a que chegamos é a de que, na verdade, aquilo a que se chama de “pidgin” parece não passar do que os primeiros estudiosos chamaram de “jargão”, como é o caso de Bloomfield (1933). Isso significa que ele não passaria de um pequeno inventário de itens lexicais precariamente compartilhados, adaptados à fonética e à semântica da L1 de seus usuários, sem uma gramática própria independente das gramáticas das línguas contatantes. O pouco que há que parece gramática não passa de fórmulas estereotipadas, tiradas das L1 de cada falante. Em suma, o pidgin não seria uma língua propriamente dita, pois lhe falta o componente G da fórmula de (3). Se admitíssemos que o que se tem chamado de pidgin é uma língua - exceto o tok pisin, que seria outra coisa - teríamos que aceitar também que uma fórmula como a de (2) seria válida para língua.

Comparando-a com a de (3), nota-se que (2) está truncada. Com efeito, E pressupõe G, ou seja, E não pode existir sem G. Consequentemente, (2) não é uma fórmula válida para língua. Diante disso, pidgin não é língua, a despeito de afirmações de que pode existir língua apenas com léxico, mas sem gramática (cf. Bickerton 1989, Koefoed & Tarensken 1996: 131). Este ponto ainda não está claro. De qualquer forma, valeria a pena lembrar a linguagem unissígnica (com apenas uma palavra) e, consequentemente, apenas um texto (E), mencionada em 4.1.

Poder-se-ia também dizer que o pidgin não passaria de um conjunto de estratégias individuais de comunicação. Outras realidades que assim são chamadas não passariam de meras versões “foreigner talk” de determinada língua, como parece ser o caso do hiri motu e outros (Thomason 1997: 83). Outras, por fim, não passariam de frases proferidas por pessoas tentando falar precariamente uma L2, no caso, a língua do povo dominante. Em síntese, se quisermos continuar usando o termo pidgin - e ele parece ser necessário para designar uma grande quantidade de fenômenos pelo mundo afora -, ele seria sinônimo de jargão.

A pidginização como processo é muito comum, levando a processos universais de uso da língua em situações de contato (TGA). No entanto, a cristalização de um pidgin é rara. Tanto que o que mais existe são *situações pidginizantes*. Trata-se de situações de contato de pessoas de línguas mutuamente ininteligíveis que têm que interagir comunicativamente de alguma forma. Daí o lançarem mão de qualquer recurso disponível, contanto que atinjam o fim colimado, que é fazer-se entender. Além dos exemplos (1)-(6) de 1.2, poderíamos acrescentar os de (5)-(7), dados abaixo, entre uma infinidade de outras possibilidades.

(5) Questo essere pittura molto bello Michelangelo

(6) Índio querer apito

(7) Família alemão vai chegar ‘Minha família vai chegar da Alemanha’ (de um alemão para uma baiana que se oferecia para aventuras amorosas, em um hotel de Salvador).

1.4. Contato de línguas

1.4.1. Introdução

O assunto a ser tratado neste capítulo é o ponto de partida imediato para tudo que se discute em toda a presente investigação. Por isso, é necessário que se façam algumas explicações preliminares, antes de entrarmos na discussão do que interessa diretamente. Em primeiro lugar, é preciso explicar o título do capítulo. A expressão mais corrente, desde pelo menos Weinreich (1953), é "línguas em contato". Por motivos que serão discutidos mais abaixo (1.4.2), prefiro a formulação mais genérica "contato de línguas". No momento, basta adiantar que a fórmula tradicional sugere uma visão estática do fenômeno, o que, aliás, está em consonância com a postura estruturalista de Weinreich e obras contemporâneas suas bem como de muitas das que se lhe seguiram. Quase todas elas encaravam os fenômenos linguísticos de uma perspectiva exclusivamente sincrônica. Quanto à expressão "contato de línguas", além de parecer mais neutra a esse respeito, pode ser entendida também de uma perspectiva diacrônica, evolutiva ou genética.

Em segundo lugar, sabe-se hoje em dia que não há línguas livres de contato em sentido amplo. Nem a língua de uma pequena ilha isolada no Pacífico, como a de Pitcairn, se livra do contato. Pode ser até que ela não mantenha contato geograficamente direto com a língua dominante inglês. Indiretamente, porém, esse contato se dá por meios tais como viagens e todos os meios de comunicação de massa. Além disso, não existem apenas contatos interlinguísticos. Há também os contatos intralinguísticos, ou interdialetais, para não falar dos contatos intergeracionais ou etários. Para Talmy Givón, a expressão "língua de contato" (=língua mista) é vazia de sentido uma vez que toda língua concreta para ele é mista em diversos graus, sendo difícil quantificar essa gradação. Ainda de acordo com ele "a única língua/gramática que de certa forma pode ser considerada 'não-mista' é a gramática universal" (Givón 1979b: 5).

Em terceiro lugar, deve ser notado que mesmo quando se fala em contato interlinguístico, as manifestações são mais complicadas do que se pode pensar à primeira vista. Na verdade, elas não se limitam ao contato direto entre uma L1 homogênea e uma L2 também homogênea, seja lá o que se entenda por homogênea. Pelo contrário, o mais comum é o contato de um dialeto de L1 com um dialeto de L2, sobretudo em regiões fronteiriças. É o que se dá entre o português e o espanhol na fronteira do Brasil com o Uruguai, situação muito bem estudada por Adolfo Elizaincín (cf. Elizaincín, Behares & Barrios 1987). Nesse caso, o que entra em contato não é o português padrão e o espanhol padrão, mas um dialeto do português (o fronteiriço) com um dialeto do espanhol (o fronteiriço). Além disso, existe a possibilidade do contato de um dialeto de L2 com a variedade padrão de L1, e vice-versa, sobretudo em situação de ensino, de governo, de textos escritos, etc.

Em quarto lugar, é preciso salientar que há alguns pressupostos para o contato linguístico. No caso específico do contato entre L1 e L2, o mínimo necessário é a presença dessas duas línguas. No entanto, o lugar em que o contato se dá é também de suma importância, como veremos na seção 1.4.3. Por fim, existe o motivo para o contato. Nos contatos que deram lugar à maioria dos pidgins e crioulos existentes hoje em dia, via de regra o interesse era dos colonizadores, ou seja, dos falantes de L1. Quando se trata de trabalhadores e/ou imigrantes, como os *Gastarbeiter* da Alemanha, o interesse está mais do lado dos falantes de L2. Se a situação de contato se dever a interesses de troca ou de comércio, o interesse é de ambas as partes, como ocorria no encontro de russos e noruegueses ao longo da costa norte da Noruega no final do século passado e início do século XX.

Uma última observação preliminar que gostaria de fazer é reiterar que o arcabouço maior em que o contato de línguas é abordado aqui é ecológico, como já explicitado em 1.1. Isso se deve não a um mero modismo do conceito de ecologia, hoje em dia mais político do que científico. Pelo contrário, a abordagem ecológica me pareceu a mais abrangente e a mais

consentânea com a direção que o conhecimento está tomando cada vez com mais força. Muita gente poderia pensar que o modelo do estruturalismo seria a mesma coisa. Nada mais longe da verdade. O estruturalismo é declaradamente sincrônico, desde suas origens em Saussure. Para seus seguidores, as questões evolutivas e genéticas foram relegadas a segundo plano. À ecologia linguística, ou linguística ecológica, ao contrário, não interessam apenas as relações de determinado fenômeno no interior do ecossistema a que pertence e as relações desse ecossistema com outros ecossistemas maiores (visão sincrônica). Interessam-lhe, e às vezes até com mais ênfase, o processo que deu origem a esse fenômeno e, conseqüentemente, ao ecossistema de que faz parte (visão diacrônica).

1.4.2. Conceituação de contato de línguas

Já vimos acima que a expressão usual "línguas em contato" (*languages in contact*) implica uma visão estática de língua. Gostaria de examinar essa ideia mais detalhadamente. É bem verdade que em publicações mais recentes têm aparecido também expressões como "language contact" (contato de línguas), "contact languages" (línguas de contato e/ou línguas resultantes do contato = mistas). Porém, a formulação mais usual é a primeira, línguas em contato. Às vezes se fala até mesmo em dialetos em contato, como se pode ver no nome de uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, à qual está ligada a sublinha Estudos Crioulos.

Em princípio, não haveria nenhum mal em se usar uma expressão ou outra, se se tratasse de mera questão terminológica. Acontece que por trás de cada questão terminológica frequentemente está uma questão de fundo, de postura teórica. Portanto, gostaria de fazer alguns esclarecimentos terminológicos pois, como creio, a precisão dos conceitos é um passo indispensável para qualquer pesquisa que se queira qualificar de científica. Conceitos lassos, imprecisos, ambíguos ou até mesmo ideologicamente falaciosos podem desorientar o pesquisador mais bem intencionado, principalmente os mais jovens.

Minha preferência pela expressão contato de línguas frente a "línguas em contato" não se deve apenas à estaticidade implícita na segunda. Ela tem a ver com os objetivos da presente pesquisa, que é examinar a formação e a transformação da gramática crioula. Como se vê, trata-se de uma questão genética, diacrônica, portanto não pode ser encarada estaticamente. Quando encaramos a questão da perspectiva de "línguas em contato", estamos pensando em duas línguas que estão em contato. Isso tem conseqüências importantes para a pesquisa. A primeira é que normalmente uma das "línguas em contato" é o alvo (*target*) para os falantes da outra. Com isso, concluem seus defensores, os crioulos e os pidgins são resultado de uma aprendizagem imperfeita de L1 (não confundir com L1, do ensino de línguas, também usado alhures nesta pesquisa). Outra conseqüência danosa desta perspectiva é que as línguas crioulas são consideradas como variedades e/ou dialetos da língua dominante respectiva. Isso fica evidente nos nomes que os crioulistas norte-americanos lhes dão: Hawaiian Creole English, Papua New Guinea Creole English, Torres Straits Creole English, etc. Como já vimos, isso está em contradição com a afirmação dos mesmos autores de que esses crioulos são línguas, e não dialetos do inglês. Portanto, a expressão línguas em contato pode (e deve) continuar a ser usada, mas apenas quando nos referirmos explícita e exclusivamente ao aspecto sincrônico e estático do contato de línguas. O mesmo pode ser dito de conceitos tais como transferência, empréstimo e outros. É preciso caracterizá-los muito bem a fim de se evitarem mal-entendidos.

Nesse depuramento conceitual, é preciso esclarecer que a questão geral do contato de línguas pode ser encarada na sua dinâmica (contato de línguas) mas também em seu resultado. Um dos produtos mais evidentes do contato de línguas são as línguas de contato, a *Vermittlungssprache* de Schuchardt (1909). Os pidgins são algumas das línguas de contato mais conhecidas. As línguas francas seriam outro exemplo. Uma outra conseqüência é que

toda língua resultante de contato é uma língua mista (*Mischsprache*), de uma forma ou de outra. Aliás, "língua mista" é uma outra tradução para a expressão inglesa "contact language", ou seja, trata-se do resultado do contato de línguas - a primeira é justamente "línguas de contato".

Além do contato de línguas, há também o contato de dialetos, com todas as implicações: dialetos em contato, dialetos mistos etc. Um dos resultados mais conspícuos do contato de dialetos é a coineização, como a que se deu na Grécia Antiga. Em Couto (1996: 82-84), eu sugeri que o que está se dando em Brasília é uma espécie de coineização, ou seja, um desaparecimento de traços dialetais muito marcados, em prol do que é relativamente geral no português brasileiro. Na mesma passagem, encontram-se várias referências tanto ao conceito de coineização quanto à questão da linguagem de Brasília. Tarallo & Alkmin (1987: 1-34) é, certamente, a primeira obra publicada no Brasil que contém no título a expressão "línguas em contato". No entanto, o que de fato o livro aborda é o resultado do contato, não o processo de contato, como veremos abaixo ao falarmos de mescla.

Até aqui falamos de contato inter- e intralinguístico, sendo esse último o mesmo que interdialeto. No entanto, a questão de contato permeia as línguas de ponta a ponta. De modo que se pode falar ainda em contato idioleto e em contato intergeracional (ou contato etário). A noção de contato idioleto faz sentido quando se pensa que a gramática total internalizada por cada indivíduo da comunidade apresenta pequenas diferenças, sobretudo em seu componente lexical. Portanto, muita coisa que parece ser idiosincrasia individual pode, eventualmente, se difundir para outros indivíduos da comunidade, com o que se comunitariza, ou seja, passa a ser parte do acervo coletivo. Isso ocorre sempre que determinado indivíduo que dispõe de certo prestígio e/ou acesso a meios de comunicação lança inovações. Essas inovações começam como gírias, mas, com o correr do tempo e com a repetição por outros indivíduos, podem deixar de sê-lo. Os exemplos abundam, não sendo necessário elencá-los.

Um outro tipo de contato é o contato intergeracional ou etário. Todos nós sabemos que as gerações mais jovens introduzem uma série de inovações na língua. Em um primeiro momento, essas inovações entram em choque com os hábitos linguísticos dos mais velhos. Com o correr do tempo, porém, elas podem suplantiar formas de expressão dos antepassados e, com isso, integrarem-se no sistema coletivo da língua. No português brasileiro atual (1998) há uma série de modismos linguísticos que os antigos reputavam de mau estilo, mau hábito e até mesmo erro. No entanto, eles ocorrem com tanta frequência que poderão ser as únicas formas disponíveis daqui a alguns anos. Alguns exemplos seriam "colocar/colocação" para "propor/proposta", "apontar" no sentido e na regência de "afirmar" e assim por diante, para nos atermos à linguagem "cult".

Vejamos algumas inovações idioletais que são tidas pelos mais velhos como "erro". A extensão do sufixo superlativo absoluto "-érrimo" para todos os adjetivos, inclusive para os neologismos, parece ser de cunho idioleto, como no caso de "chiquérrimo", por "muito chique/chiquíssimo". De acordo com a gramática normativa, sufixo "-érrimo" é não produtivo, sendo acrescido a uns poucos casos residuais herdados do latim. O sufixo produtivo é "íssimo". Ainda no que concerne ao superlativo absoluto, idioletoalmente se ouve aqui e ali um sufixo inovador "-ésimo", como em "bonésimo", "chiquésimo" e assim por diante. A única origem para esse sufixo que me ocorre no momento é uma extensão do que se vê, em outro sentido embora, em "vigésimo", "trigésimo", "milionésimo", etc. Pode ser até que os conservadores tenham razão quando afirmam que se trata de erros. Afinal, são os filólogos antigos que também diziam que o erro é uma das fontes de inovação linguística.

Talvez fosse mais apropriado considerar esse último tipo de inovação como provindo do segmento social dedicado à moda (alta costura?), às colunas sociais e tudo aquilo que se chama popularmente de "badalação social". Só que com isso teríamos um outro tipo de contato, o "contato segmental", ou seja, entre diferentes segmentos da sociedade. É um

assunto para se levar em consideração, embora no momento eu não tenha mais nada a dizer sobre ele.

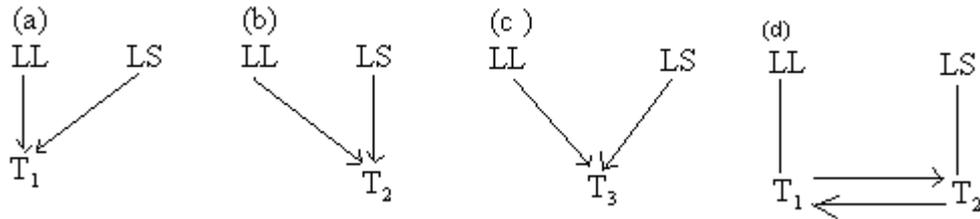
Não se pode esquecer, no presente contexto, o contato de culturas. Na verdade, sempre que se dá um contato de línguas tem-se concomitantemente um contato de culturas. Pode ocorrer até mesmo de o contato de culturas ser mais importante do que o contato de línguas. Em alguns casos, dados certos traços culturais compartilhados, pode ocorrer de povos de línguas mutuamente ininteligíveis conseguirem uma interação comunicativa sofrível. Um bom exemplo é o que se dá entre falantes de kamayurá e aweti (do tronco tupi), waurá e mehinaku (do tronco aruak), kalapalo, kuikuru e matipu (do tronco karib) e trumai (língua isolada) do Parque Nacional do Xingu, estado de Mato Grosso, Brasil. Como se pode ver em Emmerich (1984), Matos e Silva (1997) e Matos e Silva et al. (1988), a despeito da diversidade linguística da área, sempre houve um nível razoável de interação comunicativa entre falantes dessas oito línguas entre si, cada um falando sua própria língua, até mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus. O mesmo pode ser dito da interação comunicativa que havia entre falantes de diversas línguas no oeste africano antes da chegada dos europeus (cf. Almada 1594). Isso se deve à unidade cultural da área. E essa unidade cultural certamente se deve ao fato de conviverem nessa área. Para o caso específico da África, Mervyn Alleyne vem defendendo sua unidade cultural há muito tempo (Alleyne 1989).

Na verdade, para sermos precisos, o conceito de contato de línguas não é muito exato. O que entra em contato diretamente entre si não são línguas (L), mas os povos ou populações (P) que as falam, ou mais frequentemente, membros representantes desses povos. Portanto, deve ficar claro desde já que quando se fala de contato de línguas, ou de seus resultados, na verdade o que se tem em primeiro lugar é, de um lado, PL₁, que entra em contato com PL₂, podendo haver mais de um povo, ou seja, PL₁, PL₂, PL₃, PL₄ etc. No caso específico do contato de línguas que leva à formação de crioulos e pidgins, o que em geral se tem é, de um lado, um povo conquistador ou dominante e respectiva língua (PL₁) e, de outro lado, dois ou mais povos conquistados e/ou dominados e respectivas línguas (PL₂, PL₃, ..., PL_n).

O contato é tão decisivo na mudança linguística que até já se afirmou que toda mudança linguística tem origem no contato. Para corroborar sua importância na mudança linguística, gostaria de acrescentar que até mesmo a ausência de contato causa mudança. Quando determinada variedade ou dialeto de uma língua qualquer se isola das outras variedades ou dialetos, passa a ter uma deriva própria, mesmo que não sofra influência do ambiente imediatamente envolvente. Portanto, pode-se completar a afirmação anterior, reformulando-a do seguinte modo: toda mudança linguística tem como causa o contato, direta ou indiretamente. Os casos de isolamento (ausência de contato) seriam instâncias de contato indireto. O crioulista francês Robert Chaudenson substituiu "ausência de contato" por "afrouxamento da pressão normativa" (Chaudenson 1989). De acordo com ele, "em uma comunidade linguística, a frequência e a amplitude da variação são de certa forma inversamente proporcionais à pressão da norma". Sobre o caso específico dos momentos iniciais da emergência das línguas crioulas, ele afirma que "no início das sociedades coloniais, a pressão normativa se viu reduzida com toda certeza ao mínimo". Nos casos em que a pressão normativa se manifesta, ela "tem por efeito principal neutralizar as tendências à variação do sistema" (Chaudenson 1992: 148-150).

O contato entre os PL se dá em determinado território (T). Em princípio, ele pode se dar (1a) no T de (PL₁), (1b) no T dos ou de um dos povos dominados (PL₂, PL₃, ..., PL_n) ou (1c) em um terceiro T, que não é o de nenhum dos PL contatantes. As três possibilidades estão representadas em (1). Para facilidade de representação, substituo (PL₂, PL₃, ..., PL_n) por línguas de substrato (LS), e (PL₁) por língua lexificadora (LL).

(1)



O caso (1a) se dá quando membros de LS imigram para o território (T₁) de LL, como se dá com os hispânicos em Nova York, Miami e na Califórnia, com os japoneses em São Paulo e os alemães no sul do Brasil, entre outros. Nesse caso, dificilmente surgiria um crioulo. Na melhor das hipóteses, surgiria um anticrioulo, como veremos logo abaixo. A situação (1b) é a dos fortes costeiros, como se deu com o crioulo guineense, o kriol (Serra Leoa) e os crioulos costeiros da Índia e da Ásia. A situação (1c) é a ideal para o surgimento de um crioulo. Trata-se das chamadas sociedades de plantação, como o Havaí, a Ilha Maurício e as ilhas do Caribe. Uma quarta alternativa (d) consistiria em o contato se dar tanto em T₁ quanto em T₂, ou seja, quando membros de LL vão ao T de LS (T₂) ou quando membros de LS vão ao T de LL (T₁). Aparentemente, essa seria a alternativa ideal para o surgimento de pidgins, pela própria natureza deles. Com efeito, uma das poucas características dos pidgins em torno da qual há um certo consenso é o fato de não serem língua materna de ninguém. Eles são apenas línguas de contato - se é que se pode falar de língua nesse caso -, no sentido alemão de *Vermittlungssprache* visto acima, ou seja, língua intermediadora. Fora da situação de contato interlinguístico, tanto falantes de LL quanto falantes de LS voltam à língua de suas respectivas comunidades.

Como se pôde ver, a própria ideia de contato tem a ver diretamente com a interação, ou melhor, o contato é um tipo de interação. Ele é, por assim dizer, a comunicação a nível coletivo, enquanto que a interação comunicativa propriamente dita se dá sobretudo a nível intracomunitário, podendo dar-se também a nível intercomunitário, ou seja, entre indivíduos dos grupos em contato. Ora, a interação é o contexto maior em que se insere a comunicação, que é o centro de toda atividade linguística. É da interação comunicativa, ou de tentativas tateantes de interação comunicativa como as TIC e as EIC que emergem as línguas. Saussure afirmou que "historicamente, o ato de fala vem sempre antes", ou seja, para ele a língua começa pelos enunciados que são produzidos nos atos de interação comunicativa. Além disso, é no ato de comunicação que a língua se manifesta, é ele que nos mostra que a língua existe, como também mostrou Saussure ao afirmar que "a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça" (Saussure 1973: 27). O contato é tão importante, que alguns linguistas americanos já falam em *contact linguistics*, ou seja, linguística do contato (de línguas). Donald Winford, por exemplo, defende a tese de que os estudos crioulos devem ser inseridos no contexto maior do contato de línguas, ou seja, para ele a crioulistica seria uma parte da *contact linguistics*, ou seja, linguística do contato (Winford 1997, 1998). Essa opinião é compartilhada por Thomason (1997), Bakker (1998) e muitos outros.

1.4.3. Tipos de contato e resultados do contato

Uma vez delimitado o conceito de contato de línguas, é importante examinar os tipos de contato que se dão e seus respectivos resultados. Antes, porém, é necessário ressaltar que quando indivíduos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis se veem juntos em determinado território (T), têm necessidade de interagirem entre si. Se a interação for competitiva ou de rivalidade, o agregado momentâneo de pessoas poderá se autoaniquilar. Se ela for cooperativa, intaurar-se-á uma comunhão de interesses, com o que poderá o

agrupamento evoluir para uma comunidade. Isso significa que terá emergido uma nova língua, frequentemente mesclada.

Vimos que além dos diversos tipos de contato linguístico, existe também o contato de culturas, até mais abrangente do que o contato de línguas. Assim, o contato do brasileiro com os funcionários da autolocadora alemã e o da brasileira com falantes de francês na Bélgica bem como o do auxiliar de técnico de futebol brasileiro na Arábia Saudita compartilhavam, todos, pelo menos vários traços da chamada cultura ocidental. Isso vale mais ainda para os dois primeiros do que para o terceiro caso. Os traços culturais compartilhados entre o brasileiro e os árabes sauditas eram com certeza em número bem menor. O que importa é que, de uma forma ou de outra, em todos eles havia muita coisa extralinguística compartilhada.

No caso dos primeiros contatos dos colonizadores europeus com os nativos da África, Ásia e América, temos algo inteiramente diferente. Vejamos o já mencionado (1.2) contato dos membros da esquadra de Cabral com os índios tupinambás na região da atual cidade de Porto Seguro. Em (2)-(4) temos três exemplos de algumas TIC de que Caminha (1965) nos dá testemunho.

(2) "...Nicolao Coelho lhes fez sinal que posessem os arcos, e eles o poseram" (Carta, p. 85)

(3) "... um deles pôs olho no colar do capitão e começou d'acenar com a mão pera a terra e depois pera o colar como que nos dizia que havia ouro..." (p. 89)

(4) "Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão e acenaram logo pera a terra como que os havia i" (p. 89).

Os dois lados não compartilhavam nenhuma espécie de dados culturais. O pouco de entendimento que pode ter havido, e o relato de Caminha nos leva a crer que houve algum, se deu mediante o uso de gestos. Não porque compartilhassem gestos socializados, mas devido ao fato de muitos deles serem indiciais, dêiticos, portanto, apresentarem um caráter por assim dizer físico, ou seja, universal.

No extremo oposto está o contato de povos de línguas aparentadas. Um bom exemplo é a língua dos imigrantes italianos na Argentina, chamada de cocoliche. A sua variante que foi usada pelos imigrantes italianos de Buenos Aires é muito interessante pelo fato de que o que acabou se dando no final foi uma aprendizagem integral do espanhol portenho pelos italianos. O cocoliche foi apenas uma etapa intermediária desse processo, consistindo mais de interferências do espanhol na língua dos imigrantes a nível do léxico, de início, e mais tarde da gramática. As influências do italiano no espanhol dos imigrantes se deram em sentido inverso, ou seja, primeiro, gramática e, depois, léxico. Assim, diziam [vjeko] por "viejo" (velho), por influência do italiano "vecchio" (Whinnom 1971), entre inúmeros exemplos. Além da grande semelhança das duas línguas em contato, havia também um grande contingente de traços culturais (como o catolicismo) compartilhados e toda a cultura latina.

Thomason & Kaufman (1988) distinguem dois tipos de interferência linguística de uma língua sobre outra. O primeiro, que chamam de empréstimo (*borrowing*) se dá quando determinado povo e sua língua PL₂ importa traços da língua de outro povo (PL₁). Normalmente, esse PL₂ mantém sua própria língua, apenas ligeiramente alterada pela presença de elementos de PL₁. O segundo tipo de interferência linguística, na verdade não é interferência propriamente dita. Como se trata de tentativa de PL₂ de aprender a língua de PL₁, o que se tem é uma transferência de traços da língua materna (ou primeira língua) para a língua alvo. É o que em crioulística se tem chamado de influência do substrato. Se se tratar de traços usados por falantes de PL₁ tentando imitar a versão de PL₁ que PL₂ usa - ou que assim pensam - trata-se de influência do superstrato. Em outros contextos, isso pode ser chamado de *foreigner talk*, ou

seja, a versão "simplificada" da língua materna que o falante usa na tentativa de se fazer entender pelos aloglotas (cf. Ferguson 1971, 1975).

Além da semelhança ou dessemelhança das línguas e das culturas dos povos que entram em contato, há outros fatores que podem influir no resultado do contato. Entre os mais importantes, temos a intensidade, a duração e o lugar do contato. Por intensidade do contato, deve-se entender tanto a pressão (política, militar e cultural) que o povo dominante exerce sobre os povos dominados quanto a quantidade de interação entre membros de ambas partes. Daí decorre o poder e o prestígio desse povo sobre o outro. Nessas circunstâncias, em geral são os povos dominados e/ou inferiorizados, ou de menor prestígio, que tentam aprender a língua do povo presumivelmente superior. Isso vale também para os casos de empréstimo da terminologia de Thomason & Kaufman (1988). Nesse caso, se o contato é superficial, só podem ocorrer empréstimos de itens lexicais. Se ele se tornar mais intenso, podem ocorrer empréstimos fonéticos, sintáticos e até morfológicos, nessa ordem, como disse Dauzat (apud Weinreich 1953: 67). Se o contato é duradouro, o número de empréstimos tende a aumentar. Isso se dá se o número de falantes da língua tomadora de empréstimo for numericamente muito inferior ao de falantes da língua doadora.

O lugar do contato será importante na medida em que ele se der no território de PL₁ ou no de PL₂. Quando o contato se dá no território de PL₁, ou seja, no território do povo mais forte, em geral a língua do povo hospedeiro passa a ser um alvo a ser aprendido. Nesse caso, a aprendizagem será relativamente rápida, com apenas algumas etapas intermediárias na primeira geração de imigrantes. É o que aconteceu com os imigrantes italianos no Brasil e na Argentina, por exemplo. Se as culturas de PL₁ e PL₂ forem muito diferentes, os falantes de PL₂ poderão constituir enclaves no território de PL₁. Nesse caso, a aquisição da língua envolvente se dará mais demoradamente, havendo frequentemente uma resistência à cultura e à língua envolventes, como ocorre com os ciganos em diversos países e com os alemães no sul do Brasil.

Por fim, temos os fatores linguísticos internos, estruturais. Quando duas línguas entram em contato, e delas emerge um resultado híbrido, se nenhum dos fatores sócio-históricos comentados acima (além de outros) intervierem, os traços menos marcados da língua dominante -- e às vezes até mesmo das línguas dominadas -- poderão ser adotados mais do que os mais marcados. Por exemplo, na formação do crioulo português da Guiné-Bissau, muito pouco dos traços mais marcados da fonologia (como as vogais nasais) e da morfologia (como a complexa flexão nominal e verbal) do português foi adotado (cf. Couto 1994b). Para alguns autores, um outro fator seria a distância tipológica entre as línguas que entram em contato. No caso do espanhol e do italiano vistos acima, trata-se de línguas tipologicamente muito próximas uma da outra, o que facilitaria a aprendizagem da língua local pelos imigrantes. Thomason & Kaufman (1988: 52-53) discordam disso. Para eles, os fatores sócio-históricos são determinantes. No caso, PL₂ está no T de PL₁. Enfim, como afirmam esses mesmos autores, na verdade o que se tem é uma multicausalidade, não uma unicausalidade. A causa principal é sempre sócio-histórica. Porém, causas secundárias podem concorrer com ela, inclusive algumas estruturais.

Em 1.2 e 1.3 examinamos detalhadamente dois resultados do contato de línguas, ou seja, os crioulos e os pidgins, respectivamente. Vejamos agora outros resultados possíveis desse tipo de contato. O primeiro deles é o que Peter Bakker passou a chamar de *intertwined languages* (línguas entrelaçadas). Esse tipo de língua consta de vocabulário de uma fonte e gramática de outra fonte. Alguns exemplos que ele apresenta são o anglo-romani, a media lengua do Equador, o ma'a (ou mbugu) da Tanzânia, o mitchif do Canadá e o krônjo ou javindo da ilha de Java (Bakker & Muysken 1995). Poderíamos acrescentar o chamorro, o shelta e diversas outras línguas. O anglo-romani consta de pelo menos parte do vocabulário original romani combinado com a morfossintaxe inglesa; a media lengua consta de gramática quéchua e

vocabulário espanhol; o ma'a combina vocabulário cuxítico com gramática bantu; o mitchif consta de gramática cree e léxico francês; o javindo combina léxico holandês com gramática do baixo javanês, e assim por diante. A maior parte dos crioulos e dos pidgins também poderia entrar nessa categoria, uma vez que muitos autores aceitam a idéia de que constam de um vocabulário da língua dominante e gramática da(s) língua(s) de substrato (cf. Adam 1883, Sylvain 1936, Lefebvre 1906, Couto a sair c).

Como subgrupo das línguas entrelaçadas, existe o que venho chamando de anticrioulo. Entre as línguas mencionadas, o quéchua, o mitchif e o javindo constam de gramática do substrato e vocabulário do superstrato, exatamente como os autores recém-mencionados defendem. No entanto, o anglo-romani, o ma'a e o shelta, contêm pelo menos parte do vocabulário original, usado no contexto da gramática da língua dominante. Por isso, chamei-os de anticrioulos, ou seja, aquelas línguas mistas que têm vocabulário e gramática de origens diametralmente diferentes da origem desses componentes nas línguas crioulas. Há diversas outras características específicas dos anti-crioulos. Uma delas é a resistência cultural à língua/cultura dominante. Isso se deve ao fato de normalmente a comunidade de falantes de anticrioulos ser um enclave no território dos falantes da língua dominante. Por isso os anti-crioulos estão sempre submetidos a um processo de glototanásia (morte de língua). Couto (*a sair c*) é um livro dedicado inteiramente ao assunto. Nele pode-se ver que no Brasil há vários anticrioulos, como a linguagem da comunidade negra de Cafundó (SP), a de Bom Despacho (MG) e a dos índios Pataxós (BA).

No contexto do que vem chamando de línguas reestruturadas, John Holm propôs o conceito de semicrioulo. Trata-se de línguas que apresentam traços tanto crioulos quanto não-crioulos, portanto, de línguas que não se "crioulizaram" o suficiente para serem chamadas de crioulos. De acordo com ele, trata-se de "variedades linguísticas que nunca foram pidginizadas plenamente e que preservam uma parte substancial da estrutura do superstrato (como algumas flexões) embora apresentem um grau considerável de reestruturação e influência crioula, visível em variedades que originalmente eram não crioulos mas que com o contato com crioulos adotaram uma quantidade significativa de itens lexicais e traços crioulos. Uma vez que não é fácil distinguir os dois processos, pois o resultado final de ambos é praticamente o mesmo, serão ambos incluídos na concepção mais geral de semicrioulização" (Holm 1991:1). Entre os exemplos que o autor dá de semicrioulos temos o "português vernáculo brasileiro", o inglês vernáculo afro-americano, o reunionês, algumas variedades não padrão do espanhol caribenho, a variedade do inglês da ilha de Pitcairn (que alguns consideram como crioulo) (cf. Holm 1992). Em Couto (*a sair c*) eu apresento um resumo da hipótese da semicrioulização.

O resultado mais imediato do contato de falantes de línguas mutuamente ininteligíveis é o que se tem chamado de jargão. De acordo com o *Webster's Encyclopedic unabridged dictionary*, a palavra designa "1. A linguagem peculiar, especialmente o vocabulário, de um comércio particular, de uma profissão ou de um grupo: jargão médico, jargão dos bombeiros. 2. Fala ou escrita ininteligível ou sem sentido; algaravia. 3. Qualquer fala que não se entende. 4. Um pidgin. 5. Um tipo de fala repleto de palavras não-familiares ou incomuns, e de significado vago". Pode não ser uma definição muito abrangente, porém, ela já aponta para o que se entende por jargão nos estudos crioulos. Tanto que para a maioria dos crioulistas (cf. Hymes 1971, Mühlhäusler 1986, Holm 1988, Sebba 1997) jargão seria um pré-pidgin, um idioleto multilíngue, um híbrido terciário. Ou seja, ele seria o estágio inicial do pidgin, se admitíssemos pidgins estáveis. Entretanto, como vimos em 1.3, só se pode falar em pidgin como sinônimo de jargão.

Naomi S. Baron, no entanto, tem uma concepção ligeiramente diferente. De acordo com ela, (i) os jargões não são línguas independentes e estáveis, ao passo que os pidgins o são; (ii) os itens lexicais dos jargões derivam de ambas as línguas em contato, enquanto que os dos pidgins derivam sobretudo da língua dominante; (iii) a sintaxe parece ser a de qualquer das

línguas doadoras, mas nos pidgins ela é inteiramente específica; (iv) a sintaxe pode conter flexão morfológica e variação na ordem das palavras, enquanto que nos pidgins há pouquíssima flexão, e ordem de palavras relativamente estrita; (v) se ocorrer circunlocução, é bastante instável, ao passo que nos pidgins ela é estável; (vi) muita redundância, associada à mímica, como nos pidgins, devido à circunlocução na sintaxe (Baron 1977: 11). Deixando de lado o otimismo da autora quanto à estabilidade dos pidgins, sua caracterização dos jargões parece fiel.

Ao que me parece, a melhor conceituação continua sendo a do dicionário. Com efeito, ele aponta para o fato de o jargão constar basicamente de itens lexicais, sem nenhuma sintaxe (def. 1), ou seja, ele equivaleria ao estágio das estratégias individuais de comunicação (EIC) visto em 1.2. Portanto, o jargão não é uma língua propriamente dita, sobretudo no sentido visto em (3) de 1.3. Aquilo a que se chama de *russenorsk* parece ser um ótimo exemplo de jargão. Ou seja, trata-se de uma coletânea de enunciados proferidos por russos tentando falar norueguês e por noruegueses tentando falar russo. Cada indivíduo usava as palavras da língua do outro que conhecia, sempre deformadas tanto fonética quanto semanticamente, completadas com palavras da própria língua, quando necessário. Tudo era acompanhado de muita mímica, como salienta a característica (vi) de Baron. Tanto que uma designação alternativa para essa manifestação linguística é *moyá pa tvojá* (eu na tua, em falo na tua língua) (cf. Broch 1927, Jahr 1996).

Há diversos outros resultados de contato de línguas. Nesse contexto, poderíamos citar as línguas francas, as línguas veiculares e muitas outras. A apresentação supra não pretende exaurir o assunto, mas apenas salientar os exemplos mais importantes. No momento, eu gostaria de retornar brevemente ao resultado do contato de dialetos chamado de coineização. O conceito surgiu na Grécia Antiga, em que se falavam dialetos do grupo ocidental, que incluía o dórico (lacônio, messênico, argivo e cretense), o aqueu e o eleu; o grupo noroeste do epirota, do arcânio, do etólio, do lócrico, do focídico e do ptiótico; o grupo central ou eólico (beócio, tessálio e lébico); o grupo arcado-cipriota e o grupo ático-jônico, dialetos eminentemente literários. Devido a essa complexidade dialetal, os povos helênicos adotaram uma variedade comum - que teve por base o ático - a partir do século IV a. C. Essa variedade comum passou a ser conhecida como coine. Recentemente, o crioulista Jeff Siegel retomou o conceito. De acordo com ele, "coineização é o processo que leva ao amalgamento de subsistemas linguísticos, isto é, variedades linguísticas que ou são mutuamente inteligíveis ou compartilham a mesma língua superposta geneticamente relacionada a eles" (Siegel 1985). Em Couto (1996: 82-84), eu tentei mostrar que o que se passa em Brasília - neutralização de diferenças dialetais marcantes (*dialect levelling*) - pode ser caracterizado como um processo de coineização.

Há também as chamadas variedades indigenizadas. Trata-se de línguas dominantes, em sua variedade padrão, que foram aprendidas pelos povos nativos com forte marca local. Isso ocorreu com o inglês na Índia, na Nigéria e em Cingapura (Mufwene 1997b). Aconteceu com outras línguas de colonizadores, como o caso do português na Guiné-Bissau. Em Couto (*a sair f*) temos alguns dados sobre essa língua. Chamei esse tipo de resultado de contato de língua babu.

Gostaria de lembrar que Sarah G. Thomason apresenta uma interessante tipologia das línguas resultantes de contato. De acordo com ela, trata-se dos pidgins, dos crioulos e do que chama de línguas mistas bilíngues. Esse último tipo equivale às línguas entrelaçadas (*interwined languages*) de Peter Bakker, discutidas na seção seguinte. Eu creio que, seguindo uma ideia que a própria autora apresenta alhures (Thomason 1995), essa classificação triádica está longe de abarcar todos os casos de resultados do contato. Por exemplo, os jargões parece não estarem contemplados nela. De qualquer forma, trata-se de uma das primeiras tentativas de tipologia das línguas mistas (de contato) (Thomason 1997).

Além dos resultados do contato de línguas vistos acima, há outros, tanto a nível do indivíduo quanto a nível da comunidade. Assim, devido à presença de mais de uma língua em uma mesma comunidade de fala, pode acontecer (e acontece frequentemente) de haver indivíduos ou até segmentos inteiros da comunidade multilíngues ou, pelo menos, bilíngues. Na Guiné-Bissau, por exemplo, a maioria das pessoas é multilíngue, sendo que todas são pelo menos bilíngues, falando uma língua nativa e o crioulo. Em geral, o bilinguismo implica uma certa diglossia (Ferguson 1959), ou seja, uma das línguas tem um *status* de prestígio e a outra um *status* de certa forma menos prestigiado, e às vezes até mesmo estigmatizado. Esse é claramente o caso também em Cabo Verde, onde o português é a língua de prestígio e o crioulo a língua socialmente inferiorizada, exatamente como no caso do francês e do crioulo no Haiti que, aliás, é um dos exemplos citados por Ferguson como típicos de diglossia.

Quando pensamos nos enunciados efetivamente proferidos por falantes, pode ocorrer de eles se iniciarem em uma língua e terminarem em outra. Ou então, pode ocorrer de uma frase inteira ser em uma língua e a próxima em outra língua. É o que se tem chamado de *code-switching* (cf. MeyersScotton 1997). Há diversos casos de línguas em contato que levam os usuários a essa situação. Um dos mais bem estudados é o resultante do espanhol em contato com o inglês nos Estados Unidos. Em Nova Iorque, por exemplo, são comuns enunciados como os de (5)-(9), tirados de Zentella (1987).

(5) Hablamos los dos. We speak both

(6) You could answer me en cualquier idioma

(7) Ahora una cosa sí, everybody has to be in the house, porque se le cae encima se lo lleva ejmandao, because those things are heavy.

(8) Vete, Eddie, vete, so you could see

(9) Give me a kiss, o te pego.

A própria investigadora e autora do ensaio (Ana Celia Zentella) pratica o *code-switching* amplamente.

Donald Winford apresenta um quadro sinótico dos principais resultados do contato, no contexto da teoria de Thomason & Kaufman (1988). Assim, ele distingue (A) manutenção de língua, (B) mudança de língua, (C) criação de língua (novas línguas de contato). Para a primeira categoria, distingue graus de contato, indo do casual (só empréstimos lexicais: francês > inglês), passando pelo contato moderado (empréstimos lexicais e leves empréstimos estruturais: latim > inglês, sânscrito > línguas dravídicas), pelo contato intenso (empréstimo estrutural moderado: alemão > reto-romanche) até chegar ao contato muito intenso (forte empréstimo estrutural: tibetano > wutun, turco > grego da Ásia Menor).

Sinoticamente, os principais resultados de contato são os seguintes:

- a. Crioulos
- b. Pidgins
- c. Línguas entrelaçadas (*intertwined languages*), entre as quais se destacam os anticrioulos
- d. Variedades indigenizadas, ou língua babu
- e. Semicrioulos
- f. Situações fronteiriças
- g. Interlínguas, sobretudo em aquisição de segunda língua
- h. Bilinguismo/multilinguismo
- i. Mudança de código (*code switching*)

j. Coinês (contato de dialetos)

1.4.4. Mescla lingüística

Em todas as passagens em que falei do resultado do contato de línguas, deve ter ficado implícito que se trata sempre de alguma variedade mais ou menos mesclada. Assim, tanto pidgins quanto crioulos são línguas mistas, para não falar das línguas entrelaçadas, dos semicrioulos, dos anticrioulos e outras variedades linguísticas. Neste capítulo, eu gostaria de explorar mais detalhadamente o próprio conceito de língua mista.

Já houve diversas teorizações sobre a questão da mescla linguística. Da perspectiva do resultado do contato de línguas, um clássico entre os autores que se dedicaram a ela é Weinreich (1953). Tarallo & Alkmin (1986: 1-34) também abordaram o assunto, embora de modo apenas perfunctório. Contrariamente à tendência imanentista (internista) de Weinreich, eles estabeleceram uma distinção mais sociologizante entre "mescla intracomunidade", isto é, de dialetos de uma mesma língua entre si, e "mescla intercomunidade", ou seja, de "línguas distintas coexistindo e se misturando em uma mesma comunidade: por exemplo, o caso de o português conviver com o alemão, o polonês e o italiano na Região Sul do Brasil" (p. 9). Obviamente, os pidgins e crioulos surgem de "mesclas intercomunidades". A obra mais importante que saiu nos últimos tempos sobre o assunto é Thomason & Kaufman (1988).

Como já foi dito acima, em crioulistica Salikoko Mufwene encara a mescla linguística tendo como pano de fundo uma visão ecológica de língua. Equiparando língua a espécie, não a organismo, ele defende a ideia de que nas situações de contato de língua há "uma analogia com a mestiçagem das populações em biologia", ideia que recorre em todo o ensaio em questão. Uma das poucas diferenças entre ambas consiste em que em biologia a transmissão de traços é vertical, ao passo que na língua ela é horizontal. Isso explicaria, entre outras coisas, a influência do substrato. A despeito do fato de que muita gente tem sérias restrições ao uso de símiles biológicos no estudo de fenômenos sociais, a proposta de Mufwene - assim como a de Whinnom (1971) - é muito interessante (Mufwene 1997).

O conceito de mescla linguística (*Sprachmischung* em alemão; *language mixing* em inglês) pode ser entendido, pelo menos teoricamente, de quatro modos possíveis. A mistura pode se dar (1) apenas a nível do léxico, (2) apenas a nível da gramática, (3) no léxico e na gramática e, finalmente, (4) o léxico pode provir de uma fonte e a gramática de outra. De acordo com a primeira possibilidade, teríamos línguas que apresentam um léxico mesclado, ou seja, provindo de mais de uma língua, mas cuja gramática seria apenas de uma, aquela considerada a língua-mãe.

Um autor que parece perfilar a primeira concepção de língua mista é Julien Vinson, embora ele se mostre um tanto ambíguo. Falando da língua que resulta do encontro dos colonizadores europeus com a dos povos colonizados, ele afirma que "o idioma resultante é um composto, realmente misturado no que tange a seu vocabulário, mas sua gramática permanece essencialmente indo-européia, embora extremamente simplificada" (*apud* Reinecke 1937: 41). Reinecke cita outros autores que têm a mesma opinião, entre eles Ernst Windisch. Um exemplo claro de língua de léxico misto é o crioulo do Suriname chamado saramacca. Estima-se que 60% de seu vocabulário é de origem inglesa e 40% de origem portuguesa. Alguns autores acham que o componente português pode ter sido maior no passado. Outros chegam a afirmar que o saramacca deve ter sido um crioulo português que foi parcialmente relexificado pelo inglês. Outros exemplos desse tipo seriam algumas línguas das Filipinas (como o visaya e o tagalog), o chamorro e a media lengua, que apresentam um contingente considerável de palavras de origem espanhola ao lado das nativas etc. Segundo Bloomfield (1933: 467), o albanês teria o seu léxico influenciado pelo latim, as línguas românicas, o grego, o eslavo e o turco.

Certa feita, ouvi a crítica de que o chamorro não teria o léxico misto, visto que não teria o

léxico inteiramente relexificado. Na verdade, como afirmou Schuchardt, não existem línguas não-mescladas. Por isso, para ter algum sentido, ao se falar em mescla linguística, é preciso estabelecer algum limite de quanto por cento de mescla é necessário para que se possa classificar determinada língua como mista. Eu gostaria de sugerir que uma interferência de 1% a 39% da língua X na língua Y não seria suficiente para considerarmos Y uma língua mista. Se a interferência for acima disso, ou seja, de 40% para cima (caso do léxico do saramacca), creio que já se poderia falar em língua mista. De qualquer forma, é preciso muita cautela nesse setor.

A língua que entrasse na segunda categoria teria apenas a gramática mesclada. Embora pareça difícil imaginar-se um exemplo concreto de língua que apresente uma gramática mista e um vocabulário oriundo basicamente da principal língua doadora, Rodolfo Lenz afirma que "os negros que criaram as línguas crioulas forjaram uma nova gramática combinando elementos tirados das línguas de seus senhores com elementos gramaticais de suas próprias línguas maternas, além de inventarem novos processos" (Lenz 1928: 43). O michif parece ser um exemplo. Ele "é um (ex)-dialeto do cree que retém a elaborada morfologia verbal do algonquiano mas tomou de empréstimo ao francês muito da morfologia nominal e da sintaxe do sintagma nominal de par com vocabulário francês" (Thomason & Kaufman 1988: 105, 229-233).

O terceiro processo - léxico e gramática mistos - parece ser o mais comum. De acordo com Thomason & Kaufman (1988), pelo menos no caso dos empréstimos, se há uma grande quantidade de entrada de itens lexicais de uma língua em outra acaba entrando também algo de gramática. O resultado será necessariamente um léxico misto e uma gramática mista. No caso da mudança linguística, a situação é um tanto diferente. Um exemplo seria o caso dos germânicos que, ao conquistarem a Península Ibérica, adotaram as línguas latinas locais, perdendo quase por completo sua língua original. Em um período intermediário, tanto sua gramática quanto seu léxico foram sendo invadidos pelo românico. O que ficou dela foram alguns poucos itens lexicais, inclusive topônimos e antropônimos. Outro seria o caso da pidginização e da criouliização. Para mais exemplos, pode-se consultar Thomason & Kaufman (1988: 100-109, 214-331).

A quarta possibilidade de mescla linguística consiste de línguas que têm o léxico de uma fonte e gramática de outra. Para Lucien Tesnière que, embora de uma perspectiva exclusivamente internista (estrutural), admite que toda língua é até certo ponto mista, esta é uma das poucas possibilidades de mescla linguística. Considerando a língua um sistema de sistemas - sistema fonológico, sistema morfológico, sistema sintático etc. -, ele acha que só pode haver mescla entre sistemas dissimilares, ou seja, "sistema gramatical de uma língua com sistema lexicográfico de outra; sistema fonético de uma língua com sistema morfológico de outra" e assim por diante (Tesnière 1966: 125).

Essa é a concepção defendida pelos conhecidos crioulistas Lucien Adam e Suzanne Sylvain, como já foi visto acima. O primeiro deles afirmou que na formação dos crioulos "os senhores impuseram o todo ou parte de seu vocabulário; os vencidos, os escravos mantiveram contra eles o que constituía realmente a própria língua: a fonética e a gramática" (Adam 1883: 10). Dois fatos interessantes devem ser notados nessa qualificação de crioulos. O primeiro é o de que ela diz, com todas as letras, que os crioulos são línguas mistas no sentido de terem vocabulário basicamente da língua de superstrato e uma gramática proveniente da (s) língua (s) de substrato. O segundo está na palavra "contra" que, no caso, sugere que a perda das línguas originais dos povos dominados não se dava sem algum tipo de resistência. Elas desapareciam devido ao massacrante processo de glotofagia imposto pelos colonizadores.

A conceituação de Adam foi retomada, provavelmente sem intenção explícita de fazê-lo, por Suzanne Sylvain, na terceira década de nosso século, em seu conhecido estudo sobre o crioulo haitiano. Ela afirmou que "nós estamos em presença de um francês filtrado pela sintaxe

africana ou, como em geral se classificam as línguas de acordo com sua filiação sintática, de uma língua ewe com vocabulário francês" (Sylvain 1936: 178).

Sylvain fala especificamente do crioulo francês do Haiti. Lucien Adam, porém, a despeito do fato de tratar praticamente só do crioulo francês da Ilha Maurício, é mais abrangente, uma vez que fala de "língua dos senhores" e de "língua(s) dos escravos". Essa relação é a que se deu em todas as situações de colonização na África, Ásia e América pelas potências europeias.

Poderíamos reverbalizar a conceituação de Adam e de Sylvain de uma maneira mais abrangente. Em vez de dizer que o crioulo é uma língua de vocabulário europeu e gramática africana, como afirmou a segunda a propósito do haitiano, ou que tem o vocabulário da língua dos senhores e a gramática da língua dos escravos, como afirmou o primeiro, podemos dizer que crioulo é uma língua mista cujo léxico provém basicamente da língua superstrato e cuja gramática se baseia essencialmente nas línguas de substrato (cf. Meyers-Scotton 1997).

Nem todos os casos de mescla linguística que envolvem uma língua dominante, lexificadora ou de superstrato, e línguas dominadas ou de substrato, repitamo-lo, resultam em crioulos. Alhures (Couto 1996: 88-89) eu já dei dois exemplos. O primeiro, desenvolvido mais detalhadamente, é o chamorro, falado na ilha de Guam e nas ilhas Marianas, a leste das Filipinas, no oceano Pacífico. De um total aproximado de 300 palavras que colhi em dois autores, pelo menos 100 eram de origem espanhola. No passado o número de palavras espanholas deve ter sido bem maior. Tanto que Hall (1966: 99) afirma que essa língua "deriva 90% a 95% de seu vocabulário do espanhol, apesar de ser basicamente uma língua malaio-polinésia". Por outras palavras, apesar do grande número de itens lexicais oriundos de uma língua europeia e de uma gramática basicamente malaio-polinésia, o chamorro não é uma língua crioula. Por quê?

Como foi discutido detalhadamente em 1.2, na caracterização das línguas crioulas temos que levar em conta outros fatores, tanto externos, isto é, sócio-históricos, quanto internos, ou seja, estruturais. O que aconteceu com o chamorro é o que em crioulistica passou a ser chamado de relexificação, ou seja, o processo pelo qual uma língua tem seu léxico original substituído total ou parcialmente pelo de outra língua, cujos falantes geralmente são mais poderosos sócio-economicamente. Aliás, o conceito de relexificação é uma das contribuições mais interessantes dos estudos crioulos à linguística em geral.

Até o presente momento, não há um termo para designar o tipo de mescla linguística que se dá no chamorro e na media lengua, exceto o de *intertwined language* (língua entrelaçada) que se vê em Bakker & Muysken (1995), embora essa expressão englobe o que aqui é considerado anticrioulo também, além de outras instâncias de mescla linguística. De qualquer forma, essas línguas entrelaçadas resultaram claramente de um processo de relexificação.

Alguns autores não concordam com a ideia de que os crioulos seriam línguas mistas. Isso implica que não concordam com a concepção de que os crioulos têm o vocabulário da língua de superstrato e a gramática pelo menos parcialmente das línguas de substrato. Na epígrafe da "Introduction" de Thomason & Kaufman (1988: 1), vê-se que já em 1871 Max Müller era contra essa ideia. A frase dele ali reproduzida é a seguinte: "Es gibt keine Mischsprache" (não há língua mista). Outro autor clássico que repudia a hibridologia é A. Meillet. Nos dias atuais temos alguns também, entre os quais se destaca Robert Chaudenson. Para ele o crioulo se forma a partir de uma aprendizagem imperfeita da língua de superstrato pelos escravos. As línguas desses últimos não teriam nenhum papel de relevância no processo (Chaudenson 1989). Porém, como se pode ver também na mesma epígrafe mencionada, os autores contrapõem à afirmação de Max Müller a do pai da crioulistica, Hugo Schuchardt, que afirmou: "Es gibt keine völlig ungemischte Sprache" (não há língua inteiramente não mista). Na atualidade, a esmagadora maioria dos crioulistas subscrevem a opinião de que as línguas crioulas são mistas.

Um fato importante que se nota na concepção de língua mista, tanto as crioulas e anti-crioulas

quanto as *intertwined languages* de Bakker & Muysken (1995), o chamorro e a media lengua, é a importância do léxico. Isso não é fortuito. O léxico é o componente da língua que mais diretamente reflete a cultura de uma comunidade, como disse Edward Sapir (1963). Por outras palavras, é o léxico que revela mais diretamente as potencialidades, e o poder, de que uma língua é veículo. Ademais, toda língua começa pelo léxico, como veremos mais adiante.

Gostaria de acrescentar que até na teoria linguística moderna, ou seja, a gramática gerativa, o papel especial do léxico é reconhecido. Assim, pelo menos nas primeiras versões do programa minimalista, Chomsky (1992) reconhecia claramente que "uma língua consiste de dois componentes: um léxico e um sistema computacional" (p. 3), de modo que "o sistema computacional se serve do léxico para formar derivações, apresentando os itens do léxico no formato da teoria X-barra" (p. 27). Por outras palavras, apesar de sua concepção a-social de língua, Chomsky tem que reconhecer que o léxico tem uma proveniência e o sistema computacional (a gramática) tem outra.

No mesmo espírito de que o léxico tem uma origem e a gramática outra, o crioulista gerativista mais proeminente, Derek Bickerton, acrescentou que a gramática (especificamente a sintaxe) é a parte inata da língua, enquanto que o léxico é a parte cultural, adquirida. Por isso, os princípios da gramática são sempre os mesmos em todas as línguas, enquanto que o léxico é sempre diferente em todas as línguas (Bickerton 1989).

A língua cujos falantes têm mais poder sócio-econômico, político, militar, de prestígio (ou todos ao mesmo tempo) geralmente imporá seu léxico. A sintaxe pode ser dos outros. Isso significa que, no caso de mescla linguística, o léxico tende a ser da língua dominante e a gramática tende a ser a(s) da(s) língua(s) dominada(s). É o que ocorre nos crioulos e em casos como o do chamorro e o da media lengua. No caso dos anticrioulos, porém, ocorre exatamente o contrário. Por definição, eles têm o léxico pelo menos parcial da(s) língua(s) de substrato original(is), portanto, dominada(s), e a gramática da língua dominante. O importante no presente contexto, porém, é o próprio fato de terem o léxico de uma fonte e a gramática de outra.

Diante de tudo que tem sido dito sobre contato de línguas e de mescla, parece que entre Max Müller e Meillet, de um lado, e Hugo Schuchardt, de outro, é o último que tem razão. Não existe nenhuma língua no mundo livre de contato com outras línguas. Por esse motivo, não existe nenhuma língua no mundo que não apresente algum tipo de interferência de outras. Quer essa interferência se manifeste sob a forma de empréstimo, quer sob a forma de transferência. No primeiro caso, os sujeitos falantes de L1 recebem em sua língua palavras e/ou traços morfossintáticos de outra língua. No entanto, sua língua L1 se mantém. No segundo caso, trata-se de mudança de língua, isto é, os sujeitos falantes de L1 vão adquirindo, paulatinamente ou abruptamente, uma L2. Nesse processo, transferem traços, sobretudo morfossintáticos, de sua língua L1 para a L2 que estão adquirindo. Se não conseguirem adquirir L2 na íntegra, pode surgir uma L3, isto é, uma língua mista, diferente tanto de L1 quanto de L2. É o que aconteceria no caso dos pidgins e crioulos, de acordo com superstratistas como Robert Chaudenson. Como veremos em 1.4.6, isso é altamente controverso.

1.4.5. TGA

A abreviatura TGA está por "tendências gerais de apropriação, aproximação, acomodação ou adequação linguística ao ouvinte", que se dão em situações de contato. O "a" pode referir-se também aos fenômenos de mudança e/ou alteração linguística que se dão na evolução histórica e na variação sincrônica. Por "apropriação", deve-se entender tanto a aquisição de L1 pela criança quanto a aprendizagem de L2, em geral por adultos. A acomodação (cf. Thomason & Kaufman 1986) inclui o *foreigner talk* e o *baby talk*. *Foreigner talk* consiste nas "simplificações" que um falante faz em sua língua na presunção de ser entendido pelo ouvinte

que ainda não a domina (Ferguson 1971). Quanto a *baby talk*, trata-se da linguagem que o adulto usa para com crianças pequenas, imitando o que elas presumivelmente diriam, uma vez que tampouco elas dominam a linguagem do falante (Ferguson & DeBose 1977).

TGA designa aquilo que em inglês frequentemente é chamado de "universal tendencies of language simplification" e expressões correlatas. O importante a reter, no entanto, é que todas as TGA ocorrem em situações de contato. Na aprendizagem de uma L2 pelo adulto, tem-se o contato da língua materna do aprendiz (L1) com a língua que está aprendendo, ou seja, L2. No caso da aquisição de L1 pela criança, tem-se o contato da criança com o adulto, logo, do meio de comunicação da criança - seja lá o que ele seja, mesmo que a gramática universal de Chomsky (1988, 1992, 1996) - com a língua do adulto (L1), pelo fato de ela ainda não dispor de um sistema linguístico próprio, mas apenas do dom biológico para a língua. Por isso o contato seria entre a sua GU inata com a língua da comunidade a que ela pertence.

Quanto à acomodação que o falante de L1 faz a fim de presumivelmente ser melhor entendido pelo ouvinte, é necessário distinguir-se os dois casos: (i) alteração ou acomodação que o adulto faz em sua língua crendo que está imitando o que a criança diria, isto é, *baby talk*, e (ii) a alteração ou acomodação que o falante faz na presunção de ser entendido pelo ouvinte aloglota (estrangeiro), ou seja, *foreigner talk*.

As mudanças ou alterações que se dão na língua pelo contato de dialetos provocam o surgimento de um outro tipo de TGA, embora se trate de um contato intralinguístico. É o que se dá na variação sincrônica. Por fim, pode acontecer de ocorrerem mudanças devido à ausência de contato (Chaudenson 1989). Como já vimos, isso se dá quando há isolamento de um dialeto ou variedade linguística em áreas geográficas distantes. Mas, nesse caso, não se trataria de contato desse dialeto isolado com outras realidades linguísticas? O importante é que toda e qualquer mudança ou alteração linguística se deve ao contato.

Na verdade, o conceito de TGA já foi avançado por diversos autores. Thomason & Kaufman (1986), por exemplo, falam em TGA sob o nome de "universal structural tendencies" (tendências estruturais universais), enquanto que Ferguson (1971) fala em "universal simplification process" (processo universal de simplificação). Portanto, não há nada de novo no conceito.

O que importa na verdade é que em todas as instâncias de contato mencionadas, há uma tendência de se evitarem traços marcados em prol de traços menos marcados, ou até mesmo universalmente não-marcados. Com exceção talvez do contato de dialetos, trata-se sempre de situações em que o que importa é fazer-se entender. Nessas condições, o "luxo" de formas altamente marcadas, como algumas formas improdutivas da morfologia, não é absolutamente indispensável. E tudo que não é indispensável em situações de comunicação mínima pode ser dispensado e, frequentemente é dispensado.

A área de aquisição de L1 pela criança já está bastante desenvolvida. O que vou fazer aqui é apenas dar alguns exemplos, para que se vejam as semelhanças entre as TGA que aí ocorrem com as que se verificam na pidginização e na crioulização.

(1) (a) Cê qué maçana 'eu quero maçã'; (b) Aninha cabô 'não vejo mais a foto da Aninha'; (c) kafu mamãe 'carro da mamãe' (2 anos e 3 meses)

(2) (a) aba 'água', (b) xixi, (c) mãm 'mão', (d) mamã 'banana', (d) koka 'boca' (1 ano e 3 meses)

No exemplo sintático de (1a) vê-se que "cê qué" se cristalizou como uma expressão de volição, o que não seria propriamente uma TGA mas uma EIC. Em (1c) tem-se o início da sintaxe, pois foi a primeira combinação de morfemas de Aninha. Tampouco seria uma TGA. Nos exemplos fonológicos de (2), no entanto, há uma série de "simplificações" que se enquadram nessa categoria. Em (2a) vemos a velar bilabializada [gw] se transformando

simplesmente em [b]. Ou seja, a criança manteve o traço não-marcado [labial], suprimindo o traço mais marcado [dorsal]. O traço [sonoro] também foi mantido. O exemplo de (2c), apesar de ter uma consoante na coda silábica, também vai na direção do menos marcado. Na verdade, a coda é uma reduplicação do [m] do aclave silábico. Como sabemos, a reduplicação é um dos processos menos marcados na criatividade (gerativa) linguística - ela é o início da morfossintaxe. Com ela a criança evitou o ditongo português altamente marcado [ãw]. Ademais, a consoante labial [m] é considerada uma das menos marcadas. Reduplicação se dá também em (2d), em que o [b] de "boca" se assimila integralmente ao [k]. Embora [k] seja mais marcado do que [b], o processo de reduplicação vai, como já dito, na direção de não marcado. De qualquer forma, isso requer um exame mais acurado.

Para a aprendizagem de uma segunda língua (L2), não tenho muitos exemplos. Entretanto eles abundam na literatura pertinente. Em (3)-(6) temos alguns exemplos tirados de Schuman (1972: 150, 1978:357).

(3) We drive he father car 'nós dirigimos o carro do pai dele'

(4) (a) He play baseball everyday; (b) he play baseball yesterday; (c) he play baseball tomorrow; (d) he play baseball now/he playing baseball now

(5) (a) He open the door?; (b) where he put the book?; (c) what she say?

(6) (a) I no see; (b) I no use television

Em (3) a forma reta do pronome "he" está funcionando como possessivo (his). Nos exemplos de (4) nota-se a ausência de flexão da terceira pessoa do singular (plays). O advérbio "everyday" de (4a) indica o aspecto habitual. O tempo também está expresso por advérbios: "yesterday" para passado (4b) e "tomorrow" para futuro (4c). Em (5) temos a interrogação sendo expressa apenas pela entoação, sem o morfema interrogativo inglês. Em (6), finalmente, temos a negação colocada antes do verbo. Por outras palavras, são todas TGA, ou seja, tendências a suprimir formas marcadas em prol de formas menos marcadas.

Vejam agora alguns exemplos de TGA no *foreigner talk*. Em uma pesquisa feita por alunos meus com 25 informantes obtivemos alguns resultados que corroboraram os de Ferguson (1975), que tomamos como modelo. Vejam alguns deles.

(7) (a) você e ela irmão; (b) ele se suicidou; (c) venha e fale comigo amanhã. Não esqueça!; (d) eu não falo sua língua. Você entende a minha?; (e) você é mais alto do que eu.

Para o exemplo de (7a), o verbo ocorreu não flexionado, sendo que alguns informantes usaram "go" por "irão" e outros simplesmente omitiram o verbo. Para a futuridade, ocorreu um advérbio de tempo com muita frequência. No caso de (7b), a maioria dos informantes substituiu o verbo "suicidar" por "matar", sendo que a ideia de reflexividade foi indicada por "ele mesmo", "ele" e até "se". Na produção de (7c), em geral evitaram-se os imperativos "venha" e "fale", tendo aparecido o infinitivo. Quanto ao pronome, frequentemente ocorreu como "eu". Para (7d), também usaram-se infinitivos, sendo que um informante usou "speak" por "falar". Por fim, a ideia de "mais do que", foi expressa com frequência por "Eu pequeno/você grande", com a cópula omitida.

Passemos, finalmente, às TGA que ocorrem no *baby talk*. Em (8) e (9) temos dois exemplos

(8) Pega bola dá papai (dito por um professor a sua filha de 2 anos)

(9) (a) Cê qué eu vô?, (b) futa 'fruta', (c) patu 'prato', (d) pepeta 'chupeta'

No exemplo (8) temos o que em crioulista se chama de serialização verbal. De acordo com Bickerton (1981) isso se dá para indicar caso, ou seja, para suprir a falta de preposições. O verbo "dá" indica a função beneficiário da ação, de modo que a frase equivale a "Pegue a bola para o papai", equivalente ao anobonês "e fa da ine" ('ele falar dar ele', isto é, 'ele₁ falou para ele₂, ele falou-lhe'). Em (9a) nota-se a ausência do pronome relativo; as duas orações foram simplesmente justapostas, sem as transformações exigidas pela sintaxe do português padrão. Em (9b) há uma "simplificação" na direção da sílaba universal (menos marcada) CV. Em (9d) ocorre a "simplificação" já vista sob o nome de reduplicação. Como o *baby talk* seria uma imitação do que os adultos acham que seria a linguagem infantil, todos os exemplos de aquisição de L1 vistos acima em princípio poderiam ocorrer aqui também.

À guisa de sinopse, vejamos uma lista de alguns dos principais processos de "simplificação" citados na literatura crioulista e não crioulista, ou seja, uma lista de TGA. Ressaltemos que se trata de tendências, que podem se implementar em maior ou menor grau - ou até não se implementar - em cada caso concreto.

1. Preferência pela sílaba CV;
2. Interrogação indicada apenas pela entoação ascendente no final;
3. Reduplicação/repetição/alongamento para indicar maior quantidade, tamanho, intensidade, duração ou reiteração;
4. Preferência pela ordem SVO;
5. Parataxe em vez da hipotaxe;
6. Ausência de cópula;
7. Transparência semântica (uma forma - um significado);
8. Funções sintáticas indicadas pela ordem de preferência a sê-lo pela morfologia;
9. Indicação de tempo-modo-aspecto em vez de tempo presente-passado-futuro;
10. Morfemas (palavras) referenciais, em vez de morfemas (palavras) funcionais.

Sob o nome de "universais do contato de línguas" (universals of language contact), Smith (1984: 295) alinha as seguintes TGA:

- preferência por uma relação um-a-um entre forma e categorias (uma forma - um significado);
- preferência por formas livres em vez de formas presas;
- tendência a evitar formas com pouco material fonológico;
- tendência a evitar complexidade morfofonêmica

Algumas dessas TGA são mais gerais, outras menos. Além disso, muitas delas apresentam sub-TGA. A de número 8, por exemplo, abrange uma outra tendência bastante geral que é o uso do mesmo pronome tanto para sujeito quanto para objeto, em geral tirado da forma tônica da língua doadora, se existir forma tônica. De qualquer forma, a investigação nessa área não está muito avançada. Creio que se se fizessem pesquisas em larga escala, em todas as situações em que se manifestam TGA, no mundo todo, conseguiríamos um grande avanço em nossos conhecimentos sobre a linguagem humana.

Como se pôde ver, o conceito de TGA unifica muitas situações anteriormente consideradas inteiramente independentes entre si e diferentes umas das outras. É bem verdade que Roman Jakobson (1970b) procurou mostrar desde a década de 20 que as tendências de modificação (TGA) que se manifestam na linguagem infantil são as mesmas que ocorrem na evolução histórica das línguas e na variação sincrônica. A partir do final da década de 60, David Stampe também reiterou essas semelhanças (cf. Stampe 1972). Infelizmente, as duas propostas não foram aplicadas em larga escala, muito pelo contrário. Muitos investigadores estão presos a um empirismo radical (dadismo), como muitos sociolinguistas variacionistas; outros estão preocupados com fazer bem a lição de casa das aulas de teoria, como é o caso de

Macedo (1986), criticado em 1.3.

Para terminar, gostaria de comentar a relação existente entre TGA e universais. É bem verdade que para os seguidores de Chomsky há universais por todo lado, embora ele próprio não tenha essa opinião. Ele é muito mais cauteloso. Para ele, "universal" não é o mesmo que "geral", como o é para muitos autores. Os universais não admitem exceção, nem em potencial. Assim, "alguns universais linguísticos aparentes podem ser o resultado de mero acidente histórico. Por exemplo, "se apenas os habitantes da Tasmânia sobreviverem a uma futura guerra, poderia ser considerado como propriedade de todas as línguas então existentes que o tom não é usado para distinguir itens lexicais" (Chomsky & Halle 1968: 4).

A TGA, por seu turno, é apenas uma tendência geral. Como tendência que é, admite exceções e até matizações conforme o caso concreto de que se trate. Por exemplo, a TGA de número 1 não significa que nas situações de contato todas as sílabas passem a ser CV. Pelo contrário, pode até acontecer de ocorrerem sílabas altamente marcadas, sobretudo se transferidas da língua L1 dos sujeitos falantes, ou até mesmo tomadas como empréstimo de uma outra língua. O crioulo português da Guiné-Bissau, por exemplo, apresenta esquemas silábicos até com três consoantes no aclave, como "skribi" (escrever) e "splika" (explicar). No entanto, ele tem uma forma alternativa "siplika" (explicar). A primeira consoante desta última palavra foi silabificada mediante a epêntese de [i] que, na verdade, é uma cópia (reduplicação) do [i] da sílaba tônica. Quanto à sílaba /-pli-, é bem verdade que contém duas consoantes no aclave, porém é muito mais simples do que a sílaba /spli-, que existia na forma anterior. Por outras palavras, relativamente a /spli-, a sílaba /-pli- é muito menos marcada, o que significa que não é CV, mas vai em sua direção. Esse raciocínio vale para todas as TGA.

Enfim, o conceito de TGA nos ajuda a compreender melhor os universais linguísticos. Elas não são universais, mas vão em sua direção. Portanto, poder-se-ia dizer que seriam quase-universais, como alguns linguistas americanos costumam dizer. Na verdade, se quisermos falar em universais, é nos atos de interação comunicativa (AIC), ou comunicação, que eles poderiam ser encontrados. Como veremos em 6.4 e em 1.5.2, a comunicação faz parte de um processo mais amplo, que é a interação, propriedade da matéria em geral.

1.4.6. Teoria criativista

Uma das propostas de explicação da gênese dos pidgins e crioulos mais criticadas hoje em dia é a seguinte: "falantes de uma língua inferior podem conseguir tão pouco sucesso em aprender a língua dominante que os senhores se valem do 'baby talk' ao se dirigirem a eles. Esse 'baby talk' é uma imitação, pelos senhores, da fala incorreta dos sujeitos [...] alguns de seus traços se baseiam não nos erros dos sujeitos mas em relações gramaticais existentes na própria língua superior. Os sujeitos, por seu turno, desprovidos do modelo correto, não podem fazer nada a não ser adquirir a versão 'baby talk' simplificada da língua superior. O resultado pode ser um jargão convencionalizado" (Bloomfield 1933: 472).

Deixando de lado termos politicamente incorretos para os dias de hoje, tais como "língua inferior" e "língua superior", bem como o fato de pressupor que o objetivo dos escravos (sujeitos) era aprender a língua dos senhores, creio que a formulação de Bloomfield aponta para a direção correta. Com efeito, em consonância com a orientação teórica que seguia (behaviorismo), sua explicação sugere que os pidgins e crioulos nasceram da interação comunicativa entre povos (P) de línguas (L) mutuamente ininteligíveis. Isso está em consonância com os objetivos da presente investigação, que é procurar entender a gênese da gramática crioula partindo justamente de atos de comunicação. Infelizmente, há outros pontos fracos na explicação do autor como a questão da "simplificação", como veremos logo abaixo. O grande problema com a hipótese de Bloomfield bem como com a maioria das hipóteses modernas propostas para explicar a gênese das línguas crioulas e pidgins é o partirem do pressuposto de que o objetivo dos escravos que os formaram era aprender a língua dos

senhores, que seria a língua alvo. Dadas as condições em que isso se dava, não conseguiam aprendê-la na íntegra, mas apenas fragmentos dela, tratava-se de uma aprendizagem mal feita. Assim, de acordo com Philip Baker, "uma das ideias mais comuns em todas as tentativas de explicar como os crioulos foram formados é o fracasso. As pessoas tentavam aprender uma língua europeia e falhavam, ou então, tentavam manter sua língua tradicional e falhavam. De qualquer modo, as línguas crioulas eram resultado de um fracasso" (Baker 1995: 6). Essa é a postura explicitamente declarada de Chaudenson (1989) e a não declarada de talvez mais de 90% dos crioulistas e não crioulistas. É por isso que os conceitos mais correntes na crioulistica tradicional são "simplificação", "língua alvo", "interferência" e, em épocas mais recuadas, "corrupção", "língua estropiada", etc.

Isso ocorre devido ao que poderíamos chamar de "síndrome de Schleicher-Schmidt" (SSS). Para August Schleicher, proponente da chamada teoria da "árvore genealógica" para explicar a evolução das línguas, toda língua tem que provir de outra (Schleicher 1848: 8-11). Para Johannes Schmidt, proponente da "teoria das ondas", as mudanças linguísticas se dão em forma de ondas que partem de um ponto de irradiação (Schmidt 1872: 2728). Portanto, toda inovação encontrada em uma língua é resultado de difusão de algo provindo de alguma outra língua. Assim, as línguas mistas de que tratamos em crioulistica derivariam de uma língua-mãe (Schleicher) ou teriam seus traços adquiridos por difusão (Schmidt). De acordo com SSS, não haveria lugar para a criação. Apesar de efetivamente haver traços herdados das línguas contatantes bem como difusão de traços de outras línguas, o essencial na formação de uma língua em uma situação de contato é a criação que se dá no próprio contato. Só a criação de um meio de comunicação interétnico (MCI) pode atender as necessidades de povos aloglotas que entram em contato.

Do início da década de 90 em diante, Philip Baker vem defendendo uma nova postura teórica. Partindo do pressuposto de que não havia uma direcionalidade no processo (a língua dos senhores não seria língua alvo), ele sugere que "não havia nenhuma língua alvo como tal, e que o objetivo real (mesmo que inconsciente) dos participantes era desenvolver um meio de comunicação interétnico" (Baker 1990: 111). Em Baker (1992: 1), ele reafirma que, devido à composição populacional variada das sociedades coloniais em formação, e "apoiando-se na totalidade da gama de recursos linguísticos à sua disposição, os pidgins e crioulos representam um sucesso positivo de sociedades políglotas, não uma aprendizagem linguística mal feita". O fato de a maioria dos itens lexicais provir da língua dominante é facilmente explicável. Devido à variada composição etnolinguística dos escravos, a língua dos senhores era a única que se impunha, às vezes com violência, a todos os subordinados, uma vez que os senhores não se davam ao trabalho de aprender a língua dos escravos, que eram muito numerosas (Baker 1992: 4). No entanto, como disseram Lucien Adam (1883) e Bickerton (1989), o componente mais importante da língua é a sintaxe. E essa nunca proveio da língua dos senhores, exceto no caso dos anticrioulos. Mesmo nesse caso, o fato se dá porque a comunidade falante de anticrioulo é um enclave no território da comunidade falante da língua dominante. Daí, a pressão constante que sofre dela.

Uma vez que o objetivo dos povos em contato nas situações mencionadas era, segundo Baker, a criação de um meio de comunicação interétnica (MCI), ele passou a chamar a nova proposta de teoria criativista. O fato de o vocabulário provir majoritariamente (acima de 90%) da língua dominante não afeta em nada a proposta. Que ele provenha daí é mero acaso. Tanto que todas as palavras passavam a ter nova pronúncia, nova forma fonológica subjacente e nova função. A pronúncia escolhida em geral era aquela que fosse compartilhada pela maioria dos grupos étnicos em contato (Baker 1994: 71), do mesmo modo que a escolha de palavras da língua dos senhores se devia ao fato de ela ser a única a que todos os grupos tinham que se expor. Por motivos diferentes, Claire Lefebvre (1996) defende a mesma ideia.

Eu gostaria de fazer um pequeno reparo na interessantíssima proposta de Philip Baker. Na

verdade, o objetivo dos povos que formaram as línguas crioulas e pidgins - bem como de qualquer outra língua, em uma situação de contato interlinguístico ou não - não era criar um meio de comunicação interétnica. Embora efetivamente criem um MCI, o objetivo primeiro e primário deles era se fazerem entender, ou seja, era comunicar-se uns com os outros. A criação do MCI é uma consequência desse objetivo essencial (cf. Couto 1996:196-198). A interação comunicativa era inconsciente, uma vez que se tratava de um ato que podia ser até mesmo natural, como veremos em 1.5. Nele podem entrar dados icônicos e até mesmo indiciais, que são muito mais concretos do que os signos simbólicos, para usar a terminologia de Peirce (1972). Isso pode ser facilmente notado quando nos encontramos com alguém cuja língua desconhecemos. Nosso objetivo, nesse caso, não é falar nem aprender sua língua, nem tampouco outra língua qualquer, mas simplesmente entender e ser entendidos, ou seja, comunicarmo-nos.

No contexto das propostas anteriores, quando comparados às suas línguas lexificadoras, os pidgins e crioulos são geralmente tidos como "simplificados" na forma externa, "reduzidos" na forma interna e de abrangência de uso "restringida" (HYMES 1971: 70, 84). Isso seria uma espécie de empobrecimento do pidgin/crioulo relativamente à língua lexificadora, ou seja, resultado de uma aprendizagem imperfeita da língua alvo, lexificadora, dominante. Pois bem, Baker inverte essa maneira de encarar a pidginização e a criouliização. Na verdade, não se trata de "simplificação" -- nem muito menos de empobrecimento -- mas de uma tendência a escolher formas menos marcadas em situações de contato, ou seja, TGA.

Como se vê, a teoria criativista abandona o conceito de língua alvo ou, pelo menos, lhe atribui um papel bastante ancilar. Pode ser até que na aquisição de L2 na escola haja a intenção do sujeito de aprender determinada língua, que seria a língua alvo para ele. No entanto, isso não ocorre na formação dos pidgins e crioulos nem na aquisição de L1 pela criança. Também ela tem por objetivo se comunicar com os adultos. A aquisição da língua deles é uma consequência dos diversos atos de interação comunicativa que ela mantém com eles ao longo de seu desenvolvimento.

A teoria criativista faz parte de uma concepção histórico-evolucionista da formação dos pidgins/crioulos (BAKER 1993). Aliás, Baker considera a distinção entre um estágio pidgin e um estágio crioulo desnecessária. Além disso, nem todos crioulos teriam surgido abruptamente, como quer Bickerton. Pelo contrário, a maioria deles teve uma evolução lenta e gradual. Uma outra consequência da concepção histórico-evolucionista e contra a direcionalidade para uma presumível língua alvo europeia, de Baker, é sua oposição à ideia de descrioulização. No que tange ao vocabulário, a adoção de itens lexicais franceses não significa uma descrioulização do crioulo mauriciano "porque se trata de novas palavras para novos conceitos, não de novas palavras substituindo velhas palavras mauricianas de origem não francesa" (BAKER 1993: 5). Por esse motivo eu prefiro encarar todo o processo como constando apenas de formação e transformação da gramática crioula (cf. 1.2). Com isso, evitamos o polêmico conceito de descrioulização, além do de criouliização.

Poder-se-ia dizer que a teoria criativista de Baker é o equivalente sociológico da teoria psicológica de Noam Chomsky. Como sabemos, para esse autor cada criança forma sua gramática com base no dom biológico para a linguagem e nos enunciados fragmentários que capta no seu meio ambiente. Para Baker, trata-se da criação de uma gramática (meio de comunicação interétnica, em suas palavras) por uma comunidade heterogênea. A formação desse MCI representa um passo importante na direção da homogeneização dessa comunidade, como está sugerido no conceito de comunitarização discutido em 1.2. Em suma, para Chomsky trata-se da criação da gramática pelo indivíduo. Para Baker trata-se da criação da gramática pela comunidade.

Diante da teoria criativista para explicar a formação da gramática crioula, faz-se necessário rever vários conceitos correntes entre os crioulistas. Em primeiro lugar, dado que o objetivo

não era aprender a língua dos senhores, como veementemente quer mostrar Chaudenson (1989), a ocorrência do que chamei acima de TGA não é propriamente uma "simplificação". Só se pode simplificar algo que era relativamente menos simples (mais complexo). E isso está diretamente ligado à hipótese da língua alvo, ou seja, de que a nova realidade linguística seria mera variedade (empobrecida) da língua alvo. Se esta não existe, tampouco há simplificação, mas apenas a ocorrência de tendências gerais de ir na direção do não marcado sempre que não há uma pressão em sentido contrário, como no ensino formal. A tendência se manifesta sempre em situações de contato, em que a "pressão normativa" se afrouxa ou simplesmente inexistente.

Em segundo lugar, o conceito de "interferência" também parece inadequado. Só se poderia falar em interferência da língua primeira dos sujeitos do processo de formação de um crioulo se ele fosse o resultado de uma tentativa fracassada de aprendizagem de uma língua alvo. Por outras palavras, se a aprendizagem de L2 fosse imperfeita, cheia de interferências de L1. Como isso não é verdade, o que esses sujeitos fazem é transferir - inconscientemente, pois seu objetivo era comunicar-se - traços de suas línguas originárias para o novo sistema em formação. Portanto, em vez de "interferência", o que se tem é transferência. No mais, trata-se de empréstimo. Esse se dá quando os falantes de determinada língua tomam termos, e outros traços, de empréstimo a uma outra língua, nos termos vistos acima com Thomason & Kaufman (1989).

Em toda a presente investigação, a teoria criativista constitui um pano de fundo. Não como originalmente formulada por Philip Baker, ou seja, com o pressuposto de que o objetivo dos formadores dos pidgins e crioulos era criar um MCI. Ela é uma base para a pesquisa na nova interpretação, segundo a qual o objetivo deles era se comunicar, e de que a criação dos pidgins e crioulos é uma consequência de atos de interação comunicativa, afinal bem sucedidos. Inicialmente, esses atos são meras TIC (tentativas individuais de comunicação), em que tudo é válido, contanto que faça atingir-se o objetivo colimado. Em seguida, algumas TIC podem tornar-se clichês sob a forma de EIC (estratégias individuais de comunicação). Isso é a base para o surgimento da nova língua. Enfim, a comunicação está na base de tudo. Por isso ela é o objeto do capítulo final dessa primeira parte.

1.5. Comunicação e expressão

1.5.1. Introdução

Estamos chegando ao final da parte introdutória do livro, ou seja, aquela em que é apresentado o cenário para toda a discussão posterior. Tudo que disser sobre formação e transformação das línguas crioulas e pidgins, bem como sobre as não crioulas e as não pidgins, terá como fundações o que foi dito até agora. Até mesmo questões não atinentes ao objetivo final desta investigação se basearão nelas, ou seja, mesmo quando eu falar de fenômenos estruturais de um ponto de vista estritamente sincrônico, deve ficar claro que eles são considerados como parte de uma ecologia maior. Isso implica que os fenômenos sincrônicos são considerados como fruto de um trabalho anterior, como resultado de interações comunicativas precedentes.

Já foi sugerido em diversas passagens como, por exemplo, na seção que trata do processo de crioulização, que as línguas crioulas e os pidgins surgem da interação de povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis. Isso significa que a questão da interação comunicativa ou, como mais comumente se diz, a questão da comunicação é um pressuposto para a emergência dessas línguas. Podemos ir mais longe. Na verdade, todas as línguas existentes surgiram de tentativas de comunicação que, com o tempo, foram dando lugar à cristalização de um conjunto de regras que garantiriam a inteligibilidade. Afinal, as línguas crioulas e os pidgins são línguas e, como tais, línguas naturais. O que as diferencia são as condições sócio-históricas de seu surgimento, momento em que se dá uma concentração de traços que tendem a ser menos marcados (TGA) do que os que ocorrem nas línguas não crioulas ou não pidgins. Portanto, creio ser válido falar em traços estruturais crioulos, contrariamente à tese defendida por Salikoko Mufwene (cf. Mufwene 1986 e diversas publicações posteriores) e outros, segundo os quais só se pode definir crioulo por critérios sócio-históricos.

O presente capítulo deve ser entendido como uma forma de transição natural para os assuntos tratados nos capítulos das partes subsequentes. Ele trata da questão da comunicação em termos conceituais e genéricos, inclusive filosóficos. Mais especificamente, ele visa a mostrar porque a língua é antes de tudo um meio de comunicação entre membros de uma comunidade e que a expressão do pensamento, tão importante na vida de qualquer ser humano, é subsidiária dessa função principal. Os aspectos mais técnicos e mais concretos do processo de comunicação serão abordados na parte VI. Por isso, no que imediatamente subsegue (1.5.2), tratarei especificamente da própria comunicação. Em 1.5.3, tratarei da questão da expressão do pensamento. Em 1.5.4, tentarei justificar essa postura, filiando-a historicamente. Em 1.5.5, por fim, procurarei tirar algumas conclusões de toda a discussão.

Existem essencialmente duas concepções sobre o *locus* e a função básica da linguagem. Por outras palavras, existem duas hipóteses fundamentais sobre a linguagem. A primeira, que chamarei de hipótese da representação (HR) encara a linguagem como um fenômeno de base biológica, transmitido hereditariamente e um apanágio da espécie humana. Segundo HR, os mecanismos de funcionamento da linguagem existem concretamente na mente do indivíduo. Consequentemente, a sua (da linguagem) função básica é a expressão do pensamento, sendo a comunicação uma função subsidiária, se tanto. A manifestação mais conhecida dessa orientação na linguística atual é a gramática gerativa, de Chomsky e seguidores, que recua ao racionalismo cartesiano e até mesmo a Platão. Em crioulística, o maior defensor dessa orientação é Derek Bickerton, do qual temos diversas referências na bibliografia.

A segunda, que chamarei de hipótese da comunicação (HC), afirma que a linguagem é um fenômeno social, que existe na sociedade (comunidade) como um todo e cuja função primordial é a comunicação entre os membros dessa comunidade. O pensamento seria uma espécie de diálogo que o indivíduo mantém consigo mesmo. O seu maior defensor na linguística moderna é o estruturalismo, sobretudo o europeu, que se filia a Saussure. No entanto, a vertente behaviorista norte-americana também se enquadra em HC. O linguista

brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1983), por exemplo, define o vocábulo como a forma que "pode funcionar como comunicação suficiente" (p. 69-70) e ao momento do ato de fala como "momento da comunicação" (97-103). Em verdade, a esmagadora maioria dos pensadores tem defendido essa hipótese ao longo da história.

Creio ter deixado claro em tudo que disse acima que a concepção que será seguida aqui é decididamente a de HC. Não na versão exclusivamente sincrônica e estática do estruturalismo europeu nem na do norte-americano, mas numa versão que admite também o pensamento como um importante componente da linguagem, só que tributário da comunicação. Com efeito, o indivíduo pensa comunicando-se com outro. Se o ato de pensar não se der na interação com outro indivíduo, tratar-se-á de um diálogo interior do indivíduo consigo mesmo. Em suma, a linguagem será considerada como um fenômeno basicamente social (SCHAFF 1974 e BAKHTIN 1981). Segundo Karl Marx, "não é só o material de minha atividade - como a própria língua que o pensador utiliza - que me é dado como um produto social. Minha própria existência é uma atividade social. Por essa razão, o que eu próprio produzo o faço para a sociedade, e com a consciência de agir como um ser social" (MARX 1970: 118-119).

Como está "fora de moda" citar esse autor, gostaria de mencionar o que disse sobre o assunto o insuspeito Julián Marías, uma vez que é pensador católico, da linha de Jacques Maritain. Ele toca no assunto em diversas passagens de seu livro. Especificamente sobre a linguagem, ele diz: "Meu dizer - como geralmente acontece com minha vida inteira - só é possível porque não é só meu e é, ao mesmo tempo, o que se diz" (Marías 1960: 252). Antes ele já havia dito que "... o homem pode estar só; mas - além de que a rigor não é verdade - isto vem provar o caráter essencial da convivência, pois unicamente pode estar só um ente cujo ser consiste em estar acompanhado. Uma pedra não está nem pode estar só; a solidão não é uma 'propriedade' ou 'qualidade' real: estar só não é como estar sentado ou estar cansado ou estar dormindo. A rigor, é uma determinação intencional: estar só quer dizer estar só de alguém; a solidão é um modo de conviver com os outros no modo concreto da ausência e é, portanto, privação efetiva. Forçando a expressão, podemos dizer que necessito dos outros para estar só.... deles" (p. 241). Enfim, por outras vias ele demonstra que viver é con-viver e que até mesmo a solidão é eminentemente social. No caso da língua, a reflexão, a elucubração mais solitária é manifestação de algo eminentemente social. Daí já se pode inferir que o ato de fala - que chamo de ato de interação comunicativa (AIC) - é também social, contrariamente ao que disse Saussure.

1.5.2. Comunicação

Todo o capítulo 6, e praticamente todo o livro, de Bakhtin (1981), visa a dar uma resposta à seguinte pergunta: "o que é que se revela como o verdadeiro núcleo da realidade linguística?" Como o próprio título do capítulo ("A interação verbal") já sugere, a resposta do autor é a de que o verdadeiro núcleo da realidade linguística se revela na interação verbal, ou seja, no que Saussure chamou de ato de fala. Trocado em miúdos, para ele a essência da linguagem está no ato de comunicação, em que um emissor envia uma mensagem linguística a um receptor, que a entende.

O fato de o ato de comunicação ser o "núcleo de realidade linguística" não é gratuito. É que a comunicação é parte de um fenômeno mais geral, a interação, que se dá não só no nível do social ou superorgânico, mas também no nível do orgânico ou vegetal e do inorgânico ou mineral (cf. Spencer 1976). Assim, o ciclo pergunta-resposta, bem como todos os atos de comunicação, são parte de uma interação mais geral, chamada de estímulo-resposta. Esta última, por seu turno, é parte de outra interação mais geral ainda, possivelmente universal, ou seja, ação-reação.

Esse componente primitivo e universal subsiste na interação superorgânica, ou comunicação

propriamente dita. Ele é a infraestrutura da comunicação que tem sido chamada de comunicação fática (Malinowski 1972, Jakobson 1969). Isso pode sempre ser testado na aquisição da língua pela criança. Nos primeiros estágios desse processo, o que há são atos de interação, sem troca de nenhum conteúdo referencial. Aninha, por exemplo, já no sétimo dia de vida seguia as pessoas com os olhos. No final da segunda semana, já tentava levar a mão para pegar o rosto de quem a segurava. Com um mês e dezessete dias, já reagia com sorriso em resposta a estímulos do adulto. Treze dias depois, tentou reproduzir sons do adulto. Seguiram-se imediatamente diversas interações. Além de continuar observando os movimentos dos lábios de quem estava "conversando" com ela, começou a emitir sons guturais aleatórios ([gu], [gʊ], aparentemente tentando reproduzir sons do adulto. Aos três meses e dez dias, Aninha reproduziu claramente uma vibração da úvula produzida pelo adulto. Após produzir o som [ʌbu:], em resposta a provocação do adulto (aos seis meses de idade), produziu [papa-papa] claramente reproduzindo o estímulo "papai", aos nove meses e dezoito dias de idade. A primeira palavra espontânea, a primeira palavra que ela adquiriu, foi [aba], aos dez meses e 28 dias de idade, com o que ela queria dizer "isso é água/eis a água" (de meu diário). Em síntese, a comunicação puramente fática precedeu de longe a comunicação referencial. Primeiro ela se comunicou para, só depois, referir-se a algo. Mesmo assim, ela se referiu à água comunicando-se com o adulto.

De modo que, se é verdade que há "universais" no âmbito da linguagem, eles se manifestariam no "núcleo da realidade linguística", ou seja, no ato de interação comunicativa. Aliás, esta não é a primeira vez que se fala em "universais da comunicação". Entre outros, um dos pioneiros da moderna crioulística, Frederick Cassidy, apresentou uma interessante hipótese nesse sentido, incluindo uma proposta para a gênese do léxico das línguas que emergem nas situações de contato, como veremos em 6.4 (Cassidy 1971). Entre os linguistas, há tanto crioulistas quanto não crioulistas que concordam com ele, como é o caso de Elizabeth Traugott (1977: 86-87) e Dell Hymes. A primeira retoma a ideia de Cassidy, falando em "basics of communication" (Traugott 1977: 86-87). Quanto ao segundo, falando do processo de formação dos pidgins e crioulos afirma que "o processo a partir do qual eles resultam são tendências universais no uso da fala" (Hymes 1971: 9). Por fim, especialistas em outras áreas do conhecimento também perfilham ideias semelhantes, como é o caso do filósofo Adam Schaff, mencionado em 1.4.5. Só a interação é universal. Logo, a comunicação (que é parte dela) precede a expressão do pensamento. A expressão do pensamento é um produto subsidiário e tardio da comunicação.

Uma outra fonte para defesa da tese de universais da comunicação provém da pragmática. Assim, Levinson lança a pergunta de se a interação comunicativa não seria um traço da espécie humana tão importante quanto as diferenças culturais, os sistemas sociais complexos e a fabricação de instrumentos. Claude Lévi-Strauss considera praticamente toda a cultura como "comunicação". Assim, as regras de parentesco e matrimônio servem, para alguns povos, para assegurar a comunicação de mulheres, a comunicação de bens e serviços, além da comunicação de mensagens verbais (Lévi-Strauss 1970: 100). Uma das categorias mais importantes de qualquer comunicação como a tomada de turno teria bases universais (Levinson 1983: 368-369).

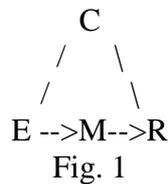
Quando se fala em universais da comunicação, não se pensa em um reflexo direto de "universais" em um ato de comunicação. Este é sempre concreto, ao passo que os universais são abstratos. Portanto, a presença de determinado item em um enunciado - mesmo que seja EU-TU, um dêitico ou a entoação ascendente para indicar interrogação - manifesta "universais" apenas indiretamente. Tanto a configuração fônica do fenômeno quanto a maneira pela qual o grupo em questão organiza os significados (semântica) é específico de cada língua em particular. Portanto, quando se fala em "universais" da linguagem deve-se entender isso *cum grano salis*. Em 1.4.5 temos uma discussão mais pormenorizada da questão

do que seja geral e universal.

A maioria dos pensadores perfilha a concepção de linguagem como primordialmente um meio de comunicação, embora uma parcela considerável defenda a primazia de HR. Para os especialistas em linguística histórica e crioula Thomason & Kaufman (1988: 14), por exemplo, "as línguas são produtos de e veículos para a comunicação entre pessoas". Um fato curioso é que tanto o leigo quanto os iniciantes em estudos linguísticos vêm na língua antes de tudo um meio de comunicação. Minha aluna de Introdução à Linguística na Universidade de Brasília Gipsy Lima da Silva afirmou, em uma monografia de final de semestre (o 1º de 1993) que "para um indivíduo sozinho a língua perde sua função já que se torna desnecessária a comunicação".

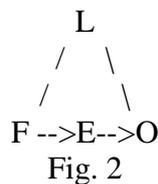
Tudo isso se deve ao fato de que a instância em que um indivíduo implementa sua socialidade, isto é, a situação em que se vê concretamente que ele é um ser por excelência social é a interação com o outro no seio da comunidade a que ambos pertencem. Daí decorre a importância atribuída à comunicação. Ora, comunicação implica a existência de um código, que não deve ser entendido como uma camisa de força, mas como uma referência à qual se recorre sempre que há mal-entendidos e incomunicações.

Pois bem, já que a interação, ou mais especificamente, a comunicação está sujeita a regras de comportamento socialmente, comunitariamente, aceitas, pareceu-me de bom alvitre adiantar neste ponto o modelo de comunicação que será discutido mais tecnicamente em VI. Trata-se do conhecido modelo reproduzido no esquema da figura 1.



Esse esquema, que tem por base a teoria matemática da comunicação de Claude E. Shannon e Warren Weaver, afirma o seguinte: para que uma mensagem (M) enviada por um emissor (E) a um receptor (R) seja decodificada, entendida, tem que estar formulada em um código (C) que R conheça, ou seja, em uma linguagem comum a E e R (cf. SHANNON & WEAVER 1949: 34). Por outras palavras, para que a interação seja eficaz e atinja seus objetivos é necessário que E e R compartilhem as mesmas regras de comportamento. No caso específico da linguagem ou, melhormente, da língua, para que o que o falante diz seja entendido pelo ouvinte é necessário que ambos conheçam a mesma língua (cf. COUTO 1983b: 68-73 para uma visão um tanto diferente da do esquema!).

Para evitar ambiguidade e/ou choques com outras abreviaturas, doravante substituirei código (C) por língua ou linguagem (L), emissor (E) por falante (F), mensagem (M) por enunciado (E) e receptor (R) por ouvinte (O). Com isso, o esquema da fig. 1 é substituído pelo da fig. 2.



É interessante notar que há autores marxistas, portanto, em princípio partidários de HC, que se manifestam contra o modelo da fig. 1. Um deles é Utz Maas. De acordo com ele, as correntes linguísticas que partem desse modelo coisificam a língua, não a consideram como um fenômeno social. Mesmo quando veem nela algo resultante de um acordo interindividual,

esse acordo "não é visto como o resultado de uma realização da atividade social e da interação daí resultante" (Maas 1977:145). Sua crítica se dirige tanto ao gerativismo quanto ao estruturalismo radicais. Um outro autor marxista que tem restrições semelhantes a esse modelo é Ulrich Ammon, como veremos em 7.1. No entanto, nenhum deles seria contra o uso que se faz aqui desse modelo. Ambos têm ideias muito semelhantes às de Mikhail Bakhtin, que é o autor que avançou de modo mais convincente toda a base do que defendo aqui.

A comunicação é fundamental para a linguagem. Aparentemente ela se daria apenas em sincronia, como se pode ver no modelo de comunicação apresentado nas figuras 1 e 2. No entanto, até mesmo em diacronia há comunicação. Assim, tudo que temos hoje como legado de nossos antepassados nos foi comunicado por eles. O que deixarmos para nossos descendentes estará sendo comunicado por nós a eles. Sincronicamente temos, portanto, uma comunicação intrageneracional, enquanto que diacronicamente temos uma comunicação intergeneracional. No caso específico desta última, nossos antepassados foram emissores e nós receptores do acervo cultural. Nós, por outro lado, seremos os emissores desse acervo, acrescido do que lhe adicionarmos, para nossos receptores das futuras gerações.

Alguém poderia opor-se à ideia de comunicação intergeneracional, alegando que não haveria uma copresença de emissor e receptor, pressupostos para o ato de comunicação. A isso poderíamos lembrar a corrida de bastão. O segundo corredor a pegá-lo aparentemente não está copresente com o primeiro. No entanto, o bastão que vai do primeiro corredor ao segundo, ao terceiro, e assim por diante, é sempre o mesmo, acrescido do novo valor que adquire em cada fase da corrida. Pois bem, o bastão equivaleria a mensagem, o corredor que o entrega seria o emissor, e o corredor que o recebe seria o receptor.

Para terminar, gostaria de retomar uma ideia que foi desenvolvida na seção dedicada ao contato de línguas. Geralmente, quando falamos em comunicação estamos pensando em uma interação verbal entre dois indivíduos. Entretanto, a interação pode se dar também entre uma comunidade inteira com outra comunidade inteira. É o que normalmente se dá sempre que povos de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito, ou seja, naquilo que se chamava impropriamente de "línguas em contato". Como vimos em 1.4, trata-se mais propriamente de contato de povos e suas respectivas línguas, ou seja, de comunicação entre comunidades diferentes. Trocado em miúdos, o "contato de línguas" pode ser visto como um tipo de comunicação.

1.5.3. Expressão

Em geral, quando se fala em expressão do pensamento tem-se em mente "tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores" (Bakhtin 1981: 111). No entanto, como mostra esse mesmo autor, esse processo é muito mais complicado do que pode dar a entender a definição. Ele pode dar margem a interpretações as mais equivocadas possíveis.

Começemos por uma formulação dedutível da teoria de Ferdinand de Saussure. No capítulo dedicado ao "valor linguístico", ele afirma que, "abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta". Continua o autor: "Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado" (Saussure 1973: 130). Por outro lado, ao falar do signo linguístico, o autor apresenta como segundo princípio o "caráter linear do significante" que, "sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha" (Saussure 1973: 84).

Do que acaba de ser dito, verifica-se que para Saussure o significante, ou seja, a realização concreta dos signos linguísticos, é unidimensional, já que é linear. O pensamento, ao

contrário, seria pluridimensional, ou melhor ainda, adimensional, posto que "massa amorfa e indistinta". Daí poderíamos chegar à conclusão de que expressar pensamentos seria, ao fim e ao cabo, linearizar ou unidimensionalizar algo por natureza pluridimensional ou adimensional. Desta perspectiva, a expressão conseguiria, quando muito, dar uma pálida ideia dos conteúdos interiores individuais, pois consistiria em reduzir a uma única dimensão algo multifacetado e imprevisível. Não é para menos que alguns especialistas em literatura tem falado em "luta pela expressão" em que os criadores de obras literárias estariam sempre engajados. Essa luta seria sempre inglória, o artista nunca conseguiria expressar fielmente o que sentiria, ou seja, seus conteúdos interiores (cf. Figueiredo 1960).

Por uma questão de honestidade e de respeito a Ferdinand de Saussure, devo deixar claro que ele não disse nada disso. A despeito do fato de suas afirmações poderem ter essa interpretação, não creio que ele a subscrevesse. Mesmo porque não foi ele quem escreveu o livro, mas seus discípulos. De qualquer forma, para ele o pensamento existiria independentemente da língua no indivíduo, embora como "massa amorfa e indistinta". Com isso, sua expressão seria "como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos [do indivíduo], suas intenções, seus impulsos criadores, seus gestos, etc". Essa "teoria da expressão deve admitir que o conteúdo a exprimir pode constituir-se fora da expressão, que ele começa a existir sob uma certa forma, para passar em seguida a uma outra. Pois, se não fosse assim, se o conteúdo a exprimir existisse desde a origem sob a forma de expressão, se houvesse entre o conteúdo e a expressão uma passagem quantitativa (...), então toda a teoria da expressão cairia por terra" (Bakhtin 1981: 110111). Por outras palavras, o problema reside no fato de se separar de modo quase estanque o individual (expressão) do social (comunicação). O próprio Bakhtin aponta para uma direção mais satisfatória.

Como partidário da tese vista acima de que o individual também é de alguma forma social, Mikhail Bakhtin afirma que "o pensamento não existe fora de sua expressão potencial e conseqüentemente fora da orientação social dessa expressão e o próprio pensamento". De acordo com ele, "a personalidade que se exprime, apreendida por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social" (Bakhtin 1981: 117). Ainda de acordo com ele, "o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo". Portanto, "a enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social" (p. 121). Isso porque "a enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo 'individual') é uma *contradictio in adjecto*" (p. 127).

A socialidade do produto da expressão linguística deve ser entendida em dois sentidos. Primeiro, porque o próprio pensamento é linguagem interior, como Bakhtin salienta ao longo de todo o livro. Logo, quando alguém expressa um pensamento, por mais que lhe acrescente ingredientes individuais, está usando um instrumento que é por natureza social, a linguagem. Segundo, porque, como já foi salientado em diversas oportunidades, o próprio indivíduo só se define socialmente. Ele é "indivíduo" porque é o resultado último de um processo de divisão da sociedade; ele é o componente mínimo da coletividade.

Diversos outros autores defendem a mesma tese que Bakhtin. Um deles é Adam Schaff. De acordo com a concepção desse último, do mesmo modo que com a de Bakhtin, aquilo que Saussure chamou de "pensamento" não passava de uma espécie de orientação no mundo (Schaff 1974: 153, 158), que é compartilhada pelo ser humano com outros animais, talvez por todos, pelo menos até certo ponto. Essa orientação no mundo só se torna pensamento quando, na evolução filogenética e ontogenética, se associa com a linguagem. Embora pensamento e linguagem tenham origens diferentes, pensamento (= orientação no mundo) só se torna pensamento propriamente dito quando se associa com linguagem, e linguagem só se torna linguagem propriamente dita quando ligada a pensamento (conteúdos semânticos

socializados). Portanto, se expressar-se significa exteriorizar pensamentos, "a oposição da função cognitiva do pensamento à função comunicativa da linguagem é um procedimento incongruente, porquanto - [...] - sugere que é possível pensar 'para si' fora da linguagem e que as palavras só se tornam necessárias para a comunicação intersubjectiva. Ora, por um lado, a função cognitiva do pensamento não se realiza sem a linguagem; e por outro lado, a função comunicativa da linguagem não se realiza sem o pensamento" (Schaff 1974: 207). Ademais, "o pensamento é um produto social, ainda que constitua sempre um acto individual" (p. 161). Em síntese, a expressão do pensamento é um dos usos mais importantes que o ser humano faz da linguagem. É mesmo um dos caracteres que o diferencia das outras espécies animais. É por meio do pensamento que a história humana evoluiu. Se não tivesse havido os pensadores gregos, hindus, árabes e outros, não teríamos todo o acervo cultural, científico e tecnológico de que dispomos na atualidade. Não obstante, isso não significa que a função expressão do pensamento tenha algum tipo de prioridade relativamente à função comunicativa. É essa relação que passaremos a examinar na seção seguinte.

1.5.4. Comunicação ou expressão?

É bem verdade que todo ser humano faz reflexões, pensa. É verdade que todo ser humano dá forma a seus pensamentos, isto é, que expressa seus pensamentos. Porém, é também verdade que todo ser humano se comunica a todo instante com outros seres humanos, mais com os de sua própria comunidade do que com os de outras comunidades, sendo que alguns indivíduos só se comunicam com indivíduos de sua própria comunidade. Assim sendo, poder-se-ia perguntar mais uma vez o que seria mais importante no uso da linguagem, ou melhor ainda, qual seria a função básica, primeira, da linguagem: a comunicação de conteúdos mentais entre um indivíduo, falante (F), a outro, ouvinte (O), embutido em um ato de fala ou enunciado (E), ou a expressão do pensamento pelo próprio indivíduo? Creio que a discussão imediatamente precedente já sugere uma resposta. No entanto, gostaria de discutir as duas posturas mais pormenorizadamente. Com isso, retomemos a questão: Qual é a função básica e fundamental da linguagem, a comunicação interindividual ou a expressão do pensamento individual?

Em Couto (1973) eu havia defendido a tese de que a única função da linguagem é a comunicação. Com isso não queria dizer que todas aquelas funções mencionadas por, entre outros, Jakobson (1969) e Halliday (1975), não fizessem parte do uso da linguagem. Pelo contrário, o que eu queria dizer então era que todas essas funções são tributárias da função central e primeira, que é a função comunicativa. Em Couto (1987) eu retomei a tese, desenvolvendo-a mais pormenorizadamente, inclusive inserindo-a no contexto mais amplo da teoria evolucionista, como exposta por Herbert Spencer (1976). Neste último ensaio, demonstrei que a comunicação é um tipo especial de interação. E como acabamos de ver acima, a interação é universal, uma vez que ela se dá em todos os níveis de evolução da matéria. Assim, no nível social (superorgânico), temos a interação comunicativa, que se efetua apenas mediante signos socialmente criados e aceitos. Essa é a comunicação no sentido que entendemos aqui. No nível orgânico, ou seja, o do reino vegetal, temos diversos tipos de interação das plantas com seu meio ambiente. Há uma troca constante de substâncias que lhes garante a vida, ou lhes provocam a morte. No nível do mineral (inorgânico) também há interação. Entre outros, há os processos de sedimentação que provocam a criação de rochas, além dos lentos processos que dão lugar aos cristais e aos diamantes. A própria formação e dissolução dos corpos celestes estão neste caso. O fato é que a interação é universal.

Uma outra maneira de demonstrar que a comunicação precede a expressão consistiria em evocar o fato de que de uma perspectiva cosmogônica e genética, interação é manifestação de algo muito mais geral. Como demonstrou Friedrich Engels, ao se manifestar contra a ideia de uma improvável criação divina do mundo e a de uma eternidade do espírito, a única coisa eterna e incriada é a matéria e o movimento (Engels 1979). Na verdade, Engels estava apenas

retomando uma ideia que recuava até pelo menos Heráclito. Este havia dito que "este mundo, que é o mesmo para todos, não foi feito pelos deuses nem pelos homens; mas sempre foi, e será um Fogo eterno, com unidades que se acendem e unidades que se apagam". Partindo do fogo como o elemento fundamental, para ele tudo está em constante transformação, pois "as transformações do Fogo são, antes de tudo, os mares, e o mar é metade terra, metade turbilhão" (apud Russel 1982: 50).

De tudo isso, conclui-se que a comunicação precede a expressão filogenética e ontogeneticamente. A representação e a expressão do pensamento são duas facetas importantíssimas da linguagem. Só que existem apenas via comunicação, em função da comunicação. O indivíduo pensa comunicando-se, do mesmo modo que se comunica pensando. Como enfatiza veementemente Mikhail Bakhtin, para não falar em Adam Schaff e diversos outros pensadores como Dietrich Tiedemann, John Dewey e Mead, o pensamento é diálogo interior. Se, como demonstra Schaff, a linguagem é pensamento em potência, e se linguagem e pensamento constituem uma unidade (cf. Schaff 1974), quando o indivíduo pensa está comunicando-se consigo mesmo, faz as vezes de F e O ao mesmo tempo. Talvez o único tipo de expressão individual que não seja subespécie da comunicação sejam os gritos de dor, chamados de exclamações. Mas, mesmo aí parece haver um pouco de veiledade interativa para, entre outras coisas, chamar atenção de quem está por perto para um possível socorro.

A expressão do pensamento só precederia a comunicação se conhecimento e, conseqüentemente, linguagem fossem, ao fim e ao cabo, dádivas de Deus. Com isso, a questão deixaria de ser científica e até mesmo filosófica *stricto sensu*, já que o prócer dessa corrente na linguística atual não distingue ciência e filosofia (CHOMSKY 1988: 2). Nesse caso, tratar-se-ia mais de uma questão teológica. O crioulista gerativista Bickerton (1981: 289-290) usa metáforas bíblicas para reforçar sua argumentação. Com isso não estou sugerindo que ele derive sua teoria da teologia. Quero apenas mostrar como a ideia não é alheia aos seguidores dessa corrente, simplesmente porque não têm outra saída. Aliás, seria interessante lembrar que Antilla (1975) defende a tese de que a pretensa revolução chomskyana na linguística se assemelha mais a uma revelação, no sentido cristão do termo.

Como acabamos de ver, HR elude a questão histórica da causalidade filogenética da linguagem. Assim, mesmo que ela seja atraente de um ponto de vista sincrônico e estruturalista, não tem consistência filogeneticamente, isto é, do ponto de vista da origem histórica da linguagem. Em sincronia pode até haver precedência de HR sobre HC. Como disse Saussure, "a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos". No entanto, como ele mesmo acrescentou, a própria língua como sistema é produto de diversos atos de falas anteriores, ou seja, "historicamente, o fato de fala vem sempre antes" (Saussure 1973: 27).

Quem não aceita HC, ou seja, o fato de que a função primordial e primeira da linguagem é a comunicação, tem que pressupor um surgimento filogenético abrupto para ela, como faz Chomsky, em cujo modelo haveria um pulo. Bickerton (1991) defende essa hipótese que, aliás, já defendia antes para o surgimento das línguas crioulas. Melhor ainda, tem que pressupor que a faculdade para a linguagem surgiu de supetão, só Deus sabe como. A única saída viável a este impasse é HC, ou seja, a ideia de que a linguagem e, conseqüentemente, a capacidade para a linguagem surgiram no processo histórico de interação social, desde a cópula que reproduz os indivíduos até a interação para defesa dos interesses comuns, a produção dos meios de subsistência e o ludismo. Não é para menos que, de novo de acordo com Saussure, a língua "é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta [da fala]" (Saussure 1973: 27).

A hipótese HC não ignora que o ser humano é dotado de uma faculdade para a linguagem e que essa faculdade é transmitida geneticamente no interior da espécie. O que a diferencia de

HR é que HC reconhece que a própria faculdade para a linguagem é formada na interação dos indivíduos no interior de uma comunidade, mesmo que esta esteja em formação, caso em que ambas se formariam concomitantemente. Isso significa que o próprio suporte material da capacidade para a linguagem, o cérebro humano, é produto histórico de milhares de tentativas de interação comunicativa.

Quando Chomsky e seguidores insistem em que só na cabeça do indivíduo a língua pode ser encontrada fisicamente, esquecem-se do fato de que inclusive a faculdade para a linguagem foi produzida historicamente, mediante diversos atos de interação. Como vimos acima, se há algo de universal em língua e linguagem será na comunicação. Com efeito, ela é parte de um fenômeno mais geral, que existe em todos os níveis, ou seja, não apenas no do superorgânico (social), mas também no do orgânico e no do inorgânico, como tentei mostrar em Couto (1987). No entanto, até mesmo no nível superorgânico é provável que haja "universais da comunicação", como propõe Cassidy (1971) - o pouco de entendimento que houve entre os membros da esquadra de Cabral e os índios tupinambás em Porto Seguro, em 1500, é prova disso, como se pode ver na carta de Caminha e como está discutido em 6.4.

Retomemos a questão de qual seria a melhor abordagem ao fenômeno linguagem. Seria melhor considerá-la como situada primordialmente no indivíduo, como um dom biológico transmitido geneticamente, como faz a tradição racionalista, ou seja, o que chamei de hipótese da representação (HR), ou considerá-la como produzida e usada pela coletividade na prática diária de produção dos meios de subsistência, como defendida pelo que chamei de hipótese da comunicação (HC)? Em suma, qual é o *locus* da linguagem, a coletividade ou o indivíduo?

Creio ter ficado claro em tudo que venho defendendo até aqui que o *locus* da linguagem só pode ser a coletividade, a sociedade. Com efeito, ela é produzida e usada socialmente. Seria até contraditório a coletividade criar uma instituição e depositá-la na cabeça do indivíduo. Os defensores modernos dos princípios racionalistas tiveram que recorrer a um artifício para continuarem sustentando sua tese de uma localização da linguagem na cabeça do indivíduo, ou seja, a distinção entre "i-language" (linguagem internalizada) e "e-language" (linguagem externalizada). Para eles, a verdadeira linguagem é a "i-language", que seria o conjunto de princípios e parâmetros que engendrariam a língua (cf. Chomsky 1986). Infelizmente, eles confundem princípios com língua. Uma coisa são os princípios subjacentes à língua e às línguas, outra coisa são as línguas concretas. Do mesmo modo que os princípios da natureza que dão lugar ao nascimento da laranja não são a laranja. E o que é mais, tanto a laranja quanto os princípios que lhe deram lugar são produto da matéria em movimento, logo, da interação.

Para terminar, gostaria de acrescentar o que disse Saussure sobre o assunto. De acordo com ele, "se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo" (Saussure 1973: 21). Em Bickerton (1975) e Winford (1988) temos uma discussão desta questão a propósito das comunidades de falantes de línguas crioulas. Ambos autores defendem a tese de que há gramáticas individuais e gramáticas coletivas. Fica implícito para eles que só na coletividade se pode encontrar a gramática completa da língua, como Saussure havia dito. Devo salientar que apenas Winford é partidário declarado da visão sociológica da linguagem; Bickerton é sabidamente gerativista. Mesmo assim, talvez pelo fato de ser crioulista, Bickerton aceite a ideia de que a língua não é homogênea como apregoa o gerativismo. Devido a tudo isso, a gramática depositada no cérebro de cada indivíduo é parcial, exatamente como o indivíduo é parte da comunidade.

Diante do exposto, fica patente que qualquer teoria linguística que tenha por objeto a língua

tal qual existe na comunidade tem que levar em conta a língua tal qual existe na comunidade, com perdão da inevitável tautologia. Como corolário, temos que qualquer teoria que se restrinja ao que se encontra no indivíduo será apenas uma teoria parcial, individual. No caso específico da gramática gerativa, ela trata apenas dos princípios gerais subjacentes ao funcionamento da língua, mas não da língua propriamente dita.

Os estudos crioulos são uma ótima instância para se testarem essas duas hipóteses. HR foi defendida veementemente por Derek Bickerton desde a década de 60. Durante os anos 70, até meados dos anos 80, ela gozou de grande prestígio. Atualmente, no entanto, está ficando cada vez mais clara uma opção por HC. A esmagadora maioria dos crioulistas a defendem, de um modo ou de outro, mesmo que seja no contexto de uma ideologia eurocêntrica, como é o caso de Robert Chaudenson.

II. ENUNCIADO

2.1. Introdução

O enunciado (E), texto ou mensagem que o falante (F) envia ao ouvinte (O) em uma interação comunicativa (ato de comunicação ou ato de fala) faz parte da língua, como veremos em IV e como já foi sugerido em 1.3. Ele constitui o único dado linguístico concreto, como salientou muito bem Coseriu (1967). Trata-se de um equivalente à mercadoria de Marx, que encerraria todos os mistérios do mundo capitalista. Como disse F. Rossi-Landi, “são as mensagens, não as palavras, que correspondem às mercadorias” (Rossi-Landi 1985: 163). No E que F envia a O, baseado em L, para se referir a determinado assunto (A), temos tudo de que precisamos para entender os mistérios da língua, até mesmo pela ausência. Se partirmos das TIC, passando pelas EIC, até chegar às frases estruturadas, verificaremos que não só o léxico da língua nasce nos atos de comunicação (E) mas até mesmo a gramática tem sua origem em E tateantes. Os componentes não propriamente linguísticos (não estruturais) não fogem a essa regra. Também eles recebem uma sanção codificadora, fazendo esse percurso. E o que é mais, com toda probabilidade, eles vêm até mesmo antes dos outros componentes.

Apesar do que acaba de ser dito, deve ficar claro que o enunciado é apenas parte, como produto, de um encadeamento de interações comunicativas. Assim, tomado isoladamente, cada E seria (i) um enunciado-pergunta, (ii) um enunciado-resposta, (iii) um enunciado-ordem e assim por diante. Isso se deve ao fato de que a função básica da linguagem é a interlocução, como Bakhtin (1981) tenta demonstrar ao longo de todo o livro, e como se pode ver em Levinson (1983: 54 *et passim*). O ciclo comunicacional mínimo, que consta de dois enunciados como os de (i) e os de (ii), por exemplo, foi definido por Back & Mattos (1972) como a célula mínima da comunicação, chamada por eles de cláusula. Voltarei ao assunto na parte III.

Contrariamente ao que Saussure propôs, a maneira de se formularem os atos de fala também está relativamente prevista na comunidade. Isso é o mesmo que dizer que não é só o código, abstrato por natureza, que pertence a L, o que não implicaria que o falante não pode inovar, fazendo uso de dados do ambiente (físico e social). O fato é que o produto dos atos de fala (E) tem também um pé no componente estrutural embora, não nos esqueçamos disso, contenha ingredientes outros. Isso já está sugerido no próprio esquema de comunicação. Em síntese, todo enunciado (E) linguístico tem antes de tudo um componente sistêmico (2.2), um componente performativo (2.3), um componente paralinguístico (2.4) e um componente pragmático (2.5). Mais abaixo, eles serão examinados detalhadamente, na ordem em que acabam de ser mencionados. Antes de entrar neles, porém, é necessário lembrar a distinção que alguns estudiosos fazem entre enunciado e enunciação.

Aquilo que se chama de enunciação é bastante polêmico. Em geral ela é definida relativamente a enunciado. Assim, para Tzvetan Todorov, o *enunciado* seria “uma sequência de frases, identificada sem referência a determinado aparecimento particular dessas frases”, ao passo que a *enunciação* seria “um ato no decorrer do qual essas frases se atualizam, assumidas por um locutor particular, em circunstâncias espaciais ou temporais precisas”. Ele acrescenta que, “em linguística, toma-se esse termo num sentido mais restrito: não se visa nem o fenômeno físico de emissão ou de recepção da palavra, [...], nem as modificações provocadas no sentido global do enunciado pela situação, mas os elementos que pertencem ao código da língua e cujo sentido no entanto depende de fatores que variam de uma enunciação para outra; por exemplo *eu, tu, aqui, agora*, etc. Em outras palavras, o que a linguística retém é a marca do processo de enunciação no enunciado”. Outros ingredientes que entrariam em uma enunciação assim concebida seriam os verbos performativos (ver abaixo) e termos modalizantes, como *talvez, certamente e provavelmente* (Todorov 1977: 303-304).

A. J. Greimas e J. Courtés fazem aproximadamente as mesmas distinções. Especificamente sobre a enunciação, afirmam que há duas concepções. De acordo com a primeira, ela seria uma “estrutura não-linguística (referencial) que subtende à comunicação linguística”. De

acordo com a segunda, ela seria “uma instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas). No primeiro caso, falar-se-á de ‘situação de comunicação’, de ‘contexto psicossociológico’ da produção dos enunciados, que tal situação (ou contexto referencial) permite realizar. No segundo caso, sendo o enunciado considerado como o resultado alcançado pela enunciação, esta aparece como a instância de mediação, que assegura a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua. De acordo com a primeira acepção, o conceito de enunciação tenderá a aproximar-se do de ato de linguagem, considerado sempre na sua singularidade; de acordo com a segunda, a enunciação é concebida como um componente autônomo da teoria da linguagem, como uma instância que possibilita a passagem entre a competência e a *performance* (linguísticas)” (Greimas & Courtés s/d, p. 145-146).

O importante a reter aqui é que enunciação está sempre associada a algo dinâmico. Tanto que em alguns casos ela é considerada o próprio ato de comunicação. O enunciado, por seu turno, é o produto de uma enunciação, portanto, é estático, podendo ser analisado em seus elementos componentes. O estruturalismo, sobretudo o norte-americano, trata unicamente dele. A gramática gerativa, por seu turno, apenas procura encontrar nele justificativa para hipóteses formuladas aprioristicamente. Nas seções imediatamente seguintes, ele será examinado em mais detalhes. Em 2.2, tratarei do aspecto digamos assim formal, estrutural do enunciado, ou seja, daquilo que estudava o estruturalismo norteamericano. De 2.3 a 2.5, passaremos em revista os outros ingredientes que entram na enunciação de que o enunciado faz parte, ou seja, aqueles que acompanham um enunciado quando posto em uso por um falante se dirigindo a um ouvinte em determinado contexto de comunicação.

2.2. Componente sistêmico.

Como acabamos de ver, de uma perspectiva sincrônica, isto é, fazendo abstração do processo histórico que levou a ele, o texto (E) linguístico apresenta antes de tudo um componente sistêmico, que consta de alguns itens lexicais combinados de acordo com as regras de combinação de itens lexicais de cada língua (sintaxe). Por outras palavras, o componente sistêmico consta de um vocabulário e uma gramática, como mostra a parte V+G da fórmula de linguagem avançada em 1.3 e que será desenvolvida mais detalhadamente na parte IV. Para facilidade do leitor, reproduzo-a em (1).

$$(1) L = (V + G) + E$$

Como vimos, (1) afirma que língua (L) consta de um léxico ou vocabulário (V) e uma gramática (G), que permitem a formação de textos ou enunciados (E). De acordo com essa concepção, o enunciado pertence ao sistema também, uma vez que resulta de combinação de itens de V combinados de acordo com as regras de G. Portanto, os textos possíveis de L já estão previstos, com o que E seria um conjunto de combinações previsíveis. Na verdade, isso é apenas parte da história, como tentei demonstrar em Couto (a sair *b*). Para começo de conversa, todo enunciado efetivamente proferido por um falante em um ato de comunicação contém, pelo menos um dos componentes performativo, paralinguístico e pragmático examinados mais abaixo, além de outros imprevisíveis que podem emergir da negociação que normalmente tem lugar entre F e O durante a interação comunicativa. Nesse processo F e O podem inovar, e normalmente inovam, fazendo de L um sistema aberto, sempre à procura de equilíbrio, no sentido de Piaget (1964), mas nunca alcançando-o, pois tem que estar sempre se adaptando às necessidades dos membros da comunidade a que L pertence, como salienta Bakhtin (1981) enfaticamente.

Examinemos alguns dados do crioulo português da Guiné-Bissau. Os itens de V (lexemas) vistos em (2) podem ser combinados como em (3) ou em (4) para formar enunciados

aceitáveis comunitariamente.

(2) (a) lion ‘leão’, (b) mata ‘matar’, (c) omi ‘homem’

(3) omi mata lion ‘o homem matou o leão’

(4) lion mata omi ‘o leão matou o homem’

Como salientou Drechsel (1997: 353-354), a sintaxe surge para evitar ambiguidades. Com efeito, a situação descrita em (3) é relativamente normal. No entanto, a de (4) é trágica. Não se pode combinar os lexemas de (2) à vontade, impunemente. Pode-se até combiná-los como em (4) mas, nesse caso, a responsabilidade do falante é muito grande, ele precisa ter muita certeza do que está informando com a ordem em que colocou as palavras (ver a “responsabilidade” de Maas 1977). Por outras palavras, isso mostra que não basta enfileirar aleatoriamente os itens do léxico que designam os fenômenos aos quais F quis se referir. É necessário também atribuir-lhes função sintática para evitar mal-entendidos, o que quer dizer que *a sintaxe surge no processo de comunicação*. No caso, esta língua optou pela ordem para indicar *agente e paciente* da ação verbal. Outras línguas podem escolher outras estratégias, como o uso de posições ou de casos como o latim, o grego e diversas outras línguas.

Quando encaramos os textos de (3) e (4) criticamente, notamos que, como já dá a entender a tradução em português, muita coisa não está indicada explicitamente nos lexemas nem na ordem. Por exemplo, em português é necessário explicitar que se trata de um homem e de um leão que o falante pressupõe como conhecidos do ouvinte, fato indicado pelo artigo definido “o”. Em segundo lugar, é necessário que se indique o tempo em que a ação de matar se deu. No caso, em um momento anterior ao do ato de fala (quando F proferiu os textos para O). Em suma, o crioulo não contextualizou explicitamente E tanto quanto o faz o português. Isso se deve ao fato de as línguas crioulas serem precipuamente línguas orais, logo, usadas praticamente só na comunicação face a face. Nesse caso, o próprio contexto da situação de comunicação (cf. Malinowski 1972) supre as informações não fornecidas no próprio enunciado. Em muitas línguas mistas (jargões, pidgins e até nos crioulos), resultantes de situações de contato, pode acontecer de o tempo ser indicado por advérbio, como se pode ver nos exemplos (4) de 1.4.5. É provável que a flexão de tempo provenha daí.

Do ponto de vista aqui chamado de sistêmico, o mais importante é que as funções sintáticas estão indicadas exclusivamente pela ordem. Assim, o nome que vem antes do verbo tem a função de sujeito da sentença, e o que vem após o verbo exerce a função de objeto da ação expressa por ele. No crioulo da Guiné-Bissau, essa ordem se mantém mesmo quando os substantivos são substituídos por pronomes, como se pode ver em (5) e (6).

(5) el, i mata lion ‘ele matou o leão’

(6) lion, i matal ‘o leão o matou’

Nota-se em (5) e (6) que o pronome tem uma forma tônica (*el*) e uma forma átona, clítica ao verbo (*i*, *-l*). Algo parecido ocorre também em francês (*moi*, *je suis professeur*). Um outro fato interessante a notar é que a forma do pronome objeto (*-l*) é muito parecida com a forma sujeito (*el*), *-l* é *el* enfraquecido. Isso é bastante regular neste crioulo, como se pode ver em Couto (1994b: 90-91), bem como na maioria dos outros crioulos conhecidos.

O componente sistêmico do enunciado tem, além da sintaxe, também o léxico, que é a parte do sistema que tem referência ao universo extralinguístico, exceção feita dos itens lexicais de valor gramatical, performativo ou pragmático. O léxico estabelece a conexão entre o sistema linguístico e o ambiente tanto físico quanto sócio-cultural da comunidade a que a língua pertence, como veremos em 8.2. Em suma, o que se chama de componente sistêmico do enunciado é aquilo que em lógica é conhecido como proposição, que consta principalmente de

referência (Wunderlich 1977a) e predicação (Allwood, Andersson & Dahl 1973). Isso porque “significado é mais do que uma questão de intenção; ele é também uma questão de convenção” (Searle 1972: 145).

A proposição pode ser julgada quanto a seu valor de verdade. Desse modo, a proposição (3) será verdadeira se efetivamente o homem em questão tiver matado o leão. Caso contrário, será falsa. O mesmo vale para (4). Se o leão tiver realmente matado o homem, ela será verdadeira, se não, será falsa.

Além da ordem, do tempo, da determinação ([±definido]), já mencionados acima, o componente sistêmico da língua pode lançar mão também da concordância e da regência, na sintaxe, bem como da composição, da derivação e da flexão na morfologia. Além disso, há também o sistema fonológico, que no fundo não difere muito do da sintaxe e do da morfologia. Todas essas estratégias para sistematizar o enunciado (sentença) serão examinadas na seção própria mais adiante (parte V).

Resumindo, o componente sistêmico é aproximadamente aquilo de que trata a gramática gerativa, sobretudo a sintaxe. Em geral, seus ingredientes podem ser representados arboreamente, embora o modelo em árvore tenha se alterado muito ao longo do tempo, desde seu surgimento no final da década de 50. No entanto, a essência permaneceu a mesma. De qualquer forma, é preciso deixar claro que o enunciado é a estrutura superficial, não a estrutura profunda, uma vez que é um produto concreto da produção de atos de fala.

Há outros ingredientes que integram um enunciado efetivamente proferido em um ato de comunicação (enunciação). Eles são abordados nas seções imediatamente subsequentes.

2.3. Componente ilocucionário

Vou começar comentando o próprio título desta seção. Na verdade, ele é bastante inadequado. No entanto, uso-o porque não encontrei nenhum outro melhor do que ele. O termo “ilocução” foi sugerido por Austin (1997), no contexto de uma proposta mais ampla de atos de fala. De acordo com ele, os atos de fala podem ser de três tipos, como se vê em (7)-(9).

(7) He said to me ‘Shoot her!’ meaning by ‘shoot’ *shoot* and referring by ‘her’ to *her*.

(8) He urged me (or advised, ordered) me to shoot her

(9) He persuaded me to shoot her

Em (7) temos o que ele chama de locução, ou seja, uma expressão que vale como uma proposição, e é o que a gramática tradicional chama de oração declarativa. Em (8) trata-se de uma ilocução e em (9) de uma perlocução.

Voltando aos nossos exemplos de (3) e (4), vemos que são atos locucionários uma vez que são orações declarativas, logo, poderiam ser julgados quanto ao seu valor de verdade, como vimos acima. No entanto, da perspectiva do ato de comunicação em que F envia uma mensagem (E) para O, (3) e (4) explicitam apenas o componente proposicional do ato de fala. Falta-lhes o conteúdo expresso pelos verbos que Austin chama de ilocucionário (informar, declarar, ordenar, etc.), ou seja, aqueles que explicitam o ato de pôr o conteúdo proposicional em uso, como sugere o verbo inglês “to perform” (realizar, pôr em uso, etc.). Em (3) e (4) está faltando, portanto, o que se vê entre colchetes [...] em (10) e (11), respectivamente.

(10) [eu informo a você que] omi mata lion

(11) [eu informo a você que] lion mata omi

Como se vê, o ato ilocucionário é aquele em que o ato de dizer é o praticar uma ação ou, pelo menos, parte desse ato, ou seja, ele é, entre outras coisas, uma declaração posta em prática em um ato de comunicação. Consideremos (12) e (13).

(12) sai daqui!

(13) [eu ordeno a você que] sai daqui

Devido a exigências da sintaxe do português, em (13) temos os itens lexicais com flexões diferentes, o que não altera em nada o conteúdo do enunciado.

O ato de fala perlocucionário é aquele mediante o qual, como já sugere (9), conseguimos algo pelo simples fato de dizê-lo ao ouvinte. Além de persuadir, pode tratar-se de convencer, de impedir, de dissuadir etc. Enfim, o ato perlocucionário obtém um resultado. No que segue, incluirei o ato perlocucionário nos atos ilocucionários, uma vez que os termos não estão sendo usados no mesmo significado que lhes atribuiu Austin (1997). Para uma análise detalhada do ato ilocucionário de prometer, pode-se consultar (Searle 1972). Essa proposta tem sido objeto de muito debate. Quem se interessar por ela, pode começar por Rajagopalan (1983, 1989, 1992a, 1992b).

A proposta de Austin é bastante complexa, e foi apresentada apenas programaticamente. Por isso, eu gostaria de acrescentar apenas que, de acordo com sua teoria, na maioria dos atos ilocucionários a performatividade fica implícita, como se pode ver em (3), (4) e (12). No entanto, ela pode ser explicitamente enunciada por um verbo performativo, como em (8), (9), (10), (11) e (13). Entre os verbos performativos temos os seguintes: *advertir, afirmar, aprovar, asseverar, avisar, censurar, comentar, lamentar, ordenar, prometer, sugerir* etc. De acordo com o autor, em inglês existem mais de cem verbos performativos (cf. Searle 1972: 136).

Em síntese, uma vez que a semântica tradicional tem tratado apenas de proposições (que são o conteúdo de orações declarativas), a proposta dos atos de fala de Austin, Searle e outros tem por objetivo inseri-las no contexto maior do ato de interação comunicativa, visto que “a semântica [...] não está equipada para fornecer explicações para os ‘fatos vivos’ de comunicação, uma vez que trata das proposições que são, na verdade, construtos teóricos”. O enunciado, com tudo que implica, é um ato ilocucionário (ou perlocucionário), e “um ato ilocucionário é, antes de mais nada, um ato de comunicação” (Rajagopalan 1983a: 32, 1983b: 63).

Deixando de lado a distinção entre ilocução explícita e ilocução implícita, gostaria de examinar agora o que a tradição gramatical tem chamado de (i) oração afirmativa, (ii) oração negativa, (iii) oração interrogativa e (iv) oração exclamativa. Começemos com a distinção entre (i) e (ii). O equivalente negativo mais comum de (14) seria o que se vê em (15).

(14) O homem matou o leão

(15) O homem não matou o leão

Do ponto de vista da interação comunicativa, que é o que sigo, tanto (14) quanto (15) são incompletas, por lhes faltar o componente performativo, embora como proposições possam ser julgadas se são verdadeiras ou não. Tanto a afirmação (14) quanto a negação (15) asseveram algo. Só que (15) nega a verdade de (14), afirmando sua negação. Substituindo (14) por P, temos que sua negação (15) é $\sim P$. Portanto, se (14) for verdadeira (se o homem tiver efetivamente matado o leão), (15) será falsa. Pelo contrário, se (15) for verdadeira (se o homem não tiver matado o leão), (14) é que será falsa. Como se vê, a negação (ii) pressupõe a afirmação (cf. Hegenberg 1966: 45-46). No que concerne à negação-resposta, isso se aplica até com mais intensidade. Quando A pergunta a B “você foi ao cinema?” e B responde “Não”, esse “não” na verdade equivale a “eu não fui ao cinema”.

Examinemos agora a interrogação (iii). Formalmente (sistemicamente) ela parece ser uma forma modificada da afirmação (i), sobretudo quando se inclui a negação, que seria outra

forma modificada de (i). Nesse sentido, o equivalente interrogativo de (14) seria (16), em que apenas se acrescentou uma entoação interrogativa a (14).

(16) O homem matou o leão?

Essa tese parece ficar mais verossímil se considerarmos que em muitas línguas a interrogatividade é indicada por um morfema que se acrescenta à periferia da sentença, como ocorre em inglês (17).

(17) Did the man kill the lion?

Quando encaramos os enunciados da perspectiva em que são realmente usados, ou seja, em atos de comunicação concretos, notamos que, na verdade, é a afirmação que surge em resposta a uma pergunta. De acordo com Utz Maas, “afirmações só são compreendidas como respostas a perguntas” (Maas 1977: 155-156). Com efeito, ninguém chegaria para outrem e diria (14) sem mais nem menos. Em situações reais de comunicação, F só proferiria (14) para O como reação a algo como (16). Quando não fôr este o caso, ao proferir (14) parece que F estaria pressupondo um interesse em O de ficar sabendo de que F fala, caso em que haveria em O uma pergunta implícita, não formulada, sobre o conteúdo de (14) (cf. Back & Mattos 1972: 9-13). Na parte III voltarei ao assunto de modo mais pormenorizado.

Ainda sobre o enunciado interrogativo, deve ser ressaltado que em (16) e (17) não está explicitado o elemento performativo. Quando encaramos a pergunta que F faz a O como um ato ilocucionário, fica claro que está faltando alguma coisa nos enunciados mencionados, ou seja, a performatividade, que deve ser acrescentada, como se pode ver em (18) comparado a (14) e (16).

(18) [eu pergunto a você se] o caçador matou o leão

Em (18) a função performativa está expressa entre colchetes [...]. Em (16) ela está sendo indicada pela entoação apenas, uma das estratégias mais comuns nas línguas do mundo para essa finalidade. Em (17), ela está sendo indicada principalmente pelo morfema “did”, embora a entoação ascendente possa acompanhá-lo, e efetivamente o acompanha na maioria das vezes.

Geralmente os fonólogos incluem a entoação no componente fonológico da língua. Sobretudo os foneticistas a têm estudado empiricamente, tendo chegado a um nível de detalhamento descritivo admirável. No entanto, pouca coisa se tem feito no plano teórico, se compararmos seu estudo com os grandes avanços que a fonologia segmental tem alcançado, inclusive a moderna fonologia autosegmental. Para uma primeira aproximação à problemática da entoação pode-se consultar Fónagy (1993), e para a entoação do português brasileiro, pode-se ler Moraes (1993), no mesmo volume. Na seção seguinte, voltarei à questão da entoação, bem como em 8.3.3, ao falar da fonologia.

A exclamação, por fim, pressupõe a afirmação, do mesmo modo que a negação e, formalmente, do mesmo modo que a interrogação. Assim, o equivalente exclamativo de (14), ou seja, (19) só faz sentido pressupondo-se (14).

(19) O homem matou o leão!

Quando F profere (19) pressupõe uma declaração anterior de que “o homem matou o leão” ou, pelo menos, uma constatação de que isso aconteceu e de que O sabia do fato. Na pior das hipóteses, pelo menos F mentaliza (14) e se manifesta admirado sobre seu conteúdo. Sem

nenhum pressuposto, não teria o menor sentido F afirmar (19). Com isso, vê-se que aqueles que consideram a exclamação como não sendo interacional, mas apenas a expressão individual de determinado sentimento, não têm razão. A função primordial da língua (função comunicativa) está implícita mesmo aí, uma vez que quem faz uma exclamação pressupõe o conteúdo em O ou o compartilha com O de alguma forma ou, então, pressupõe-no ele próprio, caso em que se deu uma comunicação interior (cf. Bakhtin 1981). Na parte III voltaremos a isso, relacionando os diversos tipos de enunciados a F ou a O (cf. Fónagy 1993).

Em síntese, a função ilocucionária está sempre presente, pois é ela que faz de uma proposição algo efetivamente resultante da interação entre F e O. Todo enunciado, como aqui entendido, tem uma força ilocucionária, a função performativa, que pode até não vir indicada explicitamente. Implicitamente, porém, ela acompanha qualquer E enviado por qualquer F a qualquer O. Isso decorre naturalmente do fato de F usar a linguagem em um ato de interação comunicativa primordialmente para persuadir O, como demonstra Berlo (1972: 16-27, 34ss).

Gostaria de terminar lembrando que nas línguas crioulas, nos pidgins, nas línguas de contato em geral e na linguagem infantil, normalmente há poucos verbos performativos. Em algumas delas, eles estão mesmo ausentes. Como afirma Austin (1997: 83), geneticamente os performativos explícitos se desenvolvem a partir dos implícitos. Isso porque as línguas usadas apenas na interação face a face, ou seja, na oralidade, são muito contextualizadas (*Kontextbedingt*). O contexto supre a informação não indicada explicitamente. A explicação do autor para isso pode até não ser politicamente correta nos dias de hoje, embora contenha alta dose de verdade. De acordo com ele, “formas de enunciado primárias ou primitivas preservam a ‘ambiguidade’, ‘equivocação’ ou ‘vagueza’ de línguas primitivas” (p. 72). Ele acrescenta que “línguas assim, i.e., em seus estágios primitivos, não são precisas, além de não serem explícitas, em nosso sentido” (p. 74). Eu diria mesmo que no contexto de sua teoria, a ordem de aquisição seria a seguinte: perlocução > ilocução implícita > ilocução explícita > locução. Na seção III esse percurso será discutido mais detalhadamente. Na seção IV e em 8.3, veremos que se trata de uma evolução que vai do modo pragmático para o modo sintático, nos termos de Givón (1979a).

2.4. Componente paralinguístico

Como “componente ilocucionário”, a expressão “componente paralinguístico” também não é muito boa. Sua inadequação se realça sobretudo se lembrarmos que todos os outros componentes ilocucionários bem como o componente pragmático se referem mais ao conteúdo, não a estratégias de que a língua se serve para expressá-los. De qualquer forma, uso-o por falta de termo melhor.

De acordo com seu proponente, George L. Trager (1964), traços paralinguísticos são aqueles que acompanham a cadeia da fala nos atos de comunicação e que estão de alguma forma comunitariamente aceitos. De acordo com ele esses traços estão codificados. Como já dá a entender a própria palavra, por paralinguagem entende-se tudo aquilo que acompanha a linguagem e traz alguma contribuição ao conteúdo do enunciado.

De acordo com essa caracterização, na paralinguagem não entram tipos de voz relacionados com sexo (voz mais aguda nas mulheres, mais grave nos homens), idade (voz de crianças *versus* voz de adultos), com estado de saúde (como rouquidão devida a gripe) e outros. Pelo contrário, à paralinguagem interessam as qualidades vocais e as vocalizações. Por qualidade vocal, Trager entende o tipo de controle dos lábios ou da glote, o peso ou a leveza da respiração, a ressonância, o tempo e outros. Por exemplo, quando uma mãe diz a seu bebê que vai lhe dar de mamar, pode usar a expressão [mmammá], em que os dois [mm] indicam uma compressão mais intensa dos lábios, para efeitos expressivos. Enfim, pode ser usado paralinguisticamente todo ingrediente sonoro sobre o qual o falante possa ter controle e, portanto, usar intencionalmente para determinadas finalidades.

Um outro ingrediente importante das qualidades vocais é o tempo ou duração do som. Assim, no caso do crioulo português da Guiné-Bissau, uma coisa é dizer ‘garandi’ (grande). Outra coisa muito diferente é dizer ‘garaandi’, ou seja, muito grande. Em português é comum sobretudo entre dondocas da sociedade pronunciar-se a palavra “maravilhoso” como “maaraa-vii-lhoo-so”, também para obter ênfase.

Por vocalizações entendem-se três coisas relativamente diferentes. Primeiro, os caracterizadores vocais, como o riso, o choro, o gemido, o resmungo, o arrotto, o grito, o sussuro etc. Como sabemos, uma voz chorosa pode obter efeitos bem específicos no interlocutor. Isso para não falar do grito e do sussuro. Qualquer turista em uma terra estranha sabe que se solicitar uma informação aos gritos dificilmente seria bem atendido, se é que seria atendido. No caso da linguagem amorosa (*sweet talk*), o sussuro ao pé do ouvido e talvez até mesmo o choro pode obter muitos resultados, positivos ou negativos, dependendo das circunstâncias do contexto, outra dimensão que influencia a interação comunicativa (cf. Parte V).

Em segundo lugar, temos o que Trager chamou caracterizadores vocais, tais como a intensidade e a altura do som. Aí entram a entoação, os tons e o acento. A intensidade tem a ver com a força articulatória, enquanto que a altura tem a ver com o fato de o som ser agudo ou grave. Ambas características podem ser usadas como acompanhamento da expressão linguística para efeitos expressivos. Por exemplo, em vez de “intenÇÃO” (com acento na última sílaba) pode-se dizer “inTENção”, com uma finalidade estilística de, por exemplo, acrescentar a ideia de “tensão”. As modulações entonacionais de sabor estilístico são mais variadas ainda (cf. Eco 1974: 393-399).

Por fim, temos o que Trager chamou “vocal segregate”, em Eco (1974: 396) erradamente traduzido por “segredos vocais”. A tradução mais literal seria “segregados vocais”. Trata-se de vocalizações que funcionam como atos de fala completos. Em (20)-(24) temos alguns exemplos. É claro que a fidelidade da representação gráfica está longe de ser icônica.

(20) ʔmhm (com entoação ascendente) ‘sim’

(21) ʔmʔm (com entoação descendente) ‘não’

(22) ʔmm (entoação ligeiramente descendente) ‘hesitação’

(23) Mʔm (entoação ascendente-descendente) ‘dúvida, desaprovação, etc.’

(24) (a) o muxoxo, (b) o beijo à distância, (c) psiu!, psst! etc.

Como se vê, trata-se de sons holofrásticos que, de acordo com Searle, teriam valor ilocucionário, tais como “hurrah!” (viva!). Esse autor inclui aí até mesmo interjeições de dor, como “ouch!” (ai!). Em Couto (1995) temos um estudo de sons periféricos, usados na comunicação homem-animal.

No componente paralinguístico das mensagens linguísticas devem ser incluídas também as pausas, o ritmo e a métrica, além de outros recursos. Nem Trager nem Eco menciona esses três fenômenos explicitamente. No entanto, pela própria definição de paralinguística se pode deduzir que eles devem integrá-la. Dos três, as pausas e o ritmo parecem mais obviamente paralinguísticos. A métrica, porém, pelo menos à primeira vista fugiria ao escopo desse componente do enunciado. No entanto, pelo menos em algumas expressões fixas, em provérbios, em trocadilhos e outros jogos verbais seu uso não parece estranho ao enunciado. No que concerne especificamente às pausas, hesitações e silêncios, há correntes que lhes atribuem um valor de portadores de significado muito importante (cf. Levinson 1983: 326-329).

Intimamente relacionadas com os ingredientes paralinguísticos acima mencionados, temos os ingredientes cinésicos e os proxêmicos. O próprio Trager os menciona, deixando em aberto a

questão. Umberto Eco retoma-os, incluindo-os, se não no contexto da paralinguística, pelo menos em uma área de intersecção com ela. A cinésica é “o estudo dos gestos e dos movimentos corporais de valor significante convencional”. Como se vê, ela inclui o que tradicionalmente se chama de mímica. Na verdade, não há ato de fala sem algum tipo de acompanhamento gestual ou mímico. Seria extremamente desagradável ouvir-se uma pessoa que falasse mexendo apenas a boca, mantendo todo o resto do corpo estático. A cinésica é uma espécie de condimento que enriquece o sabor do ato de fala.

Quanto à proxêmica (outrossim erradamente traduzida em Eco, como “prossêmica”), seu proponente afirma que ela se ocupa da “percepção e do uso humanos do espaço” (Hall 1968: 83). Sebeok (1972: 166) define-a como “o estudo da percepção e do uso diferenciado que o homem tem/faz do espaço e do tempo”. Sob o nome de territorialidade, o estudo do espaço já era conhecido dos etologistas há muito tempo. Como componente da ecologia do ato de comunicação, a proxêmica determina, entre outras coisas, a distância a se manter em relação ao interlocutor. Isso varia muito de cultura para cultura, de modo que entre os povos latinos a distância é muito menor do que entre os germânicos. Há diferenciações nítidas entre distâncias íntimas, distâncias pessoais, distâncias sociais e distâncias públicas. Para cada uma delas, há regras específicas, de modo que a distância aumenta ou diminui, conforme o caso (Eco 1974: 237-238).

Quer a cinésica e a proxêmica pertençam à paralinguística ou não, o fato é que desempenham um papel importante em qualquer ato de comunicação. Portanto, não podem ser ignoradas quando se estudam os atos de fala de uma perspectiva comunicacional. Veremos nas partes IV e V que são importantes no surgimento de MCI em situações de contato.

Em síntese, ao componente paralinguístico pertencem todos aqueles ingredientes que, mesmo não pertencendo nem à camada segmental nem à camada suprasegmental, como estudadas pelos fonólogos, acompanham as mensagens linguísticas. É bem provável que o elenco desses ingredientes apresentado acima não esteja completo. Minha intenção foi apenas a de aflorar a questão. Ela merece ser investigada mais aprofundadamente pelos crioulistas, e pelos linguistas em geral. Afinal, os dados paralinguísticos acompanham qualquer ato de fala, para não falar da gestualidade estudada pela cinésica e da espacialidade estudada pela proxêmica.

2.5. Componente pragmático

Como o componente ilocucionário, o componente paralinguístico, e até certo ponto mesmo como o componente sistêmico, também o que aqui chamo de componente pragmático é de natureza bastante discutível. Porém, como se pode verificar até mesmo a partir de uma observação perfunctória de enunciados efetivamente proferidos por falantes em situações de fala específicas, há ingredientes no ato de fala que não se enquadram em nenhum dos três componentes estudados acima. Com isso não estou afirmando que o componente pragmático seria uma caixa em que jogaríamos tudo que não se enquadrasse neles. Pelo contrário, vou partir do conceito de pragmática na medida do possível como tem sido praticado pelos pragmaticistas. Mas, aí começa toda uma série de problemas. Começamos, portanto, definindo o conceito de *pragmática*.

Como se pode ver em Levinson (1983), o proponente do termo Charles Morris definiu-o como a relação entre o signo e os usuários, por oposição à sintaxe (relação dos signos entre si) e à semântica (relação dos signos e seus referentes). Aí já se pode vislumbrar o germe do que viria a ser depois a pragmática. O primeiro ponto é que ela estaria intimamente relacionada com palavras dêiticas ou indiciais, como “eu” e “você”. Investigações subsequentes incluíram o conceito de contexto.

Levinson apresenta, entre outras, as seguintes conceituações de pragmática:

(i) Pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que estão gramaticalizadas ou

codificadas na estrutura da língua (p. 9).

(ii) Pragmática é o estudo das relações entre língua e contexto que são básicas para que haja entendimento da língua (21).

(iii) Pragmática é o estudo da habilidade dos usuários da língua de correlacionar sentenças com os contextos em que elas são apropriadas (p. 24).

(iv) Pragmática é o estudo de dêixis (pelo menos em parte), implicatura, pressuposição, atos de fala e outros aspectos da estrutura do discurso (p. 27).

Todas essas definições têm certa validade, embora todas apresentem falhas. Por isso, o autor aceita o ponto de vista de que “se realmente quisermos saber de que trata um campo de estudos específico em qualquer época específica, basta observar o que os seus praticantes fazem” (Levinson 1983: 32).

No que me concerne, tomarei a expressão “componente pragmático” como incluindo tudo que aparece no enunciado que não seja sistêmico, ilocucionário nem paralingüístico, com um pedido de desculpas aos pragmaticistas. Com isso, entra aqui tudo o que está alinhado em (iv), mas também tudo que tem a ver com o contexto. Mas, nesse caso o componente não seria sinônimo de contexto? Se sim, a presente seção seria redundante com a parte V do livro?

Eu não diria que sim. Na verdade, aqui se trata realmente de ingredientes que têm a ver com o contexto. No entanto, eles serão encarados da perspectiva do enunciado. Além do mais, no componente pragmático estão incluídos fenômenos não propriamente contextuais. É o caso da implicatura, da pressuposição e do que Levinson chama de dêixis textual, da qual a anáfora parece fazer parte. Enfim, no componente pragmático entram também fenômenos textuais, ou intratextuais, que não pertencem (ou não se relacionam) diretamente ao contexto. Entre os fenômenos pragmáticos que se referem diretamente ao contexto, estão os dêiticos propriamente ditos.

Os dêiticos mais comumente estudados são os de pessoa, os de tempo e os de espaço. Alguns autores acrescentam os de discurso (ou de texto) e os dêiticos sociais (honoríficos) (Levinson 1983: 54-96). O autor não fala em dêiticos modais. No entanto, o linguista Bernard Pottier fala em “dêixis nocional”, que seria o mesmo que dêixis modal. É o caso, por exemplo, da palavra “assim” (1969: 92-93). Como eles serão estudados nas partes III, V, VI bem como na seção dedicada ao léxico, não desenvolverei a questão aqui.

Para a implicatura conversacional, como proposta por Grice, é de importância fundamental que o enunciado proferido por F se atenha ao princípio cooperativo, i.e., “faça sua contribuição como esperada, no momento em que se dá, em conformidade com os propósitos ou a direção da interação comunicativa em que você está engajado” (Grice 1975: 45). Além disso, tem que estar em conformidade com as quatro máximas de conversação, ou seja, (i) a máxima da qualidade, (ii) a máxima da quantidade, (iii) a máxima da relevância e (iv) a máxima de modo. Por exemplo, diante da pergunta de A “você pode me dizer as horas?”, B pode responder “bem, o leiteiro já veio”. Literalmente, não seria uma resposta a A. No entanto, B foi cooperativo, uma vez que sabia que A sabia a que horas o leiteiro normalmente vem. Portanto, pelo menos a máxima de relevância é atendida. Com efeito, B não sabe que horas são, mas sabe como dar uma pista para que A deduza aproximadamente que horas são. Nada disso faz parte da semântica dos enunciados, nem de seu valor de verdade. Trata-se, portanto, de implicações inferidas a partir do conhecimento mútuo de A e B, não de implicação proposicional, lógica.

Pelo que acaba se ser dito sobre a implicatura conversacional, fica claro que ela é um componente do enunciado. Só que, como já foi sugerido no início do presente capítulo (primeiro parágrafo de 2.1), os seus ingredientes participam dele mais pela ausência. Isso fica evidente até mesmo na sucinta apresentação que dela se vê no parágrafo anterior. Como sugere o radical do neologismo “implicatura”, este componente está implícito, não explícito

no enunciado. Para mais discussão sobre esta interessante proposta de Grice, vale a pena ler também Levinson (1983: 97-166).

A pressuposição é outro tipo de conteúdo que fica implícito em enunciados, só que não propriamente dependente do conhecimento mútuo de F e O. De certa forma, ela é mais independente do contexto do que a implicatura. Assim, quando alguém diz “Maria chorou antes de terminar sua tese”, pode-se inferir que “Maria terminou sua tese”. Mantendo-se o referente de “Maria” o mesmo, essa inferência não depende do contexto do mesmo modo que as implicaturas dependem. Por isso, alguns autores consideraram a pressuposição como sendo semântica, ou seja, estritamente dependente do valor de verdade. Entretanto, Levinson tem sérias restrições a isso. Para ele, ela estaria muito mais no âmbito da pragmática (Levinson 1983: 204), a despeito do fato de ela fazer parte do significado convencional do enunciado, e não apenas do que emerge no momento da enunciação. Por motivos óbvios, não vou apresentar aqui toda a polêmica em torno dela. Para isso, pode-se ler o detalhado capítulo IV de Levinson (1983: 167-225).

O penúltimo ingrediente pragmático estudado por Levinson (1983: 284-370) são os atos de fala. Como eles já foram abordados em 2.3, passemos ao último, ou seja, o que ele chama de estrutura conversacional, ou análise da conversação. Esta última faceta de uma visão pragmática da língua é importante, entre outros motivos, pelo fato de a língua ter surgido e existir primeiramente para a interação face a face. Um dos mais importantes aspectos da análise da conversação é a tomada de turno (*turn-taking*), a tal ponto que o autor chega a sugerir que ela apresentaria características universais. No entanto, os pares adjacentes (*adjacency pairs*) e a organização geral da conversação são também importantes. A conversa ao telefone é uma das conversações (interlocuções, interações comunicativas) mais bem estudadas até hoje. Ela apresenta tantas recorrências que sugerem que se poderia dizer que tem uma organização interna, isto é, uma estrutura (Levinson 1983: 309-18, 327-328 *et passim*). Enfim, tudo que ocorre no enunciado passa pela (ou emerge da) interlocução.

2.6. Assunto

Ao definir os pronomes pessoais, as gramáticas tradicionais afirmam que o pronome de primeira pessoa designa quem fala (EU), o de segunda pessoa designa a quem se fala (TU) e o de terceira pessoa designa de quem ou de que se fala (ELE). Evidentemente, não se trata de uma asserção universalmente verdadeira. De qualquer modo, serve como ponto de partida para caracterização do que aqui chamo de assunto. Com efeito, assunto (A) é justamente aquilo de que se fala, portanto, A seria equivalente a ELE. Porém, isso é verdade apenas em parte uma vez que o F pode falar de tudo, e em tudo está incluído o próprio EU. Melhor dizendo, ele pode falar sobre o referente de todas as pessoas gramaticais. Portanto, além de ELE e de EU, F pode falar também sobre TU, sobre NÓS, sobre VÓS e sobre ELES.

Na qualidade de “aquilo de que F fala”, A é o objeto da interlocução (diálogo ou interação comunicativa). Isso quer dizer que o enunciado não consta apenas da parte sonora ou gráfica que vai de F a O. Em termos aproximativos, isso seria apenas o que Saussure chamou de significante, ou seja, o veículo, ou melhor, a janela pela qual F se reporta a A para O. Quanto a A, ele se aproxima mais do significado do mesmo Saussure, embora não seja exatamente idêntico a ele (Saussure 1973: 79-84). A se aproxima também do tema de Bakhtin, que seria muito mais ampla do que o significado, fixo e imutável. No sentido de uma significação concreta, o tema é realmente aquilo de que se fala, no momento em que se fala (1981: 128-136). Na linguagem comum, o termo “tema” é considerado como sinônimo de assunto, como se pode ver em qualquer dicionário.

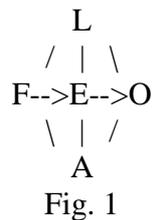
Além do tema de Bakhtin, há vários conceitos correntes na literatura linguística e correlata que têm algo em comum com A. Um deles seria o conceito de isotopia, muito usado em

algumas vertentes da linguística e da semiótica de origem francesa (Greimas & Todorov s.d., p. 245-248). Um outro seria o de tópico, não no sentido de primeiro membro da dicotomia tópico/comentário, mas no sentido vulgar.

Verifica-se que tudo que foi dito acima a propósito do componente ilocucionário e do componente pragmático faz parte de A ou, pelo menos, contribui para a compreensão de A. Dizendo de outra maneira, e fazendo um paralelo com os componentes do signo de Saussure, A é a parte conteúdo de E. Quase tudo que foi dito acima está explicitamente exposto. O assunto, no entanto, está implícito, embora alguns dos itens supramencionados também estejam, como as implicaturas conversacionais e até mesmo as pressuposições.

Como se vê, A tem muito a ver com a questão da referência. A diferença consiste em que a referência é sempre fixa, está determinada pelo código da língua. Assim, cada item lexical (lexema) tem uma referência fixa e determinada, aceita por todos os membros da comunidade. As sentenças também têm sua referência, que se aproxima do conceito de proposição. Em suma, a referência se aproxima mais da significação de Bakhtin. O assunto, no entanto, é sempre variável, podendo ser negociado pelos interlocutores no momento da interlocução. A tal ponto que E pode se reportar a mais de um assunto, embora em geral haja um assunto principal, sendo que todos os outros estão subordinados a esse assunto principal.

Se A é tão importante na interlocução, se ele é o verdadeiro objetivo da interlocução, fica claro que ele não só está inscrito em E, mas que também tem algo de codificado. Por outras palavras, ele não é apenas o tema de Bakhtin, mas também a sua significação, pelo menos em parte. Isso significa que ele deve ser incluído no esquema da figura 2 de 1.5.2, que será retomado na parte IV e na parte VI. Com a inserção de A, o esquema passa a ser como se vê na fig. 1, apresentada a seguir.



A fig. 1 mostra que o enunciado (E) que o falante (F) envia a (O) é produzido tendo como ponto de referência a língua (L) compartilhada por ambos, e que o objetivo é falar de determinado assunto (A). Uma vez que A contém uma parte sistêmica (L), ou seja, a significação de Bakhtin, verifica-se que deveria haver uma linha ligando A a L também, com o que a fig. 1 seria tridimensional.

Como o enunciado é um rastro (inglês *trace*) de determinado ato de interação comunicativa, que se deu efetivamente entre dois membros de uma comunidade, todo o objeto de estudo da língua está contido nele. O assunto de que ele trata é um deles. Aqui eles foram apenas aflorados. Na parte propriamente linguística cada um deles será objeto de análise pormenorizada.

III. OS COMUNICANTES

3.1. Introdução

Quando levamos em consideração o modelo geral de comunicação visto em 1.5 e na parte VI, verificamos que o enunciado (estudado na seção anterior) é apenas um dos componentes da interação comunicativa. Do ponto de vista linguístico, E é o mais importante de todos, mas mesmo assim é apenas um entre outros quatro. Os outros são, de acordo com determinada concepção do processo de comunicação, o emissor (falante), o receptor (ouvinte) e o código (linguagem). De acordo com um outro ponto de vista, ainda deveriam entrar no esquema a fonte (FO) e o destino (DE) da mensagem.

Para o que interessa no presente momento, é importante ressaltar que a despeito da importância linguística de E, devido a sua concretude, não há mensagem sem um remetente (no caso o falante). Além do mais, ninguém envia uma mensagem para ninguém. Pelo contrário, sempre que alguém produz um enunciado está, *eo ipso*, produzindo uma mensagem. Se o ato de produção for do tipo mais comum (uma interação comunicativa), a mensagem é enviada para um destinatário (em sentido amplo, ou seja, “receptor”, O) muito específico. Se o ato for derivado (comunicação interior, “pensamento”), F e O poderão ser a mesma pessoa. O fato é que aí temos os dois agentes de todo ato de comunicação, que venho chamando simplesmente de falante (F) e ouvinte (O).

O modelo de comunicação completo contém, como já foi sugerido, mais duas entidades, ou seja, a fonte da informação (FO) e o destino (DE) da informação. No que segue, examinarei os dois agentes principais, ou seja, F e O, bem como os por assim dizer secundários, isto é, FO e DE. Veremos que tudo gira em torno do binômio F-O. Veremos também que no interior desse binômio, F tem precedência absoluta.

3.2. Falante e ouvinte

Começamos recapitulando a asserção de que F tem precedência absoluta. No caso da dêixis, por exemplo, “ela é organizada de modo egocêntrico. Isso significa que, se a consideramos da perspectiva da interpretação semântica e pragmática e se a pensamos como ancorada em pontos específicos do evento comunicativo, então, os pontos de ancoramento não-marcados, ou seja, o centro dêitico é o seguinte: (i) a pessoa central é o falante, (ii) o tempo central é o tempo em que o falante produz o enunciado, (iii) o espaço central é a localização do falante no momento da enunciação (ME), (iv) o centro do discurso é o ponto em que o falante se encontra na produção de seu enunciado e (v) o centro social são o status e a posição do falante, aos quais o status e a posição dos destinatários ou referentes se relacionam” (Levinson 1983: 63-64). O autor apresenta a ressalva de que haveria exceções a esse cenário, embora os exemplos que apresenta são discutíveis. O fato é que para ele mesmo isso é o “centro dêitico não-marcado”. Isso tem a ver com o fato de o uso principal que F faz da língua em qualquer ato de interação comunicativa ser solicitar algo a O, o que já era reconhecido por Aristóteles (cf. Berlo 1972: 16-27).

Que F é o ponto de partida de todo ato de interação comunicativa parece indubitavelmente assente. Porém, como já foi visto em diversas oportunidades acima, ninguém fala para ninguém, ou seja, em situações normais não se vê alguém falando sozinho. Se isso acontecer, todo mundo verá no solilóquio uma manifestação de anormalidade psicológica. Em suma, alguém só fala para outrem, F só fala dirigindo-se a O. Portanto, o segundo elemento em importância no ato de interação comunicativa é o ouvinte ou receptor da mensagem. Esse é o caso mesmo que, como já foi salientado e como Bakhtin (1981) não se cansa de enfatizar, F e O sejam a mesma pessoa. Se F estiver apenas pensando, estará comunicando-se consigo mesmo, por motivos que se pode ver detalhadamente discutido em Bakhtin (1981). Porém, mesmo se F proferir palavras “sem sentido”, como papagaio, estará usando algo que é por definição social e que ele adquiriu no contato com a sociedade, portanto, estará usando algo que é eminentemente social.

Dada a importância de F e O na função primordial da língua, a interação comunicativa, não é de se espantar que deem lugar a duas das primeiras palavras de valor nominal da língua, tanto ontogeneticamente quanto, presume-se, filogeneticamente. No caso da língua portuguesa surgiu EU para F e TU para O. No início, esse EU e esse TU não são necessariamente os equivalentes de “eu” e “tu”, respectivamente. Na aquisição da língua pela criança EU pode ser “neném”, “Lulu”, “Pedrinho” ou outros. Quanto a TU, pode ser “mamãe”, “papai” etc. Em situações de contato de línguas mutuamente ininteligíveis, EU pode ser “branco” e TU pode ser “índio” e assim por diante. Por outras palavras, no início do processo de emergência ou aquisição de uma língua, nomes próprios podem ser usados em lugar de EU e TU (cf. Wunderlich 1977a: 111). Mesmo em português às vezes se diz “O professor aceita um cafezinho?” em vez de “o senhor (=TU) aceita um cafezinho?”. O fato é que nos estágios iniciais de emergência de uma língua parece não haver uma distinção nítida entre nome próprio e pronomes pessoais.

Como se pode ver detalhadamente em Levinson (1983: 68-73), EU e TU são dêiticos, isto é, dêiticos de pessoa. Como EU é o centro dêítico, portanto, o ponto de partida do ato de interação comunicativa, todos os outros dêiticos se ancoram nele, como já sugere a citação de Levinson do início da presente seção. Na tabela abaixo vêem-se os principais dêiticos, não necessariamente na ordem de Levinson, todos eles relacionados a EU e a TU. Os relacionados a EU são primários, os relacionados a TU são secundários.

<u>dêitico</u>	<u>primário</u>	<u>secundário</u>
(i) pessoal	EU	TU
(ii) espacial	aqui	aí
(iii) temporal	agora	?
(iv) modal	assim	assado (?)
(v) demonstrativo	isto	isso

Quase todos eles apresentam variantes. Assim, para EU tem-se ainda “me”, “mim”, “comigo”, “meu/s” e “minha/s”. Relacionados a TU existem “te”, “ti”, “contigo”, “teu/s” e “tua/s”. Para “isto” temos também “este/s”, e “esta/s”, enquanto que para “isso” temos “esse/s” e “essa/s”. Além disso, não devemos nos esquecer do que se tem chamado indevidamente de plural de EU e de TU, respectivamente, NÓS e VÓS. Também esses dois apresentam variantes. O primeiro aparece ainda sob a forma de “nos”, “conosco”, “nosso/s”, “nossa/s”, enquanto que o segundo apresenta as variantes “vos”, “convosco”, “vosso/s” e “vossa/s”. Na verdade, não se trata de plural, como no caso dos substantivos em geral e das variantes de ELE. O que se tem aqui é, para NÓS, EU mais outra/s pessoa/s”, ou seja, EU + TU, EU + ELE, EU + TU + ELE ou EU + TU + eles. Quanto a VÓS, equivale a TU + ELE ou TU + eles. Em suma, para ser precisos, teríamos que chamar NÓS e VÓS de, respectivamente, EU inclusivo e TU inclusivo.

Além dos dêiticos primários e dos secundários, existem também os que poderíamos chamar de terciários (centrados em ELE) e, talvez, até mesmo quaternários. Entre os terciários, teríamos, respectivamente:

- (i) ELE: “ele/s”, “ela/s”, “o/s”, “a/s”, “lhe/s”, “seu/s”, “sua/s”
- (ii) lá
- (iii) ?
- (iv) ?
- (v) aquilo: “aquele/s”, “aquela/s”

Entre os que poderiam ser qualificados de quaternários, ou seja, que iriam além da terceira pessoa (ELE), ou seja, aqueles relacionados aos circunstantes, provavelmente teríamos: (i) *os outros*, (ii) *acolá, alhures*, (iii) *então*, (iv) *assado*, (v) *aquiloutro, al* (arcaico).

Os dêiticos serão retomados nas partes III, V e VI, mesmo porque aqui só são pertinentes os que se relacionam com EU e com TU. No entanto, devo salientar ainda que até mesmo no contexto da língua portuguesa há outras variantes para praticamente todos eles. Para TU, por exemplo, a forma mais usada no Brasil é “você” - e suas variantes sociolinguísticas “ocê” e “cê” -, sendo que existem ainda as chamadas fórmulas de tratamento, tais como “vossa senhoria”, “vossa santidade” e assim por diante. Para NÓS temos “a gente”, para VÓS a forma usada é sempre “vocês” e assim por diante. Para mais detalhes sobre o assunto, pode-se consultar, entre outros, Couto (1981b). Se dentro de uma mesma língua existe variação, de língua para língua as formas reais variam muito mais ainda, refletindo as respectivas visões de mundo.

Dada a função central de EU e a função secundária de TU na interação comunicativa, temos que o ato de interação comunicativa consiste basicamente de (i) EU interpelando TU e de (ii) TU reagindo, como se pode visualizar na fig. 1, em que F(alante) está no lugar de EU e O(uvinte) no lugar de TU.

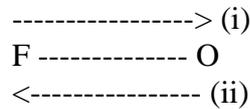


Fig. 1

Seguindo a proposta de Back & Mattos (1972: 4, 9), e em consonância com Berlo (1972: 16-27), chamarei o enunciado produzido por EU de solicitação (i), e ao produzido por TU de satisfação (ii). À totalidade formada pelo movimento que vai de F para O (i) com o que vai de O para F (ii), aqueles autores chamaram de cláusula. Eles a consideram “a célula comunicativa, mínima: a **cláusula**, unidade fundamental da comunicação” (Back & Mattos 1972: 7). A partir do esquema da fig. 1, podemos explicar todos os tipos de atos ilocucionários, como caracterizados em 2.3. De acordo com a gramática tradicional, os tipos principais de oração seriam a afirmativa, a interrogativa e a imperativa, às quais eu acrescentaria a exclamativa e o chamado vocativo. Renomeando-as e reordenando-as, teríamos: (a) a interrogação, (b) a afirmação, (c) o imperativo ou ordem, (d) a exclamação e (e) o vocativo. A negação é considerada um tipo especial da afirmação ou declaração, como vimos em 2.3.

É importante esclarecer que, na verdade, o movimento de O para F da fig. 1 (ii) não está representado adequadamente. Com efeito, se a pessoa a quem o falante fez a solicitação (O) responde, nesse momento passa a ser falante (F). Portanto, o esquema da fig. 1 deve ser ampliado para algo como o da fig. 2.



Fig. 2

A fig. 2 mostra que a base da interação comunicativa constitui-se de F_1 se dirigindo a O_1 (solicitação), como explicitado em (i) da fig. 1. No entanto, quando O reage, atendendo a solicitação de F, os papéis se invertem. Nesse processo, O_1 vira F_2 , e F_1 vira O_2 . Isso está representado pela seta da fig. 2 virada para a esquerda (cf. Back & Mattos (1972: 12-13). Diante do que acaba de ser dito, temos que retificar a asserção de que o enunciado de TU é a

satisfação (ii) do enunciado de EU. Na verdade, a satisfação é um enunciado de F₂. Logo abaixo veremos que a distinção entre F₁ e F₂ é importantíssima para caracterizar os diversos tipos de enunciados produzidos na interlocução.

A partir desse momento, passarei em revista os tipos mais comuns de interação comunicativa que pode haver entre F e O. Mais especificamente, tratarei (a) da interrogação, (b) da afirmação ou declaração, (c) do imperativo, (d) da exclamação e (e) do vocativo. Em primeiro lugar, veremos quais deles são solicitação (i), ou seja, enunciado de F₁, e quais são satisfação, ou seja, enunciado de F₂. Começemos pelo enunciado interrogativo.

Na gramática tradicional deixa transparecer que a interrogação seria uma modificação da afirmação. A mesma interpretação lhe é dada pela gramática gerativa, desde os primeiros momentos, na década de cinquenta. Assim, já em Chomsky (1957: 63-64) a oração de (1) era considerada como resultante de transformações aplicadas à estrutura de (2).

(1) Do they arrive? ‘eles chegam?’

(2) They arrive ‘eles chegam’

Essa visão continua praticamente em todas as versões posteriores (modelo padrão, GB, etc.), só desaparecendo no minimalismo (Chomsky 1996).

Nos estudos feitos pelos foneticistas e os fonólogos sobre a entoação - como veremos em 8.3.3 e em 9.4.3, a entoação ascendente é o modo menos marcado de indicar a interrogação -, verifica-se que a interrogação é considerada como uma camada suprasegmental que se sobrepõe à camada segmental. Línguas como o inglês têm o morfema interrogativo “do”, como se pode ver em (1), embora mesmo aí a entoação interrogativa geralmente o acompanhe. Na tradução portuguesa de (1) e (2) pode-se ver que essa língua não dispõe de morfema interrogativo. A única diferença entre a tradução de (2) e a de (1) consiste no fato de que a de (1) resulta do acréscimo de uma entoação ascendente à mesma sequência de fonemas de (2) (cf. Moraes 1993). Em Fónagy (1993) tem-se um estudo teórico bastante detalhado sobre a entoação.

Tudo que foi dito sobre a interrogação leva à interpretação de que ela pressuporia a declaração. No entanto, isso só ocorre quando se reifica a língua, considerando-a apenas como uma estrutura. Se a encararmos em sua verdadeira função, ou seja, como meio para a interação comunicativa em que F faz uma solicitação a O, temos que inverter a fórmula. Se a pergunta é um enunciado de F₁, ou seja, se ela é uma solicitação, o enunciado produzido como reação a essa solicitação, ou seja, o enunciado de O transformado em F₂, só pode ser uma informação que venha ao encontro dessa solicitação, isto é, uma declaração.

Mesmo quando alguém (F) informa a outrem (O) sobre algo (A) que não seja provocado diretamente por uma pergunta, é porque presume que O precisa dessa informação. Ninguém chegaria para outrem e diria (2), inopinadamente. Se alguém (F) informa a outrem (O) que “eles chegam” (em português seria melhor “eles vêm”), é porque presume que se O tivesse a oportunidade de fazê-lo, perguntaria se eles vêm. Nesse caso, O (O₁) viraria F₂ e F (F₁) viraria O₂, como já visto acima. Como diz Utz Maas, “afirmações só fazem sentido como respostas a perguntas, ambas são problematizações de uma interação comunicativa”. Ele acrescenta que, “só se fazem afirmações quando se se pressupõe que respondam a perguntas não formuladas do ouvinte” (Maas 1977: 155, 156). Em suma, o enunciado declarativo (afirmativo, assertivo) é um enunciado de F₂ que satisfaz a um enunciado-solicitação interrogativo.

No enunciado de (1), F e O estavam frente a frente, portanto, F pôde dirigir a pergunta diretamente a O. Trata-se, portanto, de uma pergunta direta, sem o elemento performativo explicitado. No entanto, pode acontecer de ela ser formulada indiretamente, mediante o uso de verbos performativos. Em (1’) e (1’’) temos algumas possibilidades.

- (1') [eu pergunto a você se] eles chegam
 (1'') [eu gostaria de saber se] eles chegam

Como formulada na tradução de (1), a pergunta geralmente é indicada por uma entoação ascendente. Mesmo nas línguas que dispõem de morfemas interrogativos, como o inglês e outras, a pergunta pode ser formulada apenas por esse processo. É por isso que a entoação foi incluída entre as TGA em 1.4.5. Entretanto, as formulações de (1') e (1'') só ocorreriam em línguas em estágio relativamente avançado de desenvolvimento. Nos estágios iniciais de aquisição da língua pela criança, bem como nos pidgins e crioulos, elas não ocorrem.

Vejamos agora a solicitação tradicionalmente chamada de enunciado imperativo. Do mesmo modo que o interrogativo, também o imperativo tem sido tratado como uma modificação do declarativo, ou seja, a oração imperativa pressuporia a oração afirmativa. Outra vez, isso pode ser verdadeiro apenas se coisificarmos a língua, considerando-a apenas como uma estrutura que pode ser estudada em si e por si. Entretanto, da perspectiva comunicacional, a ordem é um tipo de solicitação que F faz diretamente a O, sem rodeios. Ela é a solicitação mais forte. Como o próprio Utz Maas diz, “só faz sentido ordenar algo a alguém se se sabe que pode realizá-lo” (Maas 1977: 151), entre outras coisas devido às relações de poder e/ou autoridade existente entre F e O.

Na maior parte das línguas do mundo, o enunciado imperativo é uma oração sem sujeito explícito, como se pode ver no de (3).

- (3) Feche a porta!

Do ponto de vista ilocucional, (3) equivale ao que se vê em (3'). Em (3), o componente performativo de força ilocucionária não está explicitado. Em (3') o verbo performativo “ordenar” está incluído.

- (3') [eu ordeno a você que] feche a porta

Há motivos para que o enunciado imperativo não tenha sujeito. Em primeiro lugar está o fato de ele só ser usado na interação face a face. Assim, quando F profere (3), está se dirigindo a O diretamente, com o que não precisa acrescentar “Você feche a porta”. A copresença de F e O já indica que a ação deve ser praticada por O. Do contrário, F poderia dizer “Eu fecho a porta”. Nesse tipo de interação comunicativa, O entende imediatamente que F está lhe fazendo uma solicitação-ordem/pedido. Portanto, o sujeito do enunciado imperativo é o sujeito não marcado. Isso quer dizer que apenas quando o sujeito da oração não fôr O é que ele precisa ser marcado, ou seja, é necessário indicar se ação de fechar a porta se refere a EU, ELE, NÓS, VÓS ou ELES. Esses quatro são sujeitos marcados. Muitas línguas indicam o sujeito no próprio verbo, mediante a flexão de pessoa. Nas línguas em que essa flexão não existe, como as línguas crioulas, o inglês e outras línguas, a presença do pronome é obrigatória. Mas, interessante, mesmo nelas o pronome sujeito é omitido no imperativo. Em vez de sujeito, o que frequentemente ocorre em enunciados imperativos é o que se chama de vocativo. Ao que tudo indica, o vocativo parece ser apenas uma parte do imperativo. Se em vez de (3) tivéssemos (4), o que se vê a mais em (4) seria uma espécie de preparação de O para o recebimento da ordem. Desse modo, o vocativo seria uma pré-solicitação, uma pré-ordem no caso. Do ponto de vista proposicional, a parte do enunciado chamada de vocativo geralmente se refere à mesma pessoa à qual a solicitação se dirige. Talvez isso seja mais um motivo para a ausência de sujeito.

- (4) Joãozinho, feche a porta!

Há vocativos puros, não seguidos de uma solicitação explícita, como o de (5).

(5) Joãozinho!

Nesse caso, há uma solicitação não formulada, mas entendida devido ao contexto em que a interação se deu. Entre outras coisas, poderia tratar-se de uma mãe ordenando ao filho que fique quieto ou que não mexa no computador. Pelo fato de ser uma pré-solicitação, às vezes a própria solicitação pode ficar omitida, sendo decodificada apenas mediante a pré-solicitação. Por outro lado, o vocativo poderia ser entendido como fazendo parte do componente performativo da ordem. Nesse caso (4) equivaleria a (6).

(6) [eu ordeno a você, Joãozinho, que] feche a porta

Se a interpretação de (4) fôr (6), então (5) seria uma solicitação que conteria apenas parte do componente performativo da solicitação. Se considerarmos só (6) na íntegra, ou seja, com o ingrediente performativo explícito, o elemento “Joãozinho” seria o que se tem chamado de aposto, que constitui um grande problema para qualquer teoria sintática.

Por fim, temos a exclamação. Nas gramáticas tradicionais, ela tem sido estudada no capítulo dedicado à interjeição. Esse capítulo é um verdadeiro balaio de gatos. Tem desde enunciados como os de (7) até os de (8), (9) e (10).

(7) (a) ah!, (b) oh!, (c) ai!, (d) ui!, (e) psiu!, (f) psit!, (g) eia!, (h) hum!, (i) hem!

(8) (a) bis!, (b) avante!, (c) bravo!, (d) vamos!, (e) alto lá!, (f) basta!, (g) socorro!

(9) (a) ai de mim!, (b) ora, bolas!, (c) valha-me Deus!, (d) Deus te ajude!

(10) Isto é muito caro!

Os enunciados de (7) e (8) são chamados de interjeições puras. Os de (9) são considerados locuções interjetivas. Os de (10) fariam parte das orações exclamativas, que teriam muito em comum com as interrogativas. Porém, se considerarmos o fato de que em (8) temos um tipo de enunciado vocativo em que falta o componente performativo e parte do componente proposicional, verificaremos que (8a), por exemplo, equivaleria a algo como o que se vê em (11). Todos os exemplos restantes até (8g) têm interpretações semelhantes.

(11) [eu informo a você/s que isso que me/nos mostrou/aram - apresentação musical, teatral, etc. - merece ser apresentado de novo, portanto eu digo] bis

As locuções interjetivas de (9) são quase todas orações ou, pelo menos, orações truncadas. Quanto à de (10), trata-se de algo bastante complexo. Com efeito, alguém só a diria para outrem diante de uma informação (declaração) prévia sobre o preço do objeto em questão, com o que teríamos um enunciado de F_2 . Como essa informação pressupõe, por sua vez, uma solicitação-pergunta de F_1 , ainda que implícita, segue-se que (10) na verdade é um enunciado de F_3 . Isso pode ser visualizado ampliando-se a fig. 2 para a fig. 3. Com isso, fica claro que a exclamação é um enunciado de F_3 .



formulada diretamente e atendida diretamente, apenas por uma ação (execução). Ela pode ser inclusive não verbal, como as solicitações para “pare!” e para “vem aqui!”. Ambas podem ser feitas apenas por gestos com a mão, que parecem independem de aprendizagem.

A pergunta seria o segundo tipo de enunciado-solicitação da perspectiva genética. Quando não, pelo fato de dever ser feita verbalmente. Portanto, pressupõe a aquisição ou a formação da língua. Há diversos tipos de pergunta, do ponto de vista performativo (funcional). Isso será retomado em 8.3.3 e em 9.4.3.

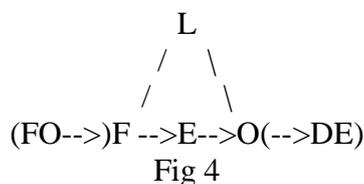
O terceiro tipo de enunciado seria a declaração. Ela seria uma satisfação da solicitação-pergunta. Declarações que funcionam como satisfação a solicitação-ordem seriam declarações degeneradas. Uma das provas mais convincentes de que a declaração (oração afirmativa) é satisfação de uma solicitação prévia, mesmo que implícita, é que ela frequentemente pode ser dada apenas por “sim” (ou “não”, se for negativa). Creio que ninguém interpretaria um “sim” a não ser como resposta a uma pergunta (solicitação).

Todos os outros enunciados restantes são subespecificações desses três tipos. Assim, a exclamação é um tipo especial de solicitação-pergunta. As chamadas interjeições são subespécies da ordem ou até mesmo da declaração.

Uma indagação interessante a ser deixada no ar aqui é a de se o papel de EU e de TU no enunciado tem algo a ver com o surgimento da sintaxe. Dada a primazia absoluta de EU, ou seja, dado o egocentrismo da interação comunicativa, será que isso tem a ver com o fato de a maioria das línguas do mundo ter a ordem SVO (sujeito-verbo-objeto)? No caso das línguas crioulas essa ordem parece ser a ordem não-marcada (cf. Bickerton 1981). Pelo menos o S de SVO parece ter alguma coisa a ver com a primazia de EU na interação comunicativa. Com efeito, em grande parte dos enunciados que EU envia a TU o sujeito é o próprio EU, mesmo na parte não performativa. Será que essa ordem tem a ver com algo como EU-ver-VOCÊ? Enfim, há muitas questões em aberto, no aguardo de investigações pontuais, sobretudo da perspectiva interlocucional.

3.3. Fonte e destino

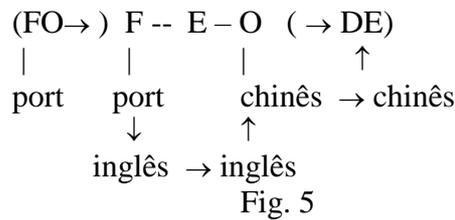
Além do emissor imediato do enunciado (F) e do receptor (O), o modelo de comunicação inicialmente proposto por Shannon & Weaver contém ainda duas categorias imediatamente associadas a eles. A categoria associada ao emissor, precedendo-o, é a da fonte (FO), enquanto que a que se liga ao receptor, sucedendo-o, é a do destino da informação (DE). Desse modo, a fig. 2 de 1.5.2 - retomada em diversos outros lugares como, por exemplo, na parte IV -, deve ser modificada para algo como o que se vê na fig. 4. FO e DE estão entre parênteses para mostrar o fato de que geralmente não é necessário explicitá-los no ato de interação comunicativa.



De acordo com a definição dos proponentes do esquema original de comunicação, a “fonte de informação produz uma mensagem ou sequência de mensagens a ser comunicadas ao receptor terminal”. Quanto ao destino, “é a pessoa (ou coisa) para a qual a mensagem é dirigida” (Shannon & Weaver 1949: 33-34). Para Levinson (1985: 68), é importante distinguir nos papéis dos participantes, por um lado, o falante ou porta-voz (F) da fonte (FO), e por outro lado, o receptor (O) do alvo ou destino (DE). Além disso, haveria ainda os circunstantes.

Um exemplo ilustrativo poderia ser o do telegrama. A Maria, de Belo Horizonte, deseja enviar um telegrama para sua amiga Francisca residente no Rio de Janeiro. Para fazê-lo, Maria tem que ir a uma agência dos correios de sua cidade e fornecer o conteúdo que deseja transmitir. Os técnicos da agência dos correios traduzem essa mensagem em código morse e a envia à agência dos correios do Rio de Janeiro que, por seu turno, decodifica a mensagem e a entrega a Francisca. Nesse exemplo, Maria é a fonte (FO), a agência dos correios de Belo Horizonte é o emissor (F) ou transmissor, a agência dos correios do Rio de Janeiro é o receptor (O) e Francisca o destino final (DE) da mensagem.

A questão que se põe no momento é se essas duas entidades são efetivamente necessárias no estudo da interação comunicativa humana que se processa sobretudo mediante a linguagem oral, ou seja, na interação face a face, e, subsidiariamente, mediante a escrita e derivados. Poderíamos imaginar situações em que F seja distinto de FO e O distinto de DE. Suponhamos um grupo de quatro pessoas, uma delas um prefeito de uma cidade do interior do Brasil que só fale português (FO) em uma reunião com o prefeito de uma cidade do interior da China que só fale chinês (DE). O prefeito brasileiro tem um assessor que fala inglês, adicionalmente ao português. Nesse caso, a única possibilidade de o prefeito brasileiro dizer algo ao prefeito chinês seria por intermédio de seu assessor-intérprete, que seria o emissor imediato ou transmissor da mensagem, ou seja, o F do esquema supra. O prefeito chinês, por seu turno, só poderia entender o que o brasileiro lhe disser por intermédio de um assessor que também fale inglês, além do chinês. Esse – processo pode ser inserido no esquema da fig. 2 da maneira que se vê na fig. 5.



Como se vê, a única possibilidade de FO (prefeito brasileiro) enviar uma mensagem a DE (prefeito chinês) é transmitindo-a a F (seu assessor) em português. Este a converterá para o inglês e a enviará nessa língua para O (o assessor do prefeito chinês). Este último, por seu turno, a converterá para o chinês e a enviará para seu chefe (DE). Obviamente, a satisfação do prefeito chinês à solicitação do prefeito brasileiro deverá fazer o mesmo percurso, em sentido inverso.

O exemplo dos prefeitos é, evidentemente, uma situação adrede inventada para incluir os dois componentes adicionais do esquema matemático de comunicação, como originalmente criado por Shannon & Weaver (1949), ou seja, FO e DE. No entanto, pelo menos na literatura parece que é necessário distinguir F de FO e O de DE. Por exemplo, a distinção que se faz entre o escritor e o narrador da história parece ter a ver diretamente com a distinção entre FO e F. No caso da recepção da história, não me parece muito claro se efetivamente há entidades diferentes para O e DE. Será que o leitor não é ao mesmo tempo o receptor (O) e o destino (DE) da mensagem do romance?

Voltando ao exemplo dos dois prefeitos recém-mencionado, é fácil imaginar que o intérprete brasileiro usaria expressões como “ele disse que.....”, referindo-se a seu próprio chefe. Por outro lado, poderia perfeitamente usar também expressões como “você diz a ele que.....”. Ao primeiro “ele”, que se refere ao prefeito brasileiro, podemos chamar de ELE₁, e ao segundo, que se refere ao prefeito chinês, podemos chamar de ELE₂. Em suma, FO é ELE₁, e DE é ELE₂. Partindo apenas desse exemplo, parece portanto que as duas categorias adicionais do modelo de Shannon & Weaver corresponderiam a ELE, isto é, à categoria dêitica de terceira

pessoa. Se assim for, devem ser estudadas na parte V, dedicada ao contexto que, de acordo com algumas concepções, abrange os referentes ou o assunto de que se fala.

Em estudos sobre a narrativa feitos sobretudo na França, de base semiótica, costuma-se distinguir emissor (enunciador ou destinador) de narrador, bem como receptor (enunciatário) de narratário. Isso parece ter a ver diretamente com a distinção existente entre FO e F, de um lado, e O e DE, de outro. Infelizmente, as obras francesas dessa linha geralmente são vazadas em uma linguagem hermética, cheia de termos técnicos que espantam muitos leitores potenciais. No entanto, creio que a distinção deveria ser investigada mais a fundo pelos linguistas. É bem provável que ela revele muitos fatos que de tão óbvios ainda não foram notados pelos investigadores. O que foi dito acima foi apenas a título de estímulo ao debate, não tendo nenhuma veleidade relativamente à precisão e, sobretudo, à exaustão do assunto. É bem provável que as críticas que alguns autores dirigem ao modelo de comunicação, tachando-o de naturalístico e demasiadamente estático, se devam a uma aplicação inadequada e incompleta dele aos estudos linguísticos. Quem sabe FO e DE não são dois dos componentes do modelo ignorados pelos linguistas que poderiam esclarecer fatos da língua inexplicados até o momento? Por exemplo, não será o NÓS normal (não inclusivo) EU + FO, e o VÓS mais comum TU + DE? Isso merece uma investigação mais acurada dos investigadores, o que tentarei fazer mais adiante (cf. 6.2, por exemplo).

IV. O CÓDIGO

4.1. Introdução

Voltando à fig. 1 de 1.5.2, reproduzida abaixo, podemos visualizar muito bem a posição do código no processo geral de interação comunicativa. No momento, deixo de lado as alterações de rótulo que lhe foram aplicadas em suas reproduções ulteriores.

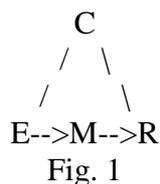


Fig. 1

Embora eu já o tenha dito em outros lugares, nunca é demais repetir que código (C) é o meio pelo qual a mensagem (M) enviada por um emissor (E) a um receptor (R) pode ser entendida. Ele é o instrumento da comunicação. Na verdade, ele é a única garantia para a eficácia de qualquer interação comunicativa. Sem o código, o emissor nem poderá formular (codificar) sua mensagem, o que implica que tampouco haverá entendimento (decodificação) por parte do receptor. Na ausência de algum código comum a E e R, mesmo que E creia que está formulando uma mensagem (codificando), não será entendido, não comunicará, pois não haverá nada de comum entre ele e R. Em suma, o código é condição necessária, embora não suficiente, para que haja uma interação comunicativa eficaz, ou seja, para que a M enviada por E a R seja efetivamente recebida e entendida. No entanto, ele não é condição suficiente uma vez que ficam faltando ainda o canal, o meio físico através do qual o sinal físico (sonoro, visual, etc.) que porta a mensagem possa vencer a barreira espaço-temporal que separa E de R, além de todos os componentes do contexto que serão examinados na parte V, mais abaixo. Pode haver também ruídos que interferem na recepção da mensagem por R. A despeito disso, sem um código comum nem se discute a possibilidade de comunicação. A menos que se trate apenas de uma interação pré-linguística, de natureza “universal”.

Como já vimos em 1.3 e em 2.2, por ser o instrumento que intermedeia a interação comunicativa eficaz, o código consta não só de um conjunto de signos ou léxico (L) e regras para combinação desses signos ou gramática (G). Os próprios textos (T) formáveis a partir de ambos também pertencem ao código, como foi discutido em 1.3 e em Couto (1983b: 54 *et passim*). De modo que, o modelo de código apresentado 1.3 é o que está reproduzido em (1), ou seja, código consta, de um lado, de um léxico e uma gramática e, de outro lado, dos textos formáveis a partir deles, sem as modificações de rótulo introduzidas posteriormente, para evitar ambiguidades. Essas modificações são: (i) C de “código” é substituído por L de linguagem, para evitar confusão com o C de “comunidade”; (ii) L de “léxico” é substituído por V de “vocabulário” para evitar confusão com L de “língua/linguagem”; (iii) T de “texto” é substituído por E de “enunciado” para evitar confusão com T de “território”. No presente capítulo, e apenas nele, revento aos rótulos originais que se vêem em (1). Em Couto (1983b: 39-53), há uma discussão mais detalhada sobre o conceito de código e seus componentes, em que as próprias regras de combinação dos signos foram consideradas signos.

$$(1) C = (L + G) + T$$

Apesar da importância do código em qualquer ato de interação comunicativa, alguns investigadores se manifestam contra sua aplicabilidade no estudo da língua e dos fenômenos sociais em geral. É o caso, entre outros, de Maas (1977: 145) e Ammon (1973: 1-2). Entretanto, como tentei demonstrar em Couto (a sair b), isso acontece porque esses investigadores não interpretam o conceito de código adequadamente ou, então, fazem-no parcialmente. Assim, em 3.3 deixei algumas sugestões em aberto sobre a possibilidade de a

fonte e o destino da informação, que fazem parte do modelo matemático de comunicação como formulado originalmente por Shannon & Weaver (1949), também serem levados em consideração em uma aplicação do modelo no estudo de fenômenos linguísticos.

Uma outra fonte de incompreensão do papel do código nas interações comunicativas provém de um não reconhecimento de códigos múltiplos integrantes do acervo cultural de uma comunidade. Tudo que em determinada comunidade existe e é entendido pelos indivíduos que a integram está codificado.

Os autores que se opõem a uma abordagem comunicacional à linguagem, ou seja, os que se dedicam à “interação”, à “conversação” e outros, acham que o sentido das mensagens enviadas pelo falante ao ouvinte é negociado no próprio ato de comunicação, embora Gumperz (1982a) não tenha necessariamente essa posição interacionista radical (ver também Gumperz 1982b e Marcuschi 1986). Aí há um grande equívoco. Sem uma convenção prévia, não haveria a mínima possibilidade de negociação. Pensemos nos momentos iniciais de formação de uma comunidade crioula. Antes desses momentos iniciais, ou seja, no primeiro momento do contato dos povos aloglotas, não havia praticamente nada de entendimento. Pelo contrário, havia conflitos constantes, resultantes de mal-entendidos. Só quando se começou a forjar um meio de comunicação interétnica é que tiveram início verdadeiros atos de interação comunicativa (AIC). Só quando começou a haver um certo consenso quanto a quem ficaria com que parcela de terra, quem faria o quê, quem obedeceria a quem, ou seja, só quando começou a haver códigos comunitariamente aceitos, é que se pode dizer que houve algum entendimento.

De uma perspectiva ecológica, que é a que sigo aqui, o código não é um conjunto de regras rígidas e imutáveis. Ele é, antes, um quadro de referência para que os comunicantes (interlocutores) possam interagir comunicativamente. Nessa interação, eles podem até negociar novos significados para significantes já existentes. Podem até mesmo introduzir signos novos completos (significado + significante). No entanto, para fazê-lo é necessário que tenham o código sempre em vista. Assim, sempre que surgir uma incompreensão, um mal-entendido ou algo semelhante, o juiz para dirimir dúvidas e aparar arestas é o código.

O código seria um quadro de referência comparável à constituição de um país. Ela não contém todas as leis nem regulamenta todo comportamento dos cidadãos. No entanto, toda nova lei que surja tem que estar em consonância com ela.

Os códigos que compõem uma comunidade se dividem em código linguístico e códigos não linguísticos. Eles serão objeto de estudo separado logo abaixo, no entanto, gostaria de adiantar já aqui que os códigos não linguísticos podem ser de complexidade as mais variadas. Podem ser multissígnicos tal qual a língua, mas podem ser também apenas unissígnicos, bissígnicos, trissígnicos e assim por diante. Um exemplo de código unissígnico que foi dado em Couto (1983b: 61) é a pedrinha que antigamente se usava em algumas escolas para indicar permissão (ou proibição) de sair da sala de aula para, por exemplo, ir ao banheiro. Se ela estivesse em cima da mesa do professor, o aluno podia se levantar da carteira, pegá-la e sair, sem a necessidade de pedir licença para fazê-lo. Se ela não estivesse lá, ninguém podia sair. Pois bem, o único signo de que consta esse código é a própria pedrinha. Nesse caso, como o componente L do código consta apenas de um item, praticamente só há também uma regra de G, com o que só se pode produzir um T com esse código, ou seja, ele é unitextual. Todos os outros são códigos pluritextuais.

4.2. Código linguístico

O código linguístico, que aqui chamo simplesmente de língua, é o código mais completo de todos que compõem a cultura de uma comunidade. Por isso mesmo, é também o mais complexo. Do ponto de vista quantitativo, com toda certeza a língua é o código que apresenta o léxico mais numeroso, ao lado da gramática mais complexa. Tudo isso faz dela o código

mais rico, mais cheio de possibilidades comunicativo-expressivas, uma vez que tem uma semântica mais variada e complexa. Em suma, é só mediante a língua que os membros da comunidade podem comunicar todo e qualquer conteúdo possível e imaginável. É por meio dela que eles podem se expressar e até mesmo pensar, pelo menos se temos em vista o pensamento propriamente dito e não a mera orientação no mundo, faculdade que até os animais superiores têm (cf. Schaff 1974).

A língua é a quintessência da criação humana coletiva. Por isso, ela é um código tão complexo (e completo) que contém dentro de si, e associados a si, diversos subcódigos. Esses subcódigos podem ser imanentes ou transcendentais – em Couto 1983b: 63) eles foram chamados de, respectivamente, intrínsecos e extrínsecos. Os subcódigos imanentes (ou internos) são aqueles que constituem a própria estrutura interna da língua, ou seja, sua estrutura, em termos tradicionais. São eles os subcódigos chamados de semântica, sintaxe, morfologia e fonologia. Os subcódigos linguísticos transcendentais são aqueles que resultam do contato da língua com o ambiente externo. São eles os subcódigos diacrônicos, os diatópicos, os diastráticos e os grupais.

De acordo com determinada concepção de língua, o subcódigo linguístico chamado de fonologia, ou subcódigo fonológico, tem como L os fonemas (vogais, consoantes) bem como os processos suprasegmentais. O componente G desse subcódigo é constituído por, entre outras, as regras fonotáticas, ou seja, as regras de combinação dos fonemas para obter sílabas. As sílabas são justamente os textos (T) formáveis a partir da combinação (G) dos fonemas (L). Na língua portuguesa, por exemplo, existem 19 fonemas consonantais e 12 fonemas vocálicos (se incluirmos as vogais nasais). De acordo com um cálculo provisório feito por Couto (1983b: 100), aplicando-se as cerca de quatro regras de combinação desses fonemas obter-se-iam aproximadamente 1.292 sílabas. Estas compreenderiam tanto as sílabas que são efetivamente usadas em palavras da língua quanto sílabas potenciais, ou seja, que são previstas pelo código fonológico do português mas que ainda não ocorreram em nenhuma palavra como é o caso, até prova em contrário, da sílaba /fles/, com “e” aberto. Em 8.3.3 retornarei a esse assunto.

Pelo que ficou dito sobre a sílaba, parece que ela seria o texto fonológico mínimo. No entanto, embora só recentemente se tenha apercebido do fato, este subcódigo compreende pelo menos um sub-subcódigo, ou seja, o subcódigo segmental, como se pode ver em Couto (1983b: 104-108) e na versão da fonologia não linear chamada de geometria dos traços (cf. Clements & Hume 1995). De acordo com esta concepção, o subsubcódigo segmental teria como L os traços (oclusivo, constritivo, nasal, aberto, fechado, etc.) e respectivas regras de combinação (G), cujo texto mínimo (T) seria o segmento, ou fonema. Assim, o fonema /b/ (T) consta dos traços bilabial + oclusivo + sonoro, por oposição a /p/, que consta de bilabial + oclusivo + surdo.

O subcódigo morfológico tem como L um inventário de morfemas. As regras de combinação de morfemas constituem G, e T é a palavra. Aqui os termos morfologia e morfema são tomados em um sentido quase etimológico. Assim, o segundo é tomado no sentido de elemento formador da palavra, enquanto que o primeiro se refere ao estudo da formação das palavras, independentemente do significado. Partamos de um inventário de L morfológico constituído pelos itens lexicais (i) *con, de, in, pro, re, trans* etc., (ii) *stitu, stru, tra, flu, port, etc.* (iii) *a(e,i)r*. Combinando quaisquer três deles, na ordem em que estão apresentados (G), obteremos textos morfológicos (palavras) da língua (T), como se pode ver na fig. 1 abaixo.

1	2	3	4
con	stitu	i	r
de	stru		
in	vert	e	

pro	tra		
re	flu		
trans	port	a	

Fig. 1

Os números da primeira linha indicam a ordem em que os diversos morfemas listados abaixo de cada um podem se combinar. Fica subentendido que se pode tomar qualquer sequência de morfemas para obter textos morfológicos (palavras). Assim, tomando-se “con” da posição 1, “stitu” da posição 2, “i” da posição 3 e “r” da posição 4 obtém-se a palavra “constituir”. O próprio morfema “con” poderia ainda entrar nas combinações (palavras) “con-tra-i-r”, “con-flu-i-r”, “construir”, “conport-a-r” e assim por diante.

O caso específico de “con-port-a-r” aponta para algumas peculiaridades da língua portuguesa. A primeira é a de que a grafia (se não a fonética) dessa língua exige que o “n” de “con” seja substituído por “m”, devido à bilabialidade do “p” seguinte. Porém, o mais importante do ponto de vista da gramática morfológica do português é o fato de nesse caso não poder ocorrer nem “e” nem “i” na posição 3. Tem que ser “a”. O mesmo sucede com as outras combinações (palavras) dadas no parágrafo anterior. Em todas elas só pode entrar “i” ou “e” nessa posição.

Há outras restrições combinatórias. Assim, “trans-port-a-r” é um texto morfológico usado, mas “*trans-port-e-r” não o é. Quanto a “trans-met-ir” é possível, mas a vogal do morfema da posição 2 deve ser substituída por “i”, como em “trans-mit-i-r”. Por outro lado, “*de-tra-i-r” e “*inmet-i-r” não são usados, embora os derivados “de-tra-ção” e “i-mi-ssão” (<in-met-ione) o sejam. Como se vê, o subcódigo morfológico permite aos usuários da língua formar muito mais palavras do que as que estão dicionarizadas e até mesmo mais do que as que já foram usadas e são reconhecidas como normais pelos membros da comunidade. Com isso, o termo “imexível” usado por um ministro do trabalho uns tempos atrás se justificava. Ele nunca tinha sido usado antes, por isso muita gente achou que foi um erro do ministro. No entanto, o termo está perfeitamente dentro dos parâmetros do código morfológico da língua portuguesa. Seria aproximadamente como se vê abaixo.

1	2	3	4	5
in	mex	e	r	bili

Fig. 2

O único problema é que as regras morfofonêmicas da língua portuguesa exigem que, nesse caso, o “e” da posição 3 se converta em “i”, o “r” da posição 4 se sincope e que o “bili” da posição 5 vire “vel”. Mas isso acontece com diversas outras palavras da língua, como é o caso de “remov-e-bili” (>removível) e “con-vert-e-r-bili” (>conversível). Na segunda delas houve até mais adaptações morfofonêmicas do que em “imexível”.

O importante a reter aqui é que 1 é a posição do prefixo, 2 a do que se chama de raiz, 3 a da chamada vogal temática, 4 a do infinitivo. Quanto a 5, constitui a posição do morfema que deriva substantivos de verbos. Há outras posições além dessas cinco. No exemplo da fig. 3 pode-se ver que é possível haver mais expansões, como as que se obtêm a partir de “con-stitu-i-r”, previsto na fig. 1.

1	2	3	4	5	6	7	8
con	stitu	i	r	cion	al	ism	o

Fig. 3

Como se vê, o morfema “cion” (5) forma substantivos a partir de verbos, embora, outra vez, a

morfofonêmica do português exija que nesse caso ele se converta em “ção”, além da síncope do “r” (4). O morfema da posição 6 é um formador de adjetivo a partir de substantivo. É interessante notar que quando se acrescenta um morfema qualquer a palavras terminadas em “ão”, esse ditongo se converte em “ion”, outra idiosincrasia do português. Aos nomes, pode-se acrescentar o morfema da posição 7, que deve ser arrematado pelo da posição 8. No caso dos nomes (substantivo e adjetivo) sempre é possível acrescentar-se ainda o morfema de plural “s”, que seria uma posição 9, não dada na fig. 3.

Em síntese, essa curta apresentação do subcódigo morfológico da língua portuguesa mostra que ele é altamente criativo, muito mais do que o subcódigo fonológico, pelo menos no sentido que a gramática gerativa atribui a esse termo. Portanto, não tinham razão aqueles que acharam que o ministro havia inventado a palavra “imexível”. Ela estava inteiramente prevista no subcódigo morfológico português. Uma outra questão interessante a ser levantada aqui é a de que resposta se deve dar à pergunta “a palavra X existe?”. A resposta depende da resposta a outra pergunta: Pelo verbo “existir” entende-se “estar previsto no código morfológico” ou “já estar em uso na comunidade”? Pelo primeiro critério, “imexível” existe; pelo segundo, não. Em 8.3.2, a morfologia será desenvolvida mais detalhadamente.

Os elementos de L do subcódigo sintático (sintaxe) são as palavras, que em muitas línguas são monomorfêmicas. As regras de combinação de palavras (G) são a colocação, a concordância e a regência. No caso das línguas isolantes, pode-se dizer que os itens lexicais são os próprios morfemas que, nesse caso, se confundiriam com as palavras. É o caso do chinês e de grande parte das línguas crioulas.

As regras para combinação de palavras (G) na sintaxe, isto é, para determinar a função de cada uma delas na frase, são de diversos tipos. A mais simples e uma das mais comuns nas línguas do mundo é a ordem em que se encadeiam no enunciado. Em 2.2 já havíamos visto os exemplos do crioulo da Guiné-Bissau de número (3) e (4), reproduzidos abaixo como (2) e (3), respectivamente, para facilidade do leitor.

(2) omi mata lion ‘o homem matou o leão’

(3) lion mata omi ‘o leão matou o homem’

Como se pode ver, nessa língua o nome que vem antes do verbo é o sujeito da oração, o que vem após ele é o objeto. Ademais, o ser indicado pelo substantivo que ocorre na posição de sujeito geralmente é o agente da ação verbal, o indicado pelo que ocorre na de objeto é o paciente. Mas, como já foi observado também, há outras estratégias de que as línguas lançam mão para indicar essas funções. Uma delas é o uso de partículas, como nos exemplos do japonês dados em 8.3.1. Em alguns casos, essas partículas são adposições (preposições ou posposições), como se pode ver na relação entre “Pedro” e “livro” em (4).

(4) O livro de Pedro

Uma outra estratégia para indicar o relacionamento de palavras na frase é a flexão, que pode gerar a concordância. É o caso dos exemplos do latim também dados em 8.3.1.

Para indicar o relacionamento entre orações, as línguas que dispõem de recursos hipotáticos podem fazer uso das chamadas conjunções, como em (5), em que a conjunção “que” relaciona as orações simples de (5a-5d).

(5) O homem que chegou não era o que esperávamos que chegasse

(5a) O homem chegou₁

(5b) Nós esperávamos X

(5c) O homem chegou₂

(5d) O homem não era X

Nas línguas que fazem uso mais da parataxe, pode-se ter construções como a de (6), do crioulo da Guiné-Bissau, em que a oração relativa “que chorava” (*i na tchora*) não contém o equivalente de “que”.

(6) No kontra ku algin i na tchora ‘encontramos com alguém que chorava’

Em 8.3.1 e 9.4.1 voltaremos à questão da sintaxe. Por ora, basta lembrar que ela é tão importante em uma língua que todo o trabalho feito no contexto da gramática gerativa tem a sintaxe como objetivo principal. Os gerativistas consideram que língua é sintaxe (cf. Bickerton 1989).

Sobre o subcódigo semântico não se pode dizer muita coisa. De qualquer forma, seus itens lexicais (L) são os semas (ou sememas), as regras de combinação entre eles em geral são universais e o texto semântico mínimo é a proposição. Em 8.4 e em 9.4.4 voltaremos a este subcódigo. Com isso, passemos aos códigos não linguísticos.

4.3. Códigos não linguísticos

Enfatizemos mais uma vez que a mensagem enviada por um emissor a um receptor só será entendida se tiver sido formulada em um código compartilhado por ambos. Assim, por definição, todo ato de interação comunicativa (AIC) só se efetivará se tiver por base algo compartilhado. O código mais importante entre todos os que podem estar por trás dos atos de comunicação é o código linguístico, abordado na seção anterior. No entanto, a maioria dos AIC se dá tendo como pano de fundo toda uma série de códigos culturais, não linguísticos. Alguns deles parecem estar numa área de transição entre o código linguístico e os códigos não linguísticos, como a antroponímia e a toponímia.

Como se pode ver em Couto (1983b: 125-130), o código antroponímico não é propriamente linguístico. Apesar de se manifestar mediante itens lexicais (nomes próprios), na verdade trata-se de um fenômeno mais sociológico do que linguístico propriamente dito. De qualquer forma, as relações sociais se manifestam linguisticamente. Assim, todo nome tem pelo menos uma parte especificamente individual, como “João” e “Maria”, que identificam os indivíduos no contexto da família nuclear, e uma parte que os identifica no contexto da família estendida ou da sociedade como um todo, como “da Silveira” e “Fernandes”. Pois bem, do ponto de vista linguístico, esses são os itens lexicais do código antroponímico, enquanto que os textos (nome completo) antroponímicos podem ser “João da Silveira”, “João Fernandes”, “Maria da Silveira” e “Maria Fernandes”.

No caso das famílias nobres, a pertença a diversos ramos de famílias precedentes está indicada no nome. No livro recém-mencionado, eu analisei o nome completo “Maria José Gonçalves Viana da Silva”. Cada item lexical desse nome completo remete a determinado segmento social. No entanto, indivíduos comuns também podem ser indicados pela pertença a outros, como “Joãozinho da Maria do Pedo Bia”. Esse menino é assim chamado porque é filho da “Maria”, que era mulher do “Pedo Bia” que, por seu turno, era o “Pedo” (Pedro) que fora criado pela família “Bia” (Bias). Além disso, temos os apelidos e hipocorísticos. Na verdade, em minicomunidades fechadas – e até em cidades pequenas do interior do país – é comum as pessoas serem conhecidas apenas pelo apelido. Em Couto (1986/7) eu fiz um estudo sobre os apelidos da cidade mineira de Cláudio.

Quanto à toponímia, aparentemente não seria um código completo, faltar-lhe-iam a sintaxe e os textos. Apesar de isso ser verdade, se observarmos a microtoponímia constituída pelos nomes que os membros de uma família do interior de Minas Gerais deram aos acidentes de seu ambiente físico (Couto 1983b: 118-120), nota-se que todos existem para que os membros

dessa família interajam (se comuniquem) sobre o território em que estão. Ora, tudo que faculta os AIC é, por definição, um código. Portanto, provavelmente o código antroponímico seja parecido com o código unissígnico e unitextual mencionado em 4.1. Só que ele seria bem mais complexo do que aquele.

Na verdade, poderíamos chamar o L do modelo de comunidade de 7.1 e 7.3 – equivalente ao C(ódigo) do presente capítulo – de cultura. É o que sugeri em Couto (1981a), em que a cultura de uma comunidade foi considerada como o conjunto-universo dos códigos que unificam os indivíduos que habitam o território em questão como uma sociedade, fazendo do todo uma comunidade, como definida em 7.3. Assim, além da antroponímia e da toponímia, ainda relacionados com a língua, teríamos os códigos paralinguísticos e todos aqueles que acompanham os AIC linguísticos, tais como a proxêmica e a cinésica.

Seria extremamente difícil fazer um inventário de todos os códigos não linguísticos – que poderiam também ser chamados de códigos culturais – que compõem a cultura de um povo. Isso se deve em parte ao fato de que tudo que esse povo fez, faz ou fará é parte de sua cultura. Umberto Eco é um dos poucos autores que ousou fazer um inventário e classificação, ainda que parciais e altamente precários, dos códigos culturais (Eco 1974: 392-413). De acordo com ele, haveria (i) os códigos “naturais”, que compreenderiam a zoosemiótica, os sinais olfativos, a comunicação tátil e os códigos do gosto; (ii) a paralinguística, que abrangeria a proxêmica e a cinésica, além da semeiótica médica, das linguagens percutidas e assobiadas, (iv) os códigos musicais, nos quais entrariam as semióticas formalizadas, os sistemas onomatopaicos, os sistemas conotativos, os sistemas denotativos e as conotações estilísticas; (v) as linguagens formalizadas (que se distinguem das “semióticas formalizadas” dos códigos musicais); (vi) línguas escritas, alfabetos desconhecidos, códigos secretos; (vii) as línguas naturais, já vistas em 4.2; (viii) as comunicações visuais, tais como a sinalética de alta convencionalização, os sistemas cromáticos, a indumentária, os sistemas vívido-verbais e outros sistemas (códigos icônicos, iconológicos, estilísticos, o “desgin”, a arquitetura, etc.); (ix) a semântica; (x) as estruturas do enredo; (xi) códigos culturais (de acordo com sua terminologia, não com a minha), que incluiriam a etiqueta, os sistemas de modelização do mundo, a tipologia das culturas, os modelos de organização social; (xii) os códigos e mensagens estéticas; (xiii) as comunicações de massa e (xiv) os códigos retóricos e ideológicos.

Como o próprio Eco salienta, dificilmente uma tentativa de inventariação e classificação dos códigos culturais será bem sucedida, o que não significa que não devamos tentar. No seu inventário não entraram, por exemplo, as religiões, importantíssimos componentes da grande maioria das culturas. Além disso, muita coisa que nos parece natural pode estar codificada. Por exemplo, o fato de os comunicantes ficarem a uma certa distância um do outro em um AIC, ou de não ficarem nem com os narizes se tocando nem longe demais um do outro, tudo isso faz parte do código proxêmico. No entanto, será que o fato de eles ficarem de frente um para o outro e geralmente olhando para o rosto um do outro está no mesmo nível? Se se afirmar que sim, como se explicaria que quando os portugueses interagiram com os nativos tupinambás em Porto Seguro certamente ficaram frente a frente, e não de costas ou de lado? Será que o fato de se proferirem os sons a uma certa altura, nem muito alto nem muito baixo, estaria codificado ou seria natural? Modular-se a voz, e não falar em um único tom como um computador, está socializado? Por que a criança chora ou grita mais alto quando quer pôr ênfase em determinada situação?

A ausência de códigos comuns é relativa, pode haver gradações. Assim, na eventualidade de um contato entre um ser de outro corpo celeste com um terráqueo não haveria praticamente nada em comum, a não ser, talvez, o fato de terem um corpo material. No caso do contato dos portugueses com os índios tupinambás em Porto Seguro em 1500 havia em comum pelo menos o fato de pertencerem à mesma espécie animal e, portanto, de se alimentarem de

componentes químicos semelhantes, de estarem sujeitos à gravidade da terra, de dependerem do oxigênio para respirar, da água para beber e assim por diante. Em suma, compartilhavam tudo que se refere à biologia e às condições ambientais na face da terra, como se pode ver mais detalhadamente em 6.4..

No caso da brasileira semi-analfabeta na Bélgica que tentava pedir comida a seus hóspedes e do auxiliar de técnico de futebol brasileiro na Arábia Saudita tentando comprar carne em um açougue, mencionados em 1.1 e em 1.4.3, compartilhavam ambos, além do que foi dito no parágrafo anterior, a chamada cultura cristã-muçulmana-monoteísta e capitalista, além de diversos internacionalismos devidos à arrasadora predominância da cultura norte-americana sobre o mundo inteiro. No caso do brasileiro na Alemanha, mencionado em 1.2, havia o conhecimento de pelo menos alguns laivos de inglês, que ele pressupunha que eram conhecidos pela parte alemã. Em seguida, viriam diversos graus de compartilhamento de dados culturais e linguísticos, passando pelo domínio quase perfeito de uma L2 até chegar ao domínio de L1.

De tudo que ficou dito, infere-se que quando um especialista em “discurso”, em “conversação” se manifesta contra a idéia de que para que haja comunicação tem que haver um código, no fundo esquece-se de que tudo o que foi dito acima em termos de códigos culturais pode estar por trás da aparente criação de sentido apenas na negociação entre os comunicantes. Há mais informação compartilhada do que se pode imaginar. O grau de eficácia de qualquer AIC vai depender, em grande parte, do grau de experiência compartilhada. Alguns autores falam, em vez de informação ou experiência compartilhada, em conhecimento mútuo (*mutual knowledge*), como se pode ver em Levinson (1983). O fato é que sem nada social prévio, sem nada socialmente compartilhado, é impossível um AIC. Na melhor das hipóteses, poderia haver uma interação física ou química. A primeira se deu em Porto Seguro, a segunda dar-se-ia, se é que se daria, entre um alienígena e um terráqueo.

Da perspectiva genética (filogenética e ontogenética), a gramática nasce, ao fim e ao cabo, da interação. Primeiro, vêm as interações puramente naturais, a nível do inorgânico e do orgânico. Em seguida, vêm as tentativas de interação comunicativa (TIC), logo seguidas das estratégias individuais de comunicação (EIC), já a nível superorgânico. Por fim, vêm os atos de comunicação propriamente ditos. Esses só são possíveis com a emergência da gramática. E essa emergência vai da chamada comunicação pelo modo pragmático para a comunicação pelo modo sintático. Por outras palavras, vai-se da estrutura tópico-comentário para a de sujeito-predicado, da parataxe para a hipotaxe, do ritmo lento para um ritmo mais rápido, ausência de morfologia para um uso crescente de morfologia, e assim por diante (Givón 1979a: 222-223).

V. CONTEXTO

5.1. Introdução

De acordo com o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* “contexto” é o “encadeamento das ideias de um escrito; *contextura*; o que constitui o *texto* no seu todo; composição; argumento”. Para ele, a palavra “contexto” se referiria aproximadamente a uma espécie de sintaxe do texto, o que está claramente explicitado na segunda conceituação que lhe dá, ou seja, *contextura*, grifada no original. Isso se reforça nos “sinônimos” subsequentes, mesmo quando começam a se derivar para o lado da lógica, como é o caso de “argumento”. O fato é que para o dicionário, o referente da palavra contexto é imanente ao texto, caso em que se aproximaria do que estuda a linguística do texto (cf. Dressler 1973). No entanto, tanto na pragmática quanto na linguística em geral, a palavra contexto tem uma abrangência de significado muito mais ampla.

Em dicionários de língua inglesa encontramos conceituações que se aproximam mais do significado que o termo tem em linguística e pragmática. Assim, o *Webster’s encyclopedic unabridged dictionary of the English language*, além de uma conceituação semelhante à do dicionário brasileiro (a primeira), acrescenta uma segunda, de acordo com a qual contexto seria “o conjunto de circunstâncias ou fatos que envolvem um evento, uma situação etc. específicos”, chamando atenção para a etimologia da palavra, que provém de “con” (com) mais “textus”, de “texere” (trançar, entretecer, entrelaçar).

Creio que recorrendo à etimologia nos aproximamos mais do uso moderno do termo. Assim, *con-texto* seria tudo aquilo que está implícito no texto, portanto, de certa maneira é aquilo que vem junto com o texto, embora a etimologia possa ser interpretada também como indicando os elementos que uns com os outros formam o texto. A primeira interpretação seria transcendentalista, uma vez que incluiria o que Malinowski chama de situação, como veremos abaixo. É o sentido que lhe atribuem aquelas concepções segundo as quais contexto estaria ligado à função referencial, com o que ele seria uma espécie de referente (Jakobson 1969: 123). A segunda seria imanentista, equivaleria ao que se pode chamar de sintaxe do texto ou gramática do texto (ver referência a Dressler 1973, acima).

Na verdade, as duas interpretações são válidas. De acordo com o pragmaticista Stephen C. Levinson, “contexto entende-se como compreendendo as identidades dos participantes, os parâmetros espaciais e temporais do ato de fala bem como as crenças, o conhecimento e as intenções dos participantes nesse ato de fala e, com certeza, muito mais” (Levinson 1983: 5). É bem verdade que pouco depois ele restringe drasticamente essa conceituação. Após referir-se às “situações reais de enunciação com toda a multiplicidade de traços”, e à “seleção de apenas aqueles traços que são culturalmente e linguisticamente relevantes para a produção e interpretação de enunciados”, conclui que “o termo contexto refere-se, é claro, à última” (p. 22-23). No entanto, ao incluir fatos como implicaturas conversacionais, pressuposições e outros, ele mostra que contexto inclui, pelo menos em parte, tanto a concepção transcendentalista quanto a imanentista.

É na etnologia que vamos encontrar a conceituação de contexto mais próxima, se não idêntica, da que se lhe dá aqui. Trata-se do “contexto de situação” de Bronislaw Malinowski, que implica não apenas a “contextura”, ou seja, o que precede e o que segue determinado termo no texto ou enunciado (sintaxe do texto, imanência), mas também a situação ou ambiente em que o enunciado é proferido (concepção transcendentalista), que alguns chamam de situação de discurso (Todorov & Ducrot 1977: 311-312). Para esse autor, os estudos que se limitam ao contexto no primeiro sentido tratam de línguas mortas. Se quisermos estudar línguas vivas, temos que levar em conta também a situação em que os textos (enunciados) são produzidos (Malinowski 1972: 304-306).

J. R. Firth retoma o conceito de “contexto de situação”, filiando-o não apenas a Malinowski mas até mesmo à “Situationstheorie” de Philipp Wegener (*Untersuchungen über die Grundfragen des Sprachlebens*, Halle, 1885). Para Firth, o contexto compreende o seguinte:

“A. Os traços relevantes dos participantes: pessoas, personalidades, que compreendem:

- (i) a ação verbal dos participantes
- (ii) a ação não-verbal dos participantes

B. Os objetos relevantes.

C. O efeito da ação verbal” (Firth 1969: 182).

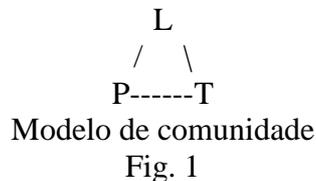
Enfim, sua concepção inclui tanto as relações imanentes quanto as relações transcendentais do texto (enunciado).

Doravante a palavra “contexto” será usada tanto no primeiro quanto no segundo sentido, frequentemente mais no segundo do que no primeiro, ou seja, muitas vezes ela se referirá à situação em que o enunciado foi produzido, à sua ecologia. Em suma, o contexto de um AIC (ato de interação comunicativa) abrange tanto o próprio AIC e seu cenário quanto o ambiente físico e social (Sapir 1963) em que ele se dá.

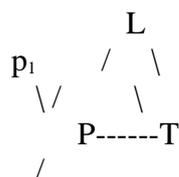
Agora podemos atribuir um sentido ao “muito mais” da primeira conceituação de contexto de Levinson dada acima. Com efeito, “em seus usos primitivos, a linguagem funciona como um elo na atividade humana concertada, harmônica – como uma peça de comportamento humano. É um modo de ação e não um instrumento de reflexão”. Daí “a dependência do significado de cada palavra da experiência prática; e a dependência da estrutura de cada locução da situação momentânea em que é proferida” (Malinowski 1972: 309). Toda “locução só se torna compreensível quando a interpretamos pelo seu contexto de situação” (p. 307).

Eu entendo por contexto tanto as relações intratextuais do produto do AIC (enunciado) quanto as relações extratextuais da situação em que esse produto se dá. Uma vez que a “experiência prática” dos comunicantes vai muito além do *hic et nunc* do AIC, faz-se necessário distinguir entre contexto imediato, a “situação momentânea” de Malinowski, e contexto mediato. Mais abaixo, examinarei os componentes do contexto (5.2) para, em seguida, passar em revista as possíveis relações existentes entre o contexto, o léxico e a gramática (5.3).

Alguém poderia perguntar qual é a diferença entre contexto e o componente pragmático (2.5). Apesar das intersecções e semelhanças entre ambos, as diferenças são enormes. Na verdade, a pragmática vai do sistema linguístico para a realidade. O contexto, por seu turno, na medida em que afeta a língua, vai da realidade para o sistema. É por isso que veremos abaixo que é interagindo nele que os comunicantes fazem da língua algo dinâmico. Isso porque cada cenário de um AIC é ao mesmo tempo parte do (T)erritório da comunidade a que os comunicantes pertencem. Vejamos como o ambiente físico em que ele se dá emerge do espaço maior da comunidade. Começamos pelo modelo de comunidade exposto e discutido detalhadamente em 7.3, que antecipo na fig. 1 abaixo. Este modelo afirma que comunidade consta de uma população (P), vivendo em determinado território (T), unificada por uma linguagem (L). Trata-se da Ecologia Fundamental da Língua.

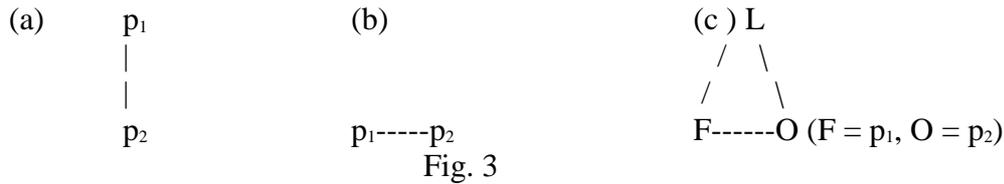


Toda e qualquer pessoa (p_x) que atua em um AIC será elemento do conjunto P, ou seja, $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n$. Na fig. 2, temos p_1 e p_2 destacados e emergindo de P.



p₂
Fig. 2

A fig. 3 mostra a sequência desse processo, partindo do pressuposto do modelo supra de que todos os p_x estão sobre T e unificados por L. Assim, retilinearizando a ligação entre p₁ e p₂ (a), colocando-os na posição horizontal (b) e substituindo-os por emissor (F) e receptor (O), respectivamente (c), temos o contexto físico – a parte T do modelo de (1), em que a interação se dá .



Na verdade, nem seria necessário apresentar tudo isso graficamente para provar que o espaço físico de AIC é parte de T. Eu fiz questão de proceder assim com o fito de enfatizar a importância da espacialidade na emergência da sociedade e da língua (cf. Couto a sair *d*).

5.2. Componentes do contexto

A citação de Firth dada acima já contém um ensaio de inventário dos componentes do contexto. No entanto, creio que ele precisa ser bastante ampliado. Assim, o contexto imediato de um AIC abrangeria praticamente tudo, portanto, seria praticamente impossível inventariar seus componentes. Ele pode compreender tanto as pessoas que participam (participantes) dele como atores quanto as que participam apenas como observadores (circunstantes). Temos também a linguagem comum (L) aos participantes, que funciona como ponto de referência na negociação que tem lugar no AIC. Além disso, temos o lugar (espaço), o tempo e as circunstâncias (modo) em que o evento se dá. Nas circunstâncias muita coisa está envolvida como, por exemplo, as condições psicológicas dos participantes, suas intenções, suas volições, suas experiências etc. As experiências vão muito além da situação imediata, abrangendo até mesmo o conhecimento que têm da história da comunidade a que pertencem. Por isso, é necessário separar os ingredientes do contexto imediato que são únicos, não repetidos em outros AIC, dos que se repetem. Por outras palavras, é importante separar os ingredientes variáveis dos ingredientes constantes.

Dentre os ingredientes constantes mais importantes, temos os comunicantes (EU e TU) e suas variantes (NÓS e VÓS, respectivamente). EU é o produtor da mensagem, ou falante (F), enquanto que TU é o seu receptor, ou ouvinte (O). No entanto, pode-se, e deve-se, acrescentar a eles a fonte (FO) e o destino (DE) da mensagem. Esta última, também é parte integrante de qualquer AIC, juntamente com L, ou seja, o código ou linguagem que serve como pano de fundo, base comum ou ponto de referência para a negociação de significados que pode ter lugar nesses AIC.

Além desses ingredientes, temos o espaço, ou seja, o ambiente físico, lugar ou parte do território (T) da comunidade em que o AIC se dá. Ele pode ser conhecido em detalhe por F e/ou por O, parcial ou totalmente. Mesmo que um deles não o conheça ou que ambos não o conheçam, pelo menos têm uma noção de que ele pertence ao T geral da comunidade a que ambos pertencem. E a consciência de que estão em alguma parte desse T, e não no T de outra comunidade-língua, pode ter uma influência muito grande nos AIC. É preciso acrescentar que intimamente associado ao espaço, e provavelmente derivado dele, temos o momento (tempo). É importante que F e O saibam se estão interagindo sobre determinado assunto antes, durante ou após determinado fato e/ou pressuposto.

O modo em que o AIC se dá também é relevante. Frequentemente este ingrediente é ignorado

pelos pragmaticistas quando falam em dêiticos. No entanto, o modo pelo qual ele se dá ou o modo nele implícito não pode ser ignorado. Entre outros motivos, sem ele não saberíamos porque o que F diz é efetivamente do jeito que diz ou não de outro modo. Da perspectiva de F (EU), a primeira alternativa seria ASSIM, e a segunda ASSADO. No caso das línguas crioulas e pidgins, o modo como uma ação se dá é mais importante do que o tempo. Assim, de acordo com Bickerton (1981), essas línguas enfatizam mais o aspecto [\pm contínuo] e a modalidade [\pm real] do que o tempo, mesmo assim enfatizando apenas a dimensão de anterioridade [\pm anterior].

Poderíamos acrescentar a intenção de F e a de O durante o ato de fala. Embora o conteúdo concreto da intenção deles possa variar de AIC para AIC, o importante é que, em qualquer AIC, F tem determinada intenção, e O tem outra. Se elas são compatíveis, o AIC será bem sucedido.

Enfim, os ingredientes constantes mais importantes de um AIC são os comunicantes (EU, TU) e os circunstantes, o espaço e o tempo, o modo e o código comum a EU e TU bem como o próprio enunciado (E) e o assunto (A) a ele relacionado e a intenção dos comunicantes.

Os ingredientes variáveis são, por definição, impossíveis de ser inventariados. Eles constam, antes de tudo, de concretizações das abstrações que constituem os ingredientes constantes. Assim, o EU e o TU são, em cada AIC, indivíduos concretos da comunidade como, por exemplo, o João_x e a Maria_x. O de que falam, ou seja, o assunto, pode ser praticamente tudo. Em geral é uma terceira entidade, como um objeto do ambiente físico imediato, mas pode ser algo ausente ou até inexistente, apenas imaginável. Com isso, pode-se falar até do próprio falante e do próprio ouvinte, bem como de FO, de DE etc. No entanto, pelo fato de tudo poder fazer parte deles, só se pode fazer o inventário de cada AIC individual e concreto, não uma tipologia dos ingredientes concretos. Por exemplo, uma árvore ou um rio que estejam no ambiente físico em que F₁ e O₁ interagem provavelmente não aparecerão na próxima interação comunicativa que se der entre F₂ e O₂, até as que se derem entre F_n e O_n. Aí se inclui até mesmo uma possível nova interação entre F₁ e O₁, com ou sem os papéis invertidos.

5.3. Contexto e código

Algumas concepções de linguagem asseveram que o significado dos diversos enunciados não dependeria muito do código. Ele seria negociado entre os comunicantes em cada enunciação, ou ato de interação comunicativa (AIC), como prefiro chamá-lo. O principal argumento de que se valem é o de que o enunciado só tem efeito em determinado contexto. E o que é mais, as palavras que se usam não teriam a menor importância. Vejamos o enunciado de (1). O seu conteúdo estritamente proposicional pode ter muito pouco a ver com o valor ilocucionário ou até mesmo perlocucionário que F pode ter querido lhe atribuir.

(1) Você irá a São Paulo amanhã

Algumas das possibilidades mais óbvias seriam que F pode ter tido a intenção de dar uma ordem, de fazer uma promessa ou uma ameaça. Entretanto, há outras possibilidades. Por exemplo, como tanto F quanto O sabem pelo noticiário de televisão que os rios Pinheiros e Tietê extravasaram suas margens, inundando todas as imediações e que, portanto, o trânsito paulistano está totalmente parado, F pode ter querido dizer com (1) que O vai perder muito tempo amanhã, a despeito de tanta coisa que ele tem para fazer (cf. Todorov & Ducrot 1977: 312-313). Em suma, os diversos sentidos de (1) estariam inteiramente dependentes do contexto, como definido acima. Diante disso, o valor do código, ou seja, da língua como sistema ($L = (V + G) + E$) ficaria bastante diminuído.

Para discutir essa questão, apresento brevemente sete exemplos de tentativas de comunicação, com os respectivos graus de eficácia comunicativa, todos já mencionados anteriormente. O

primeiro exemplo, extremo, é o de um ser extraterrestre tentando se comunicar com um terráqueo, ou vice-versa. Nesse caso, F e O não compartilham praticamente nada, exceto, talvez, o terem ambos um corpo físico. Com isso, só compartilhariam dados físicos e químicos. É bem provável que os enunciados enviados pelo terráqueo ao ET não tenham nenhuma eficácia comunicativa. As únicas exceções seriam, provavelmente, atos físicos de afastá-lo, empurrando-o, se isso fôr possível. Uma outra possibilidade seria, quiçá, o uso de elementos químicos para afugentá-lo. De qualquer modo, não temos de antemão nenhuma garantia de que uma dessas tentativas de comunicação surta efeito.

O especialista em comunicação Colin Cherry afirma que “talvez os marcianos compartilhem conosco os conceitos de alternância de dia e noite, de número, ou de macho e fêmea, ou de figuras geométricas - que poderíamos representar não com signos empíricos, mas com signos icônicos. Essas coisas constituem talvez interessantes temas de especulação, mas são pura perda de tempo” (Cherry 1971: 43). Em futuro não muito distante, pode ser que isso deixe de ser temas de especulação.

Passemos a um caso menos drástico, ou seja, os membros da esquadra de Cabral em contato com os índios tupinambás, em Porto Seguro, em 1.500. Como no caso anterior, os contatantes não compartilham nenhum código. No entanto, ambas partes são seres humanos, portanto, têm aproximadamente a mesma compleição física, necessitam do mesmo oxigênio para respirar, vivem sob o efeito da mesma gravidade etc. Além disso, os dois lados conhecem o ciclo dia-noite (com suas consequências), o céu com as estrelas, as nuvens, a chuva, o sol, os rios, as plantas, a diferença entre ser humano e animal irracional. Cada uma das partes tem uma linguagem para que seus membros comuniquem-se entre si. Enfim, apesar de não haver nem elementos culturais comuns, no sentido de 4.2 e 4.3, os dois lados compartilham toda uma série de dados naturais, como se pode ver mais detalhadamente em 6.4. Portanto, além da possibilidade de uma interação física ou química, existe ainda pelo menos a biológica. De acordo com a formulação de Adam Schaff, havia “a comunidade dos destinos biológicos do gênero humano nas condições da realidade terrestre e, por consequência, [...] a comunidade do reflexo da realidade terrestre na linguagem e no pensamento” (Schaff 1974: 260). Por isso, de acordo com o que nos diz a carta de Caminha, pelo menos um precário entendimento parece que se deu, tendo por base sinais estritamente gestuais. Esse pouco de entendimento certamente decorreu inteiramente do contexto. É o que se pode ver em (2)-(4), reproduzido de 1.4.3 para facilidade do leitor.

(2) “...Nicolao Coelho lhes fez sinal que posessem os arcos, e eles o poseram” (Carta, p. 85)

(3) “... um deles pôs olho no colar do capitão e começou d’acenar com a mão pera a terra e depois pera o colar como que nos dizia que havia ouro...” (p. 89)

(4) “Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão e acenaram logo pera a terra como que os havia i” (p. 89).

Na verdade, o que temos em (2)-(4) é apenas a informação do escrivão Pero Vaz de Caminha de que deve ter havido algum entendimento. De qualquer forma, esse entendimento não resultou de nenhuma “negociação”. Ele se deu devido aos dados naturais compartilhados mencionados acima, entre outros possíveis. De certa forma, foi uma interação natural.

O caso do auxiliar de técnico de futebol na Arábia Saudita já é bem menos drástico. Não havia nenhuma língua comum. O que é pior, as partes não compartilhavam nem a chamada tradição ocidental cristã, uma vez que o brasileiro pertence a uma cultura cristã e os árabes a uma cultura muçulmana. Mesmo entre as informações extralinguísticas, muito pouca coisa era compartilhada. De qualquer forma, compartilhavam tudo que já foi visto nos dois casos anteriores. Além disso, compartilhavam um interesse pelo futebol (com suas regras e sua história), além de outros internacionalismos como, possivelmente, o gesto para OK e outros,

palavras como “coca-cola” e assim por diante. Tanto assim que o brasileiro conseguiu dizer ao açougueiro saudita que queria carne de gado, e não de carneiro, como é usual na Arábia Saudita, valendo-se do expediente visto em (5). Com isso, o brasileiro conseguiu comprar o tipo de carne que queria.

(5) (a) “mээ”, com o polegar para baixo, indicando “negativo”, ou seja, que ele não queria carne de carneiro; (b) “muu”, com o polegar para cima, indicando “positivo”, isto é, que ele queria carne de gado.

O quarto caso é o da brasileira semi-analfabeta na Bélgica. Como nos casos anteriores, ela não compartilhava com os belgas nenhuma língua. No entanto, devido ao fato de tanto o Brasil quanto a Bélgica estarem inseridos no mesmo contexto da cultura cristã ocidental, a sua situação é um pouco mais favorável do que as anteriores. Mesmo assim, ela teve que lançar mão de recursos mímicos quase naturais para pedir comida, como o que se vê em (6), reproduzido de (2) de 1.2.

(6) [mΛm mΛm mΛm] + mão indicando para a boca ‘eu quero comida’

O quinto caso é o do brasileiro na autolocadora alemã que queria lhe entregar um carro diferente do que havia encomendado. A sua expressão indignada foi dada em (1) de 1.2, mas está reproduzida em (7) abaixo.

(7) I paguei, I faço questão de my car

Como se pode ver em (7), o brasileiro conhecia alguns laivos de inglês, além dos dados compartilhados nas quatro instâncias anteriores. Com certeza, o “my car” deve ter surtido algum efeito nos interlocutores alemães. Tanto que o brasileiro acabou conseguindo um carro melhor do que o que queriam lhe entregar.

O sexto exemplo seria o de um brasileiro, falante de alemão como L2, no território da comunidade alemã, tentando se comunicar com os alemães na Alemanha. Trata-se de uma situação muito mais favorável do que as anteriores, uma vez que as partes compartilham um código linguístico além, é claro, de mais ingredientes da cultura cristã ocidental. Mas, mesmo aí podem ocorrer diversos mal-entendidos.

O sétimo exemplo seria o de um falante de português como L1, ou seja, um brasileiro, no território de sua própria comunidade. Se estabelecêssemos uma escala de graus de comunicabilidade (GC), é claro que o caso do ET com o terráqueo estaria no extremo de mínimo de GC, e o do brasileiro no território brasileiro no extremo oposto, o do máximo de GC. Todos os outros seriam estágios intermediários entre esses dois extremos. Em Couto (1983b: 63-67) discute-se algo semelhante, ou seja, graus de semioticidade, incluindo uma sugestão de escala de semioticidade.

Diante dos sete casos de tentativa de interação comunicativa (TIC), será que podemos aceitar a ideia de que o significado, o conteúdo do enunciado enviado por F a O é negociado no momento? Se assim fosse, poderia haver comunicação tanto no sétimo caso (F e O falam a mesma língua) como no primeiro (ET e terráqueo). A verdade é que grande parte da carga semântica do enunciado, a base para a eficácia de qualquer AIC é uma linguagem comum (código, L). Nesse caso, L não é uma camisa de força que aprisiona os comunicantes, limitando suas possibilidades comunicativas e expressivas, como afirmam certos literatos. Pelo contrário, L é um porto seguro (sem trocadilho) a que F₁ pode sempre se reportar quando for incompreendido por O₁. Pode ser também uma referência para O₁ checar se entendeu o

que F_1 lhe disse. Nesse caso, O_1 viraria F_2 , e F_1 viraria O_2 , como visto em 3.2.

Em síntese, o código é pré-condição para qualquer interação comunicativa. Se ele não existir, ela será sempre precária, se é que é de algum modo possível. Ele é o terreno comum em que F e O podem pôr os pés para entabular qualquer negociação. É o ponto de referência a que podem recorrer sempre, não só para interagir mas também para checar se estão sendo compreendidos. Portanto, contexto e código se alimentam mutuamente. O código é o dado, o contexto é o novo. O código é o pressuposto, o contexto é o proposto ou o posto na hora. Sem código, não haveria AIC, mas apenas TIC, sem a mínima garantia de eficácia comunicativa. Sem ele as TIC estariam presas a um *hic et nunc* contextual. Seria impossível falar de algo em sua ausência, bem como criar ficção. Não haveria progresso na ciência, pois estaria excluída a possibilidade de se formularem hipóteses novas. Por outro lado, se todo AIC estivesse estritamente preso aos cânones do código, ou seja, se F só dispusesse de enunciados como o T de (1) de 4.1, nunca haveria informação nova mas só tautologias. O que é pior, não haveria a possibilidade de evolução da língua para acompanhar a evolução da sociedade. Ela seria estática e imutável, como desejam os gramáticos normativos. Enfim, há o código sim, mas como ponto de partida para os AIC. O ponto de chegada é dado na própria interação (negociação) que tem lugar em um contexto concreto, muito bem definido e específico. Vejamos o diálogo de (8), que mostra que mesmo os enunciados truncados são contextualmente decodificados.

(8)

(a) Filha: A Aninha não quer escovar os dentes

(b) Pai: A Aninha é muito...

A filha (mais velha) entendeu perfeitamente o que o pai quis dizer. Com efeito, tanto ela quando o pai sabem que a Aninha (filha mais nova) é muito voluntariosa e teimosa. Portanto, o contexto familiar permitiu a ela entender que o pai queria dizer algo como o que se vê em (9).

(9) A Aninha é muito [teimosa]

Isso só foi possível devido às experiências comuns no seio da família, ao conhecimento compartilhado. E conhecimento compartilhado não deixa de ser um certo tipo de codificação. Em suma, é do contexto que surgem as inovações que se incorporam a L , uma vez que é ele que as faz entendidas.

No caso dos pidgins, o contexto parece falar mais do que as próprias palavras. Tomando como exemplo o uso de construções analítico-isolantes, a simplificação de flexões, o apagamento do pronome relativo e de elementos relacionais, as construções locativas e outras, Carol Meyers-Scotton (1979) demonstra que no swahili pidginizado “o modo como se fala não importa, contanto que a comunicação se efetive” (p.111). Assim, “na medida em que o falante é entendido, não importa quão ‘bem’ ele fala” (p.113). Isso porque não há traços conhecidos em grupos inteiros, de modo que a mesma pessoa pode mudar o estilo dependendo da situação. O contexto e a ordem das palavras substitui as relações de caso. A conclusão é a de que “o contexto global da conversação é o fator mais importante na comunicação” (Meyers-Scotton 1979: 111-126).

O código permite dizer só o que está previsto no sistema. Com efeito, por definição todas as frases sistêmicas já estão previstas no modelo de L visto em (1) de 4.1. Pelo código, F não diria nada de novo, apenas repetiria algo já “dito” pelo código, como afirmam certos especialistas em literatura. Entretanto, o contexto está aí para suprir as novidades que F quer comunicar a O . Sem o contexto, cada AIC, ou seja, E , seria como a mensagem de uma

máquina para outra. É o contexto que dinamiza e humaniza L. Por isso, é a partir dos diversos atos de AIC entre diversos membros da comunidade que a língua evolui.

5.4. Contextualidade e descontextualidade

Antes de mais nada, gostaria de explicar o título da presente seção. Por “contextualidade”, quero dizer aproximadamente aquilo que em inglês é expresso pelo composto “context-sensitive”, que significa aproximadamente “ligado ao contexto”, “preso ao contexto”, “dependente do contexto”. Quanto a “descontextualidade”, equivale ao oposto inglês “context-free”, que quer dizer livre de contexto. Em alemão a primeira expressão seria “Kontextbedingt”. Pois bem, o que vou explorar aqui é justamente a “Kontextbedingtheit” ou “context-sensitivity” (contextualidade) ou não dos enunciados no que tange a sua decodificação pelo ouvinte. Veremos que alguns E são mais contextualizados, ou seja, a significação pretendida por F está altamente dependente do contexto, enquanto que outros podem ser entendidos em situações relativamente desligadas de contextos concretos. Veremos também que as linguagens podem ser classificadas quanto a sua maior ou menor dependência do contexto.

Partamos da incompreendida teoria dos códigos restrito e elaborado de Basil Bernstein (1972). Embora formulada no contexto da educação como socialização, e referindo-se exclusivamente à fala, não à língua, ela é um interessante ponto de partida para a presente discussão. O código restrito é aquele que apresenta uma extrema dependência do contexto, portanto, faz uso de muitos símbolos condensados, de significados particularísticos (específicos do contexto do AIC), com termos de referência não-específica (genérica), cujos significados geralmente são implícitos. O código elaborado, por outro lado, é mais independente do contexto, usa símbolos articulados, de significados universalísticos, com termos de referência específica cujos significados ficam explicitados.

Ulrich Ammon retomou a proposta de Bernstein e a aplicou ao estudo da língua. Adaptando-a e ampliando-a, poderíamos dizer que o código elaborado contém um léxico mais numeroso, uma gramática mais complexa e uma semântica mais abstrata e diferenciada. Consequentemente, permite uma comunicação de raio maior, ou seja, uma comunicação que pode se dar entre indivíduos não pertencentes à minicomunidade e/ou ao contexto imediato do AIC. O código restrito tem todas essas características ao contrário. Para uma discussão detalhada da proposta de Bernstein, pode-se consultar ainda Dittmar (1973).

Para o que interessa aqui, tudo que se diz do “código restrito” se aproxima dos pidgins, jargões e dos crioulos, pelo menos em suas fases iniciais de surgimento. É bem verdade que há muitas restrições à proposta de Bernstein. Todas elas, no entanto, resultam de uma incompreensão dos propósitos do autor. É que toda teoria que fale nas consequências das injustiças sociais é posta em descrédito pelo *status quo* cristão-capitalista ocidental. Tanto ela é válida que até mesmo um cristão como Samarin (1971), bem como Craig (1971), não só reconhecem como aplicam essa teoria ao estudo dos crioulos. Talvez o problema esteja nas palavras que Bernstein escolheu, sobretudo os adjetivos “restrito” e “elaborado”. A sociedade ocidental, cheia de problemas de consciência, é toda melindrosa em relação a termos considerados politicamente incorretos.

Retomemos o gráfico da fig. 2 de 1.2, reproduzido na fig. 4 abaixo.

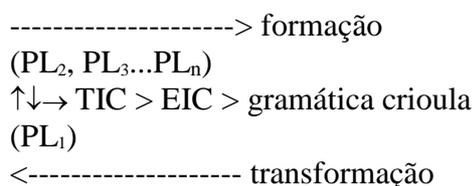


Fig. 4

Nos momentos iniciais do contato entre os povos (PL_2, PL_3, \dots, PL_n) e (PL_1), que vão de $\uparrow\downarrow$ até EIC, a dependência do contexto é absoluta. Só se pode comunicar indicialmente, para usar a terminologia de Peirce (1972), inclusive física e quimicamente. Quando se chega ao estágio das estratégias individuais de comunicação (EIC), já começa a haver alguma codificação, já se deu o primeiro passo na direção da libertação da contextualidade. Quando se chega à gramática crioula, atinge-se um alto grau de descontextualidade, já se pode falar de coisas em sua ausência, como diz Slama-Cazacu (1961: 132). Falando do signo, ela afirma que com “o emprego do signo o homem, contrariamente aos animais, tem a possibilidade de se libertar do presente concreto e de sua pessoa, de agir em uma ‘perspectiva’ conscientemente desligada dele próprio”. De acordo com Samarin (1971) e sobretudo Craig (1971), entre outros, as línguas crioulas ainda não teriam atingido esse nível, uma vez que, segundo eles, elas ainda estariam presas a uma extrema contextualidade, justamente por serem línguas usadas quase exclusivamente na interação face a face, na oralidade. Nesse contexto, a língua de superstrato europeia seria mais descontextualizada, pois é nela que se poderia falar de qualquer assunto, inclusive de coisas inexistentes, de ficção. Pelo fato de as línguas que atingem a descontextualidade permitirem falar de fenômenos em sua ausência, Eco (1976) chega à conclusão de que língua é aquilo que permite mentir.

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que um falante de crioulo, líder do movimento de libertação de seu país, considerava sua língua (o crioulo da Guiné-Bissau e as línguas nativas africanas) imprópria para a ciência e a política internacional. De acordo com ele, isso acontecia devido à paucidade de vocabulário específico apto a ser usado nesses domínios. Por isso ele propugnou pelo uso da língua portuguesa como língua oficial de seu país emergente. Trocado em miúdos, para esse político e autor, o crioulo estaria mais na ponta da contextualidade, ao passo que o português estaria mais na da descontextualidade. Por isso, poder-se-ia falar melhor ou mais adequadamente de ciência, de técnica, de filosofia e de política internacional em português. O crioulo seria mais adequado para as relações internas do país e para as interações face a face entre os guineenses (Cabral 1990). Parece que só os europeus e descendentes diretos têm pejo (ou medo?) de reconhecer esses fatos. Só que evitá-los (evitar nomeá-los e falar deles) não os extingue.

Em síntese, parece que essa linha de raciocínio está em consonância com a concepção de línguas primitivas e línguas evoluídas, aceita por quase todos os linguistas e antropólogos até as primeiras décadas deste século. Eu não vou entrar nesse discussão aqui. O que interessa é que na formação e desenvolvimento de uma língua crioula, bem como na de qualquer outra língua, parte-se de uma contextualidade extrema, e se vai na direção de uma maior descontextualidade. Linguisticamente, isso significa:

- (i) aumento quantitativo e qualitativo do vocabulário;
- (ii) ampliação e complexificação da gramática;
- (iii) aumento da capacidade diferenciadora da semântica.

Funcionalmente, essa evolução significa deixar de poder falar apenas de fenômenos presentes no contexto do AIC e ir na direção da possibilidade de falar praticamente de tudo.

5.5. “*Limhaj și Context*”

Gostaria de terminar esta parte sobre o contexto apresentando algumas das diversas ideias interessantes contidas no livro clássico de Tatiana Slama-Cazacu, dedicado inteiramente à questão das relações da linguagem com o contexto. Isso está explícito no próprio título do livro, no original romeno *Limhaj și context*, ou seja, linguagem e contexto. Entretanto, eu o consultei apenas na versão francesa (Slama-Cazacu 1961). A oportunidade é outrossim propícia para a apresentação de um quadro sinótico de contexto, como é aqui entendido.

O pano de fundo de toda a argumentação da autora é o da língua como primariamente meio de comunicação, e só secundariamente meio de expressão do pensamento. Isso a despeito do fato de ela considerar sua obra uma abordagem psicológica (psicolinguística, embora ela não use esse termo). Diante disso, eu diria que sua concepção geral é basicamente a mesma que defendo, guardadas as devidas diferenças devidas ao contexto em que ela escreveu seu livro (década de 40 do século XX). Como vimos sobretudo em 1.1, sua abordagem ao fenômeno linguagem é totalmente ecológica “avant la lettre”. Assim ela fala da *lei da determinação pelo conjunto*. De acordo com essa lei, “a variação dos componentes da língua em geral é determinada pelos conjuntos em que esses componentes estão englobados” (p. 81).

No último capítulo a autora faz uma síntese de tudo que disse sobre contexto ao longo de mais de 200 páginas. Assim, para ela o contexto:

- (i) tem, em primeiro lugar, o papel de escolher determinada palavra bem como de precisar seu sentido;
- (ii) individualiza o sentido, inserindo a especificidade do que interessa no AIC na generalidade da significação genérica;
- (iii) completa o sentido das diferentes nuances devidas à adaptação da palavra a objetos particulares;
- (iv) pode ele próprio criar uma significação para uma palavra, sobretudo em se tratando de expressões sucintas;
- (v) pode transformar uma significação, ou até mesmo dirigi-la para um sentido errado, que pode atingir o sistema da língua, em caso de repetição (Slama-Cazacu 1961: 210).

Além da lei da determinação pelo conjunto, a autora apresenta também o *princípio de adaptação ao contexto*, válido tanto para F quanto para O. Assim, o falante tende a usar as palavras mais adequadas à situação, independentemente de suas preferências, que crê adequarem-se melhor à expectativas do ouvinte. O ouvinte também interpreta as palavras recebidas de F levando em conta não propriamente o que ele próprio usaria, mas aquilo que pensa que F usaria na situação dada. Ou, então, o que acha que seria mais adequado no contexto em questão. E assim por diante.

Como não poderia deixar de ser, a autora apresenta uma classificação de contexto. Em primeiro lugar, vem o *contexto total*, que envolve a relação complexa, a unidade da situação da qual participam os interlocutores postos em contato no ato de comunicação. Em seguida, temos o *contexto explícito*, que consta da expressão inteira com seus acompanhamentos, ou seja, palavras, gestos etc. Por fim, vem o *contexto verbal* ou *discursivo*, que é o texto falado ou escrito, de natureza eminentemente linguística (p. 215-216). Existe uma hierarquia entre esses contextos. Alguns são mais restritos, outros menos, organizados em uma espécie de círculos concêntricos. Um dos mais restritos é o contexto sintático.

É claro que essa breve exposição não chega nem perto da riqueza de argumentação existente em Slama-Cazacu (1961). Meu objetivo foi apenas salientar algumas facetas da obra que interessam a minha exposição. Nesse sentido, eu gostaria de terminar sugerindo uma tipologia ou classificação de contexto que se pode deduzir de sua obra, embora não esteja formulada explicitamente. Assim, considerando o contexto como a ecologia do AIC, podemos apresentá-lo no seguinte quadro sinótico:

1. contexto linguístico:

- (i) sintagmático, textual ou discursivo;
- (ii) paradigmático ou sistêmico.

2. contexto extralinguístico:

- (i) o ambiente ou situação (a) físico, (b) social; ambos podem ser mediato ou imediato;
- (ii) psicológico (as condições psicológicas de F, O e, talvez, de FO e DE);
- (iii) histórico e cultural;
- (iv) outros.

VI. COMUNICAÇÃO

6.1. Introdução

Até aqui examinamos os diversos componentes do ato de interação comunicativa (AIC) isoladamente. Partimos do enunciado (seção II), que é por assim dizer o produto do AIC. É ele que o falante envia ao ouvinte. Procurei examiná-lo sob todos os aspectos que eventualmente apresente. Na verdade, todo estudo dos fenômenos linguísticos que têm a língua como primordialmente um meio de comunicação poderia ser feito a partir dele, pois, como vimos, tudo está contido nele. No entanto, para efeitos operacionais, dediquei uma parte inteira do livro a cada um dos outros componentes. Assim, na parte III falei dos atores do AIC, ou seja, aquele que produz o enunciado (F) e aquele que o recebe (O). Na parte IV examinei o código ou linguagem (L) que permite o AIC ser eficaz. Na parte V, vimos que todo AIC se dá em um contexto específico, sendo que muitos fenômenos linguísticos se devem a ele. Agora é chegado o momento de tratar do AIC como um todo.

Para uma integração de tudo que intervém em um AIC, é bom recapitular que nele temos o produto (E) da ação dos produtores de AIC chamados de comunicantes (F, O), fazendo uso de um instrumento de produção de AIC chamado código ou linguagem (L). Tudo isso se dá em um cenário (contexto) que provê o onde, o quando, o como e o porque E é produzido. O processo total é aqui chamado simplesmente de comunicação.

Em 1.5.2 e 1.5.4 já tangenciei a questão da comunicação de uma perspectiva mais filosófica. Foi incluída nessa discussão a questão de qual seria a função primordial da linguagem, ou seja, ser veículo para a expressão do pensamento no indivíduo ou servir de meio ou instrumento para a interlocução ou, nos termos da presente investigação, para os atos de interação comunicativa. Só para recapitular, foi feita uma opção consciente pela segunda alternativa, seguindo alguns dos maiores pensadores de todos os tempos.

Como veremos na seção 6.3, o gatilho para tudo que apresento nesta investigação foi o texto de Cassidy (1971), ou mais especificamente, um pequeno apêndice desse texto, que ele chama de codicilo. Entretanto, vários outros autores, tanto do presente como do passado, se dedicaram à tarefa de elaborar uma teoria linguística partindo do modelo da comunicação. Entre eles eu não incluo aqueles que fizeram aplicações parciais, como Roman Jakobson, que se utilizou de conceitos do modelo matemático de comunicação para propor as funções da linguagem ou da língua (Jakobson 1969). Eu me refiro apenas àqueles autores que partiram do modelo de comunicação para formular uma teoria da língua, ou seja, àqueles para os quais a língua é antes de tudo um meio de comunicação, sendo a função expressão do pensamento subsidiária dessa função primeira. Dito de outro modo, refiro-me àqueles que usaram as categorias do ato de comunicação para propor categorias de análise linguística.

Como vimos acima, há autores contrários a essa aplicação mesmo entre os que veem a língua como um fenômeno social, como é o caso de Maas (1977), para não falar dos “mentalistas” ou cognitivistas da linha da gramática gerativa. De qualquer forma, entre os primeiros pioneiros nesse sentido está Slama-Czacu (1961). O único problema com essa autora é que se restringiu a generalidades, não tendo formulado um modelo coerente para a análise de fenômenos linguísticos. Outro autor que tentou aplicar esse modelo à análise de fenômenos linguísticos é o alemão Harald Weinrich. Ele avançou um pouco, uma vez que fez análises pontuais de fenômenos linguísticos tais como a negação, o imperativo e o subjuntivo, o artigo, a distinção entre singular e plural, a metáfora e outros, todos eles da perspectiva comunicacional. Entretanto, tampouco ele propôs um modelo linguístico integrado (Weinrich 1976).

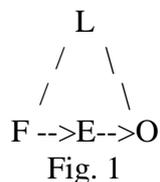
6.2. Integração dos diversos componentes da comunicação

Repitamos, até aqui os diversos elementos componentes do AIC foram examinados isoladamente. Porém, cada um deles só faz sentido quando considerado na totalidade que é o ato de comunicação como um todo, como Slama-Czacu não se cansa de reiterar. Em todo

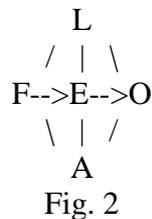
AIC o que se tem é um falante enviando uma mensagem a um ouvinte, que a entende se o falante a tiver formulado em uma linguagem que ambos compartilham. Além disso, o processo se dá em um cenário específico, que clarifica possíveis ambiguidades. Esse cenário determina outrossim o canal que permitirá a mensagem transpor a barreira espaço-temporal que separa os comunicantes. Se estiverem um frente ao outro, a uma distância em que os sons emitidos pelo falante possam ser ouvidos claramente, teremos um AIC normal. No entanto, se estiverem espacialmente longe um do outro, o falante poderá gritar, usar altos-falantes ou algo semelhante. Se a distância for de muitos quilômetros (se estiverem em cidades diferentes, por exemplo), poderão fazer uso do telefone e assim por diante.

Como disse David K. Berlo, “todos os ingredientes e fatores da comunicação, que mencionamos e discutimos, estão entrelaçados. Quando nos lançamos num processo de comunicação, não podemos deixar de lado nenhum deles – ou toda a estrutura ruirá. Se queremos analisar o processo de comunicação, separá-lo em partes, temos de falar a respeito de fontes, ou mensagens, ou canais, ou recebedores – mas devemos lembrar-nos do que estamos fazendo. Estamos distorcendo o processo”. Ele acrescenta que “isto é inevitável, mas não vamos por isto ser levados a acreditar que a comunicação ocorre ‘em partes’” (Berlo 1972: 67).

Reproduzamos mais uma vez, na fig. 1, o esquema de comunicação apresentado na fig. 2 de 1.5.2.



De acordo com esse modelo, o AIC é o processo pelo qual um falante (F) envia uma mensagem ou texto (E) a um ouvinte (O), que a entende devido ao fato de F e O estarem unidos socialmente por uma linguagem (L). No entanto, já vimos em diversas passagens que esse modelo é incompleto. Primeiro, porque não inclui o assunto (A) de que F e O falam, que Jakobson (1969) e Weinrich (1976) chamam de referente, embora A e referente não sejam idênticos. Por isso, na fig. 1 de 2.6 esse componente foi adicionado ao modelo da comunicação, de modo que ele passou ter a forma vista na fig. 2.



Mesmo assim, o esquema ainda não está completo. Na fig. 2 de 3.3, vimos que o modelo de comunicação originalmente proposto por Shannon e Weaver (1949), contém ainda uma fonte (FO) e um destino (DE) da informação (M). Por isso, o esquema da fig. 2 acima deve ser ampliado para acomodar esses dois componentes, com o que temos algo como o esquema da fig. 3.

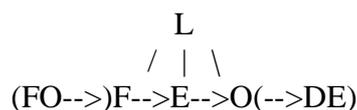




Fig. 3

Fica subentendido que A indica não apenas o referente, ou seja, aquilo de que se fala. Ele abrange também o contexto em que o AIC tem lugar. O modelo de Jakobson (1969) contém pelo menos um ingrediente não incluído no modelo da fig. 3, ou seja, a “função metalingUística”. Porém, o seu objetivo era diferente, era falar das “funções da linguagem”, não dos ingredientes da comunicação, embora ele tenha partido do modelo de Shannon e Weaver para formulá-las. Por outro lado, seu modelo não inclui nem FO nem DE. Enfim, parece que o modelo da fig. 3 está completo, incluindo todos os ingredientes fundamentais de AIC.

O que esse modelo não explicita, por ser apenas bidimensional, é que há ligações diretas entre L e A também, sem o intermediário de F e O, via E. Isso quer dizer que há assuntos, ou significados, já fixados no código da língua, motivo pelo qual alguns autores, quase sempre da área da literatura, chegaram a afirmar que a língua seria uma espécie de camisa de força que determina de modo “fascista” o que F pode dizer (cf. Barthes 1989). O que acontece é justamente o contrário. Ela é um instrumento inestimável de que as diversas comunidades da espécie humana dispõem para interagir comunicativamente e para expressar seus pensamentos. Esse instrumento é o produto mais refinado de toda a história da espécie humana. Embora de outra perspectiva, para Chomsky a língua é um dos maiores indicadores da liberdade individual, pois é ela que permite ao indivíduo humano intervir em seu meio.

Esse modelo completo de comunicação permite solucionar diversos problemas (paradoxos?) com que se defronta a teoria linguística. Assim, a inclusão de A permite que se ataque a espinhosa questão das relações entre a “langue” e a “parole” de Saussure, ou a competência e o desempenho de Chomsky. Se por um lado muita coisa que F quer dizer já está prevista (“dita”) no sistema, por outro lado ao se referirem a A, F e O podem negociar novos significados, nos termos de Gumperz (1982a, b). F pode inclusive propor inovações não previstas em L. Só que, ao fazê-lo, terá que estar com os pés sobre a base de L, tendo-o como referência. Do contrário haverá incomunicação. Se a tentativa de comunicação for eficaz, o dado novo poderá se incorporar em L, com o que poderá ser utilizado por outros indivíduos da comunidade.

No meu modo de ver, todas as incompreensões e críticas ao modelo de comunicação aplicado ao estudo dos fenômenos da linguagem se devem ao fato de os críticos o terem tomado de modo parcial (como o da fig. 1 acima) e tentado aplicá-lo mecanicamente aos fatos de linguagem. No entanto, quando o modelo é aplicado adequadamente, como tentaram fazer Slama-Cazacu (1961) e Weinrich (1976), as coisas começam a ficar mais claras. Por exemplo, na parte dedicada aos comunicantes (III), vimos que a inclusão de FO e DE poderia ser um ponto de partida para se explicarem NÓS e VÓS. Assim, NÓS seria F mais FO, ou seja, EU mais ELE₁ (o ELE que está junto com EU). Quanto a VÓS, seria O mais DE, ou seja, TU mais ELE₂ (o ELE que está junto com TU). Essa interpretação, que parece bastante plausível, desfaria o problema não resolvido pela gramática tradicional, segundo o qual NÓS seria plural de EU e VÓS o plural de TU. Na verdade, o primeiro seria um EU inclusivo, e o segundo um TU inclusivo, a despeito do fato de geralmente se falar em NÓS inclusivo quando EU inclui TU.

A centralidade de EU no ato de interação comunicativa, como enfatizado no lugar apropriado, poderia ser uma explicação para a preferência pela posição do sujeito do enunciado na primeira posição. Como afirmam diversos estudiosos, entre eles Bickerton (1981), a ordem SVO seria a ordem não marcada. Assim, primeiro haveria a solicitação, em que F fica implícito ou explícito. Isso explicaria porque geralmente o sujeito vem em primeiro lugar e o

objeto vem depois dele. Porém, se o objeto vem depois (VO) ou antes (OV) do verbo precisa ser explicado de outro modo.

Do ponto de vista ecológico que sigo aqui, o processo de comunicação encarado em sua totalidade é uma espécie de microecologia (autoecologia), inserida na macroecologia (sinecologia) maior da comunidade como um todo. Em cada AIC temos uma presentificação da comunidade maior em miniatura. Essa visão está em sintonia com a lei da determinação pelo conjunto, de que fala Slama-Cazacu (1961: 81), à qual fiz menção ao falar do contexto. Isso significa que, se por um lado o processo de comunicação é parte de uma ecologia maior, por outro lado cada componente dela só faz sentido em sua própria autoecologia. Assim, elementos como F, O, A, DE e outros só adquirem significação no contexto maior do processo total de comunicação. A comunicação, por seu turno, só adquire sentido (= só pode ser eficaz), se se der no contexto maior ainda de uma comunidade de língua.

Em síntese, o processo global do AIC é a base da língua em diversos sentidos. Primeiro, pelo fato já tantas vezes mencionado de que é dele que surge a língua. No início, tanto ontogenética quanto filogeneticamente, bem como na emergência de uma língua de comunicação interétnica nas situações de contato, o que se tem são meras tentativas individuais de comunicação (TIC). Com o correr do tempo e com a intensificação do contato, algumas TIC podem se cristalizar como estratégias individuais de comunicação (EIC), que serão o início do surgimento de uma língua. Por outras palavras, a língua surge do processo de comunicação.

Em segundo lugar, sabemos que é no processo de comunicação que a língua evolui. Cada época tem suas necessidades comunicativas. Com isso, muitas inovações contextuais podem ser efêmeras e não repetidas. Outras, porém, podem não só ser repetidas mas incorporadas ao sistema da língua. Basta observar as gerações que convivem em determinado país para se notarem diferenças entre a linguagem das gerações mais velhas e a dos jovens. Isso para não mencionar a mesma língua em séculos diferentes.

Em terceiro lugar, o único lugar em que se pode ver que a língua existe é no ato concreto de comunicação. O sistema é uma abstração e, como tal, impalpável. Como disse Saussure, se é verdade que o sistema é necessário para que o AIC seja entendido, é também verdade que o AIC é necessário para que o sistema se estabeleça, ou seja, mostre que existe (Saussure 1973: 27).

Na seção seguinte tratarei da questão do surgimento da língua a partir do processo de comunicação, ou seja, das interações comunicativas.

6.3. Emergência de L na comunicação

Ficou estabelecido acima que a língua existe primordialmente para a comunicação. Daí decorre que todo e qualquer fenômeno linguístico existe em função dela, ou seja, tudo na língua tem por finalidade alcançar esse seu objetivo primordial, direta ou indiretamente. É isso que vou examinar na presente seção, partindo de uma proposta feita por Frederick G. Cassidy, no apêndice (que ele chama de codicilo) de sua contribuição à coletânea organizada por Hymes (1971). Trata-se do texto “Tracing the pidgin element in Jamaican Creole (with notes on method and the nature of pidgin vocabularies)”. De certa forma, foi essa proposta que me estimulou a levar a cabo toda a presente investigação. Por isso, examiná-la-ei detalhadamente e tentarei demonstrar sua implementação, exemplificando com o crioulo português da Guiné-Bissau bem como com outros crioulos e alguns pidgins.

A proposta de Cassidy (1971) é uma hipótese que até hoje não foi testada, pelo menos até onde pude investigar. Devo deixar claro que o que vou fazer aqui não é testá-la diretamente, mas apenas mostrar como se implementaria em crioulos ou pidgins (ou jargões) já formados. A emergência propriamente dita de traços gramaticais e lexicais de línguas específicas será abordada na parte IX. Na exposição dessa proposta é bom salientar que o autor perfilha a

visão de língua aqui defendida, ou seja, de que ela existe em primeiro lugar para a comunicação.

Da perspectiva do surgimento de uma língua - e isso parece ser válido também para a ontogênese - a primeira necessidade é estabelecer meios de identificar as duas partes, ou seja, F e O. Nos primeiros momentos do contato, usar-se-iam apenas gestos apontando para F (EU) e para O (TU). Em um segundo momento, talvez na passagem de TIC para EIC (cf. 1.3), expressões tais como BRANCO, EUROPEU ou PORTUGUÊS poderiam ser usadas para EU, enquanto que NATIVO, ÍNDIO e outros poderiam ser empregados para TU, como se dá também nos primeiros anos de aquisição da língua pela criança (Wunderlich 1977a: 111). Termos específicos para EU e TU provavelmente só surgiriam no momento em que a gramática da língua estaria começando a se formar, exceto quando as partes contatantes compartilhem itens culturais. Assim, o brasileiro que estava tentando fazer-se entender na Alemanha usou o pronome inglês para EU (I), enquanto que no russo essas formas foram tiradas do russo (*moyá po tvoyá* = meu na tua, daí EU e TU).

Logo em seguida haveria a necessidade de se fazerem as distinções TU/VÓS e EU/NÓS. Só depois disso surgiria a distinção ELE/ELES. E com isso o *sistema pronominal* básico estaria formado.

Morfemas *demonstrativos* também seriam necessários, desde os momentos iniciais, para apontar para pessoas e coisas. A primeira distinção seria provavelmente ESTE/AQUELE. Eles seriam precedidos e/ou acompanhados de gestos, tais como gritos para chamar a atenção, saudações, solicitação para parar, gestos de despedida e outros. Exclamações ou interjeições para expressar surpresa, medo, alegria, advertência, raiva podem ser acompanhadas de gestos. Recursos expressivos para indicar *relação* também são necessários desde o início de tentativas de interação comunicativa. Entre eles, estariam as perguntas, as declarações (informações), as ordens ou pedidos, etc. De início apenas modulações da voz (entoação, suavidade/aspereza) parecem ser suficientes. No entanto, um marcador de função para negação talvez seja necessário bem cedo. Entre as palavras desse tipo que primeiro surgiriam estão as palavras interrogativas (QUEM, QUANDO, POR QUE, COMO) e palavras asseverativo-enfáticas como É VERDADE, ISTO MESMO, ASSIM MESMO, etc. As do primeiro grupo geralmente são bimorfêmicas, como “kal dia”, “kal anu”, “kal ora” e “kal tempu” para QUANDO no crioulo da Guiné-Bissau. Em crioulos franceses do Oceano Índico tem-se “ki ler” (*qui l’heure), além de “ki kotê” para ONDE e outros.

A necessidade seguinte seria *nomear* coisas. De acordo com Cassidy, nas situações em que os pidgins e crioulos surgiram, as primeiras palavras teriam sido (i) objetos de troca, sempre acompanhados de gestos, tais como “comida”, “água”, “ferramentas”, “tecidos”; (ii) alimentos locais e produtos desconhecidos dos forasteiros, em geral nos nomes nativos (ananás); (iii) produtos almeçados pelos forâneos provavelmente receberiam nomes de suas próprias línguas (pimenta, ouro, sândalo, pau-brasil, etc.); (iv) nomes para algumas coisas e conceitos essenciais, tais como coisas da natureza (água, pedra, fogo, etc.), fisiografia (montanha, rio, mar, etc.), tempo (ontem, mês, meio dia, etc.), pesos e medidas (punhado, palmo, etc.), cores (preto, branco, etc.), pessoas e parentesco (pai, irmã, filho, criança, chefe, caçador, etc.), partes do corpo (cabeça, mão, coração, olho, dente, pele, etc.), armas e utensílios (espada, arma, pote, martelo, garrafa, etc.), vestimenta (sapato, camisa, roupa, bracelete, colar, etc.), fauna e flora, construções (casa, porta, carro, ponte, etc.), emoção e moralidade (medo, alegria, mentira, roubo, etc.), entre inúmeras outras.

Concomitantemente aos nomes de coisas (substantivos?), surgiriam também as primeiras palavras para *idéias verbais*. Algumas delas pertenceriam ao âmbito de (i) pensamento e comunicação (saber, dizer, esquecer, etc.), (ii) ações físicas (fazer, dar, comer, cortar, bater, apressar-se, etc.), (iii) sentimentos (querer, gostar, espantar-se, duvidar, etc.).

Um outro grupo de palavras necessárias seriam aquelas que contêm *ideias modificadoras*.

Algumas delas indicariam (i) tamanho (grande, longo, largo, espesso, fundo, etc.), outras qualidade (bom, forte, pesado, quente, rápido, doce, etc.), condição/modo (doente, adormecido, morto, molhado, duro, cego, surdo, mudo, aleijado, etc.), forma (redondo, fino, reto, plano, curvo, etc.) ou tempo (agora, daqui a pouco, depois, sempre, antes, etc.).

Inicialmente não haveria morfemas para indicar *tempo* e *aspecto*. Isso seria indicado por advérbios de tempo (*you come yesterday/tomorrow/today/all-time/no-more*).

Alguns verbos poderiam adquirir o *status* de marcadores de desempenho (*do, make, put*) ou de mudança (*go, come*). A ideia de queimar poderia ser indicada mediante a conversão de “fogo” em verbo. Outra alternativa seria uma circunlocução do tipo “fazer fogo”. Lembre-se que nos estágios iniciais do processo de formação de pidgins e crioulos as circunlocuções são muito comuns. Um outro recurso muito usado nestas circunstâncias são certas metáforas que, de tão óbvias, aparecem por coincidência ou “reinvenção” em pidgins e crioulos sem nenhuma relação entre si. Entre eles poder-se-ia citar “iron rope” (chain), “dog child” (puppy), “tree skin” (bark), “shut ear” (deaf), “boat tail” (rudder), “eye-water” (lágrima) e assim por diante.

Declarações não factuais (possibilidades, contingências etc.) também são necessárias até mesmo para a comunicação mais elementar (se, talvez, contanto que, etc.). Ou, então, causalidade, adversatividade, concessividade (mas, entretanto, ainda, etc.)

A passagem de palavras isoladas para a gramática não é esquecida pelo autor. De acordo com ele, trata-se da mesma trilha. Os pidgins fariam uso dos processos de formação de palavras mais básicos, tais como o eco, o fonossimbolismo, a iteração para indicar repetição, continuação, incremento, essencialidade ou algo parecido. Como sabemos, sobretudo a repetição e a reduplicação são processos muito comuns em quase todos os pidgins e crioulos conhecidos.

Eu gostaria de terminar citando o autor textualmente, embora, é claro, em tradução portuguesa. Nos dois últimos parágrafos de seu codicilo, Cassidy afirma que “o objetivo desta longa especulação é mostrar que soluções baseadas na substituição ou ‘relexificação’ não podem ser aceitas de imediato. Traços semelhantes podem ser expressos por meios diferentes quando a comunicação é reduzida ao mínimo essencial. Um léxico básico pode ser expandido por combinação de acordo com diretrizes esperadas: algumas coincidências não indicam necessariamente parentesco histórico. Os requisitos básicos de um pidgin podem ser estabelecidos até certo ponto de acordo com a comparação que sugeri. A idade relativa de itens individuais, ou o estágio em que entraram no pidgin, pode ser julgada pela frequência ou extensão de uso, e isso pelas mudanças que sofreram: desenvolvimento de marcadores sintáticos pela redução de palavras plenas (de verbos para auxiliares, de pronomes para partículas) ou pela elaboração do âmbito do significado (“go” ou “leave”) virando “part with” (desistir), ou então ‘remove’, “throw away”, ‘turn out’, ‘get rid of’ (envolvendo causalidade). Todos esses significados entraram em causa quando ‘marche’ (francês) foi tomado de empréstimo pelo jargão chinook.

Na tentativa de captar o que um pidgin específico deve ter sido em seu processo de formação, devemos trabalhar não apenas com dados específicos, históricos e lingüísticos, mas também ter em mente o que pode ser estabelecido sobre pidgins como tipo lingüístico. As estruturas que emergem nos pidgins podem refletir estruturas subjacentes das línguas-base respectivas, mas podem também testemunhar processos mais profundos da comunicação humana” (Cassidy 1971: 215-216).

Um componente importante em interações face a face que se dão nos momentos iniciais de surgimento de uma língua, ao qual Cassidy não deu a devida importância, é a entoação. Por isso, eu a incluí na seção seguinte, sob o número 6.6 (ii).

6.4. Universais da comunicação

Um outro tópico muito interessante levantado por Cassidy no ensaio ora apresentado é o que ele próprio chama de universais da comunicação, tema que eu próprio já tangenciei em diversas passagens. Na presente seção eu gostaria de explorar isso um pouco mais detalhadamente, tomando como ponto de partida a sugestão de Cassidy. Embora ele tenha apenas afluído o tema, sem aprofundá-lo, pode ser considerado um bom ponto de partida para uma discussão detalhada do que sejam “universais”, se é que eles existem.

Além da expressão “universais da comunicação”, Cassidy usou diversas outras que pelo menos tangenciam o tema, tais como “simplicidade” (muito comum na crioulística em geral), “necessidades semelhantes de comunicação” (*similar demands of communication*), “tanto a sintaxe quanto o léxico se reduzem ao mínimo essencial”, “coisas ou conceitos essenciais”, “comunicação elementar”, “universais profundos da comunicação”. O autor fala também em “graus de comunicação”, ou seja, ela pode ir desde uma interação entre dois membros de uma mesma comunidade, que falam a mesma língua e compartilham uma grande quantidade de experiências, até casos como o de um ET tentando se comunicar com um terráqueo, passando pelas tentativas de comunicação que se deram entre os primeiros exploradores europeus e os habitantes nativos da África, Ásia e América. No último caso, teríamos a “comunicação reduzida ao essencial” (Cassidy 1971: 215).

Na verdade, Cassidy não foi o primeiro nem o último a falar em “universais da comunicação”. Entre outros, como o tantas vezes citado Givón, também Lieb (1978) toca na questão de forma relativamente detalhada, embora de uma perspectiva bem diferente da que interessa aqui

O que vou fazer doravante na presente seção é tentar mostrar porque numa situação como a que se deu entre os membros da esquadra de Cabral e os índios tupinambás em Porto Seguro, em 1500, parece ter havido algum tipo de entendimento, ou seja, comunicação. Em 1.4.3, vimos três exemplos de possíveis AIC eficazes, reproduzidos em (1)-(3) para comodidade do leitor.

- (1) “...Nicolao Coelho lhes fez sinal que posessem os arcos, e eles o poseram” (Carta, p. 85)
- (2) “... um deles pôs olho no colar do capitão e começou d’acenar com a mão pera a terra e depois pera o colar como que nos dizia que havia ouro...” (p. 89)
- (3) “Mostraram-lhes um papagaio pardo que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão e acenaram logo pera a terra como que os havia i” (p. 89).

Como se vê, o pouco de entendimento que houve se deu mediante o uso de gestos. O que possibilitou esse entendimento mínimo não foi uma língua comum nem a existência de itens culturais compartilhados. Não havia nada em comum entre as partes nesse sentido. De acordo com o filósofo polonês Adam Schaff, em situações como esta o pouco que pode haver de entendimento se deve a uma “comunidade dos destinos biológicos do gênero humano nas condições da realidade terrestre e, por consequência, [...] a comunidade do reflexo da realidade terrestre na linguagem e no pensamento” (Schaff 1974: 260). Com isso, portugueses e tupinambás tinham uma série de experiências e/ou ideias semelhantes, enumeradas a seguir. Cherry (1971: 43) foi dos primeiros autores a tocar nessa possibilidade, embora a tenha tratado como apenas especulação uma vez que estava falando de marcianos (quando ainda não se sabia que eles inexistem). Eis algumas dessas experiências, numa tentativa provisória de classificação.

1. Superfície da terra *versus* céu

1.1. Seres da superfície:

- (i) animados: “ser humano”, “animais”, “plantas”

(ii) inanimados: “pedra”, “terra”, “água”, “montanha”

1.2. Seres do céu:

(i) inanimados: “nuvens”, “lua”, “sol”, “estrela”

(ii) animados: “pássaro”, “mosquitos”

1.3. Espacialidade: dimensionalidade X não dimensionalidade (cf. Greimas 1966: 31-36).

1.3.1. Dimensionalidade

(i) horizontalidade: (a) perspectiva: “longo/curto”, “ante/após”; (b) lateralidade: “largo/estrito”, “direita/esquerda”;

(ii) verticalidade: “alto/baixo”, “sobre/sob”, “subir/descer”, “cair”;

1.3.2. Não-dimensionalidade:

(i) superfície: vasto/x;

(ii) volume: “espesso/fino”

(iii) tamanho: “pequeno/grande”

(iv) interioridade X exterioridade: “dentro/fora”, “entrar/sair”

(v) distância: “longe/perto”

2. **Tempo**: “dia/noite”, “manhã/meio-dia/tarde”, “antes/durante/depois”, “um ciclo lunar”, “um ciclo solar”, “estação de seca/chuva”, etc. Decorrência dos movimentos do sol, da lua, da alternância dia/noite, do envelhecimento das pessoas, etc.

3. **Água**: “córrego”, “rio”, “lago”, “mar”, “chuva”, “beber”, “nadar”, “molhar”

4. **Plantas**: “verde/seco”, “árvore”, “folha”, “tronco”, “raiz”, “fruta”, “semente”, “flor”, etc.

5. **Animais**: “peixe”, “cobra”, “inseto”, “carne”, partes de seu corpo (ver **ser humano**)

6. **Ser humano**: “homem/mulher”, “criança/adulto”, “pai/mãe”, “filho/filha”, etc.

6.1. **Partes do corpo**: “cabeça”, “cabelo”, “pescoço”, “perna”, “pé”, “braço”, “mão”, “dedo”, “unha”, “olho”, “boca”, “língua”, “dente”, “lábio”, “nariz”, “ânus”, “pênis”, “vagina”, etc.

6.2. **Funções vitais** (inclui animais): “comer”, “beber”, “defecar”, “urinar”, “copular”, “nascer/morrer”, “peidar”, vocalizar: “chorar”, “gritar”, “falar”, etc.

6.3. **Movimento** (inclui animais): “vir/ir”, “subir/descer”, “cair”, “segurar”, etc.

6.4. **Qualidade**: “feio/bonito”, “bom/ruim”, branco/preto, etc..

6.5. **Quantidade**: “muito/pouco”, “grande/pequeno”, “longo/curto”, “alto/baixo”, “quente/frio”, etc.

6.6. **Individualidade**:

(i) interação: EU *versus* TU e ELE (o resto)

(ii) entoação para indicar solicitação de F e satisfação de O

(iii) pertinência a grupo: NÓS (= EU e os meus), VÓS (= TU e os teus)

7. **Orientação e pontos cardeais**: “leste/oeste” (decorrente do nascer e do pôr do sol), pelo menos; “para cima/para baixo”, “para frente/atrás”, “para dentro/fora”, esquerda/direita, etc.

Como se viu, há muitas intersecções entre as diversas categorias, o que significa que a categorização feita acima pode não ser a melhor. De qualquer forma, ela pode ser um ponto de partida para se fazerem investigações mais aprofundadas sobre o que propicia a eficácia dos atos de interação comunicativa, ou seja, L. Por outras palavras, os códigos culturalmente delimitados podem ter muita coisa subjacente mais geral, não necessariamente universal, mas talvez do tipo TGA. As categorias supra seriam uma espécie de infraestrutura geral que subjaz à estrutura de L.

Voltando aos três exemplos da carta de Pero Vaz de Caminha reproduzidos em (1)-(3), nota-se que a cena descrita em (1) só foi bem sucedida porque tanto os portugueses quanto os tupinambás tinham as ideias de “alto/baixo” bem como de superfície da terra, daí o entendimento de “possessem as armas”. Fica implícito também que ambas partes tinham a experiência de apontar com o dedo ou a mão para indicar algo. Algo semelhante se pode ver descrito em (2). Quanto a (3), mostra claramente que conheciam aves (papagaio), tinham a

experiência de “nossa terra”, e assim por diante. O assunto merece um estudo mais pormenorizado, o que não é o objetivo da presente seção.

Como se viu, todas as ideias e/ou experiências compartilhadas têm a ver com a vida, ou seja, têm base biológica. Nesse caso, seriam elas universais? O que são os universais? Deveriam incluir a natureza toda, até mesmo o universo? Neste último caso estaríamos afirmando que seriam eficazes inclusive no contato entre um terráqueo e um ET. Se tomarmos “universal” nesse último sentido, as experiências compartilhadas entre portugueses e tupinambás claramente não são universais. Como disse Chomsky, “universal” não é o mesmo que “geral” ou “generalizado”. Os universais propriamente ditos não admitem exceção, nem em potencial. Portanto, não podem ser confundidos com traços muito difundidos, não-marcados e assemelhados (Chomsky & Halle 1968: 4). Aparentemente, estaria faltando um termo para caracterizar o que as duas partes contatantes em Porto Seguro, em 1500, compartilhavam. O que é certo é que eles têm base biológica. E isso mostra que nem tudo que é biológico é universal. Pode ser apenas biológico.

As experiências semelhantes, decorrentes da vida na face da terra, preexistem a qualquer linguagem. Deixando de lado o caráter provisório da tentativa de classificação feita acima, podemos considerar cada uma das expressões entre aspas como unidades de percepção, ou *perceptos* (cf. Bickerton 1981) Como se vê, o percepto é o reflexo de fenômenos do ambiente na mente dos seres vivos, entre os quais se salienta o ser humano. Se as duas partes contatantes mantivessem o convívio em determinado espaço (T), a maioria desses perceptos passariam a ser compartilhados, momento em que deixariam de ser “per+captum” para ser “cum+captum”, ou seja, “captados com”, *conceitos*, como a própria etimologia já dá a entender. Isso acontecendo, o que se dá em seguida é uma lexicalização desses perceptos, o surgimento de itens lexicais para designá-los. Portanto, no surgimento de uma linguagem em situações de contato o que se tem é a conceptualização de perceptos.

Como se viu, a comunicação pressupõe toda uma série de experiências comuns, mesmo que sejam meros perceptos. Pelo fato de esses perceptos serem independentes de culturas, poderíamos ser levados a pensar que se trataria de universais. No entanto, para se demonstrar que as diversas experiências/ideias compartilhadas por portugueses e tupinambás não são universais, basta imaginar um mundo que fosse como uma bolha (ou uma bola), e que os seres vivessem na parte interna de sua superfície. Mesmo que a gravidade fosse no sentido de aderir-los a essa superfície interna, as ideias de alto/baixo e a de horizontal/vertical seriam inteiramente diferentes. Pode ser até que, contrariamente a essas ideias, a orientação espacial básica fosse algo como “base/centro”. É provável que daí decorreriam diversas outras ideias que emanariam da experiência concreta dos habitantes desse mundo.

Uma outra alternativa poderia ser um corpo celeste esférico cujos habitantes vivessem em canais que vão na direção de seu centro, onde também haveria um espaço habitável. O espaço central seria o preferido dos habitantes. A orientação básica seria provavelmente algo como o nosso “interior/exterior”. Tudo dependeria do número de canais, de sua forma, de como os habitantes se instalassem neles e assim por diante. O fato é que se a esquadra de Cabral tivesse chegado a um desses dois mundos, ou outro diferente da Terra, provavelmente não teria havido o entendimento que houve ou, pelo menos não na extensão em que ele se deu. E o que é mais, seria provavelmente mais difícil para as partes contatantes aprenderem o meio de comunicação uma da outra.

Como se pode deduzir da possível existência de mundos como os dois recém-mencionados, é bom termos muito cuidado quando falamos em “universais” que, etimologicamente, deveriam ser aplicáveis em todo o universo. No caso da interação entre portugueses e tupinambás, o que compartilhavam era o que Adam Schaff chamou de orientação no mundo (Schaff 1974). Essa orientação no mundo existe em qualquer ser vivente (animal) da face da terra exceto, talvez, os mais inferiores.

Para dados de certa forma culturalmente compartilhados, portanto, não apenas biológicos, o que se têm são tendências, que em 1.4.5 eu chamei de TGA, ou seja, tendências gerais de apropriação, adaptação ou alteração linguística. Grande parte dos presumíveis “universais” mencionados pelos seguidores da gramática gerativa não passam de TGA, como já foi discutido na seção recém-mencionada. Portanto, são mais tendências do que universais, que não admitem exceções. Essas tendências na verdade são muito mais interessantes para o estudo das línguas concretas do que o que se tem chamado de universais, mesmo na acepção mais estrita de Chomsky. São elas que se mostram em todas as situações de contato, de aprendizagem, de aquisição ou de variação dialetal das línguas. Portanto, são elas que entram em ação no processo que pode dar lugar à emergência de uma língua crioula, de um pidgin ou até mesmo de um jargão. Até hoje ninguém conseguiu demonstrar a utilidade dos presumíveis “universais” na formação dessas realidades linguísticas, nem de nenhuma outra, de modo convincente e decisivo. A formulação dos universais de Chomsky tem tanta utilidade para o entendimento da estrutura e funcionamento da língua como a afirmação de que a terra está no universo teria para o entendimento de sua estrutura.

Pragmaticistas como Stephen Levinson acham que a interação comunicativa está regida por princípios universais. Por exemplo, a tomada de turno (*turn-taking*) teria uma certa base universal (Levinson 1985: 368369). Deixando de lado o problema geral com o conceito de “universal”, a proposta desse autor não deixa de fazer sentido. Com efeito, a tomada de turno é uma manifestação linguística de algo mais geral, que é o ciclo estímulo-resposta. Este, por sua vez, é parte de algo muito mais geral, provavelmente universal, que é a matéria em movimento, como se sabe desde pelo menos Heráclito. Assim, partindo das formas mais primitivas de interação para as mais desenvolvidas, teríamos a sequência matéria-emovimento > interação > (inorgânico > orgânico > superorgânico) > comunicação.

A discussão sobre a interação entre os portugueses e os tupinambás mostra com razoável clareza que não se trata de “universais”. No entanto, tampouco fenômenos tidos por muitos gerativistas como “universais” efetivamente o são. Mesmo assim, as ideias e/ou experiências que as duas partes têm são muito mais gerais do que muitos “universais” gerativistas. E o que é mais, se “universais” têm base biológica, por constituírem a faculdade da linguagem, é importante ressaltar que a faculdade da linguagem foi formada nos diversos processos de interação entre os indivíduos da comunidade. Tanto que até mesmo um sintaticista (funcionalista) como Givón defende a tese de uma maior universalidade da comunicação pragmática frente à comunicação sintática (Givón 1979: 227-232). Isso significa que a faculdade da linguagem é produto filogenético da interação comunicativa. O cérebro se formou na interação.

Gostaria de terminar ressaltando que, como tentei demonstrar em 1.4.6, quando surge um novo meio de comunicação em situações de contato de povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, o que se tem não é a aprendizagem imperfeita de uma dessas línguas, nem mesmo da dominante. O que os indivíduos aloglotas têm em mira é fazerem-se entender, não aprender a língua x ou y. Portanto, a teoria da língua alvo de Chaudenson (1989) não tem sentido.

Por fim, vale a pena sublinhar que tudo que foi discutido na presente seção justifica a ênfase dada ao espaço (território) em toda a parte VII, especialmente 7.5, bem como na parte V, em que falo do contexto. Isso significa que muito do que propicia a comunicação entre dois comunicantes é dado pelo próprio contexto em que estão envolvidos, como muito bem enfatizou Meyers-Scotton (1979). Trocado em miúdo, muita coisa que entra nos atos de interação comunicativa é dada pelo contexto espaço-temporal, em última instância, pelo espaço.

VII. COMUNIDADE

7.1. Introdução

Comunidade é a entidade maior no seio da qual a comunicação se dá. Para que a comunicação seja eficaz, é necessário que os interlocutores (comunicantes) pertençam à mesma comunidade. Só assim podem eles compartilhar um meio de comunicação de modo natural, como vimos na parte IV. Nas partes II a VI, vimos que o ato de comunicação contém diversos outros ingredientes além do código, tais como o contexto, as experiências compartilhadas e outros. Todos eles, porém, têm a ver com a comunidade, de uma forma ou de outra. Por isso, dedico toda a parte VII desta investigação ao próprio conceito de comunidade.

Alguns autores têm restrições a esse conceito. É o caso de Ulrich Ammon, segundo o qual comunidade (*Gemeinschaft*) revelaria uma preocupação exagerada com a ideia de sistema e de harmonização, em detrimento do uso linguístico. Esse exagero seria cometido, segundo ele, tanto pelo estruturalismo tradicional quanto pelo estruturalismo gerativo (Ammon 1973: 1-2). No entanto, o conceito pode (e deve) ser inserido no contexto do que Jean Piaget chamou de equilíbrio (Piaget 1964: 114-131). De acordo com essa proposta, pode-se considerar que o objetivo de um grupo de pessoas que se veem compelidas a conviver em determinado espaço é harmonizador, ou seja, encontrar um denominador comum que lhes permita conviver e viver com um mínimo de atritos possível. Seu desejo é, portanto, o de transformar o agregado heteróclito e heterogêneo de pessoas em uma sociedade, em uma comunidade.

Dada a importância do conceito de comunidade (e de suas partes componentes) para a explicação do conceito de língua (tanto sincrônica quanto diacronicamente), examiná-lo-ei o mais detalhadamente possível no presente capítulo. Veremos, entre outras coisas, que comunidade e sociedade não são sinônimos. Na verdade, a segunda é parte da primeira. De acordo com a visão ecológica que sigo, primeiro examinarei o conceito de uma perspectiva sincrônica, ou seja, mostrarei de que partes comunidade se compõe, qual é o papel de cada uma delas dentro do todo e que relações mantêm entre si. Em segundo lugar, discutirei sua formação histórica.

O objetivo final é a língua. No entanto, de uma perspectiva ecológica não é possível ignorar o ecossistema geral de que ela faz parte. Não basta examinar apenas a língua em sua imanência, em seu ecossistema interno. Em termos linguísticos, verifica-se que devemos estudar a língua não apenas em sua autoecologia. Devemos levar em conta também sua sinecologia, se quisermos fazer um estudo de **linguística ecológica**. No presente capítulo, procurarei desvelar o ecossistema de que a linguagem e seus usuários fazem parte, ou seja, o **ecossistema linguístico**. Na verdade, o que vou fazer é apenas dar continuidade e tentar fazer avançar o que Slama-Cazacu (1961) já havia sugerido pioneiramente há muito tempo, embora sem usar a expressão “ecologia”.

Iniciando esta tentativa de ecologia linguística, parto dos pressupostos de (1) e (2), que explicitam mais uma vez a necessidade de começarmos pelo estudo do próprio conceito de comunidade.

- (1) Não há comunidade sem linguagem (L)
- (2) Não há linguagem sem comunidade (C)

Como afirmou o filósofo italiano Ferruccio Rossi-Landi, em que ‘sociedade’ está para o que chamo de ‘comunidade’, “a ideia de uma sociedade sem língua é uma ideia impensável; do mesmo modo, a língua é possível só na medida em que haja (ou tenha havido) uma sociedade. Falar de algo que pode ser descrito como língua – sem sociedade é, no máximo, falar de uma língua morta. É como dizer: falemos das patas do cavalo separadas do resto” (Rossi-Landi 1985: 167).

Veremos que, embora ninguém discorde das duas obviedades formuladas em (1) e (2),

quando se tiram algumas de suas consequências inevitáveis muita gente acha que se trata de “erro” ou “exagero”. O fato é que as relações entre L e C são tão íntimas, que em sincronia há uma biimplicação entre ambas, embora em diacronia C preceda L. Diante de tão íntimas relações, por que o medo de tirar delas todas as consequências possíveis? Será porque parecem óbvias? Ora, como vimos acima, os fatos óbvios são a base da lógica. É a partir deles que se inicia a ciência. Em Couto (1983a) eu parti exatamente dessas obviedades. Porém, assim que comecei a discutir algumas de suas consequências, começaram a surgir reações de espanto, de escândalo e até de agressão contra mim. A despeito de tudo isso, examinemos os fatos óbvios e tiremos deles todas as consequências possíveis. Para usar uma metáfora de Schleicher, L nasce, vive e morre com, em e para C.

Quando percorremos a história não só dos estudos linguísticos mas até mesmo a das ciências sociais em geral, verificamos que as relações entre L e C, ou seja, aquilo que chamei de hipótese da comunicação, é aceita não só por sociólogos mas também por linguistas (estruturalistas), filósofos, economistas, psicólogos e até por fisiólogos (como Pavlov). Se pensarmos no contexto mais amplo em que se insere a comunicação, ou seja, a interação, podemos acrescentar até mesmo químicos (Havemann) e físicos (Langevin, Haldane). Será que todos eles estão equivocados, como quer fazer crer Noam Chomsky? Será que tudo isso não tem peso nenhum?

É bem verdade que um pensador da atualidade afirmou que existe "dificuldade, para os cidadãos, de chegar a uma vontade e, sobretudo, a uma ideia comum do bem. Pense no nascimento dos grandes estados nacionais europeus. Foram e só podiam ser, no começo, estados absolutos" (Eco 1995: 4). Apesar dessa dificuldade, isso é o que almeja toda agregação de pessoas que deseja chegar a constituir uma comunidade. Portanto, como disse Piaget, o objetivo é o equilíbrio de uma comunidade estável.

Para os estudos linguísticos em geral e para os estudos crioulos em particular, é necessário distinguirem-se dois tipos de comunidade, ou seja, **comunidade de língua** (CL) e **comunidade de fala** (CF). Como se pode ver facilmente, essa distinção tem por base a dicotomia “langue/parole” de Saussure. Dessa perspectiva, CL seria um conceito facilmente definível. Comunidade de língua é o domínio do que chamamos laicamente de língua. Assim, a CL portuguesa compreenderia Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e outras regiões em que a língua portuguesa eventualmente seja usada. A CL islandesa se restringiria à Islândia, enquanto que a coreana compreenderia a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.

CF, por seu turno, já é bem mais complexa. É aproximadamente o que em alemão se chama de *Kommunikationsgemeinschaft* (=comunidade de comunicação) ou *Interaktionsgemeinschaft* (=comunidade de interação). Voltando ao caso da Coreia, teríamos duas CF, ou seja, a CF do sul e a CF do norte. Por quê? Simplesmente porque os coreanos do norte interagem entre si muito mais do que com os coreanos do sul, a despeito do fato de falarem a mesma língua. Por aí se vê que na definição de CF entra toda uma série de fatores extralinguísticos.

O primeiro fator extralinguístico que importa para CF é a delimitação territorial, ou seja, um T próprio. Assim, a Guiana Francesa é uma CF independente da CF francesa, a despeito do fato de pertencer à mesma CL que a França. Outros fatores seriam um sistema monetário próprio, forças armadas independentes, sistema viário, correios, sistema educacional, meios de comunicação de massa e assim por diante. Tudo isso faz com que a comunidade assim delimitada constitua um *locus* em que as pessoas interagem (comunicam-se) entre si intensamente.

Como se vê, a CF pode ser multilíngue. A Guiné-Bissau, por exemplo, a despeito do fato de que em seu interior sejam faladas quase 20 línguas é uma CF. E o que é mais, é uma CF independente da CF senegalesa, embora na região sul do Senegal (Casamansa) se fale a

mesma língua, ou seja, o crioulo português. O que acontece é que Guiné-Bissau e Casamansa constituem uma única CL (a CL crioulo-portuguesa), mas não uma CF. Os casamansenses interagem muito mais com os restantes senegaleses do que com os guineenses. Enfim, há CF simples, como a islandesa, e CF complexas, como a guineense e outras. Em Couto (1990, 1991) pode-se ver mais detalhes sobre essa dicotomia.

Na seção logo abaixo (7.2), retomo a questão das relações entre comunidade e comunicação, como preparação para uma abordagem mais coerente ao conceito de comunidade em si. Esta última será dissecada não só em sua essência interna, sua autoecologia, mas também nas relações que mantém com a ecologia maior, ou seja, sua sinecologia. Assim, após examiná-la em sua imanência (7.3), passarei à análise de seus três componentes, ou seja, população (7.4), território (7.5) e linguagem (7.6). Para terminar, passo em revista as relações existentes entre população, território e linguagem (7.7). Passemos, então, ao exame das relações entre comunidade e comunicação.

7.2. Comunidade e comunicação

A palavra “comunidade” é um termo da linguagem corrente. Neste sentido, valeria a pena salientar que a própria etimologia latina, *communis*, já dá a entender que se trata de algo compartilhado. Só que nesse sentido ela é um substantivo abstrato, que designa "aquilo que é tido em comum". No presente contexto, porém, ela designa o modelo de algo localizável no espaço e no tempo. Assim, concretizando esse modelo temos a comunidade brasileira, a comunidade portuguesa, a comunidade caboverdiana, a comunidade havaiana, a comunidade jamaicana etc. São, portanto, totalidades formadas por determinado povo (P) em um território (T) e articulado por uma linguagem (L). Isso vale tanto para comunidade em geral, como para comunidades concretas, como a comunidade caboverdiana, a comunidade haitiana e assim por diante.

Na presente seção, gostaria de examinar as relações existentes entre comunidade e comunicação. Como a própria comunidade (sem trocadilhos) de radical já sugere, existe uma afinidade muito grande entre elas, e não apenas etimologicamente. Com efeito, o radical de ambas palavras provém do latim *communis*. Como sabemos, uma mensagem enviada por um emissor a um receptor (um ato de interação comunicativa - AIC) só será eficaz se o conteúdo a ser comunicado for de antemão comunicável. Ora, comunicabilidade é comunhão de modos de se comunicar vigentes em uma comunidade, ou seja, uma linguagem comum ou código. Só assim F e O serão dois comunicantes. Em suma, o ato de comunicação com algo efetivamente comunicado é a prova mais eloquente de que uma comunidade só existe e subsiste se os indivíduos que a compõem tiverem toda uma série de interesses comuns, dentre os quais um dos mais importantes é a linguagem, a possibilidade de comunicar-se, a comunicabilidade.

Não se trata de mero jogo de palavras, como sofregamente diria um “cognitivista”, partidário radical da hipótese da representação (HR). A área lexical e o campo semântico são um reforço adicional para a tese de que a comunicação, defendida pela hipótese da comunicação (HC), precede HR em um sentido muito importante. Por outras palavras, embora sincronicamente ao se comunicarem F e O estão expressando/recebendo pensamentos, por outro lado é também verdade que o pensamento só se forma na interação social.

Sem a comunhão de interesses o que há é uma incomunicação. O incomunicável é o incomum, o que não é comungado, não é compartilhado, portanto, não é patrimônio comum da comunidade. Pelo contrário, é o idiossincrático, o que há de específico e *sui generis* em cada indivíduo, portanto, não é linguagem. Por outras palavras, o incomunicável é o oposto da linguagem, é por assim dizer uma não linguagem. De acordo com HR, parece que inclusive esse componente incomunicável seria parte da linguagem, com o que se cairia em um beco sem saída. Com efeito, se não se admite que a língua surge de atos de interação comunicativos (AIC) históricos concretos – fato que se pode testar concretamente na apropriação da língua

tanto a nível individual quanto a nível coletivo – tem-se que recorrer a um *fiat*. E isso não pertence ao âmbito da ciência, mas ao das religiões e ao da magia.

O importante a reter é que, a despeito da aparência de jogo de palavras, os sublinhados que se veem nos dois parágrafos anteriores visam a enfatizar o fato de que para que haja comunicação, ou seja, para que um AIC seja eficaz, os interlocutores têm que pertencer à mesma comunidade. Só assim compartilham uma língua comum, um meio de comunicação, além de todos os dados da cultura dessa comunidade, que funcionam como conhecimento prévio, ou experiências compartilhadas. Poder-se-ia argumentar que pessoas de comunidades distintas podem se comunicar linguisticamente também. É verdade. Só que, nesse caso, uma delas tem que aprender a língua da outra como L2.

Um outro contra-argumento aparente seria o caso de uma criança que nasce em um país para o qual seus pais imigraram. Se ela aprender a língua original dos pais como L1, teria a possibilidade de se comunicar com membros dessa comunidade sem pertencer a ela? Creio que não. No caso, por ser filha de pessoas pertencentes a determinada comunidade, de certa forma também ela é membro dessa comunidade, embora esteja contingencialmente deslocada dela. Tanto cultural quanto linguisticamente ela pertence à mesma comunidade que seus pais. Veja-se, por exemplo, o caso de filhos de diplomatas que nascem no estrangeiro.

Em síntese, é devido ao fato de estarem próximos espacialmente que as pessoas pertencentes à uma mesma comunidade compartilham muitas experiências comuns. Quanto mais estreito for o relacionamento entre determinados indivíduos – o que pressupõe uma certa proximidade espacial –, mais experiências compartilharão, portanto, mais fácil será a comunicação entre eles. A comunicação só pode se dar na comunidade. Fora dela, ter-se-ão situações degeneradas, incomuns.

7.3. O ecossistema comunidade

Nesta seção tratarei do próprio conceito de comunidade como um ecossistema. Portanto, como já foi adiantado em diversas passagens acima, **comunidade** será entendida como um agrupamento de pessoas, ou população (P), que têm interesses comuns ou linguagem (L) e que convivem em um determinado espaço, ou território (T). É o que se pode visualizar no modelo de comunidade do quadro da fig. 1. Como diz Tonneau (1934: 115), "o homem real não é uma entidade abstrata. Para conhecer a realidade de sua vida econômica, nós o estudaremos no meio concreto em que ela se desenrola. Com isso, deve-se levar em consideração o *meio natural*, a *população* e os *quadros institucionais*". O meio natural é T, população é P e quadros institucionais equivalem aproximadamente a L como é definido aqui. Dessa perspectiva, temos o que já foi chamado de Ecologia Fundamental da Língua, ou seja, a língua inserta no ecossistema chamado comunidade. Tudo que se referir a língua tem a ver, direta ou indiretamente, com esse ecossistema. Assim, estamos tomando o conceito de ecologia em um sentido radical.



Fig. 1

Diante desse quadro, podemos propor que a fórmula de comunidade é $C = PTL$, que pode ser traduzido em palavras do seguinte modo: comunidade (C) é um todo cujas partes componentes são um espaço ou território (T) em que um grupo de pessoas, ou população (P), convive e cuja força de coesão ou de união é linguagem (L).

Todos os três componentes de C são extremamente complexos, no sentido de serem

constituídos de partes menores. Assim, podemos propor os seguintes esquemas:

$$L = \{l_1, l_2, l_3, \dots, l_n\}$$

$$P = \{p_1, p_2, p_3, \dots, p_n\}$$

$$T = \{t_1, t_2, t_3, \dots, t_n\}$$

Esses esquemas mostram que L se compõe de uma série de linguagens (l), ou seja, $l_1, l_2, l_3, \dots, l_n$. No caso, l_1 seria a língua, a linguagem por excelência, l_2 seria a escrita, l_3 poderia ser a mímica, l_4 poderia ser a música, l_5 o sistema jurídico e assim por diante até l_n , ou seja, a última linguagem, se é que é possível falarmos em "última linguagem". Em 4.3 pode-se ver uma tentativa de inventário das diversas linguagens (l) que compõem L.

No que concerne a P, p_1 poderia ser o segmento urbano da população, p_2 o segmento rural, p_3 poderia ser determinada faixa etária e assim sucessivamente até p_n , o último segmento detectável em C. Quanto a T, t_1 seria o espaço físico total de C, ou seja, o solo, t_2 poderia ser os rios, t_3 os mares, t_4 o clima, t_5 as riquezas do subsolo, t_6 a flora, t_7 a fauna e assim por diante, até chegar a t_n , o último segmento do espaço que tem a ver com C.

Cada um dos elementos componentes de comunidade (P,T,L) tomado isoladamente é uma abstração. Eles só têm sentido quando considerados como partes da totalidade que é a comunidade. No entanto, metodologicamente, eles podem ser abstraídos a fim de serem estudados microscopicamente. Mesmo assim, o analista não deve perder de vista o fato de que os isolou apenas operatoricamente. No final da análise a totalidade deve ser recomposta, a fim de não se mutilar a totalidade nem desvirtuar o verdadeiro sentido de P, T e L.

Como se pôde ver, na verdade os pressupostos de (1) e (2) vistos acima são apenas parte de relações maiores existentes no seio do ecossistema comunidade. Ou seja, L e C se pressupõem mutuamente devido ao fato de que L é parte da totalidade C, ou seja, L é um elemento do conjunto, ao passo que C pressupõe L por ter L como uma de suas partes. Sem L, C ficaria truncada. Do mesmo modo, cada uma dessas partes (P, T, L) pressupõe as outras duas.

De uma perspectiva genética, a existência de L pressupõe a de P que, por sua vez, pressupõe a de T. Isso significa que primeiro é necessário que haja um território (T) em que um agrupamento de pessoas (P) se forme. No entanto, esse agrupamento não subsistirá como tal se não tiver um denominador comum, um conjunto de interesses comuns que unifique de algum modo os indivíduos que o formam, ou seja, uma linguagem (L). L é o princípio articulador de comunidade. Sem L, o agrupamento seria apenas uma agregação cinética, que ocorreria por exemplo no caso de um grupo de pessoas debaixo de uma marquise para se proteger da chuva. Um outro exemplo seria um grupo de pessoas dentro do elevador. Como diz Thomas A. Sebeok, "tal aglomeração não pode ser atribuída a nenhum 'impulso social'. Um outro caso de aglomeração que não se deve a nenhum impulso social é a agregação tropista, como o caso dos bichos-da-seda, "que tendem a procurar regiões de máxima umidade; uma vez localizadas tais áreas, para lá vão eles e se agregam" (Sebeok 1973: 18). Enfim, sem uma L unificadora, os membros de P seriam um ajuntamento amorfo, heteróclito e heterogêneo de indivíduos que não têm nada em comum. Esse tipo de ajuntamento é esporádico e efêmero. Assim que desaparecerem as injunções naturais que forçaram os indivíduos a convergir para o mesmo espaço, desfar-se-á também o ajuntamento.

No início de formação de uma comunidade crioula, parece que se tem apenas uma agregação cinética ou tropista, ou seja, um ajuntamento do tipo acima mencionado. No caso das ilhas de Cabo Verde, por exemplo, os colonizadores portugueses lá se instalaram, levando consigo muitos escravos da costa oeste-africana, oriundos de diversas etnias, com suas línguas em geral mutuamente ininteligíveis. Nesse momento, não havia nenhum princípio articulador da população mista da ilha. Só com o passar do tempo foi emergindo um conjunto de normas comuns de comportamento e interação. No plano linguístico, o elemento comum que

começou a se formar veio a dar no que posteriormente ficou conhecido como o crioulo caboverdiano. Só nesse ponto é que se pode falar em ‘comunidade caboverdiana’.

Como se vê, apesar de que de um ponto de vista genético estrito língua (L) pressupõe um povo (P) que a fale, e que antes de falar L esse povo deve se congregar em determinado território, ou seja, apesar de que L pressupõe P, e de que P pressupõe T, na verdade cada um deles só passa a ter existência após a totalidade formada, ou seja, a comunidade. Na seção seguinte examinarei mais detalhadamente cada um desses componentes de C. Eles serão explorados nessa ordem, ou seja, em primeiro lugar território (T), em seguida população (P) e, por fim, linguagem (L).

A concepção de comunidade aqui defendida pode parecer demasiadamente óbvia, com o que aparentemente não apresentaria nenhum interesse científico. Nesse sentido, gostaria de dizer que, antes de tudo, ela faz parte de uma **visão ecológica do mundo**. Isso significa que ela está perfeitamente em sintonia com os objetivos últimos da presente investigação. Como já vimos em 1.3, ao falarmos do processo de criouliização, é ela que nos permite perceber que uma língua crioula (ou pidgin, ou qualquer outra língua) se forma concomitantemente com a formação de uma comunidade de falantes de que faz parte, com todas as consequências que isso acarreta. Entre essas consequências temos o fato de que na formação de um crioulo a existência de um pidgin prévio não é indispensável e que, portanto, o crioulo não é um pidgin nativizado.

Mesmo que esta concepção de comunidade fosse realmente óbvia, disso não se poderia inferir que não merece ser estudada. Na verdade, eu escrevi um livro inteiro (Couto 1983a) para mostrar algumas consequências da seguinte obviedade, que ninguém de bom senso negaria:

(3) A linguagem de um povo é a linguagem usada por esse povo

Tampouco ousaria alguém negar um derivado natural dessa obviedade, ou seja, o de (4).

(4) A linguagem do povo brasileiro é a linguagem usada pelo povo brasileiro

Até aqui tudo se deu pacificamente. No entanto, quando mostrei algumas consequências naturais dessas obviedades, houve reações fortíssimas da parte das forças conservadoras. Grande parte dos representantes dos aparelhos ideológicos de estado, para usar a terminologia de Althusser (1983), não aceitaram a consequência natural e óbvia de que o português brasileiro é diferente do lusitano e que aquilo que vínhamos usando nas escolas não era a linguagem do povo brasileiro. Isso demonstra claramente que a cegueira ideológica pode nos impedir de ver o óbvio.

Um dos representantes mais ilustres de uma concepção não ecológica de língua, de língua apenas como uma estrutura fechada, ou seja, Noam Chomsky, enfatizou a ideia de que coisas aparentemente simples podem ser ricas em ensinamentos. De acordo com ele, “é importante aprendermos a ficar surpresos por coisas simples – por exemplo, pelo fato de que os corpos caem para baixo, não para cima, e de que eles caem em certa velocidade, e que se empurrados, eles se movem em linha reta sobre uma superfície lisa, não em círculo, e assim por diante”. Ele acrescenta que essas ideias simples podem nos levar “a descobertas inesperadas, embora os fatos sejam inteiramente óbvios para nós” (Chomsky 1988: 43). Em 6.4 vimos que são coisas simples, portanto ignoradas pelos investigadores, como essas que permitiram os membros da esquadra de Cabral interagir comunicativamente, de modo precário embora, com os índios tupinambás da região de Porto Seguro, em 1.500.

Por fim, gostaria de lembrar que a concepção de língua aqui defendida está implícita em grande parte dos autores, mesmo daqueles que se manifestam contrários a qualquer menção do termo “ecologia”. É o que se pode depreender do próprio título do livro de Robert

Chaudenson (1992), *Des îles, des hommes, des langues*. Embora o autor não argumente nesses termos, o título de seu livro se conforma perfeitamente com o que foi dito acima, ou seja, que de um ponto de vista genético, primeiro é necessário que haja um território em que os povos entrem em contato. No caso presente, esse território é frequentemente uma ilha (*îles*). Quando povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito e começa a surgir uma comunidade mista e heterogênea (*hommes*), geralmente surge também uma linguagem comum (*langues*) para servir como meio de intercomunicação entre os membros dessa comunidade emergente. Frequentemente, essa língua (*langue*) é um crioulo. Por fim, gostaria de lembrar a “lei da determinação pelo conjunto” ou “pelo contexto”, de Tatiana Slama-Cazacu. Como venho lembrando em diversas passagens, toda sua argumentação mostra que ela perfilha o mesmo ponto de vista que o defendido aqui (Slama-Cazacu 1961). Para ela, L surge (e é usada) no bojo do surgimento (e da existência) de uma comunidade. Portanto, língua é determinada pelo contexto maior que constitui sua sinecologia.

7.4. População

População (P) é o elemento dinâmico de comunidade (C). Por intermédio dos indivíduos (os diversos p) que a compõem, ela é o seu verdadeiro motor. Sem população poderia existir apenas território (T), que permaneceria como um elemento inerte, aguardando uma P que o ocupasse e construísse uma linguagem (L), que seria a argamassa que unifica P e erige PTL em comunidade. Tanto que, quando se fala em contato de línguas, na verdade o que entra em contato são povos, junto com os quais vêm também as respectivas línguas (L), como vimos em 1.4. Por tudo isso, P merece ser examinado detalhadamente, talvez até mais do que os outros componentes de C, ou seja, T e L. Quanto a L, é inteiramente dependente de P, uma vez que é produzida por P.

O fenômeno população tem sido estudado até mesmo antes do surgimento da sociologia sob o nome de demografia, ou seja, a partir do século XVIII. De certa forma, foi ela que estimulou o surgimento de outras ciências sociais. Tanto que nunca se perderam de vista as íntimas relações entre estrutura social e população, tendo sido reconhecido que a primeira pode influir na segunda mas também que a segunda pode afetar a primeira. Um dos nomes mais conhecidos do passado que lhe deram bastante ênfase é Robert Malthus, com seu famoso *Essay on population* (1798). Ele defendeu a tese de que a população aumentava em uma progressão geométrica, ao passo que os meios de subsistência evoluíam em uma progressão aritmética. É interessante notar neste ponto que a demografia tem tido um papel muito importante na explicação da emergência das línguas crioulas e pidgins. Entre os crioulistas que a têm enfatizado poderia citar Philip Baker, Robert Chaudenson, Jacques Arends, John Singler, Mikael Parkvall e diversos outros.

Como mostra a tese de Malthus, a população tem sido frequentemente estudada do ponto de vista quantitativo. Alguns autores chegaram a pensar que uma população numerosa seria um pré-requisito para o desenvolvimento de um país. No entanto, o número de países superpopulosos pobres (Índia, Nigéria, etc.) e o de países com uma população ínfima mas com um alto padrão de vida (Lichtenstein, Islândia etc) é considerável. Portanto, o número de habitantes de um país pode até ser um dado positivo para o desenvolvimento sócio-econômico, como está ocorrendo na China atualmente, mas não necessariamente.

Ainda da perspectiva quantitativa, tem se estudado a densidade demográfica em relação com as guerras, a distribuição da população pelas zonas rurais e urbanas. Nesse sentido, a tendência é ela se concentrar cada vez mais nas cidades, formando verdadeiros formigueiros humanos como São Paulo, Cidade do México, Nova Iorque, Tóquio e outras. Daí decorreria uma deterioração da qualidade de vida, com o isolamento do indivíduo, a fragmentação de sua personalidade, o tédio, a criminalidade, o suicídio, o acirramento das taras e das psicopatias e

outros males da vida moderna.

O sociólogo Emile Durkheim achava que o volume social (o número de indivíduos na sociedade) e a densidade social (a quantidade de relações sociais existente entre eles) era de importância fundamental na existência das sociedades (Durkheim 1978). Como veremos mais abaixo, nos primeiros momentos do processo de formação das línguas crioulas a quantidade de indivíduos do povo dominante e do(s) povo(s) dominado(s) é muito importante. Na verdade, frequentemente uma língua crioula, ou um pidgin, surge quando os segundos são mais numerosos do que o primeiro. Em caso contrário, simplesmente aprenderiam a língua dominante, tal qual ela é; não surgiria uma língua mista, sobretudo porque os povos dominados frequentemente falam diversas línguas mutuamente ininteligíveis.

No que concerne à qualidade da população, deve-se salientar que ela pode ser homogênea ou heterogênea. No primeiro caso estariam algumas comunidades indígenas da América, da África, da Ásia e da Oceania. Em muitas delas não há grandes diferenciações sociais. Há um convívio diário de todos os indivíduos componentes entre si. No entanto, a maioria das C é heterogênea. Já vimos que pode haver um segmento rural, por oposição a um segmento urbano, e assim por diante. As comunidades crioulas, por sua própria natureza mesclada, geralmente são extremamente complexas, indo desde uma variedade basilectal até uma acroletal, passando por diversas variedades mesoletais.

Um fator qualitativo muito importante é o étnico – muita gente, por peso de consciência, tem pudor em usar a palavra “raça”. No caso das populações heterogêneas, o que em geral acontece é serem multirraciais e multilíngues. Nas ilhas do Caribe, por exemplo, frequentemente a população consta de descendentes do ex-colonizador europeu, de africanos e, em muitos casos, indianos, chineses e outros. Isso se dá até mesmo na Guiana Francesa. O primeiro detinha o poder (econômico, político e militar) e, conseqüentemente, tinha maior prestígio. Nos termos já vistos em 1.3, ele constitui o grupo dominante, de superstrato (PL₁) e os segundos o grupo dominado, de substrato (PL₂, PL₃, ..., PL_n). A esse propósito, pode-se consultar Baron (1977: 9-10).

Há diversos outros fatores qualitativos que podem influir no desenvolvimento da sociedade. Um deles é a faixa etária. Como sabemos, os jovens e sobretudo as crianças, são muito mais aptos a aprender uma nova língua do que os velhos. Portanto, nos contatos em plantações ou em fortes costeiros que podem dar lugar a pidgins e crioulos, a idade dos povos dominados é importante. Um outro é o sexo. Se há só homens do lado da população dominada, a reprodução da comunidade em germe estará ameaçada. Pelo contrário, havendo um certo equilíbrio entre homens e mulheres, a probabilidade de surgimento de uma comunidade híbrida é bem maior.

Eu retornarei à questão de P em 7.7, relacionando-a com L e com T. No entanto, gostaria de terminar avançando pelo menos mais uma das relações que ela mantém com L. No caso do léxico, por exemplo, essa relação se manifesta diretamente nos antropônimos, nas pessoas do discurso (pronomes pessoais), e nos termos de parentesco. Essa questão reaparecerá em diversos momentos nos capítulos vindouros.

7.5. Território

O território (T) é o componente mais concreto de C, é o seu suporte material, sobretudo o componente t_i, ou seja o solo. Como disse Sapir (1971: 205), “toda língua tem uma sede”. No entanto, como vimos acima, T compreende também os rios e os mares, o clima, as riquezas do subsolo, a flora, a fauna etc. (Tonneau 1934: 115-117). O solo é condição *sine qua non* para a existência da comunidade. Com efeito, os indivíduos que convivem têm, antes, que viver e, para viver precisam viver sobre determinado terreno. Ninguém vive pairando no ar. É a partir daí que tudo começa em termos de sociedade. Por esses motivos, ele (o solo) foi considerado acima como t_i, ou seja, lógica e cronologicamente o primeiro fator de T. Os demais fatores

vêm todos após esse fator primeiro, o que não significa que não sejam indispensáveis à existência de C.

Os rios e os mares (t_2 e t_3 , respectivamente), bem como os lagos, são imprescindíveis, pois sem água não há vida, e sem vida não há povo nem indivíduo. Do mesmo modo, a flora (t_6) e a fauna (t_7) são indispensáveis para a vida em geral sobre a face da terra. Elas são, elas próprias, vida. São a fonte de alimento para os indivíduos que compõem P. Todos os outros fatores têm sua importância maior ou menor, até chegar a t_n , o último dos componentes de T.

Eu sei que há fortes resistências ao uso de fatores do ambiente físico na explicação de fenômenos sociais. No entanto, "entre o idealismo de Hume, que não admite que a liberdade humana possa ser condicionada por fatos de ordem física, e o determinismo natural de Montesquieu, de Condorcet e de Comte, que faz do homem um juguete das forças naturais, devemos constatar que a vida humana, sobretudo a econômica, depende em larga medida das condições climáticas, geográficas, geológicas e biológicas em que se encontra" (Tonneau 1934: 116). Na mesma linha de Montesquieu (1979) – de que há um resumo em Bourdieu (1982: 227-237) –, contam-se ainda Ratzel, o economista Quesnay (Heimann 1971:61-71) e, sobretudo, Spencer (1974). A chamada "teoria mesológica", que se insere no presente contexto, foi criticada até mesmo por filólogos no Brasil, como é o caso de Ribeiro (1960: 8-16). No entanto, se não fosse o "reino do carvão" Inglaterra e Alemanha dificilmente teriam tido o desenvolvimento que experimentaram no século XIX. Se não existissem as grandes jazidas de petróleo e de minerais é bem provável que os Estados Unidos não tivessem alcançado o nível industrial a que chegaram. E assim por diante.

A partir do século XX, é possível um país se desenvolver economicamente sem muitos recursos naturais. Dois bons exemplos disso são Israel e o Japão. No entanto, deve-se notar que o primeiro só se desenvolveu devido à ajuda maciça dos Estados Unidos, da Inglaterra e dos capitalistas judeus espalhados pelo mundo todo, além, é claro, da perseverança do povo judeu. O segundo, por seu turno, se desenvolveu devido à tenacidade, à diligência e à disciplina do povo japonês. Como disse o fundador da Sony, Akio Morita, "nós, japoneses, temos uma obsessão pela sobrevivência. Todos os dias, literalmente, a terra treme sob os nossos pés. Vivemos diariamente sobre ilhas vulcânicas, sob a ameaça constante não só de um terremoto maior como também de tufões, maremotos, nevascas terríveis, enchentes de primavera. Nossas ilhas não nos dão nada de matéria-prima, a não ser água, e menos de um quarto de nossas terras são cultiváveis ou habitáveis" (Morita 1989: 245). A despeito disso, o Japão é uma das maiores potências econômicas do mundo. Mas, será que a posição geográfica (literalmente ilhada) do país não influenciou nada na têmpera do povo japonês? Isso leva à questão da "qualidade" da população, discutida na seção 7.4.

Muitos autores incluíram T em sua definição dessa ou daquela comunidade. Lewis Morgan, por exemplo afirmou, a propósito dos índios iroqueses da América do Norte que "cada tribo era individualizada por um nome, um dialeto distinto, por uma administração superior e pela posse de um território que ela ocupava e defendia como sua propriedade" (Morgan 1878: 102; ver também 112-121). Lindeman (1962) é um dos poucos ensaios destinados especificamente ao conceito de comunidade. Pois bem, também ele inclui "uma área geográfica específica" (p. 102) ou "um área específica ou localidade" (103) em sua definição de comunidade. Em Couto (1998a), por fim, temos uma detalhada argumentação sobre o lugar do lugar (T) na emergência e existência de C e, conseqüentemente, de L.

Para aqueles que, sobretudo devido ao positivismo, têm medo de usar metáforas da natureza no estudo dos fenômenos sociais, gostaria de lembrar o que disse um dos maiores historicistas, humanistas de nosso século, Karl Marx. Segundo ele, "a ciência só é ciência genuína quando procede da experiência dos sentidos, nas duas formas de *percepção dos sentidos* e necessidade *memorial*, i. e., só quando procede da natureza". Logo a seguir, no mesmo parágrafo, continua ele: "A ciência natural algum dia incorporará a ciência do homem,

exatamente como a ciência do homem incorporará a ciência natural; haverá uma *única* ciência” (Marx 1970: 124). Trata-se da síntese mais interessante que já vi de uma visão ecológica do mundo e da sociedade.

O que não se deve fazer é absolutizar esses fatores. Eles têm um peso relativo, sobretudo na atualidade. Assim, "nas épocas primitivas, a sociedade estava em maior dependência do meio geográfico (fertilidade natural do solo, abundância de peixes, caça, etc.). Mas, agora, com a técnica desenvolvida que temos" essas limitações podem ser superadas, "a sociedade atual tem possibilidades para modificar o ambiente geográfico em seu proveito". É o caso do já mencionado Japão que se transformou numa das maiores potências industriais do mundo. A tecnologia moderna "pode modificar a infra-estrutura, inclusive o solo e o clima desfavoráveis". Em síntese, "o meio geográfico é condição necessária para o desenvolvimento social, mas não é condição suficiente para isso" (Bazarian 1982: 118-119).

Em 7.7, abaixo, eu retornarei à importância do território na formação, existência e transformação da língua. Mesmo assim, valeria a pena ressaltar desde já que as relações entre língua(gem) e espaço têm sido estudadas pela etologia (sob o nome de territorialidade), pela antropologia (onde frequentemente recebe o nome de proxêmica) e pela semiótica, mais especificamente a zoosemiótica. De acordo com T. A. Sebeok, "territorialidade refere-se a uma variedade de padrões de comportamento associados a uma defesa ativa de determinado espaço pelo animal" (Sebeok 1972: 172). Ainda de acordo com ele, a proxêmica é "o estudo da percepção diferenciada que o homem tem do espaço e do tempo bem como do uso que faz deles. Nesse sentido é conhecido dos etologistas desde 1920 sob o nome de etologia" (Sebeok 1972: 166). Edward T. Hall, proponente do conceito, afirma que proxêmica é "o estudo da percepção e uso do espaço pelo homem" (Hall 1968: 83). Para terminar, eu citaria Labrie (1996), de acordo com o qual "a noção de território é estreitamente ligada à de língua" (p. 217).

Como veremos na seção que tratará das relações entre T e L, T se manifesta em L de diversas formas. A manifestação mais conspícua se dá no léxico. Nesse caso, entrariam os topônimos (um dos primeiros é o próprio nome de t_1 , ou seja, do solo em que P se assenta), os dêiticos espaciais e outros.

A espacialidade manifestada na língua tem muito a ver com a ideia de território. Ou, território tem muito a ver com a ideia de espacialidade. Eis alguns conceitos espaciais que estariam nesse caso: a) *horizontalidade* vs. *verticalidade* b) *interioridade* vs. *exterioridade*, c) *anterioridade* vs. *posterioridade*, d) lateralidade: *dexteridade* vs. *sinistridade* etc. Os conceitos temporais também entrariam aqui pois, como diversos autores já demonstraram, são derivados dos espaciais. Assim, a) antes, b) durante e c) depois estão para, respectivamente, a') anterioridade espacial, b') interioridade espacial, c') posterioridade espacial. Todos os conceitos derivados tanto dos espaciais como dos temporais estão no mesmo caso, como "ontem", "hoje" e "amanhã", "aqui", "este" e todos os dêiticos.

Gostaria de terminar lembrando que muitas situações linguísticas chamadas de crioulos ou de pidgins são incertas devido em parte à ausência de um T próprio. Dois exemplos flagrantes são o russenorsk e a língua franca. Sobretudo o primeiro, ao que tudo indica não é um pidgin, se é que pidgin é uma língua. O russenorsk claramente não é uma língua, uma vez que não tem uma gramática independente da gramática do russo e da do norueguês. Pelo menos em parte, essa gramática não emergiu porque os seus presumíveis usuários não constituíam uma comunidade vivendo em um T próprio. Algo semelhante se dá com a língua franca, embora em grau menor. Há informações de que ela era usada intensamente sobretudo em Argel, embora outras línguas fossem faladas lá também.

7.6. Linguagem

De uma forma ou de outra, os conceitos de língua e linguagem são analisados em diversas

passagens do presente livro. Assim, na parte IV tem-se uma exposição relativamente detalhada do conceito de linguagem em geral, ou seja, no sentido de meio de comunicação humana. Na parte VIII tem-se uma análise de língua também de modo bastante detalhado. Portanto, o que vou fazer aqui é falar de linguagem em sentido geral (L) como componente de comunidade, como um de seus três vértices. Em IV, tratava-se do código que faz com que a mensagem enviado pelo emissor ao receptor seja decodificada. Em VIII trata-se da língua em sua imanência, ou seja, de sua estrutura, como preparação para o estudo da estrutura das línguas crioulas.

Como componente da comunidade, linguagem é tudo que orienta o comportamento no seio da coletividade, tudo que permite eficácia de atos de interação comunicativa entre seus membros. Essa interação comunicativa pode ser apenas um meio de o indivíduo agir socialmente, com o que estaria havendo uma interação implícita. Assim, quando uma criança pegava a pedrinha que estava sobre a mesa do professor e saía para ir ao banheiro, tanto ela quanto o professor (bem como os outros alunos, os inspetores da escola, o diretor etc.) sabiam que com a pedrinha na mão ela podia sair da sala de aula.

Como se vê, L é ambíguo. Ele designa tanto o componente de C, ao lado de linguagem em geral, quanto língua. Entretanto, isso não criará problemas para a argumentação, uma vez que em cada capítulo fica claro em qual acepção o termo está sendo usado. De qualquer forma, antes de examinar a natureza de L, gostaria de salientar que nas línguas germânicas o problema é ainda maior, uma vez que só têm uma palavra para o que as línguas latinas designam por “língua” e por “linguagem”, ou seja, “language” (inglês), “Sprache” (alemão) etc. Como sabemos, o L do modelo de comunidade está para todas as linguagens que a constituem. Alhures eu chamei a esse conjunto-universo de linguagem de “cultura” (Couto 1981a).

O fato de L estar no vértice do triângulo da fig. 1 de 7.3 não é gratuito. Isso mostra que é L que coroa o conjunto P, T e L, fazendo com que forme um todo homogêneo, aqui chamado de comunidade. Eu já usei a metáfora “argamassa” para qualificá-la. É justamente isso que ocorre. Sem ela, os diversos indivíduos de P viveriam aos encontrões uns com os outros, não haveria a mínima possibilidade de um entendimento mútuo nem de convivência pacífica. Mesmo que tentassem viver sobre o mesmo T. Aliás, justamente por isso haveria atritos. Portanto, L é uma espécie de chave que dá acesso ao princípio articulador de C.

Como se pode visualizar na fórmula $L = (l_1, l_2, l_3, \dots, l_n)$, linguagem é a totalidade dos códigos que dão estruturação a determinada comunidade. Como totalidade, é formada de uma série de elementos que, como visto acima, é o conjunto de linguagens ou códigos que formam determinada L que, por seu turno, é componente de C. Tudo que é socializado em determinada C é uma das linguagens que compõem sua L. Desde a língua, que é a linguagem mais complexa de L, até o monumento do Cristo Redentor do Rio de Janeiro fazem parte da L da comunidade brasileira. É por isso que eu chamei L de cultura, que seria “um conjunto-universo de códigos” ou linguagens que formam o vértice L de comunidade (Couto 1981a: 11-19).

Vê-se, portanto, que há linguagens de complexidades as mais variadas. Assim, a língua é uma linguagem *plurissígnica*, composta de muitos signos, tanto *referenciais* (itens lexicais) quanto *táticos* (regras de combinação desses itens lexicais). A pedrinha que se usava nas escolas antigamente para que as crianças pudessem ir ao banheiro é uma linguagem *unissígnica*. Desse modo, ela é também *unitextual*, ou seja, só há uma mensagem formulável por seu intermédio: “permissão de ir ao banheiro”. Há ainda linguagens *bissígnicas*, *trissígnicas* e assim por diante até chegar à plurissígnica e pluritextualidade da língua (Couto 1983b).

Em síntese, linguagem é meio de comunicação, enquanto que língua o meio de comunicação humana oral. Esse meio de comunicação humana oral pode apresentar, e apresenta, manifestações secundárias, entre as quais a escrita é uma das mais importantes.

7.7. Algumas relações entre P, T e L

De um ponto de vista ecológico, P, T e L não podem ser separados um do outro, uma vez que formam um todo, um ecossistema, ou seja, comunidade. No entanto, para efeitos operatórios podem (e devem) ser analisados isoladamente, a fim de entendermos melhor sua natureza dentro do todo. Após esse passo da análise, devemos reinseri-los na totalidade de que fazem parte. E um primeiro passo nesse sentido é relacioná-los um com o outro, dois a dois.

Vejamos, em primeiro lugar, as possíveis relações existentes entre P e T. Na verdade, um T sem P seria apenas uma parte da superfície terrestre, por assim dizer sem vida. Por definição, T tem que pré-existir a P. No entanto, só quando começa a se formar um P sobre ele é que T passa a ter importância para as ciências sociais. Antes disso T poderia ser objeto de interesse apenas para o geólogo e, talvez, para o geógrafo. Nesse ponto é importante frisar que o simples ajuntamento esporádico e efêmero de indivíduos em T não constitui, por si só, um P no sentido em que é aqui entendido. Nos termos da etologia e da zoosemiótica, essa situação poderia ser o começo de P, mas nos seus momentos iniciais não passaria de um agregado tropista ou tópico, ainda não seria uma coletividade.

Um aspecto interessante da relação entre P e T é que em geral existem áreas de T preferidas, sobretudo devido a salubridade, fertilidade da terra, proximidade de cursos d'água e assim por diante. Outra alternativa são os grandes aglomerados urbanos, que nem sempre se devem a esses fatores. De qualquer forma, essa tendência a haver agrupamentos em pontos diferentes de T tem consequência para a natureza de L, e a não menos importante delas é a variação sincrônica.

O que falta nos agregados tropistas ou tópicos é L. Por outras palavras, a relação P e L também é de fundamental importância. Na verdade, é P que produz e usa L. P é o agente de todo o processo aqui examinado. Melhor dizendo, como está formulado de modo brilhante em Marx & Engels (1932), P é o agente da própria história, de que L é apenas um dos componentes. Um dos produtos mais importantes do processo de produção da própria história é a sociedade (S), cuja fórmula é $S = P+L$. Isso significa que sociedade é população organizada, estruturada por L. Na formação das línguas crioulas temos uma evolução que vai de agregação tópica na direção de sociedade. Isso porque sociedade é parte de C, ou seja, o conjunto formado por P e L.

Como se vê, sociedade é parte de comunidade, ou seja, PL tomados em conjunto. Diante disso constata-se que não têm razão aqueles que falam em “relações língua-sociedade”. Na verdade, deveriam falar em “língua e comunidade” ou em “língua e população”. E o que é mais, dado que o processo de formação de uma língua vai da agregação tópica até a sociedade, pode-se dizer que se trata de uma **comunitarização**, como já foi assinalado em 1.2. Isso porque, como acabamos de ver, sociedade é parte de comunidade ou, por outras palavras, a formação de uma sociedade está inserida no processo maior de formação de uma comunidade.

Existem relações entre T e L também, só que sempre medeadas por P, como salientou Sapir (1963). Se separarmos o conjunto TL de P, o que teríamos são línguas mortas, civilizações extintas, ruínas. Alguns exemplos bem conhecidos são o etrusco e o latim.

Aparentemente, haveria outros casos de línguas desligadas de um T específico e fixo. Um exemplo seria a língua de povos nômades, como os ciganos. Deve-se notar, porém, que paira no ar a ideia de que eles têm uma terra original. Mesmo que já tenham perdido a memória de qual seja ela, sabem que ela existiu e ainda existe. Por acaso, no final do século XIX descobriu-se que sua terra de origem se localiza em alguma região da atual Índia. Um outro exemplo seriam os judeus. Por longo tempo estiveram em diáspora, embora mais do que os ciganos sempre mantiveram o desiderato de voltar à terra original, o que acabaram fazendo. Israel é o país dos judeus, de novo em sua terra.

No presente contexto, não se pode esquecer a distribuição, e a variação, geográfica das línguas nem a chamada convivência de mais de uma em um mesmo T. Pensemos no caso do espanhol e do guarani no Paraguai. Aparentemente, trata-se de um país (um T) em que conviveriam duas línguas. No entanto, sabe-se que o guarani se concentra mais na zona rural, ao passo que o espanhol tem seu centro irradiador nas zonas urbanas. Consequentemente, parece que cada uma dessas línguas tem seu T de referência distinto, embora em alguns casos possa haver sobreposição delas em um mesmo segmento de T.

Uma prova da importância de T para a emergência de L é o fato de que um dos primeiros itens lexicais de uma língua em formação, numa situação de contato de línguas, é um nome para o próprio T. Pode-se mesmo afirmar que se tem uma nova comunidade quando o agrupamento recebe um nome, frequentemente derivado do nome de T. E aí temos uma primeira manifestação das relações entre T e L, ou seja, a toponímia. Após o nome do T geral (o t_1 visto acima), há a necessidade de se nomearem diversos outros acidentes de T. Daí um nome para t_2 (que poderia ser um rio), t_3 (que poderia ser o mar, se ele existir nas proximidades), t_4 para aspectos do clima, t_5 para as riquezas do subsolo, t_6 para a flora, t_7 para a fauna e assim por diante. Em Couto (1983b: 118-120, 121-124) temos uma tentativa precária de estudo dessas relações.

Ainda no que tange às relações entre T e L, teríamos o que se tem estudado sob a rubrica de proxêmica e de territorialidade. Além disso, temos ainda a questão do *Sprachbund* (“confederação linguística”), a da *Sprachinsel* (ilha linguística) e outras. Por fim, temos até mesmo um modelo para explicar a mudança linguística que parte de T. Trata-se do modelo da teoria das ondas (*Wellentheorie*) de Schmidt (1872). De acordo com ele, as mudanças se dão em forma de ondas concêntricas que vão se difundindo centrifugamente. Havendo mais de um ponto de irradiação, ocorreriam pontos de conflito entre duas ondas. Nesse caso, a mais forte prevaleceria.

VIII. LÍNGUA

8.1. Introdução

Nas sete partes anteriores desta investigação só se falou de língua indiretamente. O objetivo, na verdade, era mais geral, era apresentar o arcabouço ecológico em que a língua se insere. Ela só entrou em algumas passagens como parte de uma ecologia maior. Pode-se dizer que até aqui vimos apenas a sinecologia da língua. É chegado o momento de nos aproximarmos mais dela, encarando-a em sua autoecologia, como um **ecossistema** em si mesmo. Isso significa que vamos encará-la apenas nos componentes vistos em (3) de 1.3, reproduzidos em (1) abaixo para comodidade do leitor.

$$(1) L = (V + G) + E$$

Como foi visto na seção mencionada, e mais detalhadamente na parte IV, esse esquema afirmava que linguagem (L) consta de um léxico ou vocabulário (V) e uma gramática (G), que formam o que chamei de **componente sistêmico** da língua. Quando os usuários da linguagem a empregam para interagirem entre si, formam textos ou enunciados (E) tendo por base V e G. Com isso ficou explícito que E faz parte da língua como, de resto, já se pode ver na própria fórmula de (1).

Como se pôde ver, tratava-se de linguagem em geral. Como agora encararemos apenas a língua de um ponto de vista mais microscópico, o L da fórmula de (1) deve ser entendido como referindo-se a língua em especial, não a linguagem em geral. Isso não traz nenhum problema uma vez que o próprio título da seção é Língua. Aliás, se eu estivesse escrevendo em inglês a questão nem se poria, dado que nessa língua só existe a palavra “language” para traduzir tanto nossa “língua” quanto nossa “linguagem”, fato que se repete em outras línguas germânicas. Em suma, doravante a fórmula de (1) deve ser entendida como expressando o fato de que língua consta de um componente sistêmico, ou seja, vocabulário e gramática, e um componente textual ou de enunciados.

A despeito do fato de E fazer parte de língua, como explicitado na fórmula, nesta parte da investigação enfatizarei mais o componente sistêmico. Examinarei a língua em sua autoecologia, ou seja, sua estrutura e eventuais subestruturas. Só quando tratar do léxico e da semântica, farei as inevitáveis ligações com o ambiente físico, mental e social dos membros da comunidade. Quanto aos enunciados, serão usados apenas na medida em que é a partir deles que surge o sistema, inclusive o léxico. Porém, não serão uma finalidade em si mesmos, como o foram em toda a parte II.

Quando encaramos a língua autoecologicamente, notamos que ela forma um ecossistema em que diversos subsistemas convivem. Substituindo “ecossistema” por “gramática”, podemos dizer que o sistema da língua, ou gramática, consta de subgramáticas. Trocado em miúdos, a sintaxe é uma subgramática, a morfologia é outra subgramática e a fonologia outra subgramática. Quanto à semântica, pelo menos aparentemente seria uma quarta subgramática, embora uma parte dela se dissolva no léxico e outra parte na sintaxe. Cada uma dessas subgramáticas será objeto de estudo em uma seção especial. Assim, teremos uma seção dedicada à gramática sintática, outra à gramática morfológica e outra à gramática fonológica. Precedendo todas elas, teremos a seção dedicada ao léxico, por motivos que ficarão claros no momento apropriado.

Antes, porém, de passar à seção dedicada ao vocabulário ou léxico, gostaria de apresentar uma conceituação menos técnica de língua. Em diversas passagens das partes precedentes deste livro, deve ter ficado claro que a primeira definição por assim dizer operacional de linguagem é a de que ela é todo e qualquer meio de comunicação humana. Com isso não estou excluindo a chamada linguagem animal nem a linguagem das máquinas. Apenas me concentro na linguagem humana. Se a dos animais e das máquinas apresentam características semelhantes, fica por ser discutido, por não pertinente no momento.

Se linguagem em geral é todo e qualquer meio de comunicação humana, a definição operacional, interacional, de língua fica praticamente dada. Por outras palavras, língua é todo e qualquer meio de comunicação humana oral. Mais especificamente, língua é a linguagem humana oral.

8.2. Léxico

Na gramática gerativa, léxico é entendido como tudo aquilo que não decorre de princípios gerais. Para ela léxico é apenas uma lista de exceções. Ele é tudo aquilo que resta quando se tira da língua o que ela tem de mais importante *qua* língua, ou seja, a gramática ou o sistema computacional que, em geral se chama de sintaxe. Isso significa que para essa corrente linguística, o léxico é constituído pelas idiossincrasias ou “exceções” da língua. Para ela, o léxico é o resto (cf. Chomsky 1996: 235ss.). Derek Bickerton chega a verbalizar explicitamente essa ideia. Para ele, “a sintaxe é a parte mais importante da língua. É a sintaxe que mantém a língua coesa, que solda sons e significados” (Bickerton 1989: 69).

Ainda de acordo com a corrente da gramática gerativa, o léxico não seria estruturado, mas apenas uma listagem não ordenada de itens idiossincráticos que ficariam em alguma gaveta do cérebro aguardando o chamado da sintaxe para entrar em algum ordenamento, ou seja, frases. Isso está implícito na obra do próprio Chomsky. No entanto, em uma obra dedicada especificamente à morfologia, o calcanhar de Aquiles do gerativismo, Rochelle Lieber afirma explicitamente que o léxico “lista todas as informações idiossincráticas sobre os listemas”. Logo a seguir, ela diz que “esse repositório de listemas não é estruturado” (1992: 21).

Esse não é o sentido aqui atribuído ao componente lexical da língua. Pelo contrário, na presente investigação ele tem um papel fundamental, central mesmo. Veremos que ele constitui a base de qualquer língua, fato que pode ser constatado de diversos modos. Em primeiro lugar, como se pode ver na aquisição de L1 pela criança, suas primeiras expressões são enunciados de uma palavra, fato que continua até aproximadamente o final do segundo ano de vida. Aninha, por exemplo, proferiu sua primeira palavra [aba] ‘água’ aos 11 meses e 18 dias de idade para dizer algo como “isso é água”, “eis a água” etc. No entanto, mesmo quando a criança começa a formar enunciados de duas palavras, ainda “não existe uma ordem especial para as palavras individuais” (Slobin 1980:111-122). Quando Aninha, com um ano e cinco meses de idade, disse “Sai papai”, não quis afirmar o que à primeira vista pareceria óbvio a um adulto, ou seja, “o papai está saindo” ou algo semelhante, mas “sai do papai”, “deixe o papai”, “largue o papai”, dito à mãe. Em segundo lugar, nos primeiros estágios de aprendizagem de L2 fora da escola, o que se tem é um amontoado de palavras sem nenhuma sintaxe. Essa só começa a surgir com o avanço da aprendizagem, se e quando ela se der.

Porém, o terceiro argumento é o mais importante no caso. Já foi constatado que existem meios de comunicação (que alguns autores chamam de língua) que constam apenas de uma lista de palavras precariamente compartilhadas, usadas apenas no modo pragmático (Givón 1979a: 227-233), sem nenhuma sintaxe. Essa é a concepção que Bickerton tem do pidgin que daria lugar a um crioulo, embora, é claro, sem excluir a possibilidade de uma língua se cristalizar ainda como pidgin (1984, 1990: 118-122). Porém, quem afirma com todas as letras que é possível existir uma língua sem sintaxe são Koefoed & Tarensken (1996: 131). Na verdade, mesmo nas línguas naturais de longa tradição, é possível terem-se enunciados que constam apenas de palavras, sem nenhuma sintaxe reconhecível.

Para frisar a centralidade do léxico na língua, gostaria de aduzir a opinião de uma especialista em aquisição de L1, Eve V. Clark. Para ela, “o léxico é básico para a língua e o uso da língua. Ele provê o conteúdo para a sintaxe e a implementação das regras sintáticas, além de ser o contexto para os padrões morfológicos e fonológicos” (Clark 1993: 259). Enfim, para a autora “o léxico é central na língua”, pois “sem palavras não haveria estrutura fonológica, estrutura morfológica nem estrutura sintática” (p. 1-2).

Creio ter ficado clara a importância do léxico no ato de comunicação humana. Como mostrou Bakhtin, “a significação pertence a uma palavra como traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva” uma vez que só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação” (1981: 132). Para quem achar que Bakhtin é suspeito, devido a sua posição declaradamente dialogicista, ressaltemos que mesmo linguistas renomados esposam essa posição. Para os já citados Koefoed & Tarensken, “não importa quem inventa uma nova expressão verbal porque não é sua invenção em si mas seu uso na interação que faz dela uma palavra da linguagem da comunidade”. Enfim, “o vocabulário é produto da interação” (p. 132).

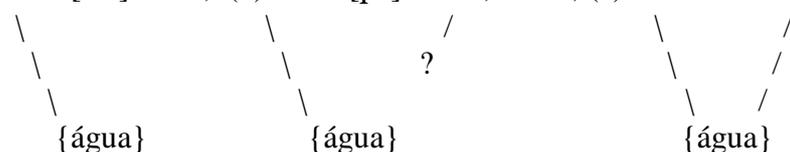
Dada a função primária e primeira da língua (a comunicação), mesmo os itens lexicais isolados dos primeiros enunciados da criança e dos formadores de um crioulo contêm palavras, como acabamos de ver. No entanto, por se tratar de um ato de comunicação ou ato de fala, mesmo que seja uma palavra só, é um enunciado, um texto, como definido na seção 3. Por outras palavras, ao fim e ao cabo, a língua começa é pelos enunciados. Mesmo quando a criança profere o som “aba”, o que ela efetivamente quer dizer é “eu quero água”, ou “isto é água” etc. Não se trata, portanto, de mera menção da palavra “aba” mas de seu uso, para empregar a linguagem da lógica.

Voltemos agora para a filogênese da língua. Imaginemos que determinado indivíduo (F) de determinada horda de homínidas sinta o impulso – para não dizer “desejo” – de chamar a atenção de um companheiro (O) sobre determinado objeto do ambiente circundante. Ele teria em princípio três alternativas para chamar a atenção de O sobre esse objeto. Primeiro, F poderia pegar o objeto e levá-lo para O. Segundo, ele poderia puxar F até o objeto e fazer com que ele o tocasse. Terceiro, ele poderia produzir determinado sinal, digamos, um som, apontando para o objeto. É a essa terceira alternativa que vamos nos ater.

Suponhamos que o objeto a que F queira se reportar seja água. Nesse caso, F aponta para (ou toca em) um córrego, rio, ou lago que esteja no ângulo de visão de O e emite um som. Digamos que o que ele emite seja algo como o som [wa], momento (a) de (1) abaixo. Nesse momento, nem mesmo F tem esse som fixado. Em um segundo momento (b), ele próprio pode produzir um som ligeiramente diferente do primeiro, embora com a intenção de produzir o “mesmo” som de antes, digamos que [βa]. A partir desse momento, F já está fixando o som [wa]~[βa] como se referindo a água. Com isso, F já tem o percepto constituído pela relação “água”-[βa]. Após inúmeras outras tentativas, O finalmente capta a intenção de F, inclusive reproduzindo – ou tentando reproduzir – [wa] ou [βa] (z). A partir desse momento, F e O passaram a compartilhar uma maneira de se referir a água sem ter que tocá-la fisicamente. E é nesse momento também que começa a surgir a língua, sendo [wa]~[βa] seu primeiro item lexical, nascido da primeira tentativa individual de comunicação (TIC) que obteve sucesso, ou seja, que foi entendida por um parceiro do grupo.

(1)

(a) F--->[wa]--->O, (b) F---> [βa]---> O,, (z) F---> wa--->O



“Maneira de se referir a água” significa, aparentemente, a aquisição da palavra *wa* ‘água’. No fundo, no entanto, o feito importa em muito mais do que isso. É uma revolução mais profunda do que a chegada do homem à lua. Trata-se do germe da língua, pois ao referir-se a algo (água), em sua ausência, para O, F está dando início a um meio de comunicação, juntamente

com O, além do fato de esse elemento ter surgido em um ato precário de interação comunicativa. Até o momento anterior a (z), F só proferia [wa]~ [βa] na presença da água, o que significa que {água} era apenas uma unidade de percepção, ou percepto. No momento (z), quando O “entendeu” o que F quis dizer e possivelmente reproduziu [wa], {água} passou a ser um conceito, inclusive no sentido etimológico, ou seja, de algo “captado com” (*cum + captum*), compartilhado. Com a fixação da associação entre [wa~βa] e água, o conceito {água} se lexicalizou, como veremos mais abaixo nesta seção.

Enfim, contrariamente à tese de Bickerton (1990) de que a língua seria primordial e primariamente um meio de representação individual da realidade, ela é um meio de comunicação interindividual. No início, pode-se ter apenas enunciados de uma palavra, mas trata-se de palavra. Portanto, como mostrou Eve Clark, a palavra é o instrumento para se construírem enunciados, que são justamente aquilo que F envia a O em atos de interação comunicativa (AIC). Mesmo os itens lexicais aparentemente mais estáticos, como os topônimos, não são meros rótulos ou nomenclaturas de que indivíduos perdidos se serviriam para refletir sobre onde estariam. Eles fazem parte do código (L) de que os membros da comunidade dispõem para orientar o comportamento do indivíduo no seio da coletividade. Orientar o comportamento no seio da coletividade é o mesmo que comunicar-se. É por isso que, como vimos acima, só recebem nomes aqueles acidentes do ambiente a que os membros da comunidade precisam se reportar em seus AIC, ou seja, em sua labuta diária pela sobrevivência. Como tentei mostrar em Couto (1986/7), a referência não é uma abstração, como querem mostrar os filósofos. Pelo contrário, geneticamente ela sempre resulta de AIC concretos cujo uso a cristalizou no decorrer do tempo.

Na figura 1 de 7.3, está explicitado que comunidade é constituída por uma população, vivendo em determinado território, unificada por uma linguagem (L). Se L é parte da comunidade, diretamente, suas partes componentes também são partes de comunidade, indiretamente que seja. Portanto, também o léxico se relaciona com a comunidade. Como diz Clark (19...: 338), “cada significado de palavra convencionado [...] vale não para a palavra *simpliciter*, mas para a palavra em uma comunidade específica”. Ainda de acordo com ele, “não se pode falar em sentido convencional da palavra sem dizer em que comunidade ela é convencional”. Ideia semelhante é expressa por Koefoed & Tarensken (1996).

Até mesmo um anti-interacionista confesso como Derek Bickerton tem que aceitar o fato de que “a despeito do fato de não haver nenhuma motivação imediata para o desenvolvimento de uma linguagem privada, havia motivação imediata para o desenvolvimento de um pequeno vocabulário funcional para uso comunitário” (1990: 146).

Edward Sapir foi um dos primeiros a chamar a atenção para essa ligação entre léxico e comunidade. Em sua opinião, diante do vocabulário completo da língua de determinada comunidade, podemos ter uma visão relativamente fiel dessa comunidade (Sapir 1963: 90). No caso específico da formação das línguas crioulas, um dos primeiros nomes a surgir é o do território em que a comunidade começa a se formar. Em seguida vêm nomes para aspectos específicos da fauna, da flora, de cursos d’água, da topografia e assim por diante. Em Couto (1983b) eu tentei mostrar o papel do vocabulário toponímico para uma minicomunidade do interior de Minas Gerais.

Como já vimos, comunidade não consta apenas de território. Temos também a população, além da linguagem. Portanto, paralelamente à toponímia diretamente relacionada com o território, temos a antroponímia, diretamente relacionada com a população, como se pode ver em Couto (1986/7) para uma primeira aproximação. Mas, a relação do léxico com população não se restringe à antroponímia, assim como a relação entre léxico e território não se limita à toponímia. No segundo caso temos ainda, entre outros, os dêiticos espaciais, alguns advérbios e preposições, bem como certos verbos de movimento, como “vir”, “ir”, etc. No primeiro caso

poderíamos lembrar os pronomes pessoais, os termos de parentesco e derivados, diversos verbos e adjetivos, etc.

Como demonstrou André Martinet, cada língua é, via vocabulário, “uma organização particular dos dados da experiência”. Isso significa que o léxico de cada língua representa um recorte específico dos dados do ambiente, tanto físico quanto social e psicológico (Martinet 1970: 10-12). Ele representa a cosmovisão dos membros da comunidade em questão. Isso já está implícito na asserção de Herbert Clark recém-vista de que o léxico é o inventário dos significantes que os membros da comunidade acharam que deveriam atribuir a significados (conceitos = *cum + captum*) atribuídos a aspectos do ambiente, entre outros.

Quanto mais aspectos do ambiente (físico, social, psicológico) os membros da comunidade considerarem relevantes para o seu dia-a-dia, mais numeroso será o vocabulário. Isso significa que quanto mais desenvolvida científica e tecnologicamente for uma comunidade, mais coisas ela precisará designar, portanto, mais palavras seu léxico conterá. Enfim, o léxico de uma língua é um espelho direto da comunidade a que ela pertence.

Passemos a examinar o léxico em relação à representação semântica que os membros da comunidade têm do mundo. Para o especialista em comunicação David K. Berlo, as palavras são unidades de pensamento e ao mesmo tempo unidades da linguagem, talvez por isso mesmo (Berlo 1972: 45-46).

Em outra passagem, Berlo mostra que a linguagem é também uma estruturação do mundo, sobretudo via vocabulário, o que, aliás, já fora dito por Martinet, como acabamos de ver. Para se perceber a importância do vocabulário de uma língua na representação semântica que seus usuários têm do mundo, voltemos ao exemplo de Porto Seguro, discutido em 6.4. Tanto portugueses quanto tupinambás tinham uma série de perceptos do mundo, com pequenas diferenças de detalhe. No entanto, como as duas partes não tinham um código comum que fizesse com que esses perceptos se transformassem em conceitos, não houve comunicação linguística propriamente dita. Nos termos de Bickerton (1990), pode-se dizer que a posse de perceptos representa a preadaptação necessária para o surgimento de conceitos, processo que se pode chamar de *conceptualização*. Portanto, conceptualização é o processo de socialização de perceptos, que são individuais.

Embora já represente um compartilhamento de dados do ambiente, a conceptualização por si só não é suficiente para que haja comunicação linguística. Para que determinado aspecto do ambiente (físico, social, psicológico) já identificado socialmente (conceptualizado) fique disponível para a comunicação, é necessário que receba um nome, um significante nos termos de Saussure. Esse processo pode ser chamado de *lexicalização*. Portanto, lexicalizar é o mesmo que nomear.

A distinção entre conceptualização e lexicalização é importante. Numa comunidade cujos membros dispusessem apenas da primeira, até poderia haver comunicação, mas de maneira precária. Seria necessário referirem-se aos conceitos por circunlocuções, perífrases, gestos e outros recursos paralinguísticos. Um exemplo interessante é a maneira pela qual os formadores do pidgin beach-la-mar (que deu lugar aos crioulos bislama e tok pisin, entre outros) se referiram à coisa piano. Após adquirirem a experiência com o referente e o seu conceito, usaram a expressão “bigfela bokis... Yu kilim emi singaut” (big fellow box.. You hit it, it sings out), ou seja, “caixa grande que você bate nela ela canta”. (Tryon & Langouland s/d).

Se a referência à coisa em questão se tornar muito frequente, por razões de economia, a expressão vai se encurtando. Uma maneira muito comum de encurtar circunlocuções como essa consiste no que Martinet chamou de economia sintagmática, ou seja, evita-se combinação muito longa de elementos. Ele fornece diversos exemplos. Eu gostaria de retomar apenas um deles. Quando se construiu o meio de transporte subterrâneo em Paris, chamou-se-lhe *chemin de fer metropolitain* (estrada de ferro metropolitana). No entanto, tratava-se de

uma expressão longa demais para ser usada a todo instante nos AIC entre os parisienses. Com isso, encurtou-se a expressão para *metropolitain*. No entanto, ela ainda é muito longa para algo de uso diuturno. O passo seguinte foi encurtá-la para *metrô*. Hoje em dia diz-se inclusive apenas *tro* (Martinet 1970: 172178).

O recurso da circunlocução é muito comum. Um outro exemplo que poderia ser aduzido é o item lexical “queijo-de-Minas”. Trata-se de uma expressão complexa e aparentemente transparente. De acordo com a teoria padrão da gramática gerativa, a forma subjacente desse substantivo composto seria aproximadamente “queijo que veio de Minas”, ou algo semelhante. Em Holst (1978), temos a análise de um equivalente em alemão, ou seja, “Eifel-Milch” (leite de Eifel, região montanhosa da Alemanha). De acordo com o autor, a forma subjacente de “Eifel-Milch” é “Milch, die aus der Eifel kommt”, ou seja, “leite que vem de Eifel” (p. 7-8). Aliás, a preposição que aparece na expressão portuguesa ainda contém a ideia de origem, como muito bem demonstrou Pottier (1969) na análise que fez das preposições do espanhol.

No caso do beach-la-mar, poderia ter se fixado “bokis-singaut” ou algo mais abreviado ainda. Isso só não ocorreu devido à entrada da palavra “piano”, que acabou se impondo. A lexicalização de “piano” e não de “bokis-singaut” representa outro recurso para inovação lexical, ou seja, o empréstimo. André Martinet menciona esse recurso como uma das alternativas a processos como o de “Eifel-Milch”, “queijo-de-Minas” e outros.

Mesmo não concordando com Holst devido à estaticidade do modelo que empregou, criticado por Clark (1993) e até pelo gerativista Bickerton (1990), temos que aceitar a ideia de que é bem plausível que diacronicamente “Eifel-Milch” provenha de algo parecido com “Milch, die aus der Eifel kommt”, do mesmo modo que é provável que “queijo-de-Minas” tenha surgido de uma expressão originária como “queijo que provém de Minas”. Argumento semelhante jusfítica a origem de *metrô* em *chemin de fer metropolitain*. Por outras palavras, um vocábulo simples atual pode provir de uma expressão complexa e longa.

O mesmo fenômeno pode ter ocorrido historicamente com nomes de agente (cf. Clark 1993: 177-197). Tomemos um vocábulo como “ferreiro”. Qualquer falante de português sabe que ele designa “aquele que trabalha o ferro”. O conteúdo “aquele que trabalha o...” está expresso atualmente em uma forma opaca, “-eiro”. Na origem, no entanto, é bem provável que ela tenha sido transparente, algo como “o homem do...”, como ainda hoje se diz “milk-man” para leiteiro em inglês, ou seja, o homem que vende ou entrega leite. Nos primeiros estágios de aquisição do inglês como L1 isso não é infrequente.

Os processos metafóricos e metonímicos também são uma fonte inesgotável de enriquecimento do vocabulário. O corpo humano é uma das maiores matérias primas para isso. Assim, “braço” pode ocorrer em “braço de mar”, “braço de cadeira”, “braço da cruz” e assim por diante. Quanto às metonímias, temos “champanhe” (< vinho de Champanhe), “panamá” (chapéu do Panamá), “porto” (< vinho do Porto) etc.

Vejamos o sufixo “-ia”, usado nas línguas latinas e outras línguas da Europa para designar “a terra dos...”, como em “Itália” (< terra dos itálos), “Ibéria” (<terra dos iberos), “Alemanha (Alemanha)” (< terra dos alemanos), “Grécia” (<terra dos gregos) e assim por diante. Como já dá a entender o equivalente nas línguas germânicas (-*land*), é bem provável que na origem esse “-ia” tenha tido a ver com “terra” ou “território”. O equivalente a “Alemanha” em alemão é *Deutschland*, ou seja, terra dos alemães (= *Deutsche*). O nome original *Angland/England* para “Inglaterra” é bastante sintomático do que pode ter ocorrido. No crioulo da Guiné-Bissau se diz *tchon di pepel*, *tchon di manjacu* para “terra dos pepéis” e “terra dos manjacos”, respectivamente, em que a palavra *tchon* (<chão) está para “terra”.

O que acaba de ser dito parece estar em sintonia com a ideia de que a ação decorre do agente, que primeiro se pensa no agente para depois se pensar na ação. Essa ideia é expressa por autores tão diversos quanto Malinowski, Bickerton (1990) e Clark (1993). O primeiro, por

exemplo, afirmou que “o objeto que é útil de algum modo recebe um nome”, ou seja, “nomes-substantivos”. Só depois disso vêm “as palavras de ação”, pois “a ação humana gravita em torno de objetos” (Malinowski 1972: 326-327). Podemos ir até mais longe ainda, e afirmar que isso é manifestação do princípio filosófico e físico mais geral de que o movimento é uma manifestação da matéria, ou seja, o movimento pressupõe a matéria (Engels 1979).

Passemos a examinar a sinecologia e a autoecologia imediatas do vocabulário, ou seja, o léxico como parte da língua bem como a possível estruturação interna do léxico. Antes de mais nada, é importante que se frise que o léxico ou vocabulário de uma língua é o V da fórmula de (1), vista acima. Essa fórmula expressa a idéia de que língua (L) consta de um vocabulário (V) e uma gramática (G), que constituem a parte sistêmica de L, bem como dos textos ou enunciados (E) formáveis a partir deles. Vocabulário é um inventário de itens lexicais, ou vocábulos (v). Com isso, pode-se representar o vocabulário como se vê em (2).

$$(2) V = v_1, v_2, \dots, v_n$$

A fórmula de (2) pode dar a entender erradamente que V seja apenas uma lista de vocábulos (v_1, v_2, \dots, v_n), ou de morfemas. Como já vimos com Lieber acima, para os partidários da gramática gerativa ele não é estruturado, mas uma mera lista de idiossincrasias. Porém, isso só ocorre porque para essa vertente da linguística moderna V é o resto, algo secundário. Estrutura encontrar-se-ia apenas na sintaxe. Na verdade, o vocabulário de uma língua se estrutura de diversas maneiras. Primeiro, como já mostrara Saussure (1973: 142-147), o léxico se estrutura paradigmaticamente em várias direções, dependendo da qualidade da relação que se tome.

Do ponto de vista do significado, o vocabulário se estrutura em campos semânticos claramente definíveis. Assim, há paradigmas abertos, como o dos vocábulos referentes a entes da fauna e da flora. Nunca sabemos quando terminam, sempre é possível descobrir-se um espécime animal ou vegetal, com o que surge a necessidade de um nome para designá-lo. Mas, há paradigmas fechados também, como o constituído pelo elenco de preposições. Outros, a despeito de não serem tão fechados, têm limites claros, como a lista de palavras que designam cores. Ela está limitada pelos limites do espectro do arco-íris. Um outro exemplo seria o paradigma dos nomes de parentesco. Apesar de variarem de cultura para cultura, dificilmente eles chegariam a duas vintenas.

Por falar em extensão do léxico, para muitos autores “a dimensão básica da competência lexical é o tamanho. Não havendo nada em contrário, aprendizes que dispõem de grandes vocabulários são mais proficientes em uma grande variedade de habilidades linguísticas do que aprendizes com vocabulários menores”. Não obstante, com o desenvolver da língua e/ou de sua aquisição ou aprendizagem, a quantidade pode ir cedendo o lugar para a qualidade. Por outras palavras, o tamanho do vocabulário perde para a organização, ou seja, sua estruturação (Meara 1996).

Em segundo lugar, no interior dos campos semânticos, há relações diversas entre os diversos itens lexicais. Duas delas são a hiponímia e a antonímia. Isso já aponta para uma hierarquização de significado entre os diversos vocábulos. Tanto que já se propuseram diversas representações arbóreas para expressar essa hierarquização. Em Bickerton (1981: 253) temos a reprodução de uma das propostas. Nas páginas imediatamente precedentes desse texto pode-se ver uma interessante proposta para a representação do “espaço semântico” (campo semântico) constituído por “posse” (*ownership*), “propriedade” (*possession*), “existência” e “locação”.

Alguém poderia alegar que o que está sendo estruturado aqui não é o vocabulário, mas seus referentes. Não é bem assim. Para começo de conversa, os referentes em si não estão necessariamente estruturados, seriam quando muito perceptos individuais. A sua socialização

sob a forma de conceitos é que se apresenta classificada. E o vocabulário representa o inventário dos conceitos lexicalizados.

Em terceiro lugar, os vocábulos *qua* elementos do vocabulário podem apresentar até mesmo estrutura interna. Embora isso seja desenvolvido na seção 8.3.2 dedicada à morfologia, gostaria de adiantar alguns argumentos aqui mesmo. Para começo, devo salientar que as primeiras palavras não só da criança adquirindo sua L1 mas também a grande maioria das línguas crioulas em suas fases iniciais tendem a ter a estrutura ótima, menos marcada, CVCV. Com efeito, essa estrutura resulta do processo mais elementar de complexificar estruturas, talvez o início da morfologia, que é a *reduplicação*. E o que é mais, trata-se da reduplicação da sílaba ótima, menos marcada CV. Em (3) temos alguns exemplos de dissílabos do crioulo português da ilha de Ano Bom, próximo do principense, do são-tomense e do angolar (cf. Post 1993).

(3) mamá ‘mãe’, taba ‘trabalhar’, fadu ‘dizer’, mina ‘criança’, poki ‘porque’

O vocábulo fonológico ótimo CVCV já contém um germe de estrutura, ou seja, essa reduplicação resulta da combinação de CV com CV. Mas, como tendência que é, a estrutura CVCV não é a única e, em algumas línguas nem a estatisticamente majoritária. Isso se deve em parte ao fato de haver a possibilidade de reduplicação do próprio vocábulo CVCV, depois de formado, como se dá com “baga-baga” (térmite), “kinti-kinti” (rápido) e “tchupa-tchupa” (chupeta), no crioulo português da Guiné-Bissau.

Em uma fase mais avançada de desenvolvimento filogenético da linguagem e, provavelmente, na ontogênese também, começa a haver junção de dois vocábulos diferentes, ou seja, o processo chamado de composição, que vai além da mera reduplicação de um mesmo vocábulo. Como exemplos temos “ratcha-tara” (namorar), “laba-kurpu” (banhar-se), “bida-magru” (emagrecer), “kau-di-sinta” (assento) e outros do crioulo guineense. Muitos deles são transparentes, mas nem sempre isso acontece, como é o caso do primeiro exemplo.

Em seguida à composição vem a derivação, cujo processo histórico de surgimento deve ter sido algo como o que vimos acima para a palavra “ferreiro”. Como prova, poderíamos lembrar o sufixo “-mirim”, de origem tupi, que ocorre com determinadas palavras no português brasileiro, como “guarda-mirim” e outras. O sufixo “-ia” designativo de “terra dos...” deve ter sido transparente algum dia. O processo intravocabular mais complexo, que deve ter surgido filogenética e ontogeneticamente mais tarde deve ter sido a flexão. Adaptando a proposta de Schleicher (1848) e a de Givón (1979a), poder-se-ia propor a sequência evolutiva, no que concerne à estruturação interna do vocábulo, vista em (4a). Werner (1987: 194) propõe a sequência evolutiva de (4b).

(4a) repetição > reduplicação > composição > derivação > flexão

(4b) (i) sintagma > (ii) composição > (iii) derivação (iv) simplex

Os exemplos alemães dados por Werner são os seguintes: (i) männlicher Hund (cão macho), weiblicher Hund (cão fêmeo), junger Hund (cão novo); (ii) Hundemännchen (cão-homenzinho), Hundeweibchen (cão-mulherzinha); (iii) Hündin (cadela), Hündchen (cãozinho); (iv) Rüde (ingl. “Bitch”), Welp (cão novo).

Poder-se-ia alegar que expressões como “queijo-de-Minas” seriam sintagmas, logo, pertencentes ao domínio da sintaxe, não do léxico, nem da morfologia. No entanto, devo reiterar que o item lexical ou unidade do vocabulário de uma língua, aqui chamada de vocábulo, é considerado como unidade lexical pelo fato de designar um único aspecto da realidade, ou seja, por ter um único referente ou um referente complexo encarado como se

fosse uma unidade. Assim, uma expressão tão complexa como “óleo de fígado de bacalhau” é um item lexical, inclusive em outras línguas.

É preciso distinguir vocábulos simples de vocábulos complexos. Entre os vocábulos simples temos palavras como “de”, “com”, “que”, “sol”, “lua”, “mar”, “bom”, “ruim” etc. Ao inventário de vocábulos complexos pertencem, entre outros, “queijo-de-Minas”, “terceiranista”, “ferreiro”, “inconstitucionalismo”, “amaremos” etc. Em (5) vemos a palavra “inconstitucionalismos” segmentada em seus elementos componentes.

(5) in-con-stitu-cion-al-ism-o-s

É claro que há hierarquia, precedências de coocorrência entre os morfemas componentes do vocábulo complexo. Mas isso pertence a outra seção, ou seja, à morfologia (cf. 8.3.2). Mesmo assim, devo reiterar aqui que, contrariamente ao que afirma a gramática gerativa, o léxico é estruturado. Não se pode considerá-lo como adequadamente representado na fórmula $V = L - S$, ou seja, léxico ou vocabulário (V) é igual a língua (L) menos sintaxe (S), que emerge naturalmente da concepção gerativa. Pelo contrário, no interior do vocabulário há “sintaxe”, como a que rege a construção de (5). Em outros contextos, isso já foi chamado de morfotática, assim como fonotática seria a “sintaxe” dos fonemas. Como veremos no lugar apropriado, a morfologia está no interior do vocabulário.

Aproveitemos esta discussão sobre o léxico para confrontar a abordagem gerativista e a abordagem sócio-histórica ao fenômeno linguagem – acima chamei-as, respectivamente de hipótese da representação (HR) e hipótese da comunicação (HC) –. Como vimos, para a visão HR o componente central da língua é a sintaxe ou, como disse Bickerton, língua é sintaxe, ao passo que para a visão HC o componente central é o léxico. Com isso, pode até existirem meios de comunicação que constem apenas de um vocabulário compartilhado, como é o caso do jargão. No entanto, não seriam línguas, pois lhes faltaria o componente central. O estruturalista e clássico da crioulística Robert A Hall Jr., falando da questão da relexificação, referiu-se “ao duvidoso e não-provado pressuposto de que a sintaxe é a parte central da estrutura linguística” (Hall Jr. 1978: 124). Que consequências isso pode ter para a aquisição de L1 e a aprendizagem de L2, por um lado, e a formação de um pidgin e de um crioulo, por outro lado?

Sabemos que a aquisição da língua pela criança começa, como já está relativamente assente, pela palavra isolada. Nesse caso, a palavra funciona como um enunciado, chamado de enunciado de uma palavra. Só por volta do final do segundo ano de vida é que começam a aparecer enunciados de duas palavras, como vimos com Slobin (1980: 117). A aprendizagem de L2 pelo adulto também se inicia por palavras isoladas. A palavra tem um papel tão importante nesse processo que Meara (1996) chega a afirmar que na fase inicial da aprendizagem de L2 o aspecto mais importante do vocabulário é a quantidade: quanto mais palavras o aprendiz dominar, mais proficiente será na nova língua. Na formação de um pidgin algo muito parecido se dá, a tal ponto que para autores como Bickerton, o pidgin seria apenas um vocabulário, sem nenhuma gramática. A formação do crioulo, por fim, presume-se, pelo paralelismo com casos conhecidos, que também tenha se iniciado por palavras compartilhadas, sobretudo no momento de fixação de algumas TIC como EIC, nos termos vistos em 1.2. Para uma hipótese sobre os momentos iniciais de fixação de uma sintaxe, pode-se consultar 8.3.1. Em todos esses casos, nas fases iniciais a comunicação se dá pelo modo pragmático.

Pensemos no caso específico de aquisição de L1 pela criança. O fato mais importante é que há interação (processo mais amplo ao qual pertence a comunicação) entre os adultos e a criança mesmo antes de ela adquirir as primeiras palavras. No entanto, comunicação propriamente dita só se dá com o advento do estágio de uma palavra, para não dizer dos estágios ulteriores.

Enfim, há um processo ininterrupto de aquisição da língua pela criança, recuando até mesmo ao período intrauterino.

Como HR considera como núcleo da língua a sintaxe, ou melhor ainda, como para ela língua é sintaxe, para ser fiel a seus princípios teria que marcar o início da aquisição da língua pela criança “lá para o fim do segundo ano de vida”, ou seja, quando se inicia a produção de enunciados de duas palavras, já que adquirir língua é ser capaz de combinar palavras, sintaxe. Para HC, no entanto, o processo de aquisição da língua começa desde que a criança nasce, uma vez que “língua” é tida como um instrumento de comunicação. A aquisição da sintaxe seria, para HC, apenas um estágio, muito importante embora, do processo ininterrupto de formação de um instrumento de interação, de comunicação, com o(s) outro(s), iniciado já no período fetal.

Enfim, a comunicação na criança começa por itens lexicais isolados, que funcionam como enunciados no contexto da situação a que se referem. A composição é o primeiro passo na direção da aquisição de uma gramática, pelo menos da gramática morfológica. Em (6) e (7) temos alguns exemplos.

- (6) (a) kapapai 'carro do papai'
- (b) kamamãe 'carro da mamãe' (Partrícia)
- (7) (a) kafupapai 'carro do papai'
- (b) kafumamãe 'carro da mamãe' (Aninha).

Apesar de a criança estar se referindo a uma única coisa com (a) e com (b) de (6) e (7), essa coisa é uma em (a) e outra em (b). Portanto, não se pode afirmar que “kafu” em (7) seja uma palavra que se combina com outra palavra “mamãe” para formar uma frase. No caso, “kafupapai” é uma única palavra, complexa embora, nos termos vistos acima. Só depois é que ela passa ao enunciado de duas palavras. Portanto, este último é o segundo passo na aquisição da gramática pela criança. Para HC, isso é apenas continuação do processo aquisicional que já estava em andamento.

Gostaria de sugerir que se a morfologia está inserida no léxico, parece que os gramáticos antigos apresentavam uma classificação mais fiel dos fatos. Pelo menos nas gramáticas de final do século XIX até meados do século XX, tinha-se a *lexeologia*, *lexiologia* ou *lexicologia*, cujo objeto era o estudo das “palavras isoladamente em seus elementos fundamentais” (Pereira 1958: 21) ou “a classificação das palavras conforme suas funções” (Ribeiro 1957: 467). Tudo centrava-se na palavra. De modo que a atual morfologia seria uma parte da “lexeologia” ou “lexicologia”, uma vez que morfologia estuda a formação das palavras e a lexicologia estuda as palavras (léxico ou vocabulário). O vocábulo tinha uma importância tão grande que aquilo que estudamos hoje sob o nome de sintaxe era estudado pela fraseologia, disciplina que tratava da combinação de palavras em frases. O fato é que a morfologia representa um grande problema para a teoria sintática moderna, talvez por ser considerada como um componente da gramática tal qual a sintaxe e a fonologia, e não um subcomponente do léxico.

Tanto Bickerton (1989) quanto Koefoed & Tarensken (1996) afirmam que não há nada de universal no vocabulário das línguas. Apenas a sintaxe teria bases universais, que adviriam da gramática universal. Entretanto, as investigações dos estudiosos da aquisição de L1 têm mostrado que há princípios claramente detectáveis nesse processo. Curiosamente, o próprio Bickerton mostra que existem tendências claras na aquisição e/ou formação de pelo menos partes do léxico, como se pode ver em, entre outras passagens, Bickerton (1981: 244-255). Porém, quem mais sustentou essa tese foi Norbert Boretzky. Exemplificando basicamente com o vocabulário da flora, ele demonstrou que “o aparecimento de certos motivos de

denominação não se devem ao acaso, mas segue claras tendências universais” (Boretzky 1987: 54). Ele apresenta vários exemplos de diversas línguas para corroborar sua asserção.

Para terminar, gostaria de reiterar que o vocabulário é parte da interação, de que a comunicação faz parte, pelo menos por dois motivos. Primeiro, porque o momento inicial de surgimento de determinado item lexical (vocábulo), ou seja, a percepção individual de aspectos do ambiente (físico, social ou psicológico), resulta da interação desse indivíduo com o fenômeno em questão, de que pode surgir um percepto. Segundo, porque a conceptualização desse percepto, ou seja, sua evolução para um conceito (< *cum+captum*), resulta da interação do indivíduo em questão com outro(s) indivíduo(s) do grupo. Quando esses dois pré-requisitos estão presentes, a necessidade de comunicação impõe que se atribua um rótulo o mais simples possível ao conceito, ou seja, que ele seja lexicalizado. Portanto, cada item lexical é usado para os indivíduos se comunicarem sobre aspectos do mundo, além de terem surgido de diversos atos de comunicação entre indivíduos, como sugeri em (Couto 1986/7). O fato é que de qualquer lado que se encare o léxico, verifica-se que ele está diretamente ligado à comunicação.

Sumariemos o que foi dito sobre os primeiros itens lexicais que podem surgir nos pidgins, nos crioulos bem como na emergência de qualquer língua. Por se tratar de tendência, é claro que pode haver divergência de caso para caso. No geral, entretanto, a tendência costuma manter-se.

Desde quando F (emissor) e O (receptor) foram mencionados na presente investigação, foi lembrado também que os vocábulos para EU e TU seriam os primeiros a surgir. A tal ponto que o chamado pidgin russenorsk tem um nome alternativo que é *mayá pa tvayá*, ou seja, “eu [falo] na tua [língua]”. Quando o assunto dos AIC foi introduzido, vimos que também nos primeiros momentos do contato é necessário um vocábulo para ELE. Em seções subsequentes, verificamos que, de uma perspectiva comunicacional, existem na verdade dois ELES. Um deles referir-se-ia a FO (fonte), ou seja, seria aquele ELE que está com EU, ou seja, ELE₁. O outro seria aquele que está com TU, ou seja, ELE₂. Foi sugerido outrossim que ELES seria a junção de ELE₁ e ELE₂. NÓS e VÓS também se explicam de modo semelhante. NÓS resultaria de EU mais outra(s) pessoa(s)”, ou seja, EU + TU, EU + ELE, EU + TU + ELE ou EU + TU + ELES. Quanto a VÓS, equivaleria a TU + ELE ou TU + ELES. Em suma, para sermos precisos, teríamos que chamar NÓS e VÓS de, respectivamente, EU inclusivo e TU inclusivo, não de plurais de EU e TU.

De acordo com a proposta de Cassidy (1971) passada em revista em 6.3 e 6.4, ainda nos primeiros momentos do contato surgiriam os dêiticos relacionados com essas pessoas do discurso. Surgiriam também palavras performativas, ou seja, que indicam uma solicitação de F a O. Algumas delas seriam QUANTO, COMO, QUANDO, inclusive a negação. Para referência às coisas do ambiente, surgiriam os primeiros substantivos que, como já vimos, devem começar pelo próprio nome do lugar em que o contato se dá. Aí incluir-se-iam também objetos de troca, produtos locais, topografia, fauna, flora, hidrografia etc. Para dar vida a esses nomes, teriam que surgir também palavras indicadoras de ação, ideias verbais. Ideias modificadoras, ou seja, adjetivos também se fazem necessários logo no começo. Algumas delas se expressariam por verbos de desempenho, tais como “fazer”, “virar” e outros. Por exemplo, no crioulo da Guiné-Bissau, o vocábulo para “emagrecer” é *bida magru* (virar magru).

Entre os recursos mais comuns para inovações lexicais, estariam as metáforas, como *eye-water*, ou seja, “água do olho” para “lágrima”, e as metonímias, como “pé” indicando tanto o próprio como a perna. Todos os processos circunlocucionais vistos acima podem entrar em ação também. Por fim, haveria necessidade de palavras para declarações não factuais, como “se”, “talvez”, “apesar de”, etc. Em alguns crioulos ingleses a forma para “se” é “sapos”, oriunda de *suppose*. Nos pidgins e crioulos relacionados com o beach-la-mar, a preposição

indicadora de posse (de), é *bilong*, provinda do verbo inglês *to belong* (pertencer). Essas surgiriam quando se iniciasse a estruturação de frases. Como vimos, os primeiros enunciados, tanto TIC quanto EIC, constam apenas de palavras, sem nenhum ordenamento sintático, assunto que será retomado logo a seguir.

Todas essas estratégias e princípios subjacentes à formação das primeiras palavras de uma língua emergente só são possíveis devido aos pressupostos (a preadaptação de Bickerton) vistos em 6.4, ou seja, a percepção prévia (percepto) do mundo. Por isso, além dos tipos de vocábulo vistos até aqui, nos pidgins e crioulos – bem como nas línguas naturais em geral – podem surgir vocábulos para lexicalizar tudo que foi mostrado nessa seção. Portanto, podem surgir, e normalmente surgem, termos para designar tudo que se relaciona com a superfície da terra por oposição aos céus, para tempo, plantas, animais, ser humano (partes do corpo, funções vitais, movimento), qualidade, quantidade, individualidade, etc.

O léxico é o componente primeiro e central da língua. É também o componente mais dinâmico, pois acompanha passo a passo a emergência e o desenvolvimento ulterior da comunidade de que a língua faz parte. É por isso que Clark afirmou que o léxico é léxico de uma comunidade. Tanto que Sapir afirmou que “é o vocabulário de uma língua que reflete mais claramente o ambiente físico e social de seus falantes” (Sapir 1963: 90).

Se as palavras são unidades de pensamento, como disse Berlo, os falantes têm à sua disposição muito mais recursos expressivo-comunicacionais do que o inventário de vocábulos simples e de vocábulos complexos em uso na comunidade dá a entender. Apesar de o ideal ser a relação um significante-um significado, nos diversos AIC por meio dos quais os membros da comunidade interagem entre si podem entrar outros recursos. Alguns deles são as circunlocuções, as polissemias, além dos empréstimos. Apesar de esses recursos perturbarem a transparência semântica (Seuren 1986) dos itens do léxico, eles existem. Nos jargões e nos estágios iniciais de surgimento de línguas de contato, eles tendem a inexistir, uma vez que nesses casos o índice de convencionalização ainda é muito baixo, portanto, deve-se evitar tudo que perturbe a transparência semântica dos poucos vocábulos compartilhados. O contrário da polissemia, ou seja, a homonímia, é mais indesejável ainda nesses casos.

8.3. Gramática

O objetivo final da presente investigação é, como já foi explicitado em diversas oportunidades, a formação e a transformação de gramática crioula. Mais genericamente, o objetivo é a emergência de gramáticas. Faz-se necessário, portanto, darmos uma definição de gramática. De acordo com Noam Chomsky, gramática “é um dispositivo que gera todas as sequências gramaticais de L e nenhuma das agramaticais” (Chomsky 1957: 13). Essa definição precisa ser desdobrada, a fim de que não fique obscura. Por “sequências gramaticais” entendem-se as combinações de itens lexicais que estão de acordo com as regras de formação de sequências da língua em questão. Assim, as sequências de vocábulos de (1) e (2) são gramaticais, mas a de (3) não.

- (1) Idéias verdes incolores dormem furiosamente
- (2) Fonemas oclusivos surdos ocorrem frequentemente
- * (3) Surdos ocorrem oclusivos frequentemente fonemas

Os exemplos de (1)-(3) são todos “sintáticos”. No entanto, veremos mais abaixo que o princípio subjacente a eles vale também para a morfologia e a fonologia. Com efeito, qualquer pessoa que domine a gramática da língua portuguesa sabe que as combinações de morfema “i-leg-ível” e “i-mex-ível” são gramaticais, ao passo que a combinação “*ível-i-leg” não o é. Sabe outrossim que das duas sequências gramaticais, apenas a primeira é normalmente usada pelos membros da comunidade de língua portuguesa.

Argumentos semelhantes valem também para a fonologia. Dados os fonemas da língua portuguesa, sabemos que as sílabas /frès/ e /flès/ são gramaticais, e que /*frsè/ é agramatical. No entanto, das duas gramaticais só a primeira é efetivamente usada, na palavra “fresta”, por exemplo. Ainda na fonética-fonologia, teríamos também as combinações de traços gramaticais e as agramaticais em cada língua. No português, [oclusivo + labial + sonoro] produz o segmento bem formado /b/, ao passo que [contínuo + labial + sonoro] produz o segmento /β/ que é mal-formado, embora não o seja em grego ou no espanhol.

A despeito do que acaba de ser dito, quando se fala em gramática normalmente se pensa em sintaxe ou em morfologia, ou em ambas. Tanto que a tradição gramatical tem um termo que as engloba, morfossintaxe. Por esses e outros motivos, creio que é importante sublinhar mais uma vez que a língua começa pela palavra. Na aquisição de L1 pela criança, começa-se por uma única palavra (enunciado de uma palavra). No início, ela é indecomponível, embora constitua um enunciado completo, com todas as informações performativas (e outras) implícitas. Logo a seguir (por volta do final do segundo ano de vida) essa palavra começa a se complexificar. Um dos primeiros recursos de complexificação desse enunciado de uma palavra é o que vimos acima, que reproduzo em (4). Esses enunciados foram proferidos quando a criança tinha 1;5,8 de idade. Em (5), por fim, temos o primeiro enunciado realmente “sintático”, de duas palavras - “ce-qué” é uma fórmula fixa para expressar volição. Ele surgiu aos 1;5,21.

- (4)(a) kafupapai ‘carro do papai; (b) kafumamãe ‘carro da mamãe’
- (5)(a) ce-qué ‘ninha ‘eu quero ver a Aninha (no espelho)’

Os enunciados (4), e outros do mesmo período, marcam o início da morfologia (composição), enquanto que o enunciado (5) marca o início da sintaxe. É interessante notar que a morfologia teve início antes da sintaxe, embora o tempo que medeia entre elas seja bem curto. O importante é que a gramática (seja morfologia, seja sintaxe) começa por volta de um ano e

meio de idade. A primeira palavra de Aninha, melhor, seu primeiro enunciado de uma palavra, que não foi reação a um estímulo do adulto mas produzida espontaneamente, foi [aba] ‘água’, aos 0;11,19.

Na aquisição de L2 e na formação dos pidgins e crioulos, a situação é bem diferente. Com efeito, nessas situações os agentes do processo já dominam pelo menos uma língua. O que acontece é o uso de vários vocábulos transferidos de uma das línguas em contato, no início geralmente sem sintaxe. Só com a consolidação de uma comunidade é que se vai consolidando uma sintaxe, como veremos abaixo. No caso específico do pidgin há questões mais complicadas, discutidas em 1.3.

O importante a reter é que a língua sempre começa pelo léxico, embora isso se manifeste de modo diferente nos casos acima discutidos. Na aquisição de L1 pela criança, o surgimento da gramática a partir de itens lexicais isolados (do enunciado de uma palavra para o de duas palavras e assim por diante) se processa como um botão se desabrochando em uma flor. No início, o enunciado-botão é apenas uma unidade indecomponível. Por volta do segundo ano, porém, esse botão se abre e começa a se decompor em pétalas, como de “kafu” (carro) para “kafupapai” e “kafumamãe”. E assim por diante.

Na aprendizagem de L2 e no surgimento dos pidgins, bem como no dos crioulos, os aprendizes encadeiam várias palavras sem sintaxe, cuja relação umas com as outras só pode ser dada, quando é dada, pelo contexto da situação. Portanto, é como se se pegassem peças de diversas máquinas diferentes, e os aprendizes de L2 (ou os formadores do pidgin) tivessem que descobrir algo em comum entre essas peças a fim de formar uma nova máquina, com base no conhecimento que já têm de outras máquinas. Geralmente conseguem.

O curto período de tempo que medeia entre o início da aquisição da morfologia e o da sintaxe já parece antever as incertezas quanto a que papel a primeira deve ter. Para a gramática gerativa, a morfologia não passaria de um dos aspectos da sintaxe, como se pode ver, entre outros, em (Lieber 1992). Para os gramáticos de final do século XIX e começo do XX, ela estaria em pé de igualdade com a sintaxe. Partindo do vocábulo como centro de interesse linguístico, para eles a “lexeologia” seria o estudo da formação das palavras do léxico, e a “fraseologia” o estudo das combinações de palavras (Ribeiro 1957, Ribeiro 1958).

O que está por traz da concepção desses gramáticos é o papel central que o vocabulário tem na língua. No mesmo espírito, talvez se pudesse dizer que o estudo da língua se resume ao estudo do vocabulário. Com isso, teríamos a lexeologia, que estudaria as combinações intravocabulares, e a sintaxe, que estudaria as combinações intervocabulares. Afora isso, o que se tem seria o estudo do vocabulário em si mesmo, formando campos semânticos e todos os paradigmas que Saussure sugeriu.

Nas seções subsequentes, examinaremos a sintaxe, a morfologia, a fonologia e, por fim, a semântica. O fato de esta última receber uma numeração não exatamente sequencial com as três outras (8.4) já sugere o lugar *sui generis* que ela ocupa na teoria linguística.

8.3.1. Sintaxe

Começamos comentando os exemplos (1)-(3). Como mostrou Chomsky (1957: 15-17) para os equivalentes ingleses, tanto (1) quanto (2) são bem formadas ou, em seus termos, gramaticais. Por “gramatical” deve-se entender aqui “de acordo com a gramática” *stricto sensu*, ou seja, a sintaxe. No entanto, só (2) pode efetivamente ser usada como, por exemplo, em uma aula de fonologia. Nos termos do autor - que, aliás, não vingaram - (2) além de gramatical é aceitável pelos falantes, ao passo que (1) é gramatical mas não aceitável. Se tomarmos a expressão “aceitabilidade” como significando “em uso na comunidade de falantes”, não há nada a se lhe opor. Quanto a (3), trata-se de uma sequência de palavras desordenada, logo, agramatical. É apenas uma lista de palavras, o que está indicado pelo asterisco que a antecede. O importante

a reter, no entanto, é que a língua permite aos falantes construírem muito mais sentenças do que as de que efetivamente precisam. Algumas delas até sem sentido.

Nunca é demais reiterar que a língua é primordialmente um instrumento de comunicação. Assim, mesmo que ela aparentemente se inicie por palavras isoladas, essas palavras são enunciados, ou seja, o E do modelo de comunicação visto em diversas passagens acima. De acordo com esse modelo, o que se tem minimamente em um AIC é um falante (F) produzindo uma mensagem, via enunciado (E), que visa a ser entendida por um ouvinte (O), para o que é necessário que E tenha sido formado de acordo com o modo de formar E na comunidade a que F e O pertencem. Dito de outro modo, para que o E seja decodificado por F, é necessário que ele tenha sido codificado em uma língua (L) comum a F e O. Vejamos como se processa a complexificação de E; na emergência de L se vai de palavras isoladas a frases. A decomposição da palavra em palavras mais específicas será objeto da morfologia, logo a seguir à presente seção.

Em 2.2 já foi sugerido que a sintaxe surge para evitar ambiguidades. Diante de um evento experienciado como um caçador conhecido que matou um leão do qual a comunidade tem conhecimento, o falante tem que saber como atribuir as funções de agente e paciente da ação apropriadamente. No caso em tela, a mensagem tinha que ser formada no crioulo português da Guiné-Bissau, que exige que se formule E como se vê em (6).

(6) omi mata lion ‘o homem matou o leão’

(6’) lion mata omi ‘o leão matou o homem’

Nessa língua, bem como na maioria dos crioulos do mundo, a função sintática é indicada pela ordem das palavras. Assim, a palavra que vem antes do verbo exerce a função de sujeito da oração, e se refere ao ser que tem o papel de agente da ação indicada pelo verbo. A palavra que vem depois do verbo é o objeto (direto, no caso), e se refere ao ser sobre o qual recai a ação indicada pelo verbo. A prova decisiva de que é a ordem que está indicando as funções sintáticas (e os papéis semânticos respectivos) é o fato de que se invertermos a ordem dos dois substantivos, como se vê em (6’), as funções sintáticas se mantêm, mas os papéis semânticos de agente e paciente se invertem: o ser que em (6) era agente passa a ser paciente, e vice-versa.

Como se pode ver, as funções têm que estar muito bem claramente indicadas. O ouvinte não pode entender o que está expresso em (6’) a não ser que seja isso mesmo que F tenha querido informar. Por isso, de algum modo, as funções sintáticas têm que ser indicadas, e isso tem a ver com as necessidades de comunicação entre os membros da comunidade emergente (cf. Drechsel 1997: 353-354). O essencial na emergência da sintaxe não é a parametrização de princípios misteriosos de uma mais misteriosa ainda gramática universal.

A estratégia adotada por essas línguas (crioulos) é apenas uma das pelo menos três possíveis. Em línguas como o japonês, muitas dessas funções são indicadas por itens lexicais (partículas) independentes, pospostos ao substantivo a que se referem. Em (7) temos uma construção com as funções de agente e paciente indicadas pelas partículas “wa” e “o”, respectivamente.

(7)

Neko wa nezumi o taberu

gato AG rato PAC comer

‘O gato come o rato’

Outras línguas, por fim, podem indicar as mesmas funções por afixos flexionais, com o que a ordem passa a ser irrelevante, como veremos mais abaixo. Em (8) temos um exemplo do latim (*apud Sapir 1971: 71*).

(8)
Femina hominem videt
mulher-Ag, homem-Pac, ver-3ps-pres-indicativo
'a mulher vê o homem'

Dessas três estratégias, a mais primitiva, ou seja, a menos marcada (“universal” segundo Bickerton) seria a primeira, ou seja, a ordem. Ela é “o método de relação mais fundamental e poderoso” (Sapir 1971: 114). Com efeito, as duas outras exigiriam um esforço adicional. A segunda exige a introdução de partículas, sendo uma partícula diferente para cada função. A terceira é mais complicada ainda pois, como veremos na morfologia, a flexão é processo morfológico mais complexo. Tanto que surge mais tarde na aquisição de L1 pela criança e é mais rara nas línguas do mundo. O exemplo (6) do crioulo guineense, ao contrário, é típico, uma vez que na maioria das línguas crioulas é a ordem que indica funções sintáticas.

A opção que cada língua adota para indicar as funções sintáticas tem consequências para a organização de E. Se a língua adota o recurso das partículas, isso significa que o grupo substantivo+partícula pode ter autonomia, ou seja, não precisa necessariamente ocorrer em determinada ordem fixa, como no crioulo guineense. Mesmo que haja um terceiro argumento, como em (9), o enunciado pode ocorrer também sob a forma das variantes de (10), (11) e (12).

(9)
Kodomo ga inu ni niku o yaru
criança AG cachorro BEN carne PAC dar
'A criança dá carne para o cachorro'

(10) Komomo ga niku o inu ni yaru
(11) Inu ni niku o kodomo ga yaru
(12) Niku o kodomo ga inu ni yaru
(Ando 1957: 12)

Na verdade, os fatos do japonês são mais complexos do que os exemplos de (9)-(12) e o comentário dão a entender. Para uma primeira aproximação, pode-se consultar Givón (1979: 148).

Nas línguas que adotam o recurso da flexão para indicar as funções, a ordem dos sintagmas na frase também pode variar, uma vez que a função sintática de cada substantivo está indicada por elementos explícitos. Assim, a mensagem expressa por (8), ou seja, sujeito-objeto-verbo (SOV), em latim pode ser expressa também por (13)-(17).

(13) hominem videt femina (PACIENTE-AÇÃO-AGENTE)
(14) hominem femina videt (PACIENTE-AGENTE-AÇÃO)
(15) videt hominem femina (AÇÃO-PACIENTE-AGENTE)
(16) videt femina hominem (AÇÃO-AGENTE-PACIENTE)
(17) femina videt hominem (AGENTE-AÇÃO-PACIENTE)

Papel parecido pode ser exercido pela concordância em gênero e número no sintagma nominal, e entre verbo e sujeito na sentença como um todo. Para um interessante exemplo desses dois tipos de concordância, pode-se ver (25) de 8.3.2.

Essas alternativas são impossíveis em inglês e no crioulo português da Guiné-Bissau, bem como na maioria dos crioulos. Na primeira língua, uma oração que conste de um verbo com três argumentos só pode ser construída como em (18) ou (19).

(18) John gave Mary a book ‘João deu um livro a Maria’

(19) John gave a book to Mary ‘João deu o livro a Maria’

No crioulo, não há nem o equivalente à alternativa (19) do inglês. A construção só pode ser como se vê em (20). E isso é o que ocorre na maioria das outras línguas crioulas.

(20) Jon da Maria libru ‘João deu um livro a Maria’

A ordem é tão importante que pode até permitir a algumas línguas organizar o enunciado independentemente da função AGENTE, PACIENTE, BENEFICIÁRIO. Algumas delas privilegiam a ordem TÓPICO-COMENTÁRIO, como ocorre com o japonês, o chinês e outras línguas. Vejamos o enunciado (21) do japonês.

(21) ano-hon-wa John-ga katta

aquele livro-TOP John-sujeito trouxe

‘John trouxe aquele livro’ (*apud* Levinson 1983: 88)

A propósito, esse exemplo revela uma complexidade adicional do japonês, ou seja, o fato de que as partículas têm função semelhante, sendo que “wa” enfatiza tópico e “ga” se restringe a indicar o sujeito da oração.

Outras línguas lançam mão de outras estratégias para indicar as funções de tópico e comentário. Como tentei mostrar em Couto (1981c: 54-60), para o equivalente de (6) o português pode colocar praticamente qualquer um dos elementos em foco, inclusive o verbo, como se vê em (22)-(24). Para mais detalhes sobre tópico-comentário nas línguas crioulas, pode-se consultar Bickerton (1980: 268) e mais abaixo.

(22) É o caçador que matou o leão (agente como tópico)

(23) É o leão que o caçador matou (paciente em tópico)

(24) O que o caçador fez foi matar o leão (a ação de matar em tópico)

Como informa John Lyons (1968: 335), a dicotomia tópico-comentário foi proposta por Charles Hockett. Segundo Hockett, “o falante anuncia alguma coisa como tópico e em seguida diz algo sobre ela, como em *John | ran away* e *that new book by Thomas Guernsey | I haven’t read yet*. Em inglês e nas línguas mais familiares da Europa, tópicos geralmente são sujeitos, e comentários são predicados, como acontece em *John | ran away*”. Porém, a primeira parte do segundo exemplo, a despeito de ser tópico, não é sujeito. Pelo contrário, é o objeto direto de *haven’t read*. O sujeito (*I*), está dentro do comentário *I haven’t read yet*. Em *the man whom you visited yesterday*, tem como tópico *the man* e o restante como comentário. Dentro do comentário, *whom* é objeto e *you* sujeito. Além do inglês, o autor fornece exemplos em chinês, menomini e latim (Hockett 1970: 201-203).

Em síntese, as línguas precisam ter recursos para expressar agente, paciente, instrumento, beneficiário, causador, além de tempo, locação (direção, origem, etc.) e modo, bem como, é

claro, tópico. Pode ser até que haja outras funções, além dessas, mas não vou desenvolver aqui uma teoria dos casos.

Acima foi sugerido que a ordem é a estratégia mais primitiva, no sentido de primeira e de menos marcada, “universal” segundo Bickerton. Por isso, vale a pena retomá-la e explorá-la mais detalhadamente. Diante de uma ação transitiva, expressa por verbos de dois argumentos, temos, em princípio seis ordenamentos possíveis para sujeito (S), verbo (V) e objeto (O), como mostrado em (25).

(25) (a) SVO, (b) SOV, (c) VOS, (d) VSO, (e) OVS, (f) OSV

Por que justamente (25a) é a ordem não-marcada, e não qualquer uma das outras? E mais, por que (25b) vem logo a seguir, como a segunda menos marcada? “Partamos de uma palavra hipotética, ‘keke’, que significa ‘morrer’ no contexto ‘N keke’, mas ‘matar’ no contexto ‘N keke N’. Nós sugerimos que a primeira ordem de palavras em línguas emergentes seria tópico-comentário, com informação compartilhada, antiga, em primeiro lugar (ou zerada) e informação não-compartilhada em segundo lugar. Mas, isso seria fonte de um potencial conflito. Suponhamos que X seja a informação antiga e Y a informação nova, e admitamos que Y matou X. A ordem tópico-comentário resultaria em “X foi morto por Y”, para “X keke Y”. No entanto, “X keke Y” corresponderia à estrutura N_iVN_{ii} , em que V tem seu sentido causativo e N_i é agentivo - produzindo a leitura alternativa “X matou Y”. Em teoria o conflito poderia ser resolvido pela adoção da ordem tópico-comentário ou por SVO. Entretanto, como a última é menos suscetível de ambiguidade do que a primeira, e é fracionalmente mais econômica quanto ao tempo de processamento, podemos assumir que ela ou foi universalmente adotada ou que as línguas que não a adotaram desapareceram” (Bickerton 1981: 273). Para Givón (1979a: 300), é a ordem tópico-comentário que é universal, ou seja, menos marcada. Quanto às ordens de (25), a menos marcada seria (25b), ou seja, SOV.

Já vimos acima que, para Malinowski, os “nomes-substantivos” surgem antes das “palavras de ação”, pois “a ação humana gravita em torno de objetos” (Malinowski 1972: 326-327). Vimos também que isso é manifestação do princípio filosófico e físico mais geral de que o movimento é uma manifestação da matéria, ou seja, o movimento pressupõe a matéria (Engels 1979). Portanto, podemos partir do pressuposto – elevado a tendência geral de acomodação (TGA) – que chamo de *ser-ação*. De acordo com ele, primeiro os seres animados percebem os seres ao seu redor e, segundo, o que eles fazem, ou seja, sua ação. Quando alguém está na floresta e vê um leão correndo, o que vê primeiro não é a carreira, mas o próprio leão. Portanto, a ação é uma decorrência do agente. A ação é mais abstrata do que o ser. É razoável pensarmos que ao reportar isso, os primeiros homínidas tenham expressado algo aproximadamente nessa ordem, ser-ação, digamos, “X pepe” (o leão corre/corria, etc.). Como diz Bickerton (1990: 186), “as línguas veem o mundo predominantemente da perspectiva do agente”. Enfim, aí temos uma base natural para uma preferência das línguas emergentes pela ordem SV, ou seja, sujeito-verbo. Na aquisição de L1 parece que o princípio se mantém (Clark 1993: 117, 198). Mas, e o objeto?

Uma vez que a hipótese apresentada só contempla as ações intransitivas, consideremos que a pessoa veja um leão devorando uma gazela. Se a ação mais comum para o leão era correr (leão-correr), essa primazia do agente pode se manter também no segundo tipo de ação. Portanto, se o agente tem prioridade (ser-ação), ao paciente da ação só cabe o terceiro lugar, donde agente-ação-paciente, ou seja, SVO. Um outro reforço para essa tese seria o fato de que, ao ver os animais herbívoros ruminando as folhas que pastaram, os primeiros criadores da linguagem também mentalizariam sequências de conceitos como gazela-comer. Se o que o agente come (folhas) passa a interessar também, só pode vir em seguida, donde gazela-comer-folhas.

Os argumentos em favor da ordem de palavras SVO, se válidos, mostrariam pelo menos duas coisas teoricamente muito interessantes. Primeiro, apontariam para o fato de que o essencial no surgimento da sintaxe não é a já mencionada gramática universal, de pouco valor explicativo, mas a práxis da sobrevivência em um ambiente hostil, cheio de predadores. Assim, grupos de perceptos como “leão-correr”, “leão-comer-gazela” e “gazela-comer-folhas” se socializariam, isto é, se conceptualizariam e seriam lexicalizados. É isso que se dá na maioria das línguas crioulas, como se pode ver no exemplo (6). Mesmo entre as línguas não crioulas, muitas fazem uso dessa ordem, como é o caso do inglês.

(26) The man killed the lion ‘o homem matou o leão’

Em segundo lugar, essa explicação para a preferência pela ordem SVO tem sustentação independente em outras correntes de pensamento. A que vem primeiro à mente é a teoria do reflexo, primeiro formulada de modo sistemático e experimental por Pavlov (1980). O filósofo Adam Schaff submeteu-a a uma rigorosa análise crítica. Entre outras coisas, ele mostrou que ela recua a pelo menos Aristóteles, estando associada à teoria da verdade e da referência. Schaff lembra que, na *Metafísica*, Aristóteles afirmara que “um homem é verdadeiramente pálido, não porque pensemos assim, mas pelo contrário – o nosso juízo a seu respeito é verdadeiro porque ele é realmente pálido” (Schaff 1974: 222).

O argumento de que isso implicaria em uma relação causal, mecânica, de realidade para linguagem é falacioso. Na verdade, a teoria do reflexo apenas afirma que isso atua na gênese da linguagem, tendo alguns efeitos também em seus usos posteriores. Mas isso não implica que a linguagem esteja presa a um *hic et nunc* contextual. Pelo contrário, a sua evolução, o seu desenvolvimento vai sempre na direção da contextualidade para a descontextualidade, como discutido em 5.4. Quanto mais evolui, mais a linguagem se torna independente do mundo objetivo. Por isso Umberto Eco pôde afirmar que linguagem é aquilo que permite mentir, ou seja, falar de uma coisa em sua ausência. Atingida essa fase, as línguas podem ter ordens de palavras as mais variadas possíveis.

Givón tem uma outra posição. Para ele, a ordem menos marcada é SOV (Givón 1979a: 275ss.). Apesar de sua hipótese ser bastante plausível também, não vou comentá-la aqui. Quem se interessar pelo assunto, pode ler a referência recém-dada.

Até aqui só falei da ordem de palavras SVO. Entretanto, há muitas outras questões sintáticas que precisam ser explicadas. Eis algumas delas: (i) os diversos tipos de atributos, (ii) ordem das palavras dentro do sintagma nominal (SN), (iii) a estrutura do predicado, sobretudo do sintagma verbal, (iv) a marcação de tempo, modo e aspecto (TMA), (v) o surgimento de palavras gramaticais, entre elas os conetivos, por oposição a palavras lexicais, e muitas outras. Examinemos algumas dessas questões.

Começamos pela ordem do substantivo e do adjetivo no SN. A relação ser-ação é parte de uma relação mais abrangente, *ser-atributo*. Na verdade, “os comportamentos (incluindo estados e até mesmo estados mentais) não são as únicas coisas que podem ser predicadas de entidades. Há também os atributos – propriedades particulares de tamanho, cor, temperatura, idade e assim por diante – que podemos atribuir a entidades, e que servem o propósito, entre outros, de distinguir dois objetos semelhantes um do outro (o livro VERDE, não o VERMELHO)” (Bickerton 1990: 40). No entanto, nas fases iniciais de seu surgimento, as línguas não são muito adjetivas. Construções como as de (27) são preferidas às de (28). Isso quer dizer que nessas línguas preferem-se as construções predicativas às atributivas.

(27) (a) a casa é branca, (b) o menino é pequeno, (c) o leão é bravo

(28) (a) casa branca, (b) menino pequeno, (c) leão bravo

Como as gramáticas racionais já demonstraram (Arnault & Lancelot 1969), as expressões de (27) estão por trás das equivalentes de (28). Isso pode ser constatado também em dialetos rurais (Couto 1974). Retomando a terminologia tradicional, pode-se generalizar e afirmar que em seus estágios iniciais de surgimento, as línguas preferem construções predicativas às construções atributivas.

Há um detalhe que complica esse quadro. É que nesses estágios geralmente não existe cópula. Tanto que os equivalentes de (27) no crioulo da Guiné-Bissau é o que se vê em (29).

(29) (a) kasa i branku, (b) mininu i pikininu, (c) lion i brabu

O “i” que se vê entre o substantivo e o adjetivo não é o equivalente do “é” português, como pareceria à primeira vista. Pelo contrário, ele é a forma átona do pronome de terceira pessoa singular, que sempre tem que ser expressa. A forma tônica é “el”, de modo que se pronominalizarmos os substantivos de (29) teríamos o seguinte:

(30) (a) el i branku, (b) el i pikininu, (c) el i brabu

Trata-se do conhecido fenômeno da cópia do sujeito, bastante difundida em praticamente todos os crioulos do mundo. Em Bickerton (1981) há uma discussão detalhada sobre o fenômeno. Em Couto (1994b), temos uma apresentação pormenorizada das variantes tônicas e átonas dos pronomes bem como da questão da cópia do sujeito no crioulo guineense.

Se essas teses forem válidas, temos um forte argumento a favor da ordem NA (nome+adjetivo) como menos marcada – ou “universal” nos termos da gramática gerativa. Seria uma manifestação do que essa última chama de “head first principle” (princípio do núcleo primeiro). Efetivamente, é essa que ocorre na maioria dos crioulos pelo mundo afora, embora as influências de substrato sempre possam modificar o quadro. Com isso, poderíamos lançar mão do mesmo tipo de argumento usado acima a propósito da sequência ser-ação. No caso, teríamos a sequência ser-atributo. Do ponto de vista perceptivo, primeiro vemos uma casa para, só depois, nos conscientizarmos de que ela é branca. A brancura é uma decorrência de casa, motivo pelo qual é chamada de atributo da casa.

Com o desenvolvimento das interações comunicativas surge a necessidade de se expressarem mais de uma predicação. O mais comum nos estágios iniciais é a simples justaposição delas. Assim, a pessoa que viu o leão comendo a gazela podia acrescentar que ela presenciou o fato. Algo como o que se vê em (31) poderia ser dito aos outros membros do grupo. A consoante nasal velar que vem antes de “oja” (ver), é a forma átona do pronome pessoal de primeira pessoa do singular. O morfema “na” indica ação contínua, enquanto que “ba” indica ação passada.

(31) N oja lion, i na kume ba gazela ‘eu vi o leão, ele comia a gazela’

Com o desenvolvimento da língua, expressões meramente paratáticas como essa passam a ser ligadas por palavras gramaticais como se vê em (32), embora, no caso, “ku” tenha sido tomado de empréstimo ao português (< que). Note-se o detalhe de que a cópia do sujeito (“i”) desaparece com a inserção do pronome relativo.

(32) N oja lion, ku na kume ba gazela ‘eu vi o leão, que comia a gazela’

Os morfemas “na” e “ba” de (31) são amostras de outro traço sintático-semântico de línguas emergentes, ou seja, o sistema tempo-modo-aspecto, TMA (Bickerton 1974). Contrariamente ao que se dá em línguas com complexa morfologia flexional nos verbos, nos crioulos

geralmente se indica se a ação se deu em um momento anterior ao do evento narrado (T), se ela é real ou não (M) e se é contínua ou pontual (A). Em (33) temos um exemplo de crioulos ingleses.

- (33)
- (i) mi wok ‘eu trabalhei’
 - (ii) mi bin wok ‘eu trabalhara, eu tinha trabalhado’ (T)
 - (iii) mi go wok ‘eu vou trabalhar, trabalharei’ (M)
 - (iv) mi stei wok ‘eu trabalho, tenho emprego’ (A)
 - (v) mi bin go stei wok ‘eu tinha vindo trabalhar’ (T-M-A)

Vê-se em (33i) que o verbo puro equivale aproximadamente ao pretérito perfeito da língua portuguesa. Isso porque o ponto de referência da narrativa crioula é o momento do evento, não o do ato de fala. Por isso ele é não marcado, não recebe uma partícula modificadora. Para um tratamento relativamente detalhado do sistema TMA do guineense, pode-se consultar Couto (1994b).

O interessante a notar no sistema TMA é que, nos crioulos, via de regra o sintagma verbal se forma por partículas antepostas ao radical verbal, na ordem vista. No surgimento dos pidgins e nos primeiros estágios de aprendizagem de L2, porém, em vez de partículas TMA o que geralmente se tem é sobretudo tempo, indicado por advérbios tirados da língua lexificadora. Em (3)-(6) de 1.4.5 temos alguns exemplos, além de remissão a bibliografia pertinente. Para exemplos equivalentes em pidgins, pode-se consultar, entre outros, Naro (1978). Sobre o que se passa na aquisição de L1 não tenho nenhuma informação disponível. No entanto, é bem provável que sobretudo tempo seja indicado inicialmente por advérbios também.

A chamada serialização verbal é considerada uma outra fonte de refinamento gramatical, especificamente de casos oblíquos (dativo, instrumental, etc.). Em (8) de 1.4.5 eu já havia avançado um exemplo que ocorreu no registro “baby talk” do português brasileiro. No mesmo lugar, eu mostrei que ele era semelhante à construção do crioulo português de São Tomé vista em (34).

(34) e fa da ine ‘ele falar dar ele’ = ‘ele falou para ele’ = ele falou-lhe

O segundo verbo de (34), ou seja, “da” (dar), equivale ao que nas línguas indo-europeias é indicado por uma preposição que, no caso, seria “para”, uma função dativa, sem trocadilhos. Entre outras coisas, a serialização verbal supre a falta de preposições indicadoras de casos.

Grande parte dos crioulos do mundo apresentam essa característica. Em (35)-(37) temos exemplos tirados do guianense, do ndjuka e do sranan, de acordo com Bickerton (1980: 118-119).

- (35) li pote sa bay mo = ele trazer isto dar mim
‘ele trouxe isso para mim’
- (36) a teke nefi koti a meti = ele pegar faca cortar a carne
‘Ele cortou a carne com a faca’
- (37) a waka go a wosu = ele andar ir a casa
‘Ele andou para casa’

De acordo com esse autor, “a serialização verbal, provavelmente oriunda de construção paratática com equi-apagamento, representa o único recurso plausível pelo qual línguas em estágios iniciais de desenvolvimento poderiam superar estruturas de uma única sentença” (Bickerton 1980: 275). Esse recurso expressivo parece ter muito a ver com a questão dos

chamados verbos complexos, ou seja, aqueles cuja ação designada pode ser decomposta em ações mais específicas. Por exemplo, “matar” seria decomponível em “causar + morrer”, assim como “trazer” em (35) seria decomponível em “pote” (trazer) mais “bay” (dar).

É claro que outras línguas também têm construções com verbos seriais. É o caso do cambojano e do chinês. No primeiro, por exemplo, uma construção como “fizemos esta história para todos os que têm filhos” seria algo como “nós fizemos história esta dar toda aquela pessoa que tem filho” (Sapir 1971: 106).

Ainda de acordo com Bickerton, as línguas emergentes precisam de alguns outros itens gramaticais. Entre eles está a partícula de negação que, nos pidgins e crioulos, geralmente vem imediatamente antes do verbo. Tanto que a frase (38a) é um exemplo clássico de inglês pidginizado, *urbi et orbi*. Em (38b) temos um exemplo no guineense.

(38)

(a) long time no see ‘há muito tempo que não nos vemos’

(b) ŋ ka na bai ‘eu não estou indo’

Porém, antes desse negador da ação verbal, ou negador sentencial, normalmente surge um negador resposta-a-uma-pergunta, como se vê em (39) para o crioulo guineense.

(39)

- Abó, bu na bai? ‘você está indo?’

- Nau! ‘Não’

A asserção de que o “não” resposta surgiu antes da negação sentencial tem a ver diretamente com a função comunicativa da língua. Frequentemente a solicitação de F deve ser atendida (satisfação) com uma negativa. Como vimos em 2.3, esse tipo de negação afirma que o conteúdo de determinada asserção, pressuposto e/ou sugerido por F, é falso. Algumas correntes linguísticas incluem o “não”-resposta no rol dos pro-enunciados. Segundo Barros (1897/1899: 276), o “ka”de (3b) provém do mandinga “ka” (negar). Nessa língua, “ŋ ka” significa ‘eu nego’. Quando precede o verbo, a partícula aparece sob a forma “kana”, como em “caná nhim qué” (não faça isso). Doneux & Rougé (1993: 57) confirmam essa etimologia, acrescentando que a forma mandinga convergiu com a forma portuguesa do verbo “acabar”, sob a forma “kaba”. Ainda de acordo com eles, a partícula de negação tem caráter verbal em outras línguas de substrato, como o mancanha e o balanta.

Praticamente ao mesmo tempo, seria necessário um recurso para perguntas. Na esmagadora maioria dos casos, o primeiro é a entoação ascendente. No entanto, para se solicitarem mais informações, logo as pessoas envolvidas na formação de uma nova língua têm necessidade de outros recursos, tais como as palavras QU- (quem, quando, quanto, como < latim: *quomodo*) e assim por diante.

Alguns verbos auxiliares, como “poder” e “ter que”, também são necessários já neste estágio. Todos esses recursos gramaticais decorrem diretamente da função primordial da língua, a comunicação. Mas, há necessidade de outros, tais como recursos para expressar TMA, já resenhados acima, para expressar orientação no espaço e no tempo (em, de, para, etc.) e quantificadores (muito, pouco, etc.) (Bickerton 1990: 181-185).

Gostaria de reiterar a tese de que a sintaxe surge de necessidades práticas de comunicação. O processo que lhe dá lugar é indutivo, uma vez que vai da realidade objetiva, como interpretada pelos membros do grupo (perceptos), passando pela socialização desses dados da percepção sob a forma de conceitos. Logo a seguir, vem a lexicalização dos conceitos que, no início, podem ser expressos por recursos muito pouco econômicos, como circunlocuções, metáforas e metonímias.

Uma vez lexicalizados, os conceitos ficam disponíveis para os comunicantes potenciais. Só que no momento de produzir um enunciado, não bastam itens lexicais isolados. É necessário também expressar relações entre eles, e até entre os usuários e eles. Com isso surgem os itens gramaticais para expressar funções gramaticais. Geralmente esses itens gramaticais se originam em itens lexicais, cujo uso vai se alterando no decorrer dos diversos AIC, ou seja, à medida que a necessidade o exigir.

O vocábulo “sintaxe”, pela própria etimologia grega, significa arranjo, e arranjo é ordenamento. Ora, ordenamento é disposição topológica de elementos, uns em relação aos outros, sobretudo espacialmente, formando um todo estruturado. Assim, na estrutura SVO, S vem em primeiro lugar, V em segundo e O em terceiro. Em 8.4, ao falar da estruturação semântica, veremos que o conceito de ordem temporal é derivado do de ordem espacial, em que se tem a posição ANTES, EM e APÓS determinado objeto. Com isso estou querendo sugerir que a origem primeira dos conceitos relacionais é o espaço, de que já falamos sob a forma concreta de território (7.5) que, por sua vez, é concretização de algo mais geral, a matéria.

Uma das manifestações aparentemente mais claras da espacialidade nos conceitos relacionais pode ser vista naquilo que nos estudos sintáticos tem sido chamado de anáfora. Como se pode ver em (40), a referência anafórica se reporta de modo indubitável a algo mencionado antes.

(40) Ontem recebemos a visita de *João*. Como *ele* estava muito cansado, levamo-*lo* ao seu quarto e dissemos-*lhe* que.....

O referente do vocábulo “João” é uma pessoa específica. O vocábulo “ele”, no entanto, reporta-se ao “João” mencionado antes. O mesmo se pode dizer de “-lo” e “-lhe”. O “-lo” é a forma que “ele” assume quando é objeto direto, enquanto que “-lhe” é a sua forma quando é objeto indireto. Como vimos algures acima com Levinson (1983), a anáfora é uma dêixis discursiva, assim como a distinção tópico-comentário. Ambas têm a ver com ordenamento espaço-temporal.

Tendo todos os pressupostos vistos acima em mente, além de outros que não mencionei, faz-se necessário ter-se um modelo de análise linguística. Até o momento presente, o modelo teórico mais bem desenvolvido para a análise da sintaxe das línguas é o da gramática gerativa, a despeito do fato de que ela está em constante mutação. Embora eu discorde de suas bases platônico-racionalistas, dedutivistas, tenho que reconhecer que ela alcançou um nível de refinamento sem precedentes na história dos estudos linguísticos.

Gostaria de terminar sumariando o que Talmy Givón diz relativamente à gênese de algumas construções sintáticas. Como já vimos, a concordância de pessoa, ou melhor, a flexão de pessoa, provavelmente se origina de uma cliticização da forma átona do pronome pessoal, como veremos em 8.3.2. A construção passiva surgiria diretamente da ordem tópico-comentário. Em (41) e (42) temos os exemplos do quimbundo apresentados pelo autor como prova de sua tese. De acordo com ele, (42) é derivada de (41) (Givón 1979a: 211-212).

(41) Nzua, a-mu-mono (= John they-him-saw) ‘John, they saw him’

(42) Nzua a-mu--mono (kwa meme) (= John they-him-saw (by me) ‘John was seen by me’

Dentro do princípio geral de que a hipotaxe é precedida geneticamente pela parataxe, o autor mostra como a subordinação pode emergir da coordenação. Em (43) temos um exemplo do árabe palestino, que deve ter passado pelo mesmo processo que o do exemplo inglês de (43’) e (43’’).

- (43) ana biddi i-mshi (I I-want I-go) ‘I want to go’
 (43’) I want I-go > I want to-go
 (43’’) I tell you you-go > I tell you to go (Givón 1979a: 213-215)

Em suma, o autor apresenta propostas para o surgimento de oração relativa (p. 212-213), construções genitivas (p. 216-217), clivagem e perguntas QU- (p. 217-218), complementos sentenciais (p.218-219), morfologia flexional (p. 220-222). As questões genéticas são complicadas e de difícil rastreamento. Não é por isso, no entanto, que vamos evitá-las como o avestruz.

8.3.2. Morfologia

Entre todos os componentes da gramática, a morfologia é o mais complexo e o de mais difícil classificação. Para algumas vertentes da linguística moderna, ela nem existiria, como ocorre com a gramática gerativa, pelo menos como exposta em Chomsky & Halle (1968). Para outras vertentes, ou versões, até mesmo da própria gramática gerativa, o que se estuda sob o rótulo de morfologia se diluiria sobretudo no componente sintático, como se pode ver em Lieber (1992). Existe a questão adicional de que, como vimos em 8.2, tudo que se estuda sob o título de “morfologia” poderia igualmente ser estudado no componente lexical. De certa forma, essa é a posição aqui adotada.

Além desses problemas, ou seja, o fato de poder ser esparzida pela sintaxe e/ou pela fonologia, ou inserida na lexicologia, há o problema adicional de que nem toda língua dispõe do componente morfológico. Sobretudo em línguas isolantes, para seguir a classificação de Schleicher (1848), não existe aquilo que na maioria das línguas indo-europeias se chama de derivação e flexão. Com isso fica a pergunta: que componente é esse, que só está presente em algumas línguas? Afinal, ele não é um componente da gramática, e a gramática não é um componente de todas as línguas? Em 8.1 vimos que a fórmula de língua é $L = (V + G) + E$, ou seja, que língua consta de um componente sistêmico, constituído de um vocabulário (V) e um conjunto de regras (G) para combinar os itens lexicais desse vocabulário, cujo resultado é o enunciado (E). Em 8.2 vimos que os itens de V constam de v_1, v_2, \dots, v_n , ou seja, o inventário de seus itens lexicais, ou vocábulos, que é um inventário aberto.

Em síntese, o problema todo resulta do fato de que, apesar de V se constituir de unidades que se combinam de acordo com as regras de G, ou seja, gramática, há gramática no interior do próprio V. São as regras de formação e flexão dos vocábulos, estudadas no capítulo das gramáticas tradicionais chamado morfologia. É bem verdade que para as gramáticas da virada do século XIX para o XX, o estudo da formação e transformação das palavras se inseria na “lexeologia”, como vimos na seção que trata do léxico. Os itens de V são as unidades de G mas, ao mesmo tempo, cada um deles pode conter aspectos de G dentro de si. Devido a todas essas idiosincrasias, a morfologia é o componente da língua menos “universal”, mais específico de cada língua, havendo mesmo línguas que não têm morfologia. Tanto que os especialistas em contato de línguas geralmente afirmam que a morfologia é o componente da língua mais refratário a empréstimos. Alguns chegam mesmo a afirmar que ela não os admite. Não é para menos que, nessas circunstâncias, frequentemente a morfologia tenda a desaparecer.

Desde pelo menos a famosa classificação de Schleicher – a despeito das restrições que lhe faz Sapir (1971: 123-147) –, diz-se que o chinês seria o protótipo de língua sem morfologia, ou seja, isolante, em sua terminologia. No entanto, grande parte das línguas crioulas também entrariam nessa categoria, pelo menos em parte. Por exemplo, no crioulo português da Guiné-Bissau temos frases como a de (1). Em (29)-(39) de 8.3 temos outros exemplos, inclusive de crioulos ingleses e franceses.

- (1) pa sina kriol no dibi di ba ta terenal tudu dia
 ‘para aprender o crioulo devemos praticá-lo todo dia’

A única exceção é o “-l” final de “terenal”, que é uma modificação de “el” (ele). No entanto, parece que se trata de questão mais fonológica do que morfológica, ou seja, parece tratar-se da fusão de duas vogais por questões fonotáticas. Tratar-se-ia do primeiro passo na direção de uma morfologia derivacional? Afinal, todos os pronomes objeto se cliticizam ao verbo, encliticamente. A verdade é que hoje essa língua apresenta tanto aspectos isolantes como flexionais – para continuar com a terminologia de Schleicher –, como se pode ver em (cf. Couto 1994b).

Diante do que acaba de ser dito, é preciso deixar claro o que se entende aqui por morfologia. Como avançado em 8.1, na verdade, a morfologia é uma subgramática de G, do mesmo modo que a sintaxe, a fonologia e, talvez, a semântica. Se a morfologia é uma subgramática de G, deve estar sujeita aos mesmos princípios que regem G em geral. Por isso, faz-se necessário explicitar o que se entende por componente morfológico da língua. Por subgramática morfológica de uma língua, ou seja, por morfologia, entende-se o estudo da formação e transformação dos vocábulos, sendo transformação, no caso, flexão, que muda a “forma” da palavra. Trocado em miúdos, a morfologia estuda a estrutura do vocábulo.

No estudo do léxico, vimos que existem vocábulos simples e vocábulos complexos. Vocábulos simples são equiparáveis aos morfemas das línguas isolantes, como os conetivos do português. Os enunciados crioulos mencionados acima são todos constituídos de morfemas isolantes, com a exceção de “-l”. De modo que, se quisermos usar o conceito de vocábulo nessas línguas, temos que considerar esses morfemas isolantes como vocábulo, ou seja, vocábulos monomorfêmicos. Na verdade, não faz sentido falar-se em morfologia de línguas isolantes, uma vez que nelas morfema e vocábulo se equivalem.

O que dizer das línguas que apresentam processos composicionais, próximos do que Schleicher chamou de línguas aglutinantes? O crioulo português de São Tomé e Príncipe parece conter apenas esse tipo de processo de complexificação dos itens lexicais, como se pode ver em (2), tirados de Ferraz (1979).

- (2)
 (a) setu-setu ‘muito certo’, (a) tantu-tantu ‘muitíssimo’, (c) godo-godo ‘muito gordo’, (d) do-dosu ‘ambos’

É interessante notar que todos os exemplos de (2) são casos de reduplicação. Até mesmo o de (2d), que o autor dá como composição, na verdade é uma reduplicação parcial. Do ponto de vista teórico-fonológico, a reduplicação está muito bem estudada por, entre outros, MacCarthy & Prince (1995). A reduplicação é um dos processos mais primitivos de complexificação do vocábulo, seguida de perto pela composição propriamente dita. Em (6) e (7) de 8.2 vimos quatro exemplos de complexificação vocabular na aquisição de L1, reproduzidos em (3).

- (3)
 (a) kapapai/kafupapai ‘carro do papai’, (b) kamamãe/kafumamãe ‘carro da mamãe’

No crioulo guineense, temos processos composicionais em abundância. Alguns deles ainda são relativamente transparentes, ou seja, parecidos com as circunlocuções dos primeiros estágios de surgimento de línguas resultantes de contato, como os exemplos de (4) – e como os de (3) também.

(4)

(a) kau-di-sinta (< local de sentar) ‘assento’; (b) laba-kurpu ‘banhar-se’, ‘tomar banho’; (c) mora-juntu ‘coabitar’, (d) bida-magru (< virar magro) ‘emagrecer’, (e) fiju macu/femia (< filho macho/fêmea) ‘filho/filha’

(c = tʃ, j = dʒ)

Outros compostos são menos transparentes, ou seja, neles o significado do vocábulo complexo não é diretamente dedutível da soma dos significados parciais. Em (5) temos alguns exemplos.

(5)

(a) mata si kabesa (< matar sua/própria cabeça) ‘suicidar-se’; (b) omi/minjer garandi ‘ancião/anciã’; (c) pe di mangu ‘mangueira’, (d) susu korson (sujo coração) ‘mau’; (e) fidi jinjirba (ferir gengiva) ‘tatuar as gengivas’

Por fim, temos os compostos opacos, ou seja, aqueles em que o significado do vocábulo complexo não tem mais nada a ver com o significado de cada elemento componente, como os exemplos de (6). No momento de seu surgimento, é certo que todos eles eram descritivos de determinada situação, ou seja, transparentes.

(6)

(a) raca-tara ‘namorar’; (b) laba-remu (lavar remo) ‘gorjeta’; (c) manda-kabás (< mandar cabaça) ‘dote’; (d) mara-panu (< amarrar pano) ‘deflorar, desvirginar’; alma-biafada ‘bucorvo’ (tipo de pássaro)

O processo morfológico de complexidade imediatamente superior ao da composição é o que se chama de derivação. O elemento chamado afixo derivacional, na maioria dos casos é opaco. E por falar em afixo, eles podem ser de pelo menos três tipos, ou seja, prefixos, sufixos e infixos. O exemplo (5) de 8.2, reproduzido abaixo como (7), contém tanto prefixos quanto sufixos.

(7) in-con-stitu-cion-al-ism-o-s

Tomando-se “-stitu-” como a raiz do vocábulo, fica claro que “in-” e “con-” são prefixos. Dos morfemas que vêm após a raiz, os três primeiros são sufixos, ao passo que os dois últimos são desinências flexionais. O primeiro expressa a flexão de gênero (masculino), o segundo a de número (plural). Como se vê em (7), devido à concepção de morfologia aqui seguida, os formativos não precisam necessariamente ter significado claramente definível. O significado pertence ao vocábulo, não necessariamente aos seus componentes.

O processo de infixação é típico das línguas semíticas. Em (8) temos alguns exemplos do árabe, e em (9) do hebraico. Como se pode ver, os infixos podem ser tanto derivacionais como flexionais. Exatamente como ocorre com os sufixos na maioria das línguas da Europa e como se pode ver no exemplo (7) acima.

(8) árabe Raiz /k-t-b/ ‘idéia de escrever’ (McCarthy 1981: 374).

kataba ‘escreveu’, kattaba ‘fez escrever’, kaataba ‘correspondeu-se’, takaatabuu ‘mantiveram uma correspondência’, ktataba ‘escreveu, copiou’, kitaabun ‘livro’(nom.), kuttaabun ‘escola corânica’, kitaabatun ‘ato de escrever’, maktabun ‘escritório’

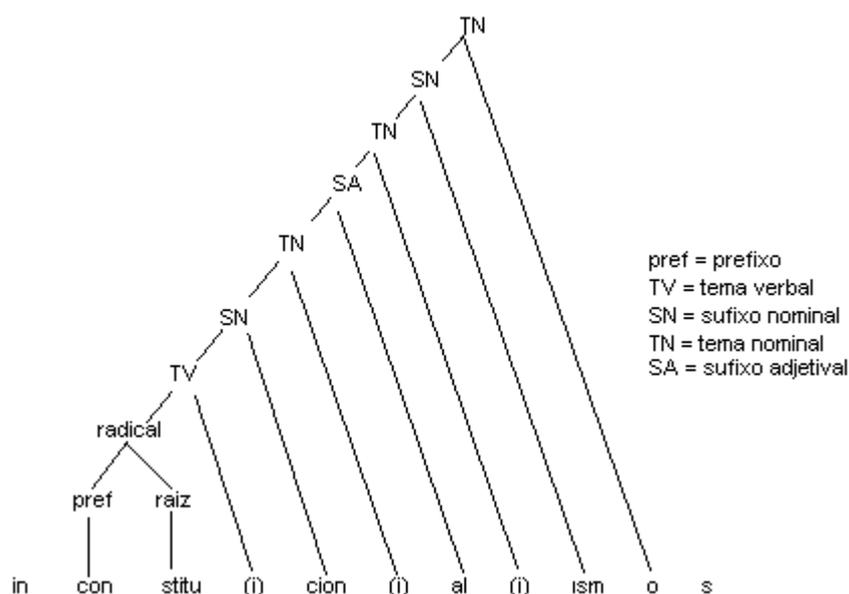
(9) hebraico (Sapir 1971: 67)

(a) raiz /x-m-r/ ‘idéia de guardar’: xamar ‘guardou’, xomer ‘guardando’, xmor ‘guardar’, e-xmor ‘eu guardarei’

(b) raiz /g-n-b/ ‘idéia de furtar’: ganab ‘furtou’, goneb ‘furtando’, ganub ‘sendo furtado’, gnob ‘furtar’

Retomemos o exemplo (7) supra e examinemos a sua “sintaxe”, ou seja, sua morfotática, que é o estudo da estrutura do vocábulo. Nas figuras 1, 2 e 3 de 4.2, eu já havia avançado algo sobre a estrutura interna do vocábulo. O que eu gostaria de fazer aqui é demonstrar que se o vocábulo tem uma estrutura interna, ela deve obedecer aos mesmos princípios que regem a construção da frase. Começando pela estruturação interna de (7), eu sugeriria a representação de (10), nos moldes das representações sintáticas.

(10)



Como já foi proposto acima, chamemos de formativos aos morfemas que entram na formação do vocábulo complexo. Muita coisa da representação de (10) parece estranha. Primeiro, nota-se que “-stitu-” é o núcleo (raiz) da estrutura vocabular, a despeito de alguns problemas aparentes que discutiremos mais abaixo. Essa raiz é irredutível morfológicamente, e só ocorre combinada com um prefixo, com o qual forma o primeiro radical vocabular (verbal) – sobre o conceito de raiz, pode-se consultar Câmara (1983: 86) e Jespersen (1954: 367-395). Depois, vêm outros radicais, nominais, ou seja, substantivais com “-cion-”, adjetivais com “-al-” e substantivais de novo com “-ism-”. Segundo, verifica-se que há dois prefixos, “in-” e “-con-”. O que aparece aqui é o “in-” de negação, que chamarei de “in₂”. O “in₁” faz parte do paradigma de “con”. Tanto que “institucional” é uma palavra corrente da língua, ao lado de “constitucional”. A figura 1 de 4.2 apresenta outras alternativas.

Como se pode ver em (10), o prefixo “-in₂” pode preceder outro prefixo, como “con-”. Na verdade pode preceder vários outros, como nos exemplos “irresistível”, “indestruível” etc. Ele pode preceder até mesmo “in₁”, como em “ininteligível”. Os prefixos “des-” e “re-” também podem preceder outros prefixos, como se pode ver em “desinformado”, “desinfeliz”, “reinstalar” e muitos outros exemplos.

Em terceiro lugar, nota-se que o formativo “-cion-” deriva substantivos a partir de verbos. Se não vem nenhum outro formativo derivacional depois dele, ele aparece sob a forma do alomorfe “-ção”, como em “constituição”. O verbo do qual esse substantivo deriva é

“constituir” (logo abaixo voltarei ao “-i-” e ao “-r”). Em seguida, tem-se o formativo “-al-”, que deriva adjetivos de substantivos. Em “estadual” (< estado) e “hexagonal” (< hexágono) temos mais dois exemplos, entre inúmeros outros. O formativo “-ism-”, por seu turno, deriva nomes de doutrinas a partir de substantivos, como “constitucionalismo” de “constitucional”, e de adjetivos, como “assistencialismo” de “assistencial”.

Por fim temos os formativos “-o-” e “-s”. O primeiro deles é tido geralmente como o morfema de gênero. No caso, ele indicaria o masculino, por oposição a “-a”, que deveria ser sua contraparte feminina. Entretanto, isso só é válido de modo geral para oposições do tipo “menino/a”, “porco/a”, “cachorro/cachorra”, “gato/a” e outras. No exemplo (7), o “-o-” seria mais um índice de classe nominal do vocábulo. Os outros seriam “-e” e “a”. Como exemplos do primeiro, temos, entre outros, “trâmite”, “exame”, “interessante”, “classe” etc. Para o segundo, teríamos “casa”, “vara”, “vala” etc. Em outros contextos, esses morfemas de classe são chamados de vogais temáticas (cf. Câmara 1983).

Na verdade, os morfemas de classe nominal, ou vogais temáticas na terminologia de Câmara (1983), são, do ponto de vista fonético-fonológico, /a, i, u/. O “-o” e o “-e” da ortografia representam, respectivamente, /i/ e /u/. Os morfemas de classe verbal, ou vogais temáticas verbais, são /a, e, i/, que determinam os três paradigmas de conjugação representados pelos verbos “amar”, “vender” e “partir”. O princípio subjacente aos formativos de classe nominal é o de que o radical do vocábulo não pode terminar vazio, sem uma vogal de apoio. Mesmo que ocorra uma flexão como a de número, eles devem aparecer. Daí, “inconstitucionalism-o-s”. Do mesmo modo, temos “cas-a-s”, e “class-e-s”. Em suma, não havendo nenhuma flexão após o morfema de classe, esse formativo funciona como uma espécie de arremate do vocábulo.

Nos verbos, o morfema de classe tem um comportamento um pouco diferente. Em (11) temos alguns exemplos, em que “+” indica que o formativo da respectiva posição aparece na linha em questão; “-” indica que ele não ocorre aí, e “0” indica que na estrutura da respectiva linha ele não entra em causa.

(11)	1	2	3	4	5
	am	a	-	-	mos
	vend	e	-	-	+
	part	i	-	-	+
			r	-	-
			+	re	mos
			-	sse	+
			+	0	0

A posição 1 é da raiz verbal, a 2 é a do morfema de classe, a 3 a do morfema de infinitivo, a 4 a de tempo/modo e a 5 a de número/pessoa. Aparentemente, além de indicar a classe de cada radical verbal, o morfema de classe teria também uma função fonotática, ou seja, de manter a estrutura silábica canônica. Dado isso, (11) gera pelo menos as formas verbais “amamos”, “vendemos”, “partimos” (1^a a 3^a linhas), “amar”, “vender”, “partir” (4^a linha combinada com os radicais e os morfemas de classe), “amaremos”, “venderemos”, “partiremos” (5^a linha combinada com os mesmos mais os de tempo/modo e os de número/pessoa), “amásemos”, “vendêssemos”, “partíssemos” (6^a linha mais os mesmos), “ama”, “vende”, “parte” (7^a linha mais idem). Muita coisa fica por explicar, uma vez que a investigação da gramática morfológica de uma perspectiva comunicacional ainda está engatinhando.

Como vimos na discussão sobre os dados das figuras 1, 2 e 3 de 4.2, a subgramática morfológica prevê muita coisa não aceita no uso diário da língua. Para aprofundar essa discussão, retomemos a estrutura vocabular representada em (10). O “i” entre parênteses que

vem após o radical é o morfema de classe verbal (terceira classe, ou conjugação). Se a estrutura vocabular for um verbo, sua presença será obrigatória, sobretudo se logo a seguir vier apenas um formativo, flexional ou derivacional, como o de infinitivo (constitu-i-r), ou os formativos nominais “-ção” (constitu-i-ção) e “-nte” (constitu-i-nte). Entretanto, se após ele vier mais de um formativo derivacional, como em “constitu0-cion-al”, ele se apaga. O mesmo parece valer para os formativos de classe nominal “-i-” que vem após “-cion-” e “-al-”. Eles vêm à tona sempre que essas palavras se pluralizam. Assim, em “constituição” e “constitucional” eles se elidem, mas em “constituições” e “constitucionais” eles reaparecem, sobretudo se nos lembrarmos de que a forma subjacente desses dois vocábulos é /koNstitusioNis/ e /koNstitusionaLis/. Regras fonéticas do português fazem o /N/ nasalizar a vogal precedente e em seguida elidir-se. Elisão se dá também com /L/. A justificativa para isso está em que em “constitucional” o /N/ reemerge, o mesmo se dando com o /L/ em “constitucionalismo” ou “constitucionalidade”. Por outras palavras, /N/ e /L/ não se elidem se o formativo que vem depois deles se iniciar por vogal.

Retornando a (10), nota-se claramente uma constância dos morfemas de classe (vogais temáticas). Assim, o primeiro “-i-” é imprescindível para o vocábulo verbal (constituir), mesmo que ele se apresente nominalizado (constituinte). O segundo “-i-”, já não é verbal, mas nominal, é o arremate necessário para o adjetivo (constituioni). Mesmo que ele submerja em “constituição”, em “constituições” e em “constitucionalidade” e outros derivados ele vem à tona de novo. O mesmo morfema de classe nominal ocorre como fecho do adjetivo “constitucional”, subjacentemente “constitucionali” (cf. o plural “constitucionais” e derivados: “constitucionalidade”, “constitucionalismo”, etc.). Como o derivado já tem um fonema /i/ inicial, o “-i-” temático se elide, motivo pelo qual ele não está ligado na árvore. Por fim, temos o morfema de classe da palavra complexa maior, ou seja, “constitucionalismo”. O “-s” de plural é um caso à parte. Ele se acrescenta sempre à palavra, sem modificar sua classe. O “-in-” (in₂), de negação, também tem um status bastante especial, motivo pelo qual é difícil de se estabelecer a que nóculo da árvore ele se liga.

Parece que os formativos de classe, tanto os nominais quanto os verbais, tendem a se manter quando após eles vier um formativo flexional. Esse formativo deve ser de número nos nomes. Nos verbos, as coisas são mais complicadas pois, como vimos, ele permanece quando o formativo seguinte for nominal, de infinitivo etc. Mas, há outras conclusões que se podem tirar da observação de (10). Deixando de lado por ora os formativos de classe internos, nota-se que com a raiz “stitu-” pode coocorrer o paradigma de prefixos que vimos em 4.2. Em (12) retomo os exemplos com algumas adaptações.

(12)	1	2	3	4
	con	stitu	(i)	(r)
	de			
	in			
	pro			
	re			
			

Das formas geráveis a partir de (12), parece que todas são efetivamente usadas na língua. No entanto, se complexificarmos a construção, ou seja, se partirmos de uma forma como a de (10), veremos que muita forma prevista não é usada no dia a dia dos atos de interação comunicativa (AIC) que se dão entre os falantes de língua portuguesa. Assim, temos “constituição”, “constitucional”, “constitucionalismo” e “constitucionalidade”, mas apenas “destituição”, pois “*destitucional”, “*destitucionalismo” e “*destitucionalidade” não são usados. O mesmo se pode dizer de derivados formados a partir de “-stitu-” precedido dos

prefixos “in-”, “pro-” e “re-”. E aqui vale o mesmo tipo de argumento que apresentei em 4.2 a propósito de “*imexível”.

Do que acaba de ser dito, pode-se dizer que regularidade aumentaria o poder referencial de uma língua, ao passo que irregularidade diminuí-lo-ia. Isso porque as línguas cuja gramática está cheia de irregularidades – como as alternâncias “sou/serei~é/era/fui”—opõem restrições como as marcadas por asterisco. Nas línguas de gramática ótima, nada disso aconteceria. O conjunto de formas reais seria idêntico ao das formas possíveis. Elas só poderiam ter menor poder referencial se seu léxico fosse muito pouco numeroso, embora isso pudesse ser compensado pela possibilidade de combinação de morfemas sem restrições para formar novos vocábulos. A questão merece um estudo mais aprofundado. Talvez daí surja uma resposta para a contradição léxico x gramática.

A subgramática morfológica das línguas prevê todas as combinações possíveis no subsistema constituído pelos formativos vocabulares e as regras de sua combinação, o que daria os “textos” vocabulares (vocábulos complexos). De modo que a fórmula desse componente da língua poderia ser o que se vê em (13), ou seja, o vocabulário total de uma língua (V) consta dos formativos vocabulares (Fv), que podem ser combinados de acordo com as regras morfológicas da língua (m). O (m) entre parênteses explicita o fato de que nem toda língua tem regras morfológicas. É o caso das línguas isolantes.

$$(13) V = Fv (+ m)$$

A fórmula de (13) gera todas as formas vocabulares (vocábulos) *produzíveis*, isto é, previstas pelo sistema. Trata-se dos vocábulos possíveis. No entanto, na língua real da comunidade de fala, só um pequeno subconjunto desses vocábulos produzíveis é efetivamente *produzido*. Entre os que foram produzidos pelo menos uma vez, aqueles que forem reiteradamente reproduzidos em AIC concretos farão parte do *vocabulário real* da língua em questão. Aqueles que forem produzíveis, mas não forem produzidos e reproduzidos, farão parte do *vocabulário potencial* da língua. Nos termos de Coseriu (1967: 11-113), o vocabulário real é o vocabulário da norma, e o vocabulário potencial é o vocabulário do sistema.

A conclusão natural do que acaba de ser dito é que o vocabulário total de uma língua consta do conjunto dos vocábulos simples mais o conjunto dos vocábulos complexos, que são os produzíveis, por serem previstos pela gramática morfológica.

O conceito de produzibilidade, ou seja, de subgramática morfológica, complementado pelos de produzido e reproduzido mostram pela enésima vez o papel da língua como instrumento de comunicação. E o que é mais, mostram mais uma vez que a língua é produto e instrumento da comunicação, como já dissera Saussure. Isso significa que as palavras da língua são criadas nos AIC e utilizadas em AIC.

Em (13) vimos que da perspectiva da língua como um meio de comunicação entre os membros de uma comunidade, muitas das possibilidades previstas no sistema normalmente não são usadas, não ocorrem em AIC concretos. No entanto, ficam como potencialidades, de que eventualmente se pode lançar mão para se produzir “novo” vocábulo, ou “neologismo”. É o que se deu com a forma “imexível” discutida em 4.2. Portanto, é o uso em AIC concretos que sanciona um vocábulo potencial como vocábulo real. Do contrário, perder-nos-íamos em uma *superprodução (overgeneration)* de vocábulos que ninguém usaria. O caos aparente de uma superprodução é evitado pelo uso. O dicionário de uma língua normalmente é um inventário dos vocábulos produzidos e reproduzidos, ou seja, do vocabulário real. Do contrário coincidiria com a subgramática morfológica.

Mais importante do que a superprodução, propiciada pelo sistema (a subgramática morfológica), é a *produtividade*, que é inevitavelmente determinada pelo uso. Assim, entre os diversos afixos disponíveis em V, aqueles que os falantes usam em um maior número de

combinações – inclusive em combinações ainda não produzidas antes – são mais produtivos. Por exemplo, em geral se fala da produtividade de prefixos e sufixos, tendo por base os critérios de produzibilidade e produtividade. Trocado em miúdos, um afixo é produtivo quando é estatisticamente usado com certa frequência, o que em geral implica que pode ser usado em neologismos e em vocábulos complexos novos. De qualquer forma, creio que deve ter ficado claro que a produtividade é uma questão de grau, ou seja, não há afixos 100% produtivos e afixos 100% improdutivos. Alguns podem ser 20% produtivos, outros podem sê-lo 40%, 50% e assim por diante.

No caso da língua portuguesa, o prefixo mais produtivo parece ser “des-”, usado para desfazer ações. Aliás, parece que essa idéia é uma tendência geral em grande parte das línguas. Pinto (1994) demonstrou que ele é o prefixo mais produtivo em português, inclusive em algumas variedades rurais. Mostrou também que além de ser o mais produtivo, é um dos apenas três que ocorrem em alguns dialetos rurais, bem como no crioulo caboverdiano. No crioulo guineense basilectal, ele é o único prefixo existente. Isso é bastante significativo. A idéia de “desfazer uma ação” é tão importante na aquisição de L1 que Eve V. Clark chegou a abrir um capítulo inteiro para ela em seu livro dedicado à aquisição do léxico (Clark 1993: 220-238).

Além do prefixo “des-”, há outros afixos relativamente produtivos em português. Entre as flexões, a mais geral é o “-s” de plural nominal (substantivo e adjetivo). Na verdade, parece ser o único processo morfológico sem exceção na língua, se exceptuarmos empréstimos cultos, como os latinismos *campus/campi*, entre outros. Dos três formativos de tema verbal (*a*, *e*, *i*), o mais produtivo é “-a-”, o menos produtivo “-i-”. Quanto a “-e-” fica em uma posição intermediária. Tanto que qualquer inovação verbal terminará em “-a-r”. Quando muito em “-e-r”, mas sob a variante “-ec-e-r”, combinado com o prefixo “en-”, como se pode ver no vocábulo de gíria “emputecer”. Quanto ao morfema de infinitivo, pelo menos no português culto, é sempre “-r”. No português rural ele se elide, sendo substituído pela oxitonidade (*amá*, *vendê*, *partí*). No caso dos sufixos formadores de substantivos que indicam agente, a partir de uma raiz verbal, o mais comum é “-(d)or”.

Em línguas emergentes, como já foi sugerido, o processo mais comum para ampliação do vocabulário é a composição, ou seja, a junção de dois vocábulos já existentes para formar um terceiro. De acordo com Sapir, “o método mais simples, pelo menos mais econômico, de indicar qualquer espécie de noção gramatical é justapor dois ou mais vocábulos numa ordem definida, sem procurar, por uma modificação inerente, estabelecer a conexão entre eles. Alinhemos ao acaso dois vocábulos simples ingleses, *sing praise*, digamos. Isto, em inglês, não acarreta um pensamento conclusivo, nem estabelece nitidamente uma relação entre a idéia de ‘cantar’ e a de ‘louvar’. Apesar de tudo, porém, é-nos psicologicamente impossível ouvir ou ver as duas palavras justapostas sem um esforço para lhes dar certa dose de significação coerente. A tentativa não terá por certo bom êxito pleno; mas o que importa assinalar é que tão depressa se apresentem ao espírito humano dois ou mais conceitos radicais em imediata sequência, tentará ele conjugá-los sob um valor qualquer. No caso de *sing praise*, cada um de nós chegará provavelmente a um resultado provisório distinto”. Pode ser que nenhum deles se fixe na comunidade, mas outros casos se fixaram, como *killjoy* (desmancha-prazeres) (Sapir 1971: 70).

Já vimos que o processo mais primitivo de ampliação vocabular é a reduplicação de determinado item. A composição parece uma continuação do processo reduplicativo. Mas, há outras fontes para vocábulos complexos, outrossim mencionadas em páginas anteriores. Uma delas é a frase. Pode ser um sintagma nominal, como *chemin de fer metropolitain*, que virou simplesmente *metropolitain* (e depois *metrô*), em francês. Pode ser um nome com uma sentença subordinada, como em *queijo que provém de Minas*, que evoluiu para *queijo-de-Minas*. Por fim, pode ser aparentemente uma sentença inteira, como *big fellow master too*

much (= grande companheiro chefe demais), no sentido de “governador”, do beach-la-mar (Mühlhäusler 1986: 146).

Como vimos ao falarmos de pidgin – mais especificamente de jargão – em 1.3, os três recursos mais comuns para ampliar o parco léxico inicial compartilhado em uma situação de contato são a circunlocução, a multifuncionalidade e a geração de verbos a partir de nomes. Vejamos primeiro a circunlocução. Além dos exemplos já vistos, gostaria de acrescentar os de (14), do hiri motu, pidgin de base nativa da Papua Nova Guiné.

(14)

kuku ania gauna (= fumaça comer coisa) ‘cachimbo’
 lahi gabua gauna (= fogo queimar coisa) ‘fósforo’
 traka abiaisi gauna (= caminhão levantar coisa) ‘macaco mecânico’
 godu abia gauna (= voz tomar coisa) ‘gravador’
 (Mühlhäusler 1986: 171)

A multifuncionalidade significa o uso de uma mesma forma em função verbal, nominal, adjetival e até adverbial. Por exemplo, ao falarmos da serialização verbal (8.3.1) vimos que ela tem muito a ver com o uso de verbos em funções preposicionais. O uso de adjetivos como verbos é também um traço bastante generalizado nos pidgins e crioulos (Bickerton 1981: 68-70). Intimamente associada com a multifuncionalidade, está a polissemia. Em línguas obsoletas, ela ocorre em grande quantidade. Por exemplo, no léxico africano da comunidade de Cafundó, no estado de São Paulo temos, entre outros, os exemplos de (15), tirados de Couto (1992a).

(15)

ngombe ‘boi, cavalo, veado, bicicleta, automóvel, ônibus’
 vavuru ‘grande, gordo, aberto, alto, muito, mais, etc.’

Por fim, temos o recurso de derivar verbos para ação mediante o acréscimo de “fazer” a um nome. Em (16) temos três exemplos do hiri motu.

(16)

laulau karaia (= imagem fazer) ‘fotografar’
 durua karaia (= assistência fazer) ‘ajudar’
 hera karaia (= decorar fazer) ‘enfeitar’
 (Mühlhäusler 1986: 173)

Esse processo é muito comum nas línguas do mundo, aproximando-se muito do *bida magru* (virar magro = emagrecer) do crioulo guineense. Em japonês ele é usado para formar verbos a partir de nomes de origem chinesa. Na linguagem infantil ele tem um papel muito importante (cf. Clark 1993: 198-218). Pode ocorrer também algo como “eu bonito você” (eu te embelezo) e assim por diante. Em suma, de acordo com Mühlhäusler 1986: 171-173), trata-se do uso máximo de um léxico mínimo. Uma outra fonte universal de ampliação dos recursos lexicais é o empréstimo, sobre o qual não é preciso dizer nada aqui uma vez que é de domínio comum. No caso específico da composição, pode acontecer (e frequentemente acontece) de determinada sequência de formativos morfológicos ter um significado diferente do das partes componentes. No entanto, para a morfologia o que importa é apenas o aspecto formal, como vimos em sua definição dada acima, e como já dá a entender a própria etimologia grega de “morfo”. O significado tanto dos vocábulos simples quanto dos vocábulos complexos é da alçada da semântica lexical, não da morfologia.

Ainda no que concerne à gênese de certos tipos de itens lexicais, gostaria de comentar mais alguns casos específicos. Antes de mais nada, ressaltemos que grande parte dos prefixos das línguas românicas tem origem em preposições latinas. Aliás, esse processo já era comum no próprio latim. Quanto às preposições, frequentemente provêm de advérbios. Por exemplo, Sapir afirma que a preposição *of* (de) do inglês tem origem adverbial. Tanto que a forma historicamente aparentada *off* (fora, para fora) continua sendo um advérbio (Sapir (1971: 116-117). Outras podem provir de verbos, como vimos com as serializações verbais. No tok pisin a preposição que indica a relação de posse, pertinência a, ou seja, *bilong*, provém do verbo inglês (*to*) *belong*. Em (17) temos alguns exemplos.

(17)

(a) gaten bilong papa bilong mi (= garden belong daddy belong mi) ‘o jardim de meu pai’

(b) haus bilong waswas (house belong wash-wash) ‘lavanderia’

(c) pik bilong papa (= pig belong daddy) ‘o porco do papai’

(Laycock 1970)

Ainda no tok pisin, temos a conjunção *sapos* (se), que também tem origem verbal, ou seja, (*to*) *suppose* (supor). Vejam-se os exemplos de (18).

(18)

(a) sapos yu daunim tispela maresin, yu orait (= suppose you take this medicine, you all-right) ‘se você tomar este remédio ficará bom’

(b) sapos yu kukim kaukau, bai mi kaikai (= suppose you cook potatoes, by me eat) ‘se você cozinhar batatas, eu comerei’

(Laycock 1970: 17).

Em português, a conjunção temporal “quando” tem a forma alternante, mais popular, “a hora que”, que no crioulo guineense virou *oki*. O advérbio “agora” tem valor conjuncional também, no mesmo nível de linguagem, no sentido de “porém”, “entretanto”, “mas” etc.

Ainda sobre preposições oriundas de verbos, seria interessante lembrar que no próprio português o fenômeno pode acontecer. Assim, temos *durante* (< durar), *mediante* (< mediar) e outras. Em inglês e alemão existem formas equivalentes, como *during* (durante) e *während* (durante), respectivamente.

Os advérbios frequentemente provêm de frases, sobretudo os de tempo. Por exemplo, “hoje” vem de *in hoc die* (em este dia). Quanto a “agora”, origina-se em *in hac hora* (em esta hora). O advérbio de modo “como” tem origem na expressão latina *quo modo* (de que modo) e assim por diante. Ainda no que tange aos advérbios, note-se que os de tempo frequentemente são usados para indicar as ideias de passado, presente e futuro, sobretudo nos jargões, nos crioulos incipientes e na aprendizagem de L2 em situações naturais. Em 1.4.5, vimos os exemplos *now* (agora) para presente, *yesterday* (ontem) para passado, *tomorrow* (amanhã) para futuro, bem como *everyday* (todo dia) para aspecto habitual. Lembre-se que no crioulo guineense isso é indicado por *ta* (Jon, i ta studia = João estuda, é estudante).

Talvez o processo morfológico mais difícil de ser filiado historicamente seja o de derivação e, sobretudo, o de flexão. Ao falar do léxico (8.2), eu sugeri que o “-eiro” de palavras como “ferreiro” pode ter provindo de algo como “aquele que...”. Sugeri também que o “-ia” que ocorre em “Grécia”, “Itália” e “Rússia”, entre inúmeros outros nomes de países e regiões, pode ter uma origem remota em algo como “terra dos...”. No mesmo lugar vimos que o equivalente de “leiteiro” em inglês é *milkman*, ou seja, “o homem do leite”, “o homem que traz o leite”. Os advérbios de modo nas línguas românicas claramente provêm de um adjetivo + mente, que é um substantivo no ablativo (?). No inglês, o equivalente *-ly* (*homely*

‘singelamente’) provém de *like* (semelhante). O *-ful* que ocorre em *beautiful* (formoso), nada mais é do que o adjetivo *full* (cheio) (Sapir 1971: 40). O sufixo “-ável” em português parece nada ter a ver com “hábil”, a despeito de haver formas como “amável” e “amabilíssimo”. No inglês, no entanto, o *able* que ocorre em *capable* (capaz, apto, idôneo) e *unthinkable* (impensável) parece estar intimamente associado ao adjetivo independente *able* (capaz, competente).

A flexão de pessoa dos verbos é bem possível que tenha tido origem em formas átonas dos pronomes, que se cliticizariam a ele. Vejam-se os exemplos de (19), do crioulo guineense.

(19)

- (a) ami, N-fuma ‘eu fumei’
- (b) abô, bu-fuma ‘tu fumaste’
- (c) el, i-fuma ‘ele fumou’
- (d) anó, no-fuma ‘nós fumamos’
- (e) abó, bó-fuma ‘vós fumastes’
- (f) elis, e-fuma ‘eles fumaram’

Como a forma pronominal já está cliticizada ao verbo, e como já existe outro pronome (tônico), é provável que a forma cliticizada tenha sido o germe para a flexão de pessoa. Givón (1979a: 209-210) discute essa possibilidade como passagem de tópico a sujeito. De acordo com sua proposta, exemplificada com o inglês, as formas tônicas de (19), que são tópicos, deixariam de sê-lo e passariam a ser sujeito, simultaneamente à transformação das formas átonas em afixos indicadores de pessoa e número.

A flexão de futuro do pretérito e futuro do presente nas línguas românicas provém indiscutivelmente de uma forma verbal plena. Assim, “amarei” provém remotamente de “amare + habeo”. Tanto que há autores que ainda consideram essa forma como composta, ou seja, “amar+hei” (cf. Back & Mattos 1972: 308-309). Uma outra fonte para a flexão verbal são os verbos auxiliares, tanto que no próprio português se diz comumente “vou vender” por “venderei”. Mas, uma forma interessante é o morfema de anterioridade no guineense, ou seja, *ba*. Atualmente, ele ainda é isolante, sobretudo na variedade basilectal da língua, como se pode ver (20a).

(20)

- (a) Jon, i fuma ba ‘João fumara’ (tempo: anterioridade)
- (b) Jon, i ba fuma ‘João vai/ia fumar’ (modo: irreal)
- (c) Jon, i ta fuma ‘João fuma, é fumante’ (aspecto: habitual)

Como se pode ver nos demais exemplos de (20), *ba* é a única partícula que não se antepõe ao verbo. Isso pode ser um indício de que algum dia ela deixe de ser uma forma isolante e se aglutine ao verbo, transformando-se em flexão de tempo, Jon fúmaba (João fumava). Aliás, costuma-se dizer que esse formativo proviria do “-va” do imperfeito do indicativo português, o que não parece certo, pois no wolof existe a partícula *ba* com a mesma função. Nos pidgins em formação, como se sabe, o tempo-aspecto é frequentemente indicado por advérbios, como se pode ver nos exemplos de 1.4.5 citados acima.

A flexão de gênero é bem provável que tenha origem na distinção de sexo, masculino e feminino. Um dado sincrônico atual a favor dessa hipótese é que em praticamente todos os crioulos do mundo não há flexão de gênero e, portanto, tampouco de sexo. O que pode haver é a distinção ser feita por meios lexicais, como nos exemplos de (21), do guineense.

- (21) (a) omi/minjer ‘homem/mulher’; (b) rapás/bajuda ‘rapaz/moça’

Afora isso, se fôr estritamente necessário especificar o sexo do ser designado, acrescenta-se *macu* (macho) e *fêmia* (fêmea) ao substantivo neutro, como se vê em (22). Por outras palavras, a distinção pode ser feita mediante uma construção sintática.

(22) (a) *mininu macu/fêmia* ‘menino/menina’; *fiju macu/fêmia* ‘filho/filha’; *sancu macu/fêmia* ‘macaco/macaca’ (c=t[; j=dʒ).

É interessante notar que esse recurso existe em algumas regiões do Brasil. Quando nasce uma criança, pergunta-se: “É menino homem ou menina mulher?”. Às vezes se usam “macho” e “fêmea” em vez de “homem” e “mulher”, respectivamente. O fato é que o processo é bastante generalizado.

A flexão de número nos nomes também parece ter origem em palavras que significam “muito/s”. Isso ocorre em línguas tão díspares como o crioulo francês da Ilha Maurício e o tupi. Em (23) temos exemplos do mauriciano e em (24) do tupi.

(23)

(a) *sa ban lakaz dibwa* (= ça bande la-case du-bois) ‘estas casas de madeira’

(b) *Zañ ti aste ban liv la* (= Jean été acheter bande livre là) ‘Jean comprou os livros’ (bande = bando, grupo)

(Adone 1994: 31-33).

(24) (a) *pirá* ‘peixe’ / *pirá etá* ‘peixes’, (b) *paka* ‘paca’ / *pak’etá* ‘pacas’, (c) *guyratinga* ‘garça branca’ / *guyrating’etá* ‘garças brancas’ (etá = muito, muitos)

(Barbosa 1956: 45).

Gostaria de enfatizar que, geneticamente, parece que a escala evolutiva, ou seja, de [-marcado] para [+marcado], seria a seguinte: (i) repetição > (ii) reduplicação > (iii) composição > (iv) derivação > (v) flexão. Dentro da derivação, haveria a seguinte subseqüência: prefixação > sufixação > flexão > infixação. Isso porque, como já disseram alguns estudiosos, a prefixação seria um tipo mais complexo de composição. Quanto à sufixação, representaria o grau seguinte de complexidade. A flexão seria o processo morfológico mais complexo, logo, mais marcado. Ela existe apenas para efeitos de concordância do vocábulo com outros vocábulos, não para sua referência. Ou seja, para mostrar que o determinante ou adjetivo X está sintaticamente associado ao nome Y, ou que o verbo X está sintaticamente associado ao núcleo nominal Y. Uma prova de que esse recurso é dispensável é que em muitas línguas em que existe, ele pode deixar de ocorrer em determinados dialetos e/ou registros. É o caso do exemplo português de (25a) e sua variante rural e/ou popular/coloquial (25b). Uma outra prova é a de que o recurso para indicar função sintática menos marcado é a ordem, como vimos ao falarmos da sintaxe.

(25)

(a) Todas as meninas pequenas chegaram atrasadas

(b) As menina pequena chegô tudo atrasado

O simples fato de (23b) ocorrer (muito) em algumas (muitas) variedades da língua já aponta para a complexidade da concordância bem como sua dispensabilidade. Por outras palavras, isso mostra que a flexão é um processo morfológico que está no extremo [+marcado] da escala de marca.

Trazendo a discussão para o objeto central desta investigação, poder-se-ia dizer que o ideal – se é que se pode falar assim – seria as línguas não terem morfologia, o que daria razão a Hjelmslev (1939) e a Bickerton (1984) quando asseveraram que o crioulo é uma língua de gramática ótima, ou seja, menos marcada, como já vimos em 1.2. No caso de haver morfologia, todos os recursos mencionados acima podem intervir em seu surgimento, sobretudo na emergência de línguas mistas em situações de contato de línguas. Nesse caso, têm preferência os menos marcados. Como sugerem todas as evidências disponíveis, o processo de complexificação linguística que se dá no aparecimento e no desenvolvimento ulterior da morfologia, ou seja, a ordem de surgimento dos diversos formativos morfológicos, é aproximadamente o que foi sugerido no antepenúltimo parágrafo.

Por fim, o grande problema da morfologia resulta do fato de ela estar dentro do léxico. Com isso, ela tem o mesmo destino que ele, ou seja, o de ser considerada, indevidamente, como não sujeita a princípios gerais, como os que aparentemente vigeriam na sintaxe. O léxico, como sabemos, é específico da língua de determinada comunidade. Mas, a sintaxe também é específica de determinada língua, com exceção de princípios formais e altamente abstratos, de muito pouco interesse para o entendimento da língua como fenômeno social e meio de comunicação entre os membros da comunidade em que é falada, como Givón (1979a) não se cansa de mostrar.

8.3.3. Fonologia

Excluída a possibilidade de comunicação telepática ou algo parecido, comunicar-se com alguém é enviar-lhe algum conteúdo semântico, ou seja, algum significado. Acontece que os conteúdos semânticos são abstrações e, como tais, são incapazes de vencer a barreira espaço-temporal que separa falante de ouvinte. Tem que haver um meio físico que sirva de veículo para esses conteúdos. Em princípio, esse veículo poderia ser um sinal captável por qualquer um dos cinco sentidos. Por exemplo, poderia ser gestos, símbolos visuais ou escrita para o sentido da visão. Poderia ser usado também o tato, como já se faz com o código Braille. Poderia haver mensagens até mesmo olfativas e gustativas, como se observa, por exemplo, no domínio da indústria de perfumes e no da culinária, respectivamente. Sabe-se, outrossim, que algumas espécies animais fazem uso desses sentidos para interagirem com o ambiente e com seus semelhantes. Até mesmo os seres humanos podem fazer uso deles em situações-limite como as que foram mencionadas e comentadas em 5.3.

O que importa no caso é que nós, humanos, normalmente nos valem mais do canal vocal para nossos AIC. A interação por esse meio é tão importante que até poderíamos usar a imagem bíblica e dizer que no princípio era o som, e o som era a palavra, e a palavra era a linguagem que permitia a comunicação. A comunicação pelo canal vocal, por meio do som, é tão importante que sempre que duas ou mais pessoas estão juntas é preciso que profiram algum som. É necessário que o canal vocal esteja sempre em uso, ainda que os AIC sejam meramente fáticos. Enfim, se é verdade que “sem palavras não haveria estrutura fonológica, estrutura morfológica nem estrutura sintática”, como afirmou Clark (1993: 1-2), sem som não existiria palavra.

O uso do som como principal meio para se referir às coisas sobre as quais os membros da comunidade trocam AIC entre si é tão forte que os povos ditos “primitivos” achavam que os dois (som e coisa) eram uma única entidade. Assim, pronunciando-se o nome de uma coisa, ela se presentificaria; tendo-se a coisa, ter-se-ia também o nome (som). É a magia da palavra, ou superstição verbal, como se pode ver em Ogden & Richards (1972: 45-66), para os quais, “classificar as coisas é dar-lhes nomes” (p. 51). De modo que, no início, os sons se ligam diretamente ao conteúdo a ser transmitido. Não há a mediação da morfologia, da sintaxe nem da fonologia. A mensagem é holística. O som proferido como um todo remete diretamente, e indecomponivelmente, ao que F quer dizer a O. Nesse caso estariam as onomatopéias, a

linguagem animal em geral e comunicações do tipo da que a brasileira analfabeta tentou usar na Bélgica. Até mesmo no início da aquisição de L1 o holismo predomina.

Quando começa a surgir uma língua articulada, no entanto, começa também a se segmentarem os sons, a mensagem deixa de ser holística e indecomponível. Por outras palavras, isso se dá quando começa a surgir uma gramática, em que se inclui a subgramática fonológica. Voltando à hipótese representada na sequência que vai de (1a) a (1z) em 8.2, podese afirmar que a ordem cronológica para a aquisição/formação da palavra (ou da linguagem) começa pelos enunciados indiciais, em que os enunciados se contituem apenas de índices. Como se sabe, esse tipo de signo está espaço-temporalmente ligado à coisa representada. Na língua atual os índices estão representados nos dêiticos. Em seguida vem a fase do ícone, ou seja, inicia-se um processo de distanciamento do signo relativamente ao referente, embora ainda haja uma ligação entre ambos, do tipo da que existe entre o original e a fotografia. A palavra ainda é determinada pela coisa, como nas onomatopeias e no chamado fonossimbolismo. O distanciamento total só é atingido quando se atinge o estágio do símbolo, quando a linguagem se liberta por completo do referente, podendo-se falar mesmo de coisas ausentes (cf. Peirce 1972, Couto 1986/7).

Repitamos pela enésima vez: a língua é um código que serve como meio de comunicação para os membros da comunidade em que ela existe. Isso foi retratado no esquema da comunicação apresentado pela primeira vez em 1.5.2 e reproduzido na mesma forma ou em formas alternativas em diversas passagens dos capítulos subsequentes. Na figura 1 abaixo eu o reproduzo mais uma vez a fim de enfatizar, talvez exageradamente, essa função da língua, ou seja, de instrumento de comunicação. Continuando as repetições – ou reiteraões –, o esquema desta figura explicita o fato de que a língua (L) existe e subsiste para que um membro da comunidade que a usa (F) possa ser entendido por outro membro dessa comunidade (O). No caso, F só é entendido se proferir uma mensagem, que se consumará em um enunciado (E). É esse E que será enviado a O. Dados esses pressupostos, entremos no assunto do presente capítulo, a fonologia.

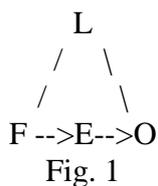


Fig. 1

Uma vez que o principal veículo que transporta E de F a O é o som, os primeiros estudiosos da linguagem humana começaram a analisá-lo, pelo menos ao tentarem representá-lo graficamente. Há cerca de quatro séculos a. C., na Índia, já si fizeram detalhadas descrições fonético-fonológicas. No entanto, foi no final do século passado e começo do atual que ficou definitivamente claro que a cadeia da fala podia e devia ser segmentada. Até aí tinha-se o que em termos atuais se chama de **fonética**, ou seja, o estudo do som em sua materialidade. Essa disciplina se ocupa do som físico de três modos. Primeiro, ela estuda o som como ele é produzido por F, caso em que recebe o nome de **fonética articulatória**, ou da produção. Segundo, ela pode se ocupar dele em sua propagação pelas ondas de ar, como o veículo que leva a mensagem produzida por F até E. Trata-se da **fonética acústica** ou da transmissão. Terceiro, a fonética pode tratar do som como ele é recebido por O, caso em que recebe o nome de **fonética perceptiva**, ou da recepção.

Tendo por objeto o som surpreendido em F, em E ou em O, a fonética trata sempre de algo natural, não de uma entidade de linguagem propriamente dita. Assim, foi preciso que surgisse uma ciência específica que tratasse do papel do som nos AIC. Essa ciência é a **fonologia**. Como ciência linguística que é, a fonologia trata do som não em sua materialidade, mas como

elemento de uma estrutura que, por isso mesmo, tem uma função no processo de significação e de comunicação linguística. Em suma, a fonologia é uma subgramática de G, tanto quanto a sintaxe e a morfologia. Um dos primeiros autores a chamar a atenção para esse fato foi Kuriłwicz (1966), na esteira de Saussure (ver também Sechehaye 1942).

Se a fonologia é uma subgramática deve, como salientaram esses autores, obedecer aos mesmos princípios da gramática em geral (G). A fórmula de linguagem – dada pela primeira vez em (3) de 1.3 e repetida em diversas passagens dos capítulos subsequentes – deveria valer também para a subgramática fonologia. De qualquer modo, essa fórmula parece não se aplicar a ela tão bem quanto se aplicou no caso das subgramáticas sintaxe e morfologia. Uma das razões é a existência dos fenômenos suprasegmentais, como veremos mais abaixo. Entretanto, pelo menos para a fonologia segmental, a fórmula se aplica à perfeição.

O fato é que, na fonologia mais do que em qualquer uma das outras subgramáticas, a distinção entre forma e função se aplica com todo vigor. Começamos pela função que, para a perspectiva comunicacional, é de suma importância. Como muito bem mostrou Roman Jakobson, sendo a função primordial da língua a significativo-comunicativa, tudo nela deve convergir para esse fim, por mais indiretamente que seja. Partindo dos estratos representacionais semântica, morfossintaxe e fonologia, como se faz na gramática estratificacional (Lamb 1966, Couto 1983b), e como se vê em Jakobson (1967: 35), seguir-se-ia que a fonologia participa de AIC muito indiretamente.

Um outro modo de ver as coisas, porém, é inteiramente plausível. Quando O recebe um E de F formado em uma língua que compartilham, ou quando alguém ouve outrem falando uma língua desconhecida, a primeira realidade com que se defronta é o som. No primeiro caso, O discerne a mensagem contida em E por conhecer o código em que foi formulada. No segundo caso, o possível E permaneceria uma sequência de sons ininterrupta e sem sentido, uma vez que O não conhece o instrumento para articulá-lo e lhe dar sentido. Com isso fica dito com todas as letras que o som só será som linguístico se estiver sujeito a regras de uso vigente em determinada comunidade.

Numa situação de contato de povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, se surgir uma língua de contato, o que se passa não é o que afirma Claire Lefebvre. De acordo com essa autora, no contexto de sua teoria da relexificação, “a única informação adotada da língua alvo é a entrada lexical que é a representação fonológica” (Lefebvre 1998: 6). Portanto, para ela a nova língua forma seus vocábulos tomando a representação fonológica (logo, subjacente, estruturada) da língua dominante. No entanto, nada está mais longe da verdade. Para adotar a representação fonológica de uma das línguas em contato, os criadores da nova língua precisariam conhecê-la. Com isso, não teriam a necessidade de forjar um meio de intercompreensão.

Em situações de contato, na verdade, parte-se de formas de superfície, fonéticas, que são recebidas nas vestes da fonologia da L1 do falante. Na própria língua com que Lefebvre exemplifica sua argumentação (crioulo francês do Haiti) temos contraexemplos a sua teoria. Entre centenas de outras, poderíamos citar as palavras “zanmi” (amigo) e “lenmi” (inimigo). A primeira veio de *les amis* [lezami] (os amigos), e a segunda de *l'ennemi* [lenmi] (o inimigo), do francês. Isso prova que os formadores do haitiano tiveram acesso apenas à sucessão de sons do francês, sem nenhum conhecimento de sua estrutura fonológica. Tanto que segmentaram a palavra onde o falante de francês não o faria. Algo semelhante ocorre em todos os crioulos franceses. Em alguns deles, “homem” é *lom* (< l’homme), arroz é *diri* (< du riz), “água” é *dlo* (< de l’eau) e assim por diante.

Nos crioulos de outras bases lexicais, o fenômeno é também bastante comum. Assim, no início do contato dos portugueses com os povos do oeste africano, esses últimos ouviram os primeiros dizerem coisas como “na i água”. Como não conheciam a subgramática fonológica do português, acharam que “água” era *iagu*, desconhecendo o fato corriqueiro da fonologia

portuguesa de que o “i” é apenas um som de transição, dado automaticamente, que não faz parte da representação fonológica. Hoje, no crioulo a palavra é *iagu*, assim como “entrar” *ientra* e “andar” é *ianda*.

Cada língua impõe uma classificação êmica à infinidade ética de sons universalmente possíveis, como muito bem mostrou Pike (1954/5). Um dos modos de codificar sons é atribuir-lhes um papel na comunicação, o que pode ser testado nos chamados pares mínimos do estruturalismo. Assim, os usuários da língua portuguesa sabem que os sons [p] e [b] têm papéis distintos na comunicação pelo fato de a substituição de um pelo outro em uma sequência modificar o conteúdo da mensagem, como se pode ver em [‘patu] ‘pato’ comparado a [‘batu] ‘bato’. Por isso, diz-se que eles são unidades que distinguem palavras, são unidades distintivas, mais comumente chamadas de **fonemas**. No caso, trata-se dos fonemas /p/ e /b/. Para a fonologia segmental, o fonema é o equivalente ao Fv da fórmula da subgramática morfológica vista em (13) de 8.3.2. No mesmo espírito, poder-se-ia dizer que a fórmula de fonologia segmental é a que se vê em (1) abaixo. Esta fórmula afirma que a subgramática fonologia segmental (FS) consta de fonemas (FN) mais as regras fonotáticas de combinação desses fonemas para produzir sílabas.

(1) FS = FN + FON

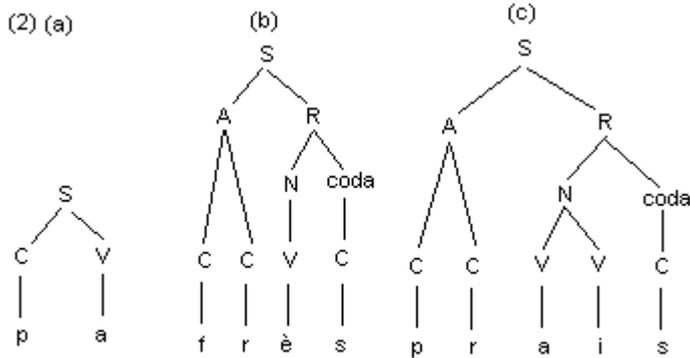
Com isso, estamos em pleno domínio da subgramática fonologia. Em Couto (1983b: 96-103), eu tentei fazer um inventário dos fonemas do português brasileiro e de suas possibilidades combinatórias, com o fito de chegar às combinações possíveis, ou seja, às sílabas. Partindo de 19 consoantes e 12 vogais (incluí as nasais), cheguei a um total de 1.292 sílabas possíveis. Apesar de ser um conjunto fechado de combinações possíveis (sílabas), verifiquei então que os falantes nem precisavam de todas elas para formar os morfemas que compõem os vocábulos que entram nos enunciados. Entre as diversas sílabas possíveis que ainda não foram utilizadas em nenhum morfema da língua eu destaquei /fles/, já avançado em 8.3. Essa sequência de fonemas está perfeitamente dentro dos padrões fonotáticos do português, portanto, é uma sílaba produzível, tanto quanto a sílaba /fres/. Apesar disso, não é usada.

A argumentação aqui é paralela à que vimos a propósito dos vocábulos produzíveis em 8.3.2. Assim, se a sílaba produzível pela subgramática fonológica for efetivamente produzida por alguém, digamos no nome de um produto comercial sob a forma de “taflés”, e subsequentemente reproduzida por diversas outras pessoas – no morfema “taflés” e em outros –, ela passará a fazer parte do inventário real de sílabas da língua. Portanto, aqui como na morfologia, bem como na língua em geral, o que faz com que uma forma passe a fazer parte real do inventário em questão é o seu uso em AIC concretos. Afinal, como temos visto à saciedade em todo este livro, é o uso que cria a própria língua. Mais abaixo veremos o inventário de fonemas e das estruturas silábicas do crioulo guineense.

A sílaba mais geral (“universal”) constitui-se de uma consoante seguida de uma vogal (CV), como já dissera Roman Jakobson (1970b) há muito tempo. Como o mesmo autor demonstrou, a palavra ótima se constitui pela reduplicação dessa sílaba, o que redundava na estrutura vocabular dissilábica CV.CV. A essa estrutura de vocábulo fonológico ótimo, McCarthy & Prince (1995) chamaram de palavra mínima (*minimal word*). O próprio Jakobson demonstrou, no mesmo lugar, que, geralmente, essa é a primeira palavra da criança, ao adquirir a língua de sua comunidade. Pode até haver suportes fonológicos com mais ou com menos sílabas do que CV.CV, mas esse padrão tende sempre a estar presente nas línguas do mundo. Ademais, está sempre presente nas línguas de contato e na linguagem infantil, entre diversas outras.

Não é só o vocábulo que apresenta estrutura interna (morfotática). Também sílaba tem composição hierárquica interna. Assim, o padrão CV consta de um núcleo vocálico (V) e um

acive consonantal (C), como se pode ver na sílaba /pa/ de “pato”, representada arboreamente em (2a). É a sílaba mais simples, “universal”, ótima.

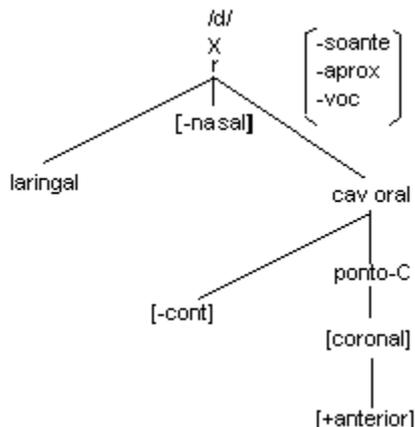


Em (b) temos uma sílaba bastante complexa, como a primeira da palavra “fresta”, mencionada acima. Ela consta de um aclave, constituído por uma obstruinte mais uma líquida, um núcleo simples, e uma coda. A sílaba (2c), por seu turno, tem uma estrutura bem mais complicada ainda do que as outras duas, ou seja, além de uma aclave complexo, ela tem também núcleo complexo (ditongo) e uma coda. Ela é a segunda sílaba da forma verbal “(vós) comprais”. Por isso, para ela, mais do que para as outras duas, é necessário distinguir-se os níveis da rima (R) e do núcleo (N). Nas outras esses nódulos existem também, só que de forma redundante. Por isso, não foram representados em (2a) que, para ser uma representação completa deveria contê-los também.

Enfim, todos esses dados estruturais têm que estar compartilhados pelos diversos membros da comunidade que precisam intercambiar mensagens. Forma e função, ou estrutura e função, se imbricam de modo tão inextricável que às vezes é difícil saber onde termina uma e começa a outra. O fato é que todas as línguas existentes apresentam todas essas facetas. De tal modo que se poderia perguntar, como foi feito em 1.3, se aquilo que se chama de russenorsk é realmente língua. Se for língua, entre outras coisas precisa ter uma estrutura fonológica independente da estrutura fonológica das línguas contatantes, ou seja, russo e norueguês. Não é o que acontece, como vimos em 1.3 e como se pode ver, mais detalhadamente, em (Couto 1998a).

A fonologia das línguas é tão estruturada que até mesmo o segmento apresenta estrutura interna, e não apenas a sílaba. Isso já era tacitamente sabido anteriormente, mas foi a partir sobretudo dos trabalhos George N. Clements (1985) que a ideia foi integrada na teoria fonológica, sob o nome de geometria de traços. Assim, o fonema /d/ pode ser representado arboreamente como se vê em (3), tirado de Hernandorena (1996: 51).

(3)



O problema da geometria dos traços é o problema geral da gramática gerativa. Tanto que um de seus seguidores (Leo Wetzels) usou um expediente *ad hoc* para explicar os dois níveis de vogais médias em português, com o que violentou a realidade objetiva apenas para não ter que mudar a teoria (ver Bisol 1996: 58-61).

Tudo que disse até aqui se refere à fonologia segmental. Mas, como vimos, existe também a fonologia suprasegmental. Como o próprio nome sugere, os fenômenos suprasegmentais se sobrepõem à cadeia de segmentos, ou a um único segmento. Entre os fenômenos estudados por ela temos a quantidade, o acento, o tom e a entoação. A quantidade opõe segmentos breves a segmentos longos. Assim, há línguas que fazem distinção entre vogais breves e longas, como o estoniano, de que temos alguns exemplos em (4).

(4) (a) kuduma ‘tecer’ / kodumaa ‘pátria’; (b) tagama ‘garantir’ / tagamaa ‘interior’ (de um país)

Segundo Lehiste (1973), de quem tirei os exemplos estonianos, nessa língua há não só vogais longas, mas até mesmo superlongas. Não fica claro se há contraste fonológico entre as longas e as superlongas. No alemão também há vogais longas, embora não sejam distintivas.

No latim havia vogais longas e breves também, mas esse traço não distinguia palavras. A longura era sempre determinada automaticamente pelo contexto. Como se sabe, em fonologia nada do que é dado automaticamente pelo contexto tem valor fonológico, ou seja, de distinguir uma forma de outra. Isso é o mesmo que dizer que não contribui nada para os AIC. Outras línguas distinguem vocábulos apenas pela altura do som (tom) de determinada(s) vogal(is) ou da única vogal. No chinês, por exemplo, as palavras de (5) se distinguem apenas por esse traço, não pelos segmentos, que são sempre os mesmos.

(5) (a) ma- ‘mãe’ (tom alto); (b) ma/ ‘juta’ (tom ascendente); (c) ma_ ‘cavalo’(tom baixo); (d) ma\ ‘xingar’ (tom descendente)

O padrão é bastante regular. Poderíamos acrescentar diversos outros exemplos, como *ba*, *pa* e diversos outros. Se o tom for alto, ascendente, baixo ou descendente, teremos palavras inteiramente diferentes (cf. Kratochvil 1973).

No que tange ao acento, as línguas se dividem grosso modo em línguas de acento fixo e línguas de acento livre. Nas línguas de acento fixo, naturalmente ele não distingue palavras, pois sua posição está automaticamente fixada, logo, nada contribui para o AIC. É nas línguas de acento livre, como o português, o espanhol, o inglês e o russo que ele contribui para a mensagem veiculada pelo vocábulo. Em (6) temos um exemplo clássico do português, em que as três sequências de segmentos são exatamente idênticas. O que distingue um morfema do outro é o fato de que a altura do som (acentos) mais forte recai na primeira sílaba em (6a), na segunda em (6b) e na terceira em (6c).

(6) (a) sábia (b) sabía (c) sabiá

Em espanhol, a sequência de segmentos /estimulo/, sem nenhuma sílaba mais forte que as demais, pode ter diversas conotações, dependendo do lugar em que o acento recair. Se na última sílaba (oxítono), temos a terceira pessoa singular do pretérito perfeito do verbo “estimular”, ou seja, *estimuló*. Se o acento vier na penúltima sílaba (paroxítono), temos a primeira pessoa singular do presente do indicativo do mesmo verbo (*yo estímulo*). Por fim, se ele incidir sobre a antepenúltima sílaba (proparoxítono), teremos o substantivo *estímulo*.

Vê-se, assim, que o acento pode servir tanto para distinguir significados, como nos exemplos de (6), como para indicar funções gramaticais, como nos exemplos do espanhol, embora nessa

língua ele distinga significados também (cera x será). Em ambos casos ele contribui para o significado: diretamente num caso (lexicalmente), indiretamente (gramaticalmente) no outro.

Dos traços suprasegmentais, o mais generalizado nas línguas do mundo e que se encontra em todas as línguas crioulas e pidgins conhecidas é a entoação. Já foi observado acima (1.4.5 e 3.2) que uma das estratégias mais comuns para se fazer pergunta nas línguas resultantes de situações de contato é a entoação ascendente. Embora eu não disponha de nenhuma publicação sobre o assunto, parece-me que também na aquisição de L1 pela criança os traços entonacionais são dos primeiros a aparecer. Assim, muito antes de adquirir palavras (por volta de um ano de idade), Aninha “contava histórias”. Ela se aproximava da mãe e enfileirava sons sem sentido, com modulações claramente detectáveis e, sobretudo, terminando com uma entoação descendente. Além disso, ela claramente discernia as perguntas das solicitações do adulto muito antes de saber o conteúdo lexical dos enunciados.

As conhecidas expressões paralinguísticas apresentadas em (7a)-(7c) também são um ótimo exemplo de E cujo significante principal (no sentido de Saussure) é a entoação.

(7a) ?mhm (7b) ?m?m (7c) ?m

Em (7a), a expressão se inicia bruscamente, pela oclusão glotal, e termina suavemente, pela nasalidade pura. A entoação começa média e passa a ascendente após /h/, significando “sim”. Em (7b), os dois momentos da expressão se iniciam pela brusquidão da oclusão glotal. A entoação se inicia alta, no primeiro momento, passa para média após o segundo momento (após a segunda oclusão glotal) e termina abruptamente. O significado é “não”. Quanto a (7c), inicia-se por uma leve oclusão glotal, passando para uma curva sempre ascendente anasalada, para indicar que se está fazendo uma pergunta.

Em Couto (1998b), eu comparei a fonologia do crioulo basilectal atual da Guiné-Bissau com a fonologia do português seiscentista e com a de algumas línguas africanas que entraram em sua formação. Vejamos a que resultados cheguei.

No que tange ao inventário de fonemas, o que os navegantes portugueses levaram para a região em que surgiria o crioulo constava proximadamente (dependendo de algumas interpretações) das 23 consoantes /p, t, k, b, d, g, f, s, ś, v, z, ź, ʃ, t ʃ, (d)ʒ, l, λ, r, r, m, n, ɲ/ e das 13 vogais /a, ʌ, ε, e, i, ɔ̃, ẽ, ĩ, õ, ũ/ (cf. Teyssier 1987). Vê-se, portanto, que o crioulo não adotou as consoantes fricativas /v, ś, z, ź, ʒ, ʃ/, a lateral palatal /λ/ nem a distinção entre a vibrante múltipla alveolar /r/ e a simples /r/. Na verdade, ele adotou algo intermediário entre os dois sons, que em (8) abaixo está representado simplesmente por /r/. Do quadro vocálico português da época, não entraram para o crioulo nenhuma das nasais nem /ʌ, ε, ɔ/. Em todos os sentidos, houve uma grande simplificação, uma vez que se evitaram sons altamente marcados, relativamente à fonologia do português, como era de se esperar.

Quanto à estrutura silábica, verifica-se que os padrões do crioulo basilectal atual e, certamente, do final do século XVI e começo do XVII, são muito semelhantes aos do português atual, ou seja, CV, V, CVC, VC, CCV e CCVC. E o que é mais interessante, as consoantes que ocorrem na coda silábica são basicamente as mesmas em ambas línguas, ou seja, /l, r, N/, em que N representa um travamento nasal de coda, de natureza consonantal, independentemente de ponto de articulação. No português trata-se de um travamento nasal sem ponto de articulação próprio; no crioulo, trata-se do fonema /ŋ/. Quanto às consoantes que ocorrem na posição C₁ do padrão C₂C₁V, são também as mesmas que ocorrem nessa posição em português, ou seja, as líquidas /l, r/.

É bem verdade que no crioulo atual há acíves com /s/ na posição C₂ como nas palavras *sta* (estar). Esse /s/ pode ocorrer até mesmo antes de duas consoantes, como se vê em palavras como *splika* (explicar), *skribi* (escrever). No entanto, essas estruturas devem ter surgido no

início do processo de transformação da fonologia crioula. Em fases anteriores, elas provavelmente não teriam ocorrido. Tanto que até hoje existem variantes como *siplika* para *splika*, o que sugere que o aclave CCC- deve ser uma inovação tardia, como tentei mostrar em Couto (1993).

No caso das línguas de substrato, elas são mais de 20. Por isso levo em conta apenas uma amostra delas, ou seja, o manjaco, o mancanha, o mandinga, o balanta e o wolof. O manjaco (Carreira & Marques 1947, Diniz 1982) contém um sistema consonantal muito semelhante ao do crioulo. Os sons dessa língua inexistentes no crioulo basilectal são /θ, x, h/ que, por serem muito marcados, não entraram no crioulo. As estruturas silábicas, no entanto, são mais simples do que as do crioulo, no sentido de haver menos posições estruturais. São elas CV, V, CVC e VC. Os aparentes casos de CCV são apenas aparentes. Isso se deve ao fato de estar ocorrendo um enfraquecimento da vogal pretônica, que às vezes chega a zero, como em [bərəm] (mato), que tende a virar [brəm]. Isso demonstra que em estágios anteriores só deve ter havido a primeira forma. Por outro lado, são mais complexas no sentido de permitirem praticamente todas as consoantes na coda. O mancanha é aparentado ao manjaco, portanto, tem uma estrutura fonológica muito semelhante à dele. Contém todas as consoantes existentes no crioulo basilectal, exceto /θ, x/. No que diz respeito às estruturas silábicas, constam de CV, V, CVC, VC e CCV. O padrão CCVC parece ocorrer só em empréstimos, como na palavra /pler/ (ler). O padrão vernáculo mais complexo parece ser CCV (Lopes 1986, Sanca 1988).

A língua balanta tem três consoantes a mais que o crioulo basilectal, ou seja, [θ, z, h]. Suas estruturas silábicas são exatamente como as do manjaco, talvez com a ressalva de que os casos de dois C pré-vocálicos sejam efetivamente CCV, e não resultado de síncope de vogal (Gomes 1994, Mane 1995).

Entre todas as línguas de substrato, a que teve mais influência na formação do crioulo foi indubitavelmente o mandinga. Ele tem apenas uma consoante que não ocorre no crioulo, ou seja, [ʎ]. Suas estruturas silábicas são também mais simples do que as do crioulo, ocorrendo apenas CV, V, CVC e VC (Rocha 1994). Assim, do ponto de vista do inventário de fonemas, essa é a língua que mais se aproxima do crioulo. No entanto, seus padrões silábicos ficam bem aquém dos dessa língua, do ponto de vista numérico.

Diante do que vimos nas seções anteriores, podemos fazer algumas ilações interessantes para o estudo da formação da fonologia crioula. A primeira é a de que tanto o inventário de fonemas quanto as estruturas silábicas do crioulo são diferentes do inventário e das estruturas silábicas da língua lexificadora, dominante. No entanto, essa diferença é mínima. A segunda consiste no fato de que no crioulo não há nenhum fonema que não ocorra nas línguas de substrato. Há, isto sim, fonemas destas que não ocorrem nele. Por outro lado, o crioulo contém três fonemas que inexistem em português, mas que são muito frequentes em todas as línguas de substrato. São eles /tʃ, dʒ, ɲ/. A terceira é que há diversos fonemas do português seiscentista que não foram fonologizados pelo crioulo, quais sejam, /ś/, /ʃ/, /z/, /ź/, /ʒ/, /v/, /ʎ/ e /r/. Vê-se, portanto, que desse ponto de vista o crioulo se aproxima mais das línguas de substrato do que da de superstrato, lexificadora. Em (8) temos o quadro de fonemas consonantais (a) e vocálicos (b) do crioulo (c=tʃ; j = dʒ).

(8)

(a)				(b)			
p	t	c	k	i			u
b	d	j	g		e	o	
m	n	ɲ	ŋ		i		
f	s						
	r						

l
w y

Estranhamente, as estruturas silábicas crioulas são mais próximas das do português do que da das línguas de substrato. E o que é mais, nos últimos tempos elas passaram a ser mais complexas até mesmo do que as do português, como se pode ver em *splika* e *skribi*. Uma vez que estruturas silábicas (ou fonotática) estão para gramática assim como inventário de fonemas está para vocabulário, esse resultado vai de encontro à hipótese da língua mista, segundo a qual os crioulos constariam de um vocabulário europeu e uma gramática africana (cf. Couto 1996, cap. III, 4 para mais detalhes e discussão). Essa questão merece ser investigada mais a fundo pelos crioulistas.

Pelo menos no que diz respeito ao inventário de fonemas, a segunda conclusão fala a favor da chamada hipótese do denominador comum. De acordo com essa hipótese, os crioulos apresentariam uma redução de complexidade relativamente à língua lexificadora e às línguas de substrato “que vai na direção dos traços que são comuns às línguas de todos os que usam o pidgin, para maior facilidade de uso e inteligibilidade, com isso chegando a uma espécie de máximo denominador comum” (Hall 1966). No que tange às estruturas silábicas, o crioulo atual vai além não só das línguas de substrato mas até mesmo da de superstrato. Tudo isso mostra que o crioulo tem autonomia estrutural relativamente a ambas, ou seja, ele não pode ser confundido nem com as línguas nativas africanas que lhe serviram de substrato nem com a língua lexificadora, uma vez que é diferente de todas elas. Depois de formado, ele assumiu uma deriva própria, transformando-se não necessariamente na direção dessas línguas. O mais importante, no entanto, é o fato de que tudo que existe no crioulo existe também em alguma das línguas que entraram em sua formação, à exceção de algumas estruturas silábicas provavelmente surgidas no período posterior de transformação da gramática dessa língua. Em Couto (1993, 1994a, a sair *a*), têm-se algumas tentativas de explicar o processo ulterior de transformação (descrioulização), o último deles dedicado ao léxico.

O pidgin norte-americano chamado chinook jargon é um outro caso que mostra que as línguas que surgem em situações de contato tendem a apresentar uma fonologia que é uma espécie de acomodação mútua entre os grupos em contato, não necessariamente no sentido de simplificação. O seu quadro fonológico está representado em (9), tirado de Thomason & Kaufman (1988: 259-260).

(9)

(a) consoantes

p	t		ts	tʃ	k	kw	q	qw	(
p'	t'	tɬ	ts'		k'	kw'	q'	qw'	
b	d				g				
		ɬ	s	ʃ	x	xw	X	Xw	
m	n								
	r	l							
w				y					

(a)

i u
e o
 e
 a

Como se vê, o sistema vocálico é relativamente simples. Só não é o mais generalizado nas línguas do mundo devido à presença de /ə/. O sistema consonantal, ao contrário, é extremamente complexo. Essa complexidade parece contrariar o que seria de se esperar em uma língua resultante do contato de diversas outras. Os autores acrescentam que todas as consoantes “ocorrem na maioria das línguas indígenas da região” (Thomason & Kaufman 1988: 260), ou seja, o noroeste dos Estados Unidos e Canadá. O quadro revela outrossim que, como vimos em 1.3, o pidgin não precisa ser necessariamente “simples” em termos puramente estruturais. Sua “simplicidade” é mais pragmática, nos termos de Givón (1979a). Trocado em miúdos, em uma situação de contato, lança-se mão de qualquer recurso disponível, contanto que ele faculte a comunicação interlinguística. O ideal é que os recursos sejam não marcados. Se não o forem, serão usados mesmo assim, pois o objetivo é o entendimento mútuo, a comunicação.

Como o pidgin só é usado para comunicação interlinguística, cada falante usa os sons que conhece, mais freqüentemente os de sua língua. Como são muitas as línguas envolvidas na emergência do chinook jargon (chinook, nootka, salish da costa, chehalis entre outras), praticamente todos os sons dessas línguas poderiam entrar em sua composição. No caso de ele se criouliizar, é de se esperar que tenda a dispensar os sons mais marcados do quadro (9a), como aconteceu com o guineense e com praticamente todos os crioulos conhecidos. Devo ressaltar, porém, que nem todo pidgin apresenta um quadro fonológico tão complexo quanto o do chinook jargon. E aqui valeria a pena voltar a nos interrogarmos se esse pidgin é efetivamente uma língua, ou seja, se atende os requisitos da fórmula de (2) de 1.3, ou se o “jargão” do seu nome deve ser entendido literalmente.

8.4. Semântica

É preciso que se diga aqui algo semelhante ao que foi dito a propósito do léxico. Eu havia dito que a interpretação que ele tem na gramática gerativa é desinteressante para uma visão da língua como instrumento de comunicação, uma vez que para essa teoria ele tem um papel periférico, é o resto. Para a presente concepção de língua, ao contrário, ele tem um papel central na língua. Do mesmo modo, o que se faz sob o nome de semântica no gerativismo tampouco tem interesse para a língua como fenômeno social, formada e usada em atos de interação comunicativos entre membros de uma comunidade. Tudo isso se deve ao formalismo exacerbado e ao syntaxocentrismo dessa vertente da linguística moderna, como muito bem apontou Givón (1979a), entre inúmeros outros críticos.

Em termos tradicionais, a semântica é o estudo do significado linguístico. Por significado linguístico deve entender-se o conteúdo embutido no E que F envia a O em AIC concretos. E aí começam os problemas. Como vimos em capítulos anteriores, no enunciado que o falante envia ao ouvinte não está embutido apenas o significado léxico-referencial sistêmico. Além desse *significado sistêmico* - o único estudado pela gramática gerativa e pela lógica - existe também o *significado pressupositional*, o *significado implicatural*, o *significado ilocucionário* ou performativo e, por fim, o *significado contextual*. Esse último é negociado no lugar e no momento do AIC. Frequentemente ele é dado pelos fenômenos do ambiente físico, social e psicológico do AIC. Não é para menos que a semântica seja o componente da gramática da língua menos compreendido. A tal ponto que A. J. Greimas a chamou de “prima pobre da lingüística” (Greimas 1966: 6-8).

Vou tratar apenas de alguns aspectos da parte sistêmica do significado lexical. A parte pressupositional não será tratada aqui. Na verdade, ela é o principal interesse da lógica e até mesmo da gramática gerativa. Por isso, posso me concentrar apenas no significado lexical, remetendo o leitor interessado aos ensaios de lógica e de semântica gerativa – no sentido de semântica na gramática gerativa, não no sentido de uma corrente dessa teoria que existiu nas décadas de 60 e 70 – para o significado da proposição.

Seja lá como fôr, a semântica estuda a parte da língua que é o fim último da comunicação, ou seja, o significado que E quer enviar a O. Frequentemente, o conteúdo sistêmico, já previsto no código da língua, não é exatamente o que E quer dizer. Em grande parte dos AIC ele é apenas pretexto para o que fica implícito nos outros tipos de significado. Na verdade, o que interessa mesmo nos AIC é o *significado intencional*, aquilo que F teve a intenção de enviar a O, pois é ele que, em última instância, constitui o objetivo de F ao proferir E. Daí o fato de algumas correntes “discursivas” e “interacionais” ignorarem o significado sistêmico, no que cometem um grande equívoco. Sem ele não haveria a menor possibilidade de F e O negociarem significados intencionais, que abrangem todos os significados não sistêmicos. O significado sistêmico é uma espécie de plataforma a partir da qual os comunicantes podem alçar o voo da interação social. F e O podem até fazer acrobacias durante os AIC, mas sempre tendo como referência o significado sistêmico. Sabem que diante de qualquer mal-entendido, é nele que devem pousar para dirimir dúvidas.

Diante de tantos problemas com que o estudo da semântica se defronta, faz-se necessário assumir um ponto de partida. O meu ponto de partida é a comunicação. No entanto, nas situações de contato interlinguístico, ou seja, aquelas em que cada parte ignora a língua da outra, não há comunicação propriamente dita. O que há é um tipo de interação que em 1.2 chamei de tentativas individuais de comunicação (TIC). Retomando o encontro que se deu em Porto Seguro em 1.500, verificamos que as partes só compartilhavam dados naturais, decorrentes do fato de serem humanos, que vivem sobre a face da terra. Conheciam todos os fenômenos elencados em 6.4, entre inúmeros outros. Além do mais, as partes já tinham uma língua para uso em sua própria comunidade. Conseqüentemente, ambas tinham aquilo que Bickerton (1990) chama de pré-adaptação para a língua. O que não havia era um conhecimento de como cada lado interpretava aquelas realidades. Um lado não sabia como (e se) o outro via o que estava diante dos olhos. E isso é a prova mais cabal de que o significado sistêmico é condição necessária para a eficácia da comunicação.

Nos termos já vistos, não havia uma conceptualização compartilhada dos fenômenos do ambiente. Apenas a percepção individual deles, ou seja, perceptos, não é suficiente. Só a convivência propiciaria a necessária conceptualização, indispensável para a lexicalização. Só essa última enseja um AIC linguístico propriamente dito. Os perceptos são a infraestrutura natural para os conceitos, que são perceptos socializados, compartilhados. Fontes independentes localizam na percepção a origem natural e primeira da significação. Uma delas é Greimas (1966). A lexicalização é uma decorrência quase natural da conceptualização pois, uma vez que se conhece (do latim “cognoscere”, que contém o prefixo “com”) determinado fenômeno, naturalmente surge a necessidade de se referir a ele ou, ao contrário, o conhecimento do fenômeno geralmente decorre da necessidade de se referir a ele, como vimos com Sapir (1963).

Vejamos como algumas conceptualizações compartilhadas, a despeito do pleonismo, poderiam ter surgido, caso a convivência tivesse continuado e nenhuma das partes tivesse aprendido a língua da outra, dado que se tratava de uma situação de bilingüismo – como se sabe, a situação ideal para o surgimento de uma língua mista, de contato, é o multilingüismo. Aceitando a proposta de Cassidy (1971), passada em revista em 6.3, uma das primeiras necessidades seriam termos para identificar as partes em si mesmas. Poderiam ser, como vimos no mesmo lugar, algo como “nativo”, “índio” ou até mesmo “vós” para TU, e “branco”, “europeu”, “cristão” ou até “mim” para EU, dito pelos portugueses, e repetido pelos indígenas. Um argumento a favor de “mim” e “vós” para EU e TU, respectivamente, é o fato de que em praticamente todos os crioulos portugueses existentes pelo mundo afora esses pronomes têm forma semelhante a essas. No crioulo guineense, por exemplo, EU é *ami/M* e TU é *abô/bô*.

De acordo com a proposta de Cassidy, as necessidades seguintes seriam nomear coisas, ações

e qualidades. Eu acrescentaria as relações entre as coisas – e entre os nomes de coisas e de ações. Começando pelos nomes de coisas, suponhamos que nomeassem o monte Pacoal, o curso de água mais próximo, o mar, a caravela dos portugueses, as árvores etc. Intuitivamente, perceberiam, por exemplo, que a caravela estava “sobre” o mar. Perceberiam também que a caravela tinha um interior, “dentro” do qual havia pessoas e coisas. Da própria posição da caravela, perceberiam que o mar estava “sob” ela. Daí poderiam surgir os conceitos de relação espacial semelhantes aos do português, resumidos na figura 1 abaixo.

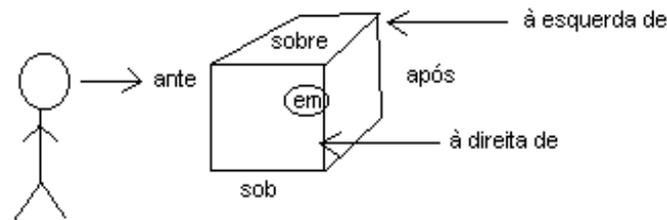


Fig. 1

Pode ser até que nem todos esses conceitos fossem lexicalizados. O importante é que poderiam ter sido lexicalizados. Tanto que foram efetivamente lexicalizados em diversas outras línguas, crioulas, pidgins ou não. O importante é que a infraestrutura para eles existe como dom inato – aqui o gerativismo tem razão.

De todos os conceitos de relação espacial vistos na figura 1, o mais abrangente, “universal” ou menos marcado seria o de interioridade. Ele não pressupõe um observador. A presença de um objeto (O_1) no interior de outro objeto (O_2) pode se dar independentemente de um observador. A presença de uma semente no interior de uma fruta ou de um marujo no interior da caravela, por exemplo, não dependem de alguém para posicioná-los lá. Eles estão física e objetivamente no interior do objeto em questão, como se pode ver na figura 2. A percepção desse fato é uma outra questão. Por outras palavras, pode haver um observador para esses fenômenos, mas isso é posterior ao fato em si. Em geral, as línguas lexicalizam o conceito de interioridade nos lexemas “em” e “dentro”, e assemelhados.



Figura 2

O contrário da interioridade, ou seja, exterioridade, não é tão intuitivo e objetivo quanto ela. Com efeito, dizer que “ O_1 está fora de O_2 ” pode significar várias coisas, dependendo da posição do observador relativamente a O_2 , exceto duas dessas posições. Dada a percepção espacial de alto e baixo, provavelmente advinda da visão dos céus por oposição à superfície da terra, se O_1 estiver entre a superfície da terra e O_2 , ainda independentemente de um observador, O_1 estará em uma posição de inferioridade relativamente a O_2 . A posição contrária, ou seja, com O_2 entre O_1 e a superfície da terra, será de superioridade de O_1 , relativamente a O_2 . Essas relações estão representadas na figura 3a e 3b. As línguas lexicalizam as duas mediante os lexemas “sob” e “sobre”, respectivamente, e variantes. A exterioridade genérica frequentemente é lexicalizada por algo como “fora”. Aliás, a posição (b) nem pressuporia O_2 . Bastaria O_1 sobre a superfície da terra, diretamente. Isso mostra que superioridade é menos marcado do que inferioridade.

(a)

(b)



Fig. 3

As relações indicadas na fig. 3 são mais marcadas do que as da fig. 2 pelo fato de pressuporem três coisas. As da fig. 2 pressupõem apenas duas, ou seja, O_1 e O_2 . As da fig. 3, por seu lado, pressupõem a superfície da terra adicionalmente. Por isso representam um grau a mais na escala de marca (marcado/não-marcado).

Se O_1 estiver entre o observador e O_2 , a relação será de anterioridade. Se estiver na posição oposta a essa, ou seja, se O_2 estiver entre observador e O_1 , então O_1 estará em uma posição de posterioridade relativamente a O_2 , como se pode ver na figura 4. Em geral as línguas lexicalizam essas posições pelos lexemas “antes” e “após”, respectivamente, além, é claro, de outras variantes.

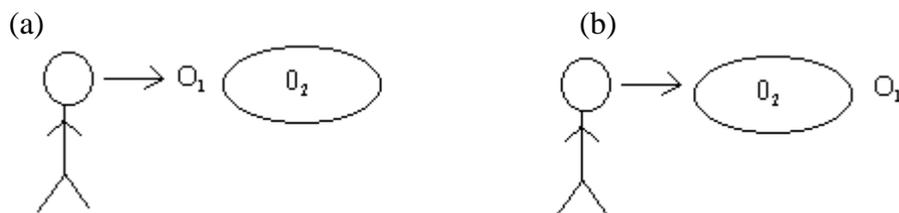


Fig. 4

Por fim, a posição de exterioridade de O_1 relativamente a O_2 poderia ser de lateralidade, sempre da perspectiva do observador. Se O_1 estiver no lado de O_2 que representa a projeção em linha reta do braço direito do observador, O_1 estará em uma posição de dexteridade relativamente a O_2 . Se O_1 estiver do lado oposto, ou seja, na projeção do braço esquerdo do observador, estará em uma posição de sinistridade em relação a O_2 . É o que se pode ver na figura 5.



Fig. 5

As relações da fig. 5 estão no extremo [+marcado] da escala de marca, ou seja, são as mais marcadas. Tanto que a maioria das línguas não as lexicaliza em vocábulos simples. Em português, são representadas pelas locuções prepositivas “à direita de” e “à esquerda de”, respectivamente.

Talvez mais primitivas do que as relações espaciais vistas até aqui sejam as de

horizontalidade e verticalidade. Elas têm a ver com a posição de uma linha imaginária, ou um O_1 longo, relativamente à superfície da terra. Se os dois extremos da linha imaginária (ou do O_1 longo) estiverem à mesma distância da superfície da terra, essa linha estará horizontal a essa superfície. Se uma ponta da linha imaginária (ou o O_1 longo) estiver em um ponto relativamente próximo da superfície terrestre e a outra ponta no lado diametralmente oposto, a linha estará numa posição vertical a essa superfície. É bem provável que essa ideia provenha da observação das árvores e da própria postura ereta do ser humano. Talvez os conceitos de altura (alto x baixo), tamanho (grande x pequeno) e distância (próximo x distante) tenham alguma coisa a ver com essas relações.

Entre os dois componentes de cada par de relações vistos acima, existe também a relação de marca. Assim, “sobre” é menos marcado do que “sob”, “antes” é menos marcado do que “após” e “à direita de” menos marcado do que “à esquerda de”. A superioridade é menos marcada do que a inferioridade pelo fato de ser mais visível. Um objeto que se encontre sobre outro é mais fácil de ser percebido do que o que esteja sob ele. Quanto à anterioridade, se explica pelo mesmo motivo, ou seja, o normal é o observador perceber com mais facilidade, e primeiro, o que está antes de outra coisa, não o contrário. A dexteridade, por fim, é de certa forma mais natural, mais intuitiva pelo fato de o braço direito ser o mais hábil, exceto nas pessoas canhotas, que são minoria. Por isso, “à esquerda de” é mais marcado do que “à direita de”. A escala geral de marca, que vai do [-marcado] para o mais [+marcado], ou vice-versa, é a que se vê em (1).

(1)

[-marcado]

[+marcado]

interioridade>exterioridade: superioridade>inferioridade>anterioridade>posterioridade>dexteridade>sinistridade

Esses são os conceitos de relação espacial fundamentais. Todos os demais derivam deles, de uma forma ou de outra. Um deles é o conceito de “intermediação”, representado em português pela preposição “entre”. Aparentemente, ele poderia ser variante de anterioridade. Nesse caso, o falante poderia considerar que O_1 está entre ele próprio e O_2 . Por outro lado, parece haver certa afinidade entre “intermediação” e “interioridade” que ainda não consegui detectar. Em Greimas (1966: 3136), temos uma abordagem da espacialidade de uma perspectiva bastante abstrata, o que se pode ver também em Pottier (1969 *passim*).

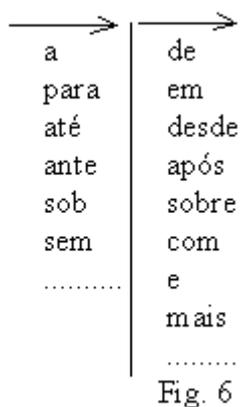
Ao falarmos dos dêiticos, creio ter ficado implícito que os conceitos temporais derivam dos espaciais, como tem sido apontado por diversos estudiosos, entre eles Wunderlich (1977a: 110-111) e Givón (1979a). Esse último autor afirma, reportando-se a Traugott, que “nossas expressões temporais se desenvolvem diacronicamente a partir de expressões espaciais” (p. 317), apesar de pouco depois ele afirmar que “há razões legítimas para aceitar a ideia de que a primeira dimensão na construção do universo é temporal, não espacial” (p. 320). Na verdade, Traugott (1978) chega a defender a ideia de que pelo menos alguns conceitos temporais se derivariam de conceitos espaciais subjacentes, sincronicamente. Na verdade, a ideia de tempo está intimamente relacionada com a de movimento. Só que, como vimos, o movimento é uma propriedade da matéria, logo é precedido por ela. Por isso, os conceitos temporais são derivados dos espaciais, o que está em perfeita sintonia com o ponto de vista comunicacional-ecológico que sigo aqui. Como veremos mais abaixo, as relações não espaço-temporais – “nacionais” de acordo com Pottier (1969) – são derivadas das espaço-temporais, sobretudo das temporais.

Em conformidade com o que se passa com as relações espaciais, a relação temporal fundamental, não marcada, é a que decorre de interioridade, que na maioria das línguas é lexicalizada por “em”. Assim, quando se diz que alguém nasceu “no mês de abril” quer-se dizer que nasceu “no interior”, “dentro” do lapso de tempo que vai do primeiro ao último

segundo do mês de abril. Daí o fato de esse conceito ser lexicalizado também por “durante”. O fato é que as relações temporais são apenas um subconjunto das relações espaciais. Isso porque, enquanto que o espaço é tridimensional, o tempo é unidimensional, linear. Parece ser “dinâmico”, não estático, o que decorre do fato de ele estar associado ao movimento.

A seguir à relação temporal fundamental, ou seja, “em/durante”, vem a de anterioridade, lexicalizada por “antes”. Isso, aliás, é fácil de explicar. Tem a ver com a sequência linear do tempo. Assim, tomando-se um ponto nessa linha como referência, tudo que aconteceu antes dele pertence à anterioridade, e é chamado de passado. Tudo que acontecer depois dele, estará no domínio da posterioridade, virá “depois”. É o chamado tempo futuro. Quanto ao ponto não marcado, é o presente, pelo menos nas línguas indo-européias. Em muitas outras línguas do mundo – inclusive nos crioulos – o momento não marcado é o do próprio evento, não o do AIC. É por isso que a forma pura do verbo crioulo equivale ao nosso pretérito, uma vez que um evento só pode ser narrado após ter acontecido. De (20) a (37) de 8.3.1, temos alguns exemplos, tirados de crioulos diferentes.

Essas relações são primitivas inclusive pelo fato de terem a ver diretamente com a orientação no mundo que sobretudo os animais superiores (pongídeos e homínídeos) precisam ter para sua própria sobrevivência. Como vimos em 1.5.3 com Schaff (1974: 153, 158), essa orientação no mundo não é privilégio do ser humano. No entanto, é a infraestrutura necessária para o surgimento do conhecimento, que nasce com a linguagem e dela faz parte. Portanto, os lexemas que se referem a ela estão entre os mais fundamentais em todas as línguas do mundo. Para ver como as relações “puras”, não espaço-temporais, derivam das espaço-temporais, vejamos a interessante sugestão de Bernard Pottier, que a tomou de Gustave Guillaume. De acordo com Pottier, todos os conceitos relacionais – e muitos dos não relacionais também – se inscrevem no esquema da figura 6. Nessa figura, o traço vertical no meio indica a posição neutra. A seta da esquerda indica direcionalidade para (“a”) e a da direita indica origem a partir de um ponto (“de”). A posição neutra equivale à relação espacial fundamental interioridade (em); a de movimento em direção a um ponto equivale à de anterioridade; a de origem em determinado ponto equivale à de posterioridade (Pottier 1969: 75).



Em (2a), temos um exemplo de ocorrência de “em” em função espacial. Em (2b) esse vocábulo ocorre em função temporal. Em (2c), por fim, ele está em função apenas relacional.

(2)

(a) O livro está na gaveta

(b) João irá a Paris em 2.001

(c) João não pensa em Maria

Em (3) temos exemplos de “a” e “de” em função espacial (a)-(a’), temporal (b)-(b’) e apenas relacional (c)-(c’). Os exemplos espanhóis são tirados de Pottier (1969: 75).

(3)

(a) João vem de Paris; (a') Maria vai a Paris(b) De primeiro a 30 de junho; (b') de primeiro a 30 de junho(c) hablo de Carmen; (c') hablo a Pedro

O fato de na evolução de praticamente todas as línguas determinado lexema poder passar a ser usado na acepção de outro tem muito a ver com a sequência de (4) e com a da proposta de Pottier da figura 6.

(4) (i) relação espacial > (ii) relação temporal > (iii) relação

Examinemos as relações de localização, existência, posse (*possession*) e propriedade (*ownership*), estudadas por Lyons (1968: 388-395) e por Bickerton (1981: 245-251), entre outros. Na figura 7, vemos-as como o autor as representou, bidimensionalmente.

propriedade	localização
posse	existência

Fig. 7

De acordo com Bickerton, o morfema que lexicaliza existência pode invadir a área de localização ou a de posse, mas não a de propriedade diretamente, ou seja, sem passar antes por uma das áreas intermediárias. Obedecendo essa restrição, um único morfema pode ocorrer em determinada língua abrangendo as três áreas. Por outro lado, nunca se constatou nenhum caso em que o mesmo morfema tenha lexicalizado apenas existência e propriedade, por um lado, ou localização e posse, por outro. Assim, uma das características dos crioulos em geral é ter um mesmo lexema para indicar tanto posse quanto existência, como se pode ver nos exemplos do crioulo guineense de (5) (a) e (b), respectivamente. Como se pode ver na tradução, no português brasileiro é a mesma coisa.

(5)

(a) Jon tene un turu 'João tem um touro'(b) iagu ka ten 'não tem água'

Em (6), parece que o mesmo lexema crioulo (*ten/tene*) indica localização, ou seja, que a fome está no lobo (ou hiena).

(6)

Fomi tene lubu (fome ter lobo) 'o lobo tem fome'

Deve-se observar, no entanto, que o morfema de posse *tene/ten* só pôde indicar localização porque antes já passara a indicar existência como em (5b). Daí à localização, a transição é natural (cf. Couto 1994b: 120-125).

Em (7) e (8) temos exemplos de morfema de relação espacial usado por um morfema de relação temporal. O primeiro do alemão, o segundo do francês.

(7) Der Tag, wo du gekommen bist (o dia, onde tu vieste) 'o dia em que tu vieste'(8) le jour où tu est arrivé (o dia onde tu vieste) 'idem'

Voltemos às relações puras, que não são espaço-temporais, ou têmporo-espaciais. A relação de conjunção indicada por “com” pode ser indicada por “mais” no português rural brasileiro, como se vê em (9). Isso ocorre porque estão ambos do lado “de” da fig. 6 acima.

(9) João foi passiá mais maria ‘João foi passear com Maria’

Também pelo motivo de estar do mesmo lado de “de”, o equivalente a “com” no crioulo guineense é usado também na função da conjunção coordenativa “e”, como expresso em (10).

(10) lagartu ku si fijus sai di mar ‘o crocodilo e seus filhos saíram do mar’

Outro fato interessante é que “em” (interioridade) pode substituir alguns dos morfemas do lado esquerdo da fig. 6, mas aparentemente nenhum dos da direita. Assim, em (11) pode-se ver que ele pode substituir o direcional “a” em latim (11a) e em português (11b).

(11)

(a) eo in Romam ‘vou a roma’ (eo ad Romam ‘vou a Roma’)

(b) eu vou em São Paulo

Pottier (1969: 75-77) mostra afinidades entre “a/en”, “para/por”, “a/para”, “de/por” e “de/con” no espanhol. Todas elas estão do lado esquerdo da fig. 6. Aliás, no português brasileiro “para” tem tomado o lugar do “a” direcional, ao passo que “em” tem tomado o lugar de “a” (11b).

Por serem naturais, esses processos podem atuar na formação das línguas resultantes de contato. Com isso não quero dizer que tenham que entrar, mas se alguma substituição ocorrer, a probabilidade de que ela obedeça esses passos é muito alta.

A espacialidade se manifesta também nos verbos e nos substantivos, e não apenas nas preposições e advérbios. Assim, verbos como “ir/vir”, “levar/trazer”, “subir/descer”, “aproximar-se/distanciar-se”, “sair/entrar” e outros expressam movimento no espaço, diretamente.

No que tange à relação entre conceitos e sua lexicalização, é de se notar que as duas classes primitivas são a de substantivo ou nome (N) e a de verbo (V). A classe dos adjetivos (A) pode provir, tanto de substantivos quanto dos verbos. Os que designam conceitos mais estáveis no tempo tendem a ter caráter nominal (tamanho, comprimento, largura, cor, textura, etc.). Os que designam qualidades menos estáveis (quebrado, raivoso, feliz, nu, etc.) tendem a estar relacionados a verbos (Givón 1979a: 320-322). Como sabemos, nos crioulos as categorias de adjetivo e de verbo frequentemente se imbricam. É muito comum adjetivos funcionarem como verbos (Bickerton 1981: 68-70).

É interessante notar que em português o verbo é altamente flexionado. Portanto, tem característica “verbal” em grau bastante elevado. Entre as formas flexionais, algumas têm valor nominal, outras têm valor adjetival e outras têm valor adverbial. A primeira é o infinitivo (o cantar dos pássaros), a segunda é o particípio passado (a mulher amada) e a terceira é o gerúndio (ele chegou gritando). Isso mostra mais uma vez as afinidades existentes entre essas formas.

Vimos também (8.3.1) que em crioulos e pidgins bem como em outras modalidades linguísticas resultantes de contato, existe a chamada serialização verbal. O objetivo disso é via de regra suprir a falta de preposições. Por outras palavras, verbos podem funcionar como preposições, pelo menos em algumas situações-limite. Inclusive conjunções frequentemente têm origem em verbos. É o caso de *na* em línguas bantu (como o luganda), que é proveniente de algo como *be-at* (estar em). Em iorubá, a conjunção equivalente ao português “e” significa,

originalmente, “juntar-se a”. Em amárico, por fim, essa mesma função provém de uma palavra que significa “repetir” (Givón 1979a: 262-264).

Os advérbios são geralmente derivados de locuções nominais. Poderíamos repetir os exemplos latinos “agora” (< in hac hora), “hoje” (< in hoc die) e assim por diante. Por outro lado, as preposições frequentemente provêm de advérbios. O fato é que as únicas duas categorias gerais, “universais”, são as de substantivo e verbo. Elas refletiriam as duas únicas coisas eternas, imutáveis e incriadas, ou seja, a matéria e o movimento (Engels 1979).

Quando se fala em lexicalização de conceitos semânticos, geralmente se parte do que ficou exposto acima. É muito difícil vermos alguém tratando de grupos de lexemas como “bom/ruim”, “bem/mal”, “feliz/infeliz”, “bonito/feio”, “saboroso/insosso”, “doce/amargo”, “direito/torto” e “vida/morte” a não ser para dizer a trivialidade de que são antônimos. Que são termos que designam conceitos antagônicos, não resta a menor dúvida. A questão fundamental, no entanto, é: por quê?

O que eu gostaria de sugerir é que o conceito de “bem” e de “mal” têm diretamente a ver com “vida” e “morte”, respectivamente. É bom, ou seja, está do lado do bem, tudo aquilo que contribui para a manutenção da vida. O que vai em sentido contrário, ou seja, o que leva na direção da ausência de vida, a morte, está do lado do mal, é ruim. Eu diria mesmo que esses são dois conceitos primitivos, “universais”, tais quais os traços distintivos da fonologia. São dois semas, logo, unidades irredutíveis.

Partamos dos conceitos relacionados aos cinco sentidos. É saboroso, gostoso, tudo aquilo que é bom, que alimenta, que é agradável. Se é agradável, contribui para a manutenção da vida. O contrário, materiais insossos, sem sabor, amargos, azedos, são desagradáveis, estão do lado ruim. Um som agradável, melodioso, também vai na direção do que é bom. Sons ásperos, muito intensos, afetam os tímpanos, logo são prejudiciais ao corpo humano. Vale dizer, contribuem para a morte. Já que mencionei o adjetivo “áspero”, ele também está do lado ruim, pois um objeto áspero pode arranhar a pele, logo, matar parte dela. Um objeto liso e macio, ao contrário, pode estimular a pele no sentido de uma sensação agradável.

Da presente perspectiva, podemos imaginar um círculo, como o da figura 8, em que todos os conceitos relacionados a “bem” estariam no semicírculo da direita. Os que se relacionam a “mal” estariam do lado esquerdo.

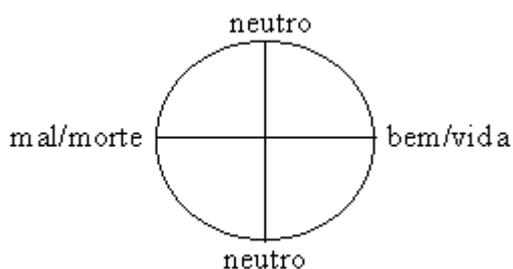


Fig. 8

Os conceitos centrais, no caso, polares, são “bem/vida” e “mal/morte”. Os outros conceitos todos se encaixariam no espaço que medeia entre esses dois e o eixo “neutro”. Por exemplo, o conceito “amor/amar” estaria bem próximo ao pólo “bem/vida”. O de “gostar”, por outro lado, já se distanciaria dele de pelo menos um degrau na direção de “neutro”. Por outro lado, o conceito de “ódio/odiar” estaria próximo ao pólo oposto “mal/morte”. Quanto a “antipatia”, provavelmente se distanciaria dele de pelo menos um grau, indo na direção de “neutro”. Assim, tomando-se “amor” e “ódio” como termos polares, o termo neutro seria, certamente, “indiferença” ou, em linguagem popular, “não cheira nem fede”. Aliás, “cheirar” (ter cheiro agradável) está ao lado de “bem/vida”, ao passo que “feder” está do lado de “mal/morte”. Com efeito, só as flores e a vegetação luxuriante podem ter aroma agradável. E elas são vida. O que geralmente fede é matéria em decomposição, ou seja, muitas vezes restos de um ser

vivo, já morto.

E por falar em matéria em decomposição, poderíamos acrescentar os conceitos de “alimento” e “excremento”. O primeiro ajuda a manter a vida dos seres vivos, sobretudo dos animais. O segundo é desagradável porque é o que resta do alimento e é inaproveitável.

Pode parecer a algumas pessoas que o que acaba de ser dito não passa de elucubração filosófica sem pé na realidade. No entanto, eu estou convicto de que é justamente o contrário. Trata-se de uma das poucas maneiras de encontrarmos “átomos” semânticos. Com efeito, ao sugeri-los eu parti do que há de mais vital, ou seja, a própria vida, bem como seu oposto, a morte. Conceitos primários, primitivos, como esses certamente contribuem para o pouco de entendimento que pode haver em situações de contato interlinguístico como o que se deu em Porto Seguro em 1.500. Em 6.4, “bom/ruim” entrou de modo um tanto canhestro sob a rubrica “qualidade”. Se fizéssemos uma investigação mais acurada sobre esse assunto, com certeza seria necessário refazer a classificação ali apresentada. Talvez, em vez de “qualidade”, teríamos que incluir a categoria “vida/morte”.

Eu gostaria de passar a analisar agora o que na história da semântica passou a ser chamado de *análise componencial*. Tendo por base a análise componencial fonológica, ela foi praticada tanto por antropólogos norte-americanos, como F. G. Lounsbury e W. H. Goodenough, desde fins da década de 50. Na Europa, linguistas como Bernard Pottier também se dedicaram a ela, aproximadamente a partir da mesma época, embora sem usar esse rótulo. Em Pottier (1969), pode-se ver uma síntese mais recente de suas pesquisas. Um outro autor que se dedicou aos estudos semânticos de uma perspectiva pelo menos parcialmente componencial é Algirdas Julien Greimas. Acima já mencionei Greimas (1966), do qual reproduzo a análise parcial dos conceitos relacionados com espacialidade (p. 33).

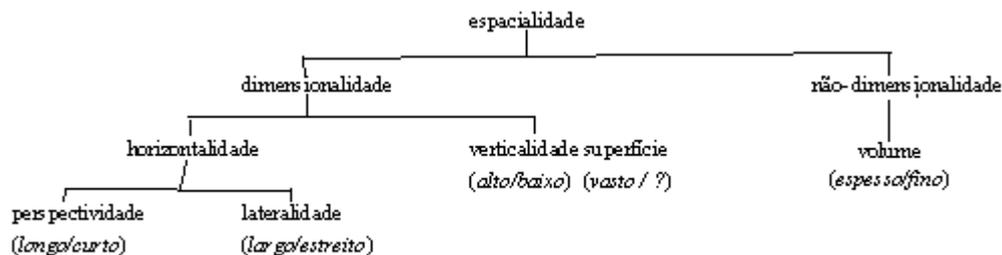


Fig. 9

Eu próprio fiz alguns exercícios de análise semântica componencial. Assim, em Couto (1983b: 82-83), eu sugeri o que se vê em (12) para os pronomes pessoais do caso reto, do português padrão. Para se obter o paradigma dos pronomes possessivos, é só acrescentar o sema (átomo de significado) “possessividade” ao quadro de (12), e assim por diante.

(12)

eu = pessoal + falante + singularidade
 tu = pessoal + ouvinte + singularidade
 ele = pessoal + assunto + singularidade
 nós = pessoal + falante + pluralidade
 vós = pessoal + ouvinte + pluralidade
 ele(s) = pessoal + assunto (+ pluralidade)

Nessa análise provisória, ressaltai que “singularidade” e “pluralidade” não deviam ser confundidos com “singular” e “plural”, respectivamente. Com efeito, “singularidade” significa “apenas um”, enquanto que “pluralidade” tem o sentido de “mais de um”. O conceito de “singular” e o de “plural”, por seu turno, pertencem à morfologia, como o “s” que está entre parênteses na forma de terceira pessoa do plural. Por isso “pluralidade” ficou entre parênteses

também. É para chamar a atenção para o fato de ela não estar no pronome propriamente dito, como nas demais formas, mas no morfema de plural “s”, que é o portador de “pluralidade” por excelência, por ser sua única função.

Em exercícios para alunos de graduação, fiz também análises de conjuntos de preposições. Mais do que no caso dos pronomes, tratava-se de uma tentativa de análise, como a que se pode ver em (13).

(13)

a = direcionalidade

para = direcionalidade + permanência

até = direcionalidade + percurso

de = origem

desde = origem + percurso

em = interioridade

sobre = superioridade

sob = inferioridade

ante = anterioridade

após = posterioridade

Certamente, outros semas são necessários para caracterizar essas preposições. De qualquer forma, gostaria de chamar a atenção para o fato de a única diferença entre “a” e “para” é que a segunda indica movimento em direção a um alvo e permanência, pelo menos de acordo com o que nos ensinam as gramáticas normativas. O sema “percurso” associado a “desde” e “até” deve ter chamado a atenção. Até o presente momento, ele é a única distinção que consegui encontrar entre “de” e “desde”, por um lado, e “a” e “até”, por outro. A análise ainda precisa ser refinada se quisermos chegar a resultados mais precisos. Creio que ela seria de grande ajuda inclusive para lexicógrafos e professores de português para estrangeiros. De meu conhecimento, foi Francisco da Silva Borba (1971) quem primeiro tratou do assunto no Brasil.

Deve ter chamado a atenção também que todas as análises mencionadas se referem a paradigmas fechados. É que fazer uma análise componencial dos termos da botânica ou da fauna, por exemplo, seria uma tarefa monstruosa. Não sabemos nem mesmo se temos a lista completa do paradigma. Portanto, para efeito de exemplo, todos os autores acima mencionados trataram de paradigmas fechados, tais como os termos de parentesco, os nomes de cores, as preposições e uns poucos mais.

No início deste capítulo, mencionei alguns dos diversos tipos de significado existentes, ou seja, o significado sistêmico (lexical e proposicional), o significado implicatural, o significado ilocucionário ou performativo e o significado contextual, negociado momento da interação. Pois bem, isso é apenas um dos problemas da semântica. De certa forma, todos esses tipos de significado são da alçada da linguística. Tanto que quase todos eles foram abordados em 2.2-2.5. Um outro problema da semântica é que ela tem sido estudada por disciplinas as mais diversas. Assim, desde seus primórdios, ela tem sido estudada pela filosofia, mesmo antes de surgir o nome “semântica”. Nesse caso, o que mais interessa são a referência e a proposição. Nisso, a filosofia se confina com a lógica, uma vez que a história de ambas tem a mesma fonte.

A semântica tem sido objeto também para a teoria da comunicação e a semiótica. Nessa última, ela faz parte do trinômio sintaxe, semântica e pragmática. A sintaxe estuda as relações entre os signos; a semântica estuda a relação entre o signo e seu referente; a pragmática estuda a relação entre o signo e o usuário. Existe ainda a chamada semântica geral, iniciada por Alfred Korzybski, que tem pretensões até mesmo a ser uma espécie de terapia para os males

humanos. Enfim, a semântica é de interesse, pelo menos indireto, para todas as ciências humanas, entre elas sobretudo a sociologia e a antropologia (cf. Schaff 1968).

Tendo em vista as incertezas, dúvidas e polêmicas que circundam aquilo a que se chama de semântica, eu não poderia ter a pretensão de exaurir o assunto. Meu objetivo neste capítulo foi simplesmente chamar a atenção para algumas das possíveis maneiras de se fazer semântica linguística. O pano de fundo, como não poderia deixar de ser, é a visão ecológica do mundo, de acordo com a qual a matéria pré-existe à consciência. Só assim, creio, poderemos abordar o complexo problema de como indivíduos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis começam a conceptualizar os perceptos e as relações imediatas do ambiente, e como as lexicalizam. Em suma, como ao fim e ao cabo podem chegar a formar uma nova língua, diferente de todas as línguas de suas comunidades de origem embora, ao mesmo tempo, tendo muito em comum com elas.

A justificativa para as semelhanças entre as línguas talvez esteja no que John Haiman chama de iconicidade. Para ele, “desde a revolução transformacional, tem se afirmado que a estrutura da língua reflete a estrutura do PENSAMENTO, e que o seu estudo [da língua] provê ‘uma janela para a mente’. Ao argumentar, como tenho feito, em prol da iconicidade da gramática em geral, eu defendo a tese de que a estrutura do pensamento, por seu turno, reflete a estrutura da REALIDADE mais do que o modismo atual o admite. Por fim, eu acho que sobre muitos (se não todos) os universais formais da sintaxe que atualmente atraem a atenção da maioria dos sintaticistas teóricos, descobrir-se-á que refletem propriedades do mundo, e não propriedades da mente em si. Descobrir-se-á que ‘em parte mediante o estudo da sintaxe, poderemos chegar a um razoável conhecimento da estrutura do mundo’” [citando Bertrand Russel] (Haiman 1980: 537). Diga-se de passagem que esta é a posição de toda uma corrente do pensamento, como se pode ver em Schaff (1974).

8.5. Formação da gramática

Estamos chegando ao final da etapa preparatória para a pesquisa sobre a formação da gramática em geral, como preliminares para a investigação sobre a formação da gramática crioula em especial. Pareceu-me de bom alvitre fazer um balanço geral do que foi dito, enfatizando alguns dos pontos mais importantes para os objetivos específicos e apontando para novos rumos que a investigação poderia tomar mas que não foram lembrados nos capítulos precedentes. Mais especificamente, é chegado o momento de sumariar os pontos principais envolvidos na formação de uma gramática, vale dizer, na formação de uma língua.

Para iniciar a discussão, vejamos o esquema da figura 1, apresentado e discutido na seção 5.4. Ele visualiza as possibilidades de contato de acordo com o território.

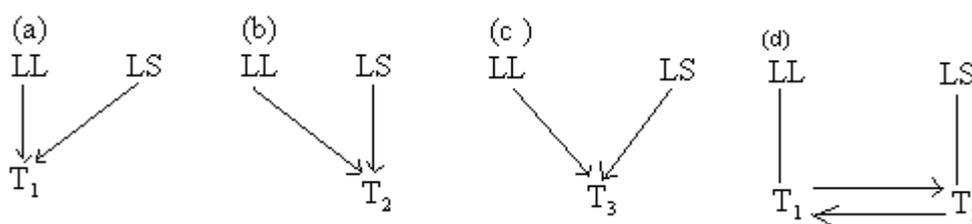


Fig. 1

Relativamente ao território em que o contato se dá, temos a situação ideal para o surgimento de cada um dos produtos do contato. Assim, a situação ideal para o surgimento de uma língua crioula é a de (c), ou seja, quando o contato se dá em um território que não é o de nenhuma das partes. Trata-se das sociedades de plantação, em geral ilhas. Nessas condições, surge uma comunidade etnicamente mista. Em segundo lugar, os crioulos podem surgir também na

situação (b), ou seja, aquela em que o contato se dá no território do(s) povo(s) subordinado(s). É o caso da Ilha Maurício, de Curaçao e diversas outras ilhas do Caribe e do oceano Índico e do Pacífico. A situação ideal para a emergência de um pidgin é a de (d), isto é, quando o contato se dá ora no território do povo mais forte ora no do mais fraco, ou seja, nem em T_1 nem em T_2 , exclusivamente. Em geral, trata-se de comunidades contíguas territorialmente, que precisam interagir eventualmente. Em segundo lugar, o pidgin pode emergir na situação (c) também como no Havaí e em diversas ilhas do oceano Pacífico e, às vezes, até mesmo na situação (b), como na costa ocidental da África. Frequentemente não surge comunidade mista nesse caso. A situação (a) é ideal para o surgimento de línguas entrelaçadas. Em segundo lugar, elas podem surgir na de (b), como se deu com muitas comunidades indígenas das Américas que, com a invasão europeia, passaram a ser um enclave no seio da sociedade invasora. Nesse caso, a comunidade pode não ser mista, mas a língua é. Por outras palavras, esse tipo de língua mista, aí inclusos os anticrioulos, surge preferencialmente no território do povo dominante, como Cafundó no estado de São Paulo, os ciganos em diversos países do mundo, e assim por diante.

Voltemos ao processo que representa o resultado linguístico da interação que se dá nas situações representadas na fig. 1 acima. Quando observamos o processo de contato de povos e línguas (PL) microscopicamente, notamos que no modelo que representa o processo de formação da gramática apresentado na fig. 2 de 1.2 e na fig. 4 de 5.4 estaria faltando um momento, ou seja, aquele em que algumas EIC se coletivizam, passando a ser patrimônio da comunidade como um todo. Como se vê no esquema da fig. 2 abaixo, trata-se das estratégias coletivas de comunicação (ECC).

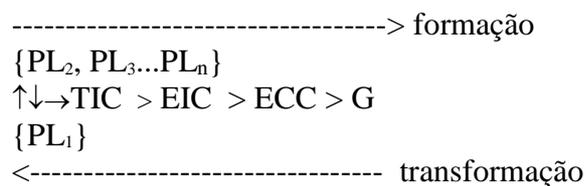


Fig. 2

Recapitulando o que já foi dito ao falarmos da criouliização, temos, de um lado, um povo dominante e respectiva língua, que chamei de (PL_1) – representados na fig. 1 por LL (língua lexificadora) –, e, de outro lado, dois ou mais povos inferiorizados na hierarquia de prestígio e poder, que chamei de $(\text{PL}_2, \text{PL}_3 \dots \text{PL}_n)$ – representados na fig. 1 por LS (línguas de substrato). Quando membros das duas partes se encontram em determinado lugar ou território (T), há a necessidade de se fazerem entender uns pelos outros. Como exemplifica o encontro que se deu em Porto Seguro, geralmente são membros do povo dominante que primeiro se dirigem a membros do povo dominado, fato representado pela primeira seta da figura 2, virada para cima. Nesse momento, o que se tem é a primeira tentativa individual de comunicação (TIC). Se houver algum tipo de resposta de membros de $(\text{PL}_2, \text{PL}_3 \dots \text{PL}_n)$, indicada pela seta vertical virada para baixo, teremos uma TIC resposta. Esse intercâmbio de TIC pode ser considerado o *momento zero* (0) de formação de uma nova gramática. Se o contato perdurar, e/ou se continuar a haver intercâmbio de TIC, a tendência é começar a se fixarem estratégias individuais de comunicação (EIC). Como vimos, EIC geralmente resulta de TIC que tem alguma resposta positiva do receptor. Ela ainda é individual no emissor, porém, tende a se fixar nele por ter tido algum eco no receptor aloglota. Isso já é um germe de socialização, que é a característica mais importante da língua. O momento em que começam a surgir EIC pode ser considerado o *momento 1* do processo de formação da gramática.

As EIC ainda são individuais, como o próprio nome já diz. No entanto, elas se fixam justamente por terem surtido algum efeito no ouvinte aloglota. Isso significa que, a despeito de serem individuais como as TIC, surgiram no falante pelo menos indiretamente devido à reação positiva de um ou mais de um membro de $\{PL_2, PL_3, \dots, PL_n\}$ a elas. Em suma, de certa forma as EIC representam uma espécie de pré-adaptação para a socialização, para o surgimento de uma língua. Aquelas EIC que passarem a ser usadas com mais frequência tendem a se socializar, a ser compartilhadas, portanto, usadas, por outros membros da comunidade emergente. Nesse momento, têm-se as estratégias coletivas de comunicação (ECC). Um bom exemplo de ECC é “pigliar fantasia”, da língua franca mediterrânea. Com isso, tem-se o *momento 2* do processo de formação da gramática.

Com a fixação de algumas ECC, tem-se o *momento 3* do processo de formação da gramática, ou seja, G. Esse passo representa o início da consolidação de uma nova língua que vai servir como meio de comunicação para os membros da nova comunidade. Quando o processo vai até G, geralmente o que se tem é uma língua crioula. A fig. 3 apresenta o modelo de forma simplificada.

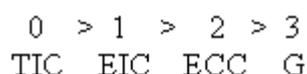


Fig. 3

O modelo de formação da gramática apresentado na fig. 2 e, resumidamente, na fig. 3 difere da proposta de Chomsky, que só prevê um estado inicial (E_0) e um estado estável (E_c). Difere também do modelo de Couto (1998b: 22-23), que basicamente concorda com o de Chomsky.

De acordo com o novo modelo aqui proposto, o momento zero da formação da gramática é o do início do contato de línguas mutuamente ininteligíveis. Nesse momento, o que se tem é o desmoronamento das gramáticas das línguas que entram em contato (desgramaticalização). Assim, só podem ocorrer TIC, que geralmente não serão eficazes. No momento 1 do processo de formação da gramática, ainda não se tem regras propriamente ditas. As EIC constam basicamente de vocábulos isolados, ou juntados aleatoriamente (ou de acordo com a sintaxe da L1 do falante). A eficácia eventual não se deveu a nada compartilhado mas, talvez, à repetição. Regras começam a surgir no momento 2, quando algumas EIC bivoculares (frases, vocábulos complexos) passam a ser dominadas por mais indivíduos da comunidade emergente. É o momento das ECC. O momento 3, finalmente, surge quando se junta um conjunto considerável de ECC. Fica subentendido que logo em seguida vêm as regras pragmáticas, que compreendem diversos estilos, momento em que se teria a gramática completa da língua (G_c), chamada por Chomsky de periferia marcada.

No momento 3, tem-se G, por mais incipiente que seja. Frequentemente, o produto desse processo é uma língua crioula. Ao usar a expressão “língua crioula”, estou afirmando que “língua” é o substantivo. Quanto a “crioula” é apenas um atributo de “língua”. Trocado em miúdos, se um meio de comunicação tem G – associado a vocabulário (V), é claro – é uma língua. Mas, e a recíproca, é também verdadeira? Poder-se-ia dizer também que, se é língua, tem G própria? Essa é a questão que se põe a propósito dos pidgins. Gostaria de enfatizar que, no esquema da figura 2, “pidgin” só poderia estar no momento que vai de EIC a ECC. Se o processo chega até G, isso significa que começou a se consolidar uma língua e, se isso aconteceu, é porque começou a se consolidar uma comunidade mista. Para uma comunidade se consolidar, é necessário que ela tenha um território (T) próprio, como vimos em 7.3 e 7.5. Ora, o pidgin frequentemente não tem um território próprio, por sua própria natureza de meio de comunicação intercomunidade, como se pode ver em 1.4.2 e na fig. 1 (d) acima. Aquilo a que se tem chamado de pidgin se assemelha mais ao processo de aprendizagem de L2. Quanto à aquisição de L1, parece seguir todos os trâmites da formação de uma gramática, e seria

muito interessante investigar esse processo da perspectiva do modelo da fig. 3. Vejamos de modo mais detalhado cada uma dessas instâncias.

Começando pela aquisição de L2, trata-se de um processo em que o falante já domina uma L1 (sua língua materna). Vimos que, no estágio TIC, o processo se inicia apenas por palavras da língua alvo, sem sintaxe. Na melhor das hipóteses, essas palavras são usadas com resquícios da gramática de L1, sobretudo nos primeiros momentos. Quando se atinge o estágio de EIC, e sobretudo quando começam a se fixar algumas ECC, o falante começa a aprender traços da gramática alvo também, podendo chegar a um de dois resultados. O primeiro, e mais comum em situações não monitoradas, é ele adquirir L2 com a transferência de muitos traços fonéticos e gramaticais de sua L1. O segundo, mais comum em situações de aprendizagem monitorada, consiste em apropriar-se de L2 quase como falante nativo.

A formação dos pidgins, como vimos, se aproxima muito desse processo. Os seus formadores/usuários também têm sua L1 própria. A diferença fundamental consiste em que cada um deles pode ter uma L1 diferente, o que já está sugerido na fórmula ($PL_2, PL_3...PL_n$). Dadas as condições precárias em que o contato deles com membros de (PL_1) se dá, podem parar no estágio EIC/ECC, exatamente como pode acontecer na aprendizagem de L2. Como vimos em 1.3, para muitos estudiosos o que se chama de pidgin não passaria de um pequeno vocabulário compartilhado em uma comunidade multilíngue. Esse vocabulário vem acompanhado de algumas fórmulas feitas (EIC/ECC) tiradas de algumas das línguas em contato, sobretudo da língua dominante, usados com a fonética da L1 do falante. É por isso que os pidgins podem apresentar aspectos morfológicos altamente complicados. Só que eles são decalques das L1 em contato, portanto, não produtivos. Nesse caso pidgin equivaleria exatamente ao que se chama mais apropriadamente de jargão. Esse pidgin, ou jargão, poderá evoluir sem ser na direção da aprendizagem plena da língua dominante. Uma das possibilidades que Todd (1990) e Mühlhäusler (1986) apresentam é ele se estabilizar. Mas, como já argumentei em 1.2, não há diferença nenhuma de monta entre o que chamam de pidgin estabilizado e crioulo. Com efeito, geralmente quando um pidgin se estabiliza é porque uma comunidade mista está se formando. Nesse caso tratar-se-ia da comunitarização, portanto, da crioulização. Mas, há autores que acham que um pidgin pode se estabilizar sem que haja uma comunidade de falantes em determinado território, como é o caso de Samarin, mencionado em 1.3.

Dada a estrutura do crioulo, radicalmente diferente da dos pidgins conhecidos, o mais provável é que tenha seguido o percurso indicado na figura 1, sem o intermediário do pidgin, ou seja, TIC > EIC > ECC > G. Mas, mesmo assim fica o mistério da passagem de ECC para G. Bickerton (1981, 1984) pretende ter mostrado um exemplo dessa passagem. No entanto, muita gente discorda dele, mesmo porque não se trata de um testemunho ocular do processo, no próprio momento em que ele estava acontecendo. Por que se fixou uma gramática perfeita, se se pode falar assim? Nesse ponto, o processo de formação dos crioulos se assemelha muito ao de aquisição de L1 pela criança, sobretudo nos primeiros anos.

A aquisição de L1 também se enquadra no esquema da figura 2. Como todos que já tiveram contato com crianças adquirindo nossa língua sabemos que, na interação criança-adulto, quem primeiro se dirige verbalmente ao outro é o adulto (TIC), pois a criança só faz suas solicitações por meios naturais, sendo o choro o mais comum. Depois de muitas tentativas (TIC), a criança fixa algumas EIC, que corresponderia ao estágio de uma palavra. Quando algumas dessas EIC começam a se socializar (ECC), o processo de aquisição está chegando ao estágio de duas palavras. Nesse comento, tem-se o início de G.

Nesse caso, a aprendizagem de L1 parece diferir tanto da pidginização quanto da crioulização. Como vimos com os exemplos de “kapapai” (carro do papai) e “kamamãe” (carro da mamãe), pode ser que AL1 se inicie pela morfologia, em vez de começar pela sintaxe, como mais comumente sói acontecer. Tratar-se-ia de um processo de composição, ou aglutinação, nos

termos de Schleicher. Tudo isso merece uma investigação mais aprofundada, pois pode ser que a criança quisesse dizer “Isto é o carro do papai” e “Isto é o carro da mamãe”, respectivamente. De qualquer modo, a gramática surge de necessidades práticas prementes de comunicação.

O fato é que a formação de G, ou seja, de uma língua, é a obra de engenharia mais perfeita realizada pela espécie humana. Quer se trate da aquisição de L1, quer se trate da formação de uma língua crioula, o surgimento de uma língua representa a quintessência da criatividade humana. Com isso, podemos dizer que Chomsky (e os racionalistas que ele segue) tem razão, pelo menos parcialmente. Ele só não tem razão quando deixa em aberto a especulação de que essa criação parece ser feita pelo indivíduo. Pelo contrário, L é obra de seres humanos (P) convivendo em um território (T), portanto, formando uma comunidade.

Após estas bases teóricas, entrarei na análise de aspectos específicos da gramática de línguas crioulas. Meu objetivo é tentar encontrar, em descrições já feitas de diversas línguas crioulas (e pidgins, se for o caso), o processo de passagem de EIC para G. Entre os aspectos a serem investigados, está o surgimento dos clíticos, dos primeiros sintagmas verbais, dos sintagmas nominais, dos primeiros recursos para referência anafórica, a formação da gramática fonológica e assim por diante. É uma obra ingente, mas pretendo trabalhar nela – com ou sem equipe – pelo resto da vida. O milagre da linguagem humana merece uma vida inteira dedicada a ele.

No que tange aos pidgins, pretendo examinar algumas realidades que assim têm sido chamadas. O objetivo é testar se realmente se trata de línguas, ou seja, se têm um vocabulário (V) e uma gramática (G) própria, ou seja, independente do vocabulário e da gramática das línguas de que presumivelmente teriam provindo. Por outro lado, será possível a existência de uma língua que não seja falada em um lugar determinado? Será possível uma língua que não esteja inserida em uma comunidade própria, nos termos vistos em 7.3? Pelo menos William Samarin defende essa idéia, como vimos no lugar apropriado. Uma outra questão é a de se poderia haver uma língua com o vocabulário de uma língua x e a gramática de uma língua y, ou seja, uma língua sem um vocabulário e uma gramática próprias, mas com ambos tomados de empréstimo a outras línguas. Será investigado também se é possível uma língua que conste de um pequeno vocabulário compartilhado, usado no arcabouço gramatical de outra língua, pelo menos parcialmente. Uma última questão, concernente ao que se tem chamado de pidgin, é se pode existir uma língua constando só de um pequeno vocabulário, isto é, sem gramática. A questão de língua com vocabulário mas sem gramática já foi mencionada por Koefoed & Tarensken (1996), reportando-se a Salikoko Mufwene.

Em crioulística, o processo de transformação das línguas crioulas tem sido frequentemente chamado de *descrioulização*. Vimos que por esse conceito se designa a tendência de toda língua crioula, que continua convivendo com a língua lexificadora, de se reaproximar dela. Entretanto, muita gente tem restrições ao conceito de descrioulização. Alguns acham mesmo que ele não existe. Outros acham que ele é preconceituoso, por razões que não consigo compreender. Talvez por não lhes parecer politicamente correto. Sabemos que os colonialistas, e descendentes, são cheios de pudores sobre o assunto, preferindo esconder-se atrás de palavras politicamente corretas na tentativa de aplacar suas consciências. Eu não vejo nenhum problema no conceito. No entanto, para não ferir susceptibilidades, substituí-o pelo termo neutro “transformação da gramática crioula”. Esse último designa exatamente o que se designava antes por “descrioulização”. Portanto, com ou sem “descrioulização”, o processo de evolução das línguas crioulas será investigado. Um dos principais motivos para isso é que o processo pode ser observado ao vivo, quase *in vitro*.

Uma coisa que precisa ser realçada aqui é o fato de que o processo representado na fig. 2 parece válido apenas para os resultados de contato que redundam em línguas crioulas. No entanto, como vimos no lugar apropriado, há diversos tipos de língua mista que emergem

desse processo. A figura 4, abaixo, tenta visualizar os mais importantes desses resultados, associando-os com as possibilidades mostradas na fig. 1.

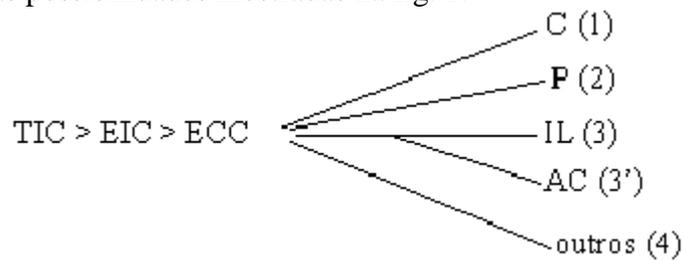


Fig. 4

Na figura 4 temos, se não todos, pelo menos os mais importantes resultados do contato de línguas. O primeiro é o crioulo (1). O segundo é o pidgin (2). O terceiro são as línguas entrelaçadas, ou “intertwined languages” (3). Como subtipo das IL, temos os anticrioulos (3’). O quarto são todos as outras possibilidades de resultados do contato, algumas delas mencionadas por Thomason (1995) e Mufwene (1997).

Os outros resultados do contato de línguas (4), podem se dar em diversos territórios. As chamadas variedades indigenizadas (Mufwene 1997) frequentemente surgem no território do povo dominado – em Couto (a sair *f*) eu as chamei de língua babu. As coínês emergem em situações as mais variadas, como a prototípica coínê grega, por exemplo. Línguas relexificadas podem surgir em diversas situações. O chamorro das ilhas Marianas e Guam teve grande parte de seu léxico substituído pelo do espanhol no próprio território chamorro.

Tudo que foi dito é válido para o movimento de *formação* da variedade linguística em questão. O movimento de retorno, chamado de *transformação*, parece não ser válido para qualquer língua, pelo menos nos mesmos termos. Se considerarmos que toda língua evolui a todo instante (se transforma), então o modelo seria válido em qualquer circunstância. O surgimento de uma língua não crioula parece ser linear, sem o retorno da transformação. Aí se inclui o surgimento da língua na criança. O das línguas entrelaçadas, incluídos os anticrioulos, também parece ir sempre na mesma direção. Os crioulos, por seu turno, normalmente sofrem o processo de transformação que, como vimos, é chamado polemicamente de descrioulização. Pelo modelo acima exposto, o surgimento de uma língua implica a emergência de uma gramática, ou seja, um vocabulário e um conjunto de regras para combiná-lo, representada pela fórmula V + G. Como vimos, esse sistema começa por V, na interação entre membros da sociedade emergente. A parte G surge quando começa a haver um meio de comunicação precariamente compartilhado. Tudo isso emerge de TIC que podem se converter em EIC. As EICs, por seu turno, podem se fixarem como ECC, que em conjunto dão lugar a G. Pois bem, se o sistema (V+G) emerge da interação, isso implica que a própria mensagem (E) faz parte da língua (L), retroagindo sobre ela, enriquecendo-a e transformando-a a todo instante.

A validade de uma pesquisa como esta me parece autoevidente. As línguas crioulas são um enigma que intriga muita gente. Aos colonialistas porque achavam que elas não poderiam existir, uma vez que não se conformavam com suas próprias línguas europeias. Ademais, eles não compreendiam porque os nativos se comunicavam tão bem em algo que para eles não passava de “português estropiado”, “broken English”, “français corrompu” e outras designações do mesmo naipe. Como argumentei alhures, a propósito do crioulo português da Guiné-Bissau, o crioulo é um das soluções que a criatividade dos povos dominados forjaram para tentar resolver o emaranhado linguístico que os colonialistas lhes impingiram. Só por isso ele já mereceria ser estudado (cf. Couto 1991). Entretanto, ele merece ser estudado pelo linguista sobretudo por ser uma língua.

Referências

- Adam, Lucien. 1883. *Les idiomes négro-aryen et maléo-aryen: Essai d'hybridologie linguistique*. Paris: Maisonneuve.
- Adone, Dany. 1994. *The acquisition of Mauritian creole*. Amsterdam: Benjamins.
- _____. & I. Plag (orgs.) 1994. *Creolization and language change*. Tübingen: Niemeyer.
- Alleyne, Mervyn. 1989. *Roots of Jamaican culture*. Londres: Pluto Press, 2ª ed.
- Allwood, Jens, Lars-Gunnar Andersson & Östen Dahl. 1973. *Logik für linguisten*. Tübingen: Niemeyer.
- Almada, André Álvares de. 1594. *Tratado breve dos dios de Guiné de Cabo Verde*. Citado pela edição de 1964, publicada em Lisboa pela Agência Geral do Ultramar.
- Althusser, Louis. 1983. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed.
- Ammon, Ulrich. 1973. *Problema der Soziolinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Ando, Zenpati Kiyoshi. s/d. *Gramática da língua japonesa* (sem indicação editora nem de local de publicação).
- Antilla, Raimo. 1975. Revelation as linguistic revolution. In: Makkai & Makkai (orgs.): 171-176.
- Arends, Jacques, P. Muysken & N. Smith (orgs.) 1995. *Pidgins and creoles: An introduction*. Amsterdam: John Benjamins.
- Arnault & Lancelot. 1969. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris. Republications Paulet (edição fac-similar)
- Austin, J. L. 1997. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 2ª ed., 15ª impressão.
- Back, Eurico & Geraldo Mattos. 1972. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: Editora F.T.D., vol. I.
- Baker, Philip. 1990. Off target? *Journal of pidgin and creole languages* 5(1). 107-119.
- _____. 1992. Le créole mauricien: conséquence heureuse d'un problème de communication dans une société plurielle? *VIIe colloque internationale des études créoles*, Ilha Maurício, 30/9 a 5/10/1992.
- _____. 1993. Directionality in pidginization and creolization. Comunicação lida na *SPCL conference*, Amsterdam, 10-12 Junho, 1993.
- _____. 1994. Creativity in creole genesis. In: Adone, Dany & I. Plag (orgs.): 65-84.
- _____. 1995a. Motivation in creole genesis. In: Baker (orgs.): 3-15.
- _____. (org.) 1995b. *From contact to creole and beyond*. Londres: University of Westminster Press.
- _____. 1997. Directionality in pidginization and creolization. In: Spears & Winford (orgs.): 91-109.
- Bakhtin, Mikhail. 1981. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2ª ed.
- Bakker, Peter. 1995a. Pidgins. In: Arends, Muysken & Smith (orgs.): 25-39.
- _____. 1998. Some future challenges for pidgin and creole studies. Comunicação lida no Symposium "Pidgin and creole linguistics in the 21st century", N. York, 9-10 janeiro.
- _____. & P. Muysken. 1995b. Mixed languages and language intertwining. In: Arends, Muysken & Smith (orgs.): 41-52.
- Barbosa, Pe. Lemos. [1956]. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Baron, Naomi S. 1977. Trade jargons and pidgins: A functionalist approach. *Journal of creole studies* 1.5-28.
- Barros, Marcelino Marques de. 1897/1899. O guineense. *Revista lusitana* 5.174-301.
- Barthes, Roland. 1989. *Aula*. São Paulo: Cultrix.
- Bazarian, Jacob. 1982. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora Alfa Ômega.
- Benveniste, Émile. 1976. *O homem na linguagem*. Lisboa: Arcádia.

- Berlo, David K. 1972. *O processo da comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 4ª edição.
- Bernstein, Basil. 1972. Social class, language and socialization. In: Giglioli, P. P. (ed.): 157-178.
- Bickerton, Derek. 1974. Creolization, linguistic universals, natural semantics and the brain. *University of Hawaii Working papers in linguistics* 6,3.124-141. Consulte sua reimpressão em Day (org.):1-18.
- _____. 1975. *Dynamics of a creole continuum*. London: Cambridge University Press.
- _____. 1980. Creolization, linguistic universals, natural semantics and the brain. In: Day (org.) *Issues in English creoles*. Heidelberg: Julius Groos Verlag (original de 1974).
- _____. 1981. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma.
- _____. 1984. The language bioprogram hypothesis. *The brain and behavioral sciences* 7(2).173-221.
- _____. 1988. Creole languages and the bioprogram. In: Newmeyer, F. J. (org.) *The Cambridge Survey* vol. II. Cambridge: Cambridge Press: 268-283.
- _____. 1989. Recent developments in formal linguistics and their relevance to acquisition studies. *DELTA* 5,1.51-70.
- _____. 1990. *Language and species*. Chicago: Chicago University Press.
- _____. 1991. On the supposed “gradualness” of creole development. *Journal of pidgin and creole languages* 6(1).25-58.
- Bisol, Leda. 1996. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. Londres: Allen & Unwin.
- Bollée, Annegret. 1977a. *Zur Entstehung der französischen Kreolendialekte im Indischen Ozean: Kreolisierung ohne Pidginisierung*. Genebra: Librairie Droz.
- _____. 1977b. Pidgins und kreolische Sprachen. *Studium Linguistik* 3.48-76.
- Borba, Francisco da Silva. 1971. *Sistema de preposições em português*. Tese de Livre-Docência, FFLCH-USP.
- Boretzky, Norbert. 1987. Lexikalische Natürlichkeit: Benennungsmotive in Pflanzennamen. In: *Beiträge zum 3. Essener Kolloquium über Sprachwandel und seinen bestimmenden Faktoren*. Bochum: Brockmeyer: 53-76.
- Bottomore, T. B. 1967. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bourdieu, Pierre. 1982. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- Broch, Olaf. 1927. Russenorsk. *Archiv für Slavische Philologie* 41. Band: 14-262.
- Brown, G., K. Malmkjaer & J. Williams. 1996. *Performance and competence in second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press
- Byrne, Francis & J. Holm (orgs.). 1993. *Atlantic meets Pacific*. Amsterdam: John Benjamins.
- Cabral, Amílcar. 1990. A questão da língua. *Papia* 1,1.59-61.
- Câmara Jr., J. Mattoso. 1983. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 13a ed.
- Caminha 1965. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livraria Agir.
- Carreira, António & J. B. Marques. 1947. *Subsídios para o estudo da língua manjaca*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Cassidy, Frederick G. 1971. Tracing the pidgin element in Jamaican creole (with notes on method and the nature of pidgin vocabulary). In: Hymes: 203-221.
- Chaudenson, Robert. 1989. *Créole et enseignement du français*. Paris: L’Harmattan.
- _____. 1992. *Des îles, des hommes, des langues*. Paris: L’Harmattan.
- Chomsky, Noam. 1957. *Syntactic structures*. Haia: Mouton (consultei a 8ª ed.).
- _____. 1986. *Knowledge of language*. New York: Praeger.

- _____. 1988. *Language and problems of knowledge: The Managua lectures*. Cambridge: The MIT Press.
- _____. 1992. A minimalist program for linguistic theory. *MIT occasional papers in linguistics* n. 1.
- _____. 1996. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.
- _____ & M. Halle. 1968. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Cherry, Colin. 1971. *A comunicação humana*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- Cifoletti, Guido. 1989. *La lingua franca mediterranea*. Pádua: Unipress.
- Clark, Eve V. 1993. *The lexicon in acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clark, Herbert H. 1996. Communities, commonalities, and communication. In: Gumperz, J. J. & S. C. Levinson (orgs.) *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press: 324-355.
- Clements, G. N. 1985. The geometry of phonological features. *Phonology yearbook* 2.225-252.
- _____ & E. V. Hume. 1995. The internal organization of speech sounds. In: Goldsmith, J. A. (ed.): 245-306.
- _____ & S. J. Keyser. 1983. *CV phonology: A generative theory of the syllable*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- Coseriu, Eugenio. 1967. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, 2ª ed.
- Couto, Hildo Honório do. 1973. Funções da linguagem. *Boletim do CELUL* n° zero: 6-8.
- _____. 1974. *O falar capelinhense: uma visão sociolingüística*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- _____. 1981a. Semiótica da cultura e tradução. In: Mattos, D. (org.) *Estudos de tradutologia I*. Brasília: Kointakt, p. 9-32.
- _____. 1981b. O sistema pronominal do português culto. Um estudo estratificacional. *Estudos leopoldenses* XVI, 17. 13-33.
- _____. 1981c. Codificação lingüística de eventos. In: Couto et al. *Ensaio de lingüística aplicada ao português*. Brasília: Thesaurus: 51-78.
- _____. 1983a. *O que é português brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense (Coleção "Primeiros Passos", n. 164). 1ª ed.
- _____. 1983b. *Uma introdução à semiótica*. Rio de Janeiro: Presença.
- _____. 1985. Áreas lexicais periféricas e formas possíveis. *Anais do I Encontro nacional de fonética e fonologia*. Florianópolis: UFSC: 45-51.
- _____. 1986/7. Os apelidos do Cláudio. *Humanidades* 11. 65-70
- _____. 1987. Introdução à lingüística: A língua no contexto geral da comunicação. Brasília: Editora da UnB (apostila).
- _____. 1990. Le créole de Guinée-Bissau et ses relations avec les portugais et les langues nationales. *Etudes créoles* XIII, 1.35-44.
- _____. 1991. Unidade versus diversidade lingüística na Guiné-Bissau. *Papia* 1,2.42-48.
- _____. 1992a. Anti-crioulo. *Papia* 2,1.71-84.
- _____. 1992b. A linguagem do quilombo de Palmares. *Papia* 2,1.97-103.
- _____. 1993. Reconstructing Kriol syllable structure. *Anais do VII encontro nacional da ANPOLL*. Goiânia: UFGO.
- _____. 1994a. Kriol as a bridge to Portuguese in Guinea-Bissau. In: Fodor, I. & C. Hagège (eds.) *Language reform*, vol. VI. Hamburgo: Helmut Buske Verlag: 203-216.
- _____. 1994b. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- _____. 1995. A comunicação homem-animal numa fazenda de Minas Gerais. *Cadernos de linguagem e sociedade* (UnB)1(1).40-48.

- _____. 1996. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da UnB.
- _____. 1998a. The place of place in creole genesis. Comunicação lida no Symposium “Pidgin and creole linguistics in the 21st century”, N. York, 910 de janeiro.
- _____. 1998b. Um cenário para a crioulição sem pidginização. *Revista de estudos da linguagem* 7,1. 5-30.
- _____. a sair *a*. A questão da gramaticalização nos estudos crioulos
- _____. a sair *b*. O sufixo *-eba* do português brasileiro e os conceitos de gramática e de língua.
- _____. a sair *c*. *Anti-crioulo: Manifestação lingüística de resistência cultural*.
- _____. a sair *d*. The place of place in creole genesis. Comunicação lida no Symposium “Pidgin and creole linguistics in the 21st century”, N. York, 9-10 janeiro.
- _____. a saire. The question of the (prior) creolization in Brazil. In: Parkvall, M. & M. Huber (orgs.) *Spreading the word*. Londres: Westminster University Press.
- _____. a sair *f*. Língua babu: a propósito do *Dictionnaire bilingue portugais-français de la langue portugaise en Guinée-Bissau*, organizado por Jean-Michel Massa. Rennes: EDPAL-GCR 817/CNRS, 1996, 222p.
- Craig, Dennis R. 1971. Education and creole English in the West Indies. In: Hymes, D. (ed.): 371-391.
- Day, Richard R. (Org.). 1980. *Issues in English creoles*. Heidelberg: Julius Groos Verlag.
- Dittmar, Norbert. 1973. *Soziolinguistik*. Frankfurt: Athenäum Verlag.
- Doneux, J. L. & Jean-Louis Rougé. 1993. Gramáticas das línguas do país, gramática do crioulo. *Papia* 2, 2.50-58.
- Drechsel, Emanuel J. 1997. *Mobilian jargon*. Oxford: Clarendon Press.
- Dressler, Wolfgang. 1973. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer.
- Durkheim, Emile. 1978. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 9ª ed.
- Dutton, Tom. 1986. More on simplified Motu. In: Elson, B. J. (org.). *Language in global perspective*. Dallas: The Summer Institute of Linguistics, p. 525-547.
- Eco, Umberto. 1974. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. 1976. *A theory of semiotics*. Bloomington: Indiana University Press.
- _____. 1995. Entrevista no caderno **Mais!** (n.5) da **Folha de São Paulo**, de 14/5/1995.
- Elizaincín, Adolfo, L. Behares & G. Barrios. 1987. *Nos falemo brasileiro*. Montividéu: Editorial Amesur.
- Emmerich, Chalotte. 1984. *A língua de contato do Ato Xingu: origem, forma e função*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Tese de doutorado.
- Engels, Friedrich. 1979. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed.
- Eco, Umberto. 1974. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª ed.
- Ferguson, Ch. A. 1959. *Diglossia*. *Word* 15.325-340.
- _____. 1971. Absence of copula and the notion of simplicity. In: Hymes, D. (org.): 141-150.
- _____. 1975. Toward a characterization of English foreigner talk. *Anthropological linguistics* 17 (1). 1-14.
- _____ & Ch. E. DeBose. 1977. Simplified registers, broken language, and pidginization. In: Valdman, A. (org.): 99-125.
- Ferraz, Luiz Ivens. 1979. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Figueiredo, Fidelino de. 1960. *A luta pela expressão*. Lisboa: Ática, 2ª ed.
- Fill, Alwin. 1993. *Ökologisches: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Firth, J. L. 1969. *Papers in linguistics*. Londres: Oxford University Press (1ª ed. 1957).

- Fónagy, Ivan. 1993. As funções modais da entoação. *Cadernos de estudos lingüísticos* 25. 25-65.
- Fudge, Erik C. (org.) 1973. *Phonology*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Giglioli, Pier Paolo (org.) 1972. *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Gilbert, Glenn. 1986. The language bioprogram hypothesis: Déjà vu? In: 15-23.
- Givón, Talmy. 1979a. *On understanding grammar*. N. York: Academic Press.
- _____. 1979b. Prolegomena to any sane creology. In: Hancock (org.): 335.
- Goldsmith, John H. (org.) 1995. *The handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell.
- Goodman, Morris. 1984. Are creole structures innate? *The behavioral and brain sciences* 7(2).193-194.
- Greimas, A. J. 1966. *Sémantique structurale*. Paris: Librairie Larousse.
- _____. & J. Courtés. s/d. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix.
- Grice, H. Paul. 1975. Logic and conversation. In: Cole, Peter & J. L. Morgan (orgs.) *Syntax and semantics* 3. New York: Academic Press: 41-58.
- Guimarães, Eduardo. 1978. O intencional e o convencional na constituição do sentido. *Série Estudos* 5 (Sobre semântica): 37-45.
- Gumperz, John J. 1982a. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. org. 1982b. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haiman, John. 1980. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language* 56,3.515-540.
- Hall, Edward T. 1968. Proxemics. *Current anthropology* 9.2/3:83-95.
- Hall Jr., Robert A. 1962. The life-cycle of pidgin languages. *Lingua* 11.151-156.
- _____. 1966. *Pidgin and creole languages*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- _____. 1978. Relexification and regrammaticalization. *Language, literature, and life*. Lake Bluff, Ill.: Jupiter Press: 122-127.
- Halliday, Michael A. K. 1975. Language as social semiotic: towards a general sociolinguistic theory. In: Makkai & Makkai (orgs.): 17-46.
- Hamp, Eric P., F. W. Householder & R. Austerlitz (orgs.). 1966. *Readings in linguistics II*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hancock, Ian F. (org.) 1979. *Readings in creole studies*. Ghent: E. StoryScientia.
- Hatch, E. (Org.) 1978. *Second language acquisition: The Pidginization Hypothesis*. Rowley, Mass.: Newbury House.
- Haugen, Einar. 1972. The ecology of language. *The ecology of language*, 325-339. Stanford: Stanford University Press: 325-339.
- _____. 1979. Language ecology and the case of Faroese. In *Linguistic and literary studies in honor of Archibald A. Hill IV*. M. A. Jazayery et al., eds., 243-257. The Hague: Mouton.
- Hazaël-Massieux, Marie-Christine & Didier de Robillard (orgs.) 1997. *Contacts de langues, contacts de cultures, créolisation*. Paris: L'Harmattan.
- Hegenberg, Leônidas. 1966. *Lógica simbólica*. São Paulo: Editora Herder.
- Heimann, Eduard. 1971. *História das doutrinas econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2ª ed.
- Hernandorena, Carmen L. M. 1996. Introdução à teoria fonológica. In: Bisol (org.): 9-93.
- Highfield, Arnold & A. Valdman (orgs.) 1981. *Historicity and variation in creole studies*. Ann Arbor: Karoma Publishers.
- Hjelmslev, Louis. 1939. Caractères grammaticales des langues créoles. *Congrès international des sciences anthropologiques et ethnologiques*. Copenhagen: Einar Munksgaard.
- Hockett, Charles F. 1970. *A course in modern linguistics*. New York: MacMillan (1 ed., 1958).

- Holm, John. 1988/9. *Pidgins and creoles*: Vol. I: Theory and structure (1988); vol. II: Reference survey (1989). Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1991. A theoretical model for semi-creolization. *Comunicação lida na 9th conference of the society for Caribbean linguistics*. Barbados: University of the West Indies, 28-29/8/1991.
- _____. 1992. A semi-crioulização do português vernáculo do Brasil: Evidências de contacto nas expressões idiomáticas. *Papia* 3 (2).51-61.
- Holst, Friedrich. 1978. Morphologie. Einführungspapier mit Arbeitsaufgaben. Trier: KLAGÉ n. 2.
- Hymes, Dell (org.) 1971. *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jahr, Ernst H. 1996. On the pidgin status of Russenorsk. In: Jahr & Broch (orgs.): 107-122.
- _____. & I. Broch (orgs.) *Language contact in the Arctic: Northern pidgins and contact languages*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Jakobson, Roman. 1967. *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____. 1969. Lingüística e poética. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, p. 118-162.
- _____. 1970a. Principes de phonologie historique. In: Trubetzkoi, N. S.: 103-120.
- _____. 1970b. Les lois phonique du langage enfantin et leur place dans la phonologie générale. In: Trubetzkoi, N. S.: 367-379.
- _____. & M. Halle. 1971. *Fundamentals of language*. Haia: Mouton, 2ª Ed.
- Jespersen, Otto. 1954. *Language: its nature, development and origin*. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 10ª. impressão.
- Keesing, Roger M. 1988. *Melanesian pidgin and the oceanic substrate*. Stanford: Stanford University Press.
- Kihm, Alain. 1984. Is there anything like decreolization? Some ongoing changes in Bissau creole. *York papers in linguistics II: York creole conference*: 203-214.
- Klein, Wolfgang. 1977. Transitional grammars in the acquisition of German by Spanish and Italian workers. In: Meisel (org.): 167-183 (Heidelberger Forschungsprojekt "Pidgin-Deutsch").
- Koefoed, Geert & J. Tarensken. 1996. The making of a language from a lexical point of view. In: Wekker, H. (org.): 119-138.
- Kratochvil, P. 1973. Tone in Chinese. In: Fudge (org.): 342-353.
- Kuriłowicz, Jerzy. 1966. Linguistique et théorie du signe. In: Hamp et al. (orgs.): 227-233.
- Labrie, Normand. 1996. Territorialité. In *Kontaktlinguistik*. H. Goebel, P. H. Lamb, Sydney M. 1966. *Outline of stratificational grammar*. Washington, D.C.: Georgetwon University Press.
- Laycock, Don. 1970. *Materials in New Guinea Pidgin (Coastal and Lowlands)*. Canberra: The Australian National University, Pacific Linguistics/Series D, n. 5.
- Lefebvre, Claire. 1996. The tense, mood, and aspect system of Haitian Creole and the problem of transmission of grammar in creole genesis. *Journal of pidgin and creole languages* 11 (2). 231-311.
- _____. 1998. The field of pidgin and creole linguistics at the turn of the millenium: The problem of the genesis and development of Pcs. *Comunicação, Simpósio 'Pidgin and creole linguistics in th 21st century'*, LSA, N. York, 9-10/1/1998.
- Lehiste, Ilse. 1973. Compounding as a phonological process. In: Fudge (org.): 302-308.
- Levinson, Stephen C. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lenz, Rodolfo. 1928. *El papiamento: Lengua criolla de Curazao, la gramática más sencilla*. Santiago: Establecimientos Gráficos "Barcells & Co".
- Lévi-Strauss, Claude. 1970. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed.

- Lieber, Rochelle. 1992. *Deconstructing morphology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lieb, Hans-Heinrich. 1978. Universals and linguistic explanation. In: Greenberg, J. J. (org.) *Universals of human language*, vol. 1 (*Method & theory*). Stanford: Stanford University Press: 157-202.
- Lindeman, E. C. 1962. Community. *Encyclopaedia of the social sciences III*. N. York: The MacMillan Company, p. 102-104.
- Llorach, Emilio A. 1967. *Fonología española*. Madri: Editorial Gredos.
- Lyons, John. 1968. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1996. On competence and performance and related notions. In: Brown, G., Malmkjaerm K., e Williams, J. (Orgs.) *Performance and competence in second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press: 11-32.
- Maas, Utz (1977). "Sprachliches Handeln I: Auffordern, fragen, behaupten". In: *Funkkolleg Sprache 2: Eine Einführung in die moderne Linguistik*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 144-157.
- Macedo, Donald. 1986. The role of core grammar in pidgin development. *Language learning* 36(1).65-75.
- Mackey, William F. 1979. Toward an ecology of language contact. In *Sociolinguistic studies in language contact: Methods and cases*. W. F. Mackey, and J. Ornstein, eds., 453-459. The Hague: Mouton.
- _____. 1980. The ecology of language shift. In *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. P. Nelde, ed., 35-41. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag.
- Makkai, A. & V. B. Makkai (orgs.) *The first LACUS forum*. Columbia, S. C.: Hornbeam Press: 17-46.
- Malinowski, Bronslaw. 1972. O problema do significado em linguagens primitivas. In: Ogden & Richard: 295-330.
- Marcuschi, Luiz Antônio. 1986. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- Marías, Julián. 1960. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Martinet, André. 1970. *Eléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin (1^a ed., 1960).
- Marx, Karl. 1970. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Eric. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 89-170.
- _____. 1978. Para a crítica da economia política. In: *Os pensadores-Marx*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. & Friedrich Engels. 1932. *Die deutsche Ideologie*. Moscou: MarxEngels-Lenin Institut.
- Matos e Silva, R. V. 1997. Formação de uma área dialetal do português. *Papia* 9.9-19.
- _____. et al. (Orgs.) 1988. *Sete estudos sobre o português kamayurá*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- McCarthy, John J. 1981. Prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic inquiry* 12,3.373-418.
- _____. & Alan Prince. 1995. Prosodic morphology. In: Goldsmith (org.): 318-366.
- Meara, Paul. 1996. The dimensions of lexical competence. In: Brown, G., K. Malmkjaer & J. Williams (orgs.): 33-53.
- Meisel, Jürgen (org.). 1977. *Langues en contact - pidgins - creoles - Languages in contact*. Tübingen: TBL Verlag Gunter Narr.
- Meyers-Scotton, Carol. 1979. The context is the message: morphological, syntactic and semantic reduction and deletion in Nairobi and Kampala varieties of Swahili. In: Hancock, Ian F., E. Polome, M. Goodman & B. Heine (orgs.) *Readings in creole studies*. Ghent: E. Story-Scientia.

- _____. 1997. 'Matrix language recognition' and 'morpheme sorting' as possible structural strategies in pidgin/creole development. In: Spears & Winford (orgs.): 151-174.
- Montesquieu, Charles de Secondat, Baron of. 1899. *The spirit of laws* vol. I. New York: colonial Press.
- Moraes, João A. 1993. A entoação modal brasileira: fonética e fonologia. *Caderno de estudos lingüísticos* 25.101-111.
- Morgan, Lweis H. 1878. *Ancient society*. New York: Henry Holt and Company.
- Morita, Akio. 1989. *Made in Japan: Akio Morita e a Sony*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 16ª ed.
- Mufwene, Salikoko. 1986. Les langues créoles peuvent-elles être définies sans allusions à leurs histoire? *Etudes créoles* IX (1). 135-150.
- _____. 1989. La créolisation en bantou: les cas du kituba, du lingala urbain, et du swahili du Shaba. *Etudes créoles* XII,1.74-106.
- _____. 1997a. Métissages des peuples et métissages des langues. In: Hazaël-Massieux & Robillard (org.): 51-70.
- _____. 1997b. Jargons, pidgins, creoles, and koines: What are they? In: Spears & Winford (org.): 35-70.
- Mühlhäusler, Peter. 1986. *Pidgin and creole linguistics*. Oxford: Blackwell.
- _____ & Rom Harré. 1990. *Pronouns and people: The linguistic construction of social and personal identity*. Oxford: Blackwell.
- Muysken, Pieter. 1981. Halfway between Quechua and Spanish: The case for relexification. In: Highfield & Valdman (orgs): 52-78.
- Muysken, P. & N. Smith (orgs.) 1986. *Substrata vesus universals in creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins: 15-23.
- Naro, Anthony J. 1978. A study on the origins of pidginization. *Language* 54,2.314-349.
- Ogden, C. K. & I. A. Richards. 1972. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pavlov, I. P. 1980. Textos escolhidos. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Peirce, Charles Sanders. 1972. O ícone, o indicador e o símbolo. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Editora Cultrix, p. 115-134.
- Perego, Pierre. 1968. Les sabris. In: *Le langage*. Paris: Editions Gallimard: 597-607.
- Pereira, Eduardo Carlos. 1958. *Gramática expositiva*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 113ª ed. (Primeira ed., 1907).
- Piaget, Jean. 1964. *Six études de psychologie*. Genebra: Editions Gonthier.
- Pike, Kenneth. 1954/5. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Glendale, Cal.: Summer Institute of Linguistics, vols. I e II.
- Pinto, Clarice Pereira. 1994. *A prefixação: um estudo comparativo entre o português padrão, o português rural e os crioulos de base portuguesa*. Universidade de Brasília, dissertação de mestrado.
- Post, Marike. 1993. Construções com verbos seriais em fa d'ambú. *Papia* 2,2.6-22.
- Pottier, Bernard. 1969. *Grammaire de l'espagnol*. Paris: Presse Universitaire de France.
- _____ A. Audubert & C. T. Pais. 1975. Estruturas lingüísticas do português. São Paulo: DIFEL, 3ª ed.
- Rajagopalan, Kanavillil. 1983a. Sobre a eficácia comunicativa de verbos performativos. Sobre pragmática (Série Estudos n. 9): 30-38.
- _____. 1983b. O caso de verbos performativos no negativo: semântica ou pragmática? Sobre pragmática (Série Estudos n. 9): 46-65.
- _____. 1989. Atos ilocucionária como jogos de linguagem. *Estudos lingüísticos XVIII - Anais de Seminários do GEL*: 523-530.
- _____. 1990. Dos dizeres em torno do fazer. *DELTA* 6,2.223-254.

- _____. 1992a. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *DELTA* 8,1.91-133.
- _____. 1992b. A insustentável seriedade da leveza: uma análise desconstrutivista do humor de J. L. Austin. *DELTA* 8,2.291-301.
- Reinecke, John E. 1937. *Marginal languages: A sociological survey of the creole languages and the trade jargons*. Yale University Ph. D. Dissertation.
- Ribeiro, Ernesto Carneiro. 1957. *Estudos gramaticais e filológicos*. Salvador: Livraria Progresso Editora - Aguiar & Souza Ltda.
- Ribeiro, Joaquim. 1960. "Introdução" a João Ribeiro, *Frases feitas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed.
- Rossi-Landi, Ferruccio. 1985. *A linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: DIFEL.
- Russel, Bertrand. 1982. *História da filosofia ocidental*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, tomo I.
- Samarin, William J. 1971. Salient and substantive pidginization. In: Hymes, D. (org.): 117-140.
- Sapir, Edward. 1963. Language and environment. *Selected writings*, 89-103. Berkeley: University.
- _____. 1971. *A linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 2ª ed. (1ª ed., 1921).
- Saussure, Ferdinand de. 1973. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 5ª edição brasileira.
- Schaff, Adam. 1968. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1974. *Linguagem e pensamento*. Coimbra: Livraria Almedina.
- _____. 1974. *Linguagem e pensamento*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Schleicher, August. 1848. *Zur vergleichenden Sprachgeschichte*. Bonn: H. B. König.
- Schmidt, Johannes. 1872. *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen*. Weimar: Hermann Böhlau.
- Schuchardt, Hugo. 1909. Die Lingua Franca. *Zeitschrift für romanische Philologie* XXXIII.441-461.
- Schumann, John H. 1978. Second language acquisition: The Pidginization Hypothesis. In: Hatch, E. (Org.): 256-271.
- Searle, John R. 1972. What is a speech act? In: Giglioli, P. Paolo (ed.): *Language and social context* Harmondsworth: Penguin Books, p. 36-54.
- Sebeok, Thomas A. 1972. *Perspectives in zoosemiotics*. The Hague: Mouton
- _____. 1973. Estruturas zoo-semióticas. *Revista de cultura Vozes* 67(5).11-22.
- Sebeok, Thomas. s.d. Communication. [Ftp://etext.archive.umich.edu/pub/Zines/SEMA/sema.seb.text](ftp://etext.archive.umich.edu/pub/Zines/SEMA/sema.seb.text) (Internet)
- Sechehaye, Albert. 1942. De la définition du phonème à la définition de l'entité de langue. *Cahiers Ferdinand de Saussure* 2.2-12.
- Selinker, Larry. 1972. Interlanguage. *Internatioinal review of applied linguistics* 2(4).6-35.
- Seuren, Pieter A. M. 1986. La transparence sémantique et la génèse des langues créoles: le cas du créole mauricien. *Etudes créoles* IX,1.169-183.
- Shannon, Claude E. & Warren Weaver. 1949. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press (consultei a edição de 1975).
- Siegel, Jeff. 1985. Koines and koineization. *Language and society* 14.357378.
- _____. 1997. Mixing, leveling, and pidgin/creole development. In: Spears & Winford (orgs.):111-149.
- Silva, Baltazar Lopes da. 1957. *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Silverstein, Michael. 1971. Language contact and the problem of convergent generative systems: Chinook Jargon. In: Hymes (org.): 191-192.
- Singler, John V. 1996. Theories of creole genesis, sociohistorical considerations, and the evaluation of evidence: the case of Haitian creole and the relexification hypothesis. *Journal of pidgin and creole languages* 11 (2).185-230.
- Slama-Cazacu, Tatiana. 1961. *Langage et contexte*. Haia: Mouton.
- Spears, Arthur K. & D. Winford (orgs.) 1997. *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: John Benjamins.
- Slobin, Dan. 1980. *Psicolinguística*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional & EDUSP.
- Spencer, Herbert. 1976. *The evolution of society (Selections from Herbert Spencer's "Principles of sociology")*. Chicago: The Univ. of Chicago Press.
- Smith, Ian Russel. 1984. The development of morphosyntax in Sri Lanka Portuguese. *York papers in linguistics* II. 291-301.
- Stampe, David. 1972. *A dissertation on natural phonology*. Tese de doutorado, Universidade de Chicago.
- Sylvain, Suzanne. 1936. *Le créole haïtien: Morphologie et syntaxe*. Port-auPrince: Wetteren.
- Tarallo, Fernando & T. Alkmin. 1987. *Falares crioulos: Línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática.
- Tesnière, Lucien. 1966. Phonologie et mélange de langues. In: Hamp, E. P. et al. (orgs.) *Readings in linguistics II*. Chicago: The University of Chicago Press: 124-132.
- Teyssier, Paul. 1987. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Thomason, Sarah G. 1986. Contact-induced change. *Akten des 2. Essener Kolloquiums über "Kreolsprachen und Sprachkontakte"*. Bochum: Brockmeyer: 261-284.
- _____. 1995. Language mixture: ordinary processes, extraordinary results. In: C. Silva-Corvalán (org.) *Spanish in four continents: Studies in language contact and bilingualism*. Washington, D.C.: Georgetown University Press: 15-33.
- _____. 1997. A typology of contact languages. In: Spears, Arthur K. & D. Windord (orgs.): 70-88.
- _____. & Terrence Kaufman. 1988. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- Todd, Loreto. 1990. *Pidgins and creoles*. Londres: Routledge (1ª ed. 1974).
- Todorov, Tzvetan. 1977. Enunciação. In: Todorov, T. & O. Ducrot (orgs.) *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva: 303-306.
- Tonneau, J. 1934. Sociologie économique. In: A. Lemonnier et al. *Précis de sociologie*. Marselha: Editions Publiroc: 93-147.
- Trager, George L. 1964. Paralanguage: a first approximation. In: Hymes, D. (org.) *Language in culture and society*. N. York: Harper & Row: 274-288.
- Traugott, Elizabeth C. 1977. Pidginization, creolization, and language change. In: Valdman (org.) 1977b: 70-98.
- _____. 1978. On the expression of spatio-temporal relations in language. In: Greenberg, J. H. (ed.) *Universals of human language*, vol. 3 (*Word structure*). Stanford: Stanford University Press: 369-400.
- Trubetzkoi, N. S. 1970. *Principes de phonologie*. Paris: Klincksieck: 315-336. Original de 1931 TCLP. Versão inglesa: "Principles of historical phonology". In: Baldi, P. & N. Werth 1978. (eds.) *Readings in historical phonology*. Pennsylvania University Press: 103-120.
- Tryon, Darrel & Allan Langoulant. *Let's talk bislama* (sem data e local de publicação).
- Valdman, Albert. 1977a. Créolisation sans pidgin: Le système des déterminants du nom dans les parlers franco-créoles. In: Meisel, J. (Org): 105-136.
- _____.(org.) 1977b. *Pidgin and creole linguistics*. Bloomington: Indiana University Press: 99-125.

- Weinreich, Uriel. 1953. *Languages in contact: Findings and problems*. Haia: Mouton (consultei a 8ª ed. 1974).
- Weinrich, Harald. 1976. *Sprache in Texte*. Stuttgart: Ernst Klett Verlag.
- Wekker, H. (Org.) *Creole languages and language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter: 119-138.
- Werner, Otmar. 1987. Natürlichkeit und Nutzen morphologischer Irregularität. In: *Beiträge zum 3. Essener Kolloquium über Sprachwandel und seine bestimmende Faktoren*. Bochum: Brockmeyer: 289-316.
- Whinnom, Keith. 1971. Linguistic hybridization and the 'special case' of pidgins and creoles. In: Hymes (org.): 91-115.
- Williams, Jeffrey P. 1993. Documenting the Papuan-based pidgins of insular New Guinea. In: Byrne & Holm (orgs.): 355-367.
- Winford, Donald. 1988. The creole continuum and the notion of the community as a locus of language. *International journal of the sociology of language* 71.91-105.
- _____. 1997. Column: Creole formation in the context of contact linguistics. *Journal of pidgin and creole languages* 12,1.131-151.
- _____. 1998. Creoles in the context of contact linguistics. Comunicação lida no *Symposium 'Pidgin and creole linguistics in the 21st century'*, N. York, janeiro de 1998.
- _____. s.d. Languages in contact. [Http://www.ling.su.se/Creole](http://www.ling.su.se/Creole).
- Wunderlich, Dieter. 1977a. Referenzsemantik. In: *Funk-Kolleg Sprache 2: Einführung in die moderne Linguistik*. Frankfurt: Fischer, p. 102-112.
- _____. 1977b. Sprechakte. In: *Funk-Kolleg Sprache 2*: 113-123.
- Zentella, Ana Celia. 1987. El habla de los niños bilingües del barrio de Nueva York. *Actas del I Congreso Internacional sobre el español de América (San Juan, Puerto Rico, 1982)*. San Juan: Academia Puertorriqueña de la Lengua Española: 877-886.

